



Diário da Sessão n.º 010 de 05/04/05

Presidente: Vamos dar continuidade à Agenda da Reunião.

Tal como ficou acordado na Conferência de Líderes, eu vou começar por informar os tempos disponíveis para o debate, porque não correspondem exactamente ao que tem sido anunciado e que ficou acordado. Os tempos são os seguintes:

Governo - 5 horas

Partido Socialista – 5 horas

Partido Social Democrata – 3 horas e 30 minutos

Partido Popular – 1 hora

Deputado Independente – 10 minutos.

Para as intervenções finais:

Governo – 30 minutos

Partido Socialista – 30 minutos

Partido Social Democrata – 20 minutos

Partido Popular – 10 minutos.

Vamos iniciar o debate das **Proposta de Decreto Legislativo Regional “Orientações de Médio Prazo para 2005/2008”, “Plano Regional Anual para 2005” e “Orçamento Regional Anual para 2005”**.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de Plano e Orçamento para 2005 e Orientações Médio Prazo para o período 2005-2008 são as primeiras que o IX Governo Regional dos Açores apresenta a esta Assembleia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

As Orientações de Médio Prazo, que integram o sistema Regional de Planeamento dos Açores, consubstanciam um modelo que permite integrar uma visão prospectiva da economia e da sociedade açoriana e flexibilizar o enquadramento das intervenções do Governo Regional a nível de cada um dos Planos Anuais que a legislatura irá contemplar.

O cenário macro-económico para o período 2005-2008, permite perspectivar uma evolução muito positiva dos principais indicadores económicos nos Açores.

As taxas médias anuais de crescimento nominal 2005/2008, do Emprego (2,7), PIB a preços de mercado (6,6%), Formação Bruta de Capital Fixo (7,7%), Produtividade (3,6%), PIB per capita (4,9%) e Rendimento Disponível (4,6%), asseguram a manutenção da dinâmica da economia regional verificada nos últimos anos.

As projecções extremamente realistas, que tiveram por base a elaboração dos documentos que vos apresentamos, permitem assegurar um clima de confiança e estabilidade propício ao crescimento do Investimento, da Produtividade, do Emprego e do Rendimento Disponível a taxas superiores à média nacional e comunitária assegurando o reforço do esforço de convergência com o País e a União Europeia, objectivo estruturante da acção do Governo Regional e contributo histórico dos Governos do Partido Socialista para o futuro da nossa Região.

As orientações de Médio Prazo 2005-2008, asseguram a sustentação do progresso conseguido nas duas anteriores legislaturas e definem uma estratégia assente em cinco vectores determinantes:

Promover a coesão Social, Económica e Territorial da Região;

Incrementar os níveis de qualificação do tecido Económico-Social;

Potenciar os factores determinantes da produtividade e competitividade;



Promover a melhoria das redes estruturantes do território;

Melhorar os níveis de eficiência do sistema de gestão pública.

Uma estratégia global de desenvolvimento, privilegiando o crescimento económico, sustentado no pleno emprego, na coesão social e no equilíbrio das finanças públicas, implica a definição concreta de objectivos rigorosos de afectação do investimento público.

Neste contexto o investimento público regional no período 2005-2008, terá como enquadramento a concretização de cinco objectivos estruturantes, nomeadamente:

Qualificar os recursos humanos, potenciando a sociedade do conhecimento e a inovação;

Aumentar a produtividade e a competitividade da economia açoriana;

Reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades;

Incrementar o ordenamento territorial e a eficiência das redes estruturantes de transportes;

Afirmar os sistemas autonómicos e da gestão pública.

São estas as nossas prioridades, definidas com clareza e objectividade, nos documentos que vos apresentamos, e nas quais assenta as políticas de investimento público definidas para a actual legislatura.

O Investimento Público previsto realizar pela Administração Regional no quadriénio 2005-2008, ascenderá a 2.376,4 milhões de euros, o que representará um investimento médio anual de 594,1 milhões de euros, dos quais 1.327,6 milhões de euros inscritos ao capítulo 40 do orçamento.

Estes elevados níveis de investimento que agora se projectam são alcançáveis num quadro de consolidação orçamental em que não se prevê qualquer recurso a endividamento directo da Região, portanto num cenário



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

de equilíbrio das finanças públicas regionais e cumprimento integral do Pacto de Estabilidade e Crescimento, mesmo antes de ser revisto.

O investimento público inscrito no Plano da Região terá um valor médio de 331,9 milhões de euros, sendo 17,7% superior à legislatura anterior e, é bom lembrar 139% superior ao realizado no quadriénio 1993-1996.

Este crescimento sustentado do investimento público é ainda mais relevante, quando o mesmo é financiado totalmente pelas receitas próprias da Região, pelas transferências do Orçamento de Estado e União Europeia, enquanto em 1993-1996, apesar do investimento efectuado ter apenas 41,7%, do proposto, para os próximos quatro anos, foi necessário recorrer ao endividamento para financiar 52,5% do investimento efectuado.

Isto é, com a capacidade de obtenção de receitas próprias pela região em 1996, só seria possível executar 19,8% do investimento que vamos concretizar nos próximos 4 anos.

É com realidades como estas, indesmentíveis e irrefutáveis, que reforçamos a convicção que estamos no bom caminho e que o percurso já efectuado e as opções tomadas foram as mais correctas.

O enquadramento financeiro da Administração Pública Regional, permite também perspectivar que a totalidade das despesas de funcionamento da Administração Regional sejam financiadas pelas receitas próprias da Região, e que a taxa anual de crescimento das despesas de Investimento seja sempre superior do que as observadas para as despesas de funcionamento, afectando um volume crescente de recursos financeiros ao investimento público regional e assegurando-se a real autonomia financeira da Administração Regional.

O investimento global previsto para o quadriénio em análise, enquadra-se num cenário realista de equilíbrio orçamental, que permitirá à Região e a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

todos os agentes económicos assegurar um clima de confiança e estabilidade que possibilite encarar positivamente os grandes desafios de desenvolvimento e de crescimento económico e social convergentes com o restante território nacional e com a União Europeia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os indicadores económicos disponíveis apontam, também, claramente, para o êxito desta política que temos vindo a prosseguir.

De facto, com os valores do PIB per capita, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, o crescimento do PIB nos Açores foi nove vezes superior ao continente e 4,5 vezes superior ao verificado, em termos médios, na União Europeia, tendo sido a Região do país que mais cresceu, ultrapassando já em 2002 a Região Norte e igualando a Região Centro, quando ainda em 1996 estávamos a 10 pontos percentuais atrás da Região Norte e 7 p.p. da Região Centro.

O ritmo de crescimento anual, do PIB pc verificado entre 2000/2002 é duas vezes superior à média nacional, e permitirá perspectivar que com a manutenção desta taxa de crescimento média anual atingir 78,45% do PIB da União Europeia em 2013 e assim assegurar a efectiva e real convergência para os padrões de produção e rendimento da Europa.

Foi com este grande objectivo central sempre em mente que elaborámos o orçamento para 2005 agora aqui em apreciação e que será devidamente pormenorizado ao longo do debate.

A proposta de orçamento para o corrente ano de 2005 atinge 1.173,3 milhões de euros, que deduzindo as Contas de Ordem, representa a disponibilização de recursos financeiros no montante de 844,7 milhões de euros, mais 12% do que o executado em 2004.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

As receitas próprias da Região atingirão, em 2005 o valor de 569,8 milhões de euros, um aumento de 10,2%, representando já 67,5% do total das receitas (65,9% em 2004) reduzindo-se assim a Região a sua dependência do exterior.

Esta evolução positiva verificada nas receitas próprias é também reveladora do maior dinamismo que temos vindo a imprimir na actividade económica regional e um maior esforço na determinação das receitas que efectivamente cabem à Região.

As receitas fiscais constituem a maior componente das receitas Próprias da Região e atingem em 2005 uma previsão orçamental de 498,8 milhões de euros e representam um acréscimo de 8,6% em relação ao orçamento de 2004 e 2% em relação à execução.

O cálculo das receitas previstas para os Impostos Directos (IRS, IRC) foi efectuada com o máximo rigor e contenção, tendo por base apenas o valor efectivamente cobrado em 2004 e as taxas de crescimento previstas no Orçamento de Estado para 2005, conforme o Protocolo estabelecido com a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais.

No que concerne aos Impostos Indirectos, os cálculos tiveram por base a taxa de crescimento definida no Orçamento de Estado, o histórico das receitas efectivamente cobradas deduzidas ou reforçadas pelos acordos já acordados com o Ministério das Finanças.

É, pois, uma proposta realista que assegura e garante a total execução das receitas fiscais e, conseqüentemente, visa contribuir para a boa execução do Plano de Investimentos da Região.

As transferências do Orçamento de Estado aumentam 9,17% em relação à execução de 2004, derivado do aumento das transferências para a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

reconstrução (+ 49,29%), crédito bonificado à habitação e Lei das Finanças Regionais (+ 2,43%).

Constitui, também, receita significativa no Orçamento de 2005, o saldo financeiro da Conta de 2004, no montante de 22.000.000 €, resultante dos acertos fiscais positivos em sede do IVA, no final do ano, e da significativa contenção da despesa corrente verificada, que será total e integralmente aplicado no reforço do Plano de Investimentos da Região para 2005, conforme vos propomos nos presentes documentos.

Infelizmente, nem todos compreenderam esta realidade, alguns demagógica e irresponsavelmente tentaram sem êxito, transformar uma situação conjuntural numa demonstração de facilitismo, incentivando e justificando todas as pretensões e arranjando mil e uma maneiras fáceis de desperdiçar aquilo que custou muito a alcançar.

Esses senhores não perceberam, aliás como se comprova pela situação das finanças públicas nacionais, após três anos de gestão da ex-coligação governamental, que a consolidação das finanças públicas se faz com rigor na aplicação dos recursos, contenção das despesas de funcionamento e com o esforço de canalização de todas as disponibilidades para o Investimento reprodutivo.

Só assim se transforma uma situação conjuntural numa realidade estrutural. Por isso, aplicamos integralmente o saldo financeiro de 2004, no reforço do Plano de Investimentos da Região para 2005.

Por isso, apresentamos um Orçamento em 2005, sem qualquer recurso ao endividamento.

A apresentação, pelo terceiro ano consecutivo, de um Orçamento perfeitamente equilibrado, isto é, com um deficit zero, é um facto histórico e que tem ainda mais significado num país e numa Europa que viola



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

sistematicamente o limite de 3 por cento imposto pelo Pacto de Estabilidade.

Também nesta matéria, demonstramos ao País que rigor, consolidação orçamental e equilíbrio das finanças públicas não é necessariamente sinónimo de crise económica e social e de desemprego, pode também ser, como conseguimos demonstrar, sinónimo de crescimento económico, coesão social, emprego e estabilidade.

Neste contexto, o stock da dívida pública regional, não terá qualquer alteração em 2005, mantendo-se em 275 milhões de euros, o que representa apenas 9,9% do PIB, sendo 6 vezes inferior ao limite imposto pelo pacto de estabilidade, (60% PIB) e cerca de 7 vezes inferior ao valor nacional (67% PIB).

E porque a memória por vezes é curta, importa lembrar que em 1996, quando o Governo Regional liderado por Carlos César tomou posse, a dívida pública regional era de 579,5 milhões de euros (+304 milhões de euros que actualmente), e representava 37,8% do PIB da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto às despesas previstas no Orçamento, verifica-se que, em 2005, a taxa de crescimento do investimento é 21 vezes superior à taxa de crescimento das despesas de funcionamento, pois enquanto as despesas de funcionamento crescem em relação ao Orçamento de 2004, apenas 0,57%, o investimento aumenta 12%.

É esta mais uma demonstração evidente que o rigor, a contenção e a eficácia da aplicação dos dinheiros públicos é uma realidade nos Açores e será reforçada com a aprovação deste Orçamento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Dentro das despesas de funcionamento, saliente-se a redução dos encargos correntes da dívida pública (- 5,56% que o Orçamento de 2004), que, aliás, representarão em 2005 apenas 1,6% do total da despesa corrente (em 1996 era de 7%) e apenas 0,2% do PIB. Por outro lado também, dentro das despesas de funcionamento regista-se um aumento de apenas 0,56% das despesas com pessoal e de 0,57% nas restantes despesas correntes em relação ao Orçamento de 2004.

O Plano Anual de 2005, sendo o primeiro de um novo ciclo de programação, concretiza as orientações de médio prazo, no quadro dos novos objectivos definidos para a presente legislatura.

Com uma informação mais completa e pormenorizada, o Plano de 2005 apresenta um investimento público global de 545,9 milhões de euros, dos quais 311,8 milhões de euros inscritos no capítulo 40 do Orçamento da Região, o que representa um aumento de 11,9% em relação ao valor proposto para 2004, sendo sem dúvida o maior Plano de Investimentos público apresentado e debatido nesta Assembleia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): É sempre o maior!

O Orador: Ao aumento da produtividade e competitividade da Economia Açoriana, destina-se 33% do total do investimento proposto, o incremento das redes infraestruturais e ordenamento do território tem disponível 26% das dotações, enquanto o objectivo de reforçar a coesão social e igualdade de oportunidades, bem como qualificar os recursos humanos e potenciar a sociedade de conhecimentos será concretizado com um investimento que representará mais de um terço (34%) do total do Plano.

São estas as nossas prioridades, são estas as nossas opções que correspondem também às prioridades definidas pela larga maioria dos Açorianos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Por uma questão de manifesta falta de tempo não irei abordar sectorialmente o Plano de Investimentos, estando no entanto disponível para esclarecer o conteúdo dos programas das áreas que tutelo no debate que se seguirá, destacando apenas a estruturante reforma da Administração Pública Regional que estamos a empreender.

A estratégia de desenvolvimento definida pelo Governo Regional nos últimos 8 anos, impulsionou o crescimento económico e a criação de emprego, a melhoria progressiva da situação financeira regional, a redução significativa da dívida pública, permitindo perspectivar a médio prazo, a manutenção de um enquadramento financeiro estável e consolidado, de um crescimento sustentado das receitas e do investimento público e privado.

Esta caracterização da realidade regional, que a todos nos orgulha, constitui as principais conclusões da avaliação, às finanças públicas regionais, publicada recentemente, pela Agência Internacional de notação de Rating de Moodys, classificando objectivamente os Açores no 4º nível entre 21 possíveis na óptica de avaliação dos mercados financeiros internacionais.

Não é, pois, apenas, o Governo Regional e a larga maioria dos Açorianos a confiarem que estamos no caminho certo, são os mercados financeiros internacionais que o reconhecem e isso não poderá ser desmentido por qualquer tentativa partidária de desvirtuar a realidade.

A actual realidade económica e social dos Açores é só uma: aquela que os Açorianos sentem, que os agentes económicos confiam, que os indicadores económicos e sociais revelam e que as agências financeiras internacionais classificam.

Esta realidade, que está expressa nos documentos que vos apresentamos e que constitui um contributo efectivo e estrutural para continuar a mudar os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Açores para melhor, e reforçar a convicção que os Açores são cada vez mais uma região de futuro e com futuro.

Estou certo de que saberemos, todos, corresponder a esta oportunidade e a este desafio.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o período para inscrições sobre esta intervenção.

(Pausa)

Está inscrito o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos três dias onde vamos ter mais que tempo para debater uma série de questões e para “esgatanharmos” todo este Orçamento e Plano. Teremos muitas coisas para dizer, algumas delas naturalmente bastante afastadas do discurso que o Sr. Vice-Presidente acabou de proferir.

Há uma que me saltou de imediato, aliás, isso é um pouco aquilo que se passa com estes documentos, como teremos oportunidade de mostrar. Quando o Sr. Vice-Presidente falou no crescimento da despesa, os valores que se retinham, em termos de percentagens de crescimento, era 0,5 ou 0,57 e, logo à partida, isso causou-me uma estranheza, talvez porque nos chamou a atenção quando analisámos estes documentos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A verba executada em aquisição de bens e serviços correntes, em 2004, de acordo com o documento que nos foi presente, foi de 16 milhões 322 mil euros.

Em 2005, o Orçamento prevê um aumento para 17 milhões 599 mil euros, ou seja, um crescimento que lhe está associado de 7,82%. Portanto, saímos do zero vírgula qualquer coisa.

Tendo em conta que é justamente neste domínio que se verifica ou que podemos constatar a existência de inúmeros desperdícios, de inúmeras irracionalidades; que é, por outro lado, uma zona da despesa que se caracteriza por uma menor rigidez do que outras designadamente ao nível da despesa corrente; que é, no fundo, a zona onde mais facilmente podem ser aplicadas medidas de contenção, medidas de racionalização, que poderiam originar talvez um não crescimento da verba, senão mesmo um decréscimo que fosse sustentado ao longo dos anos até conduzir a níveis razoáveis, porque não está a níveis razoáveis; sendo algo que teoricamente o Governo Regional associa a esta proposta de Orçamento, gostaria de lhe fazer duas perguntas:

1ª- Por que é que omitiu no seu discurso esta verba, que é uma verba considerável?

2ª – Por que é este crescimento tão acentuado?

Muito obrigado.

Deputada Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Queria informar a câmara que também estavam inscritos os Srs. Deputados Lizuarte Machado e José Rego. Só mais tarde é que reparei. Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Tal como afirmou o Sr. Vice-Presidente, os documentos em discussão – Orientações de Médio Prazo e Plano para 2005 – definem medidas e traçam objectivos estratégicos de crescimento e de desenvolvimento, numa situação de finanças públicas perfeitamente consolidadas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Ele já tinha dito isso!

O Orador: Exactamente, mas nunca é demais repetir. Eu sei que custa a ouvir.

São, pois, documentos de referência para todos os agentes económicos e sociais.

Sendo certo que numa economia de mercado, como aquela em que vivemos, e num mercado tão aberto e cada vez mais aberto como aquele em que nos inserimos, cabe à iniciativa privada ser o motor do desenvolvimento, não é menos certo que cabe aos poderes públicos criar as condições necessárias ao seu funcionamento e desenvolvimento.

É, pois, ao Governo que cabe melhorar as acessibilidades, valorizar os recursos humanos, desenvolver a ciência e a tecnologia e apoiar as actividades económicas tradicionais e os sectores emergentes.

Sem esta intervenção pública e numa sociedade à nossa dimensão, numa região insular e periférica, nunca atingiríamos níveis satisfatórios de desenvolvimento.

Nunca, como com os Governos Socialistas, se potenciou tanto os efeitos multiplicadores do investimento e tal fica a dever-se aos elevados níveis de confiança que o sector privado tem demonstrado na governação socialista.

Esta é a pedra de toque em toda esta discussão e no desenvolvimento acentuado e contínuo dos últimos anos que a região tem vivido com os Governos Socialistas. Nunca houve, como agora, tão elevados níveis de confiança dos agentes privados naquilo que são as políticas definidas pelos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Governos Socialistas e isto tem tido efeitos multiplicadores que são fundamentais por parte dos privados que têm investido, que têm induzido na economia regional.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Essa intervenção vem na linha do “Yes, Minister”!

O Orador: Os documentos em análise, na sequência do último Plano de Médio Prazo, valorizam e potenciam os nossos recursos endógenos e de desenvolvimento económico e social sustentado.

Não se caia, pois, na tentação de analisar o Plano de 2005 sem ter presente as Orientações de Médio Prazo, já que os conceitos de crescimento económico não são conceitos de curto ou de médio prazo, são conceitos de médio prazo, mas sobretudo e quase sempre de longo prazo.

Portanto, a minudência das discussões do 0,5, do 0,1, do 0,2 ou do 0,3 não encaixam, não têm nada a ver com aquilo que tem sido a melhoria das condições de vida, do bem-estar dos açorianos e é isso que importa ressaltar destes documentos que, na senda daquilo que são os documentos que aprovámos em legislaturas anteriores, vão continuar a fazer crescer essa melhoria de vida, a melhoria de níveis de bem-estar e vão fazer com que os açorianos se identifiquem cada vez mais e melhor e tenham cada vez mais e maior prazer em viver na sua terra.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Sr. Deputado António Marinho apresentou uma preocupação em relação a este Orçamento relacionada com a contenção da despesa ou não deste Orçamento.

Eu julgo que as percentagens aqui apresentadas não indo aos zero vírgula não sei quantos que o Sr. Vice-Presidente apresentou, o que interessa é saber se há ou não uma contenção nas respectivas despesas ou há uma escalada do subir das despesas.

Deputado António Marinho (PSD): Claro que não há. Está à vista!

O Orador: Essa escalada não se verifica nestes documentos. Todavia, o Sr. Vice-Presidente apontou que na Administração Pública Regional algumas alterações serão feitas sempre no sentido de prestar aos nossos concidadãos o melhor serviço da Administração Pública. Aí, o Sr. Vice-Presidente apontou como exemplo o RIAC, que será montado em várias freguesias dos Açores, que será uma porta aberta para um acesso melhor e mais eficaz aos nossos cidadãos.

Deputado António Marinho (PSD): Do que é que está falando?

Não estamos a falar da mesma coisa!

O Orador: Estamos a falar nesta matéria, porque a despesa pública corrente passa por aí também, pela satisfação dos nossos concidadãos, pela Administração Pública.

Todavia, queria também afirmar que parte da despesa, e como está relatado no nosso relatório, tem sempre a ver com as nossas carreiras da função pública...

Deputado António Marinho (PSD): Bens e serviços! Isso é outra coisa!

O Orador: ... em que cada vez mais temos uma função pública mais eficaz, bem formada e o progredir nas suas carreiras, nos seus índices, faz



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

com que a hoje a Administração Pública seja mais pesada em termos dos quadros técnicos que lá tem. Podemos falar dos professores, dos médicos...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Bens e serviços, é disso que estamos a falar!

O Orador: ... e podemos falar na Administração Pública em geral onde cada vez mais temos quadros qualificados.

Deputado António Marinho (PSD): Eu falei de uma coisa e o senhor falou de outra totalmente diferente!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho muito gosto em abordar o orçamento na sua globalidade, mas estranho que a primeira intervenção da bancada do PSD seja para abordar uma rubrica que representa 3% do total das despesas correntes, ou seja, menos de 1% do total do orçamento.

Isto significa que os senhores concordam com a afectação dos restantes 99% das despesas e apenas estão preocupados com 3%.

Mas se a vossa preocupação é com a rubrica que representa 3%, vamos ela. Ao contrário do que o senhor referiu, eu abordei na minha intervenção essa rubrica, englobando no conjunto mais vasto da conjugação de 3 rubricas que na globalidade dá um aumento de 0,57%.

O senhor está preocupado com uma coisa, mas digo-lhe que não leu com atenção os documentos.

Realmente a aquisição de bens e serviços correntes aumenta em relação ao orçamento do ano anterior 5,48%, mas, por outro lado, as outras despesas correntes reduzem em igual montante, menos 5,58%, que tem um idêntico



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

peso no orçamento. Ou seja, a evolução da aquisição de bens e serviços tem que ser analisada na conjugação destas duas rubricas.

Portanto, nessa globalidade, o aumento é de 0,57% em relação ao orçamento anterior, com a diferença, porém, que fizemos uma opção clara de não colocar em dotações residuais a despesa corrente. Para termos um melhor controlo da despesa corrente afectámos essa despesa a rubricas de aquisição de bens e serviços e não a deixámos numa dotação provisional. É por isso que aumenta essa rubrica 5,54%, mas em contrapartida imediata as outras despesas correntes descem 5,58%, o que na totalidade da aquisição de bens e serviços correntes o aumento é apenas de 0,57%, o que sendo algo que representa apenas 3% das despesas correntes, é também importante.

A conclusão que se tira é que os senhores olharam para uma árvore e esqueceram-se da floresta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado António Marinho (PSD): Não esqueci. A floresta vem aí. O senhor falou globalmente, deu-lhe jeito!

Presidente: Não havendo mais ninguém inscrito, tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho para uma intervenção.

Deputados Mark Marques e Clélio Meneses (PSD): Aí vem a floresta!

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um documento que se destina a suportar financeiramente a actividade do Governo Regional no presente ano, um de natureza estratégica, do qual deveria resultar um modelo de desenvolvimento para os Açores para os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

próximos quatro anos, e ainda um terceiro, que pretende apresentar as opções dessa mesma estratégia para 2005, eis a razão de aqui nos encontramos reunidos para a respectiva apreciação em Plenário. Entretanto, há trabalho de casa efectuado, antes e depois das audições dos membros do Governo, e uma primeira abordagem, feita a nível das Comissões Permanentes.

Globalmente, as posições parecem estar definidas, mas deve contar-se com dados novos que aqui possam surgir e que suscitem alterações, quer pontuais, quer outras com maior profundidade, ou até mesmo da filosofia subjacente ao modelo apresentado.

Não iremos prescindir de alguma contundência na crítica aos documentos, onde privilegiaremos a questão do irrealismo que entendemos estar associado aos mesmos, embora, naturalmente, acarinhemos certas opções que, aliás, dificilmente poderiam não ser consideradas. Contudo, entendemos que o nosso principal papel não é o de aplaudir o que nos parece estar correcto. Julgamos ser mais importante alertar para desmandos ultra-optimistas de quem pretende ganhos fáceis e rápidos de protagonismo, bem como apontar o dedo a opções que consideramos inadequadas, pelo facto de penalizarem uma ilha ou um grupo de cidadãos, por privilegiarem um sector da economia em contraponto com o desprezo votado a outro, ou mesmo por se encontrarem ligadas a objectivos ditados pela realização de actos eleitorais.

Deputado Pedro Gomes e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Se o fazemos, não é porque pretendamos “destruir”, como provavelmente vamos ser acusados. Julgamos é que os alertas que pretendemos deixar podem servir para melhorar documentos fundamentais ao desenvolvimento sócio-económico dos Açores, caso haja acolhimento



das nossas propostas e das considerações que tecermos, prática que, infelizmente, não tem sido comum.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Começemos por uma apreciação global das Orientações de Médio Prazo, onde incluiremos também a referente ao Plano de 2005.

As OMP incluem, como ponto de partida, uma sofisticada metodologia de análise prospectiva, excelente nos resultados a que normalmente conduz, mas que, neste caso, se encontra insuficientemente explicada, designadamente em relação às condições em que foi desenvolvida. Por tal facto, não existem garantias em relação à credibilidade dos resultados na mesma obtidos, até por uma definição demasiado ampla dos factores analisados, que não se revela a mais adequada ou, diríamos mesmo, não é a correcta.

Ainda assim, seria de esperar uma ligação efectiva da metodologia utilizada com os grandes objectivos de desenvolvimento a seguir apresentados no documento, bem como com os programas que nos mesmos são inseridos, designadamente em termos da expressão dos valores que lhes ficam afectos. Pura ilusão! Afinal, parece que a inclusão da citada metodologia em nada alterou o que se pretendia associar a cada objectivo ou programa. Tanto assim é que, na anteproposta do documento apresentada para parecer dos parceiros sociais, a mesma não se encontrava incluída.

Quanto aos grandes objectivos de desenvolvimento fixados, são certamente inquestionáveis, independentemente do peso relativo que detém, mas são apresentadas de forma excessivamente generalizada. Bem intencionados, provavelmente, mas longe de poderem ser considerados eixos de uma estratégia definida, clara e totalmente assumida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os valores considerados para todo o quadriénio, sem explicação e justificação, provavelmente não obrigatórias no actual quadro do sistema de planeamento, parecem obra do acaso, não estando associados a uma definição clara de prioridades sectoriais, que impusesse, por sua vez, determinada estrutura a nível dos programas. Pode até acontecer que resultem de uma afectação feita com base em interesses de natureza desconhecida, ou até mesmo (quem sabe?) decorrente do peso político de cada responsável do Governo. Para esse efeito, aliás, pode ter sido proveitosa a alteração do sistema de planeamento que a criação do SIRPA introduziu, feita na linha do que hoje em dia se faz no mundo desenvolvido, em que se está a abandonar a “adivinhação” que a rapidez das modificações do mundo actual origina, e de que os Açores foram exemplo nos últimos quatro anos. Da passagem da especificação do PMP, excessiva mas sem sustentação científica, para a enorme generalidade das OMP, o Governo Regional sempre pode ter retirado a vantagem de distribuir o “bolo” de forma ajustada a determinados protagonistas ou a interesses que vão além do próprio desenvolvimento dos Açores.

Um documento vago, com análises elaboradíssimas, mas de reduzida ou nula ligação aos objectivos e programas propostos, que parece exceder-se na maior abertura que se tornou possível para o documento de médio prazo, a partir da aprovação do novo sistema de planeamento regional, é, globalmente, a leitura que retiramos da apreciação das OMP.

Passemos a uma apreciação quantitativa.

Estamos, mais uma vez, – e ainda há pouco o Sr. Vice-Presidente o referiu – em todos estes documentos, perante o epíteto que há alguns anos nos persegue, o de “maiores de sempre”, expressão que começa a ficar gasta de



tanto que tem sido usada e que, desta vez, pode também dever-se à satisfação do ego de novos protagonistas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A seriedade das palavras, que se exigiria na apresentação de documentos com a importância destes, implicaria uma análise a preços constantes para que a mensagem publicitária se aplicasse justificadamente. Caso se fizesse esse exercício, quer nos últimos oito anos, quer antes do “tão citado” ano de 1996, poderiam ser encontrados vários anos em que o investimento do Plano atingiu valores superiores aos indicados para 2005. Esta... é a verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Diz-se que o investimento previsto no Plano para 2005, de 311.8 milhões de euros, representa um aumento de 37.9% em relação à execução do ano de 2004. Aqui começa o irrealismo, que tentaremos mostrar e que já ficou a marcar, de forma muito evidente, todo o período de vigência do Plano de Médio Prazo 2001-2004.

Logo à partida, deve referir-se que, no valor global do Plano de 2005, estão incluídos 30 milhões de euros para reestruturação do sector público empresarial regional, um valor com características conjunturais, possível devido à alienação de participações da Região. Se esse efeito pontual fosse retirado, então o montante do investimento do Plano seria reduzido para 281.8 milhões de euros, o que, face aos 292.9 milhões de euros previstos no PMP 2001-2004, para o ano terminal do quadriénio, se traduziria, não num aumento, mas sim numa redução de 3.8% entre 2004 e 2005. Seria essa a comparação adequada, ao contrário da que conduz ao aumento avançado pelo Governo Regional, em que se compara uma intenção, a do primeiro ano das OMP, onde, ainda para mais, se inclui um valor respeitante a uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

operação de natureza assumidamente pontual, com uma execução, a do ano precedente ao início do actual quadriénio.

Caso se pretendam comparar valores de execução, então teremos que recorrer à capacidade do Governo nesse domínio. Conhecemos a execução efectiva de 2004 e teremos que avaliar a que potencialmente se vai verificar em 2005, tomando como base o histórico existente.

Todos sabemos, o próprio Governo Regional sabe, os deputados da bancada socialista também sabem e, obviamente, todos os açorianos têm igualmente tido oportunidade de conhecer, que, das intenções à prática, vai uma longa distância, quando olhamos para a governação dos Açores dos últimos anos. Na média dos últimos quatro anos, ou anualmente, se assim quisermos, já que os desvios em relação à média são irrisórios, 25% das intenções do PMP ficaram por realizar. Exactamente... um quarto!

Ainda que possam ser invocadas reprogramações a meio do percurso que, aliás, também não permitiram acertar, nem na zona limítrofe do alvo, mesmo feitas em período próximo do final do ano, o que chega a ser espantoso, este é um Governo de “três quartos”. O que promete ou pretende inicialmente, para ficar bem na fotografia, é reduzido em 25% pelo caminho. Invariavelmente... um quarto das intenções fica no bolso. No fundo, é uma cosmética aplicada para ir a um baile que, quando as luzes aquecem, começa a desfazer-se, ficando a tapar apenas três quartos do rosto.

É nossa convicção, e julgamos que não será só nossa, que os próximos quatro anos não serão diferentes. A Região continuará a confrontar-se com um Governo que se manterá na política dos “três quartos”, ou seja, continuará a executar 75% do que programa, até porque não terá capacidade financeira de exceder essa percentagem. Assim, o investimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

do Plano deverá ficar-se, em termos de execução, por um valor global de 233 milhões de euros, o que conduzirá a um crescimento de 3.4%, caso se integre o efeito das aplicações resultantes da alienação de participações da Região, correspondendo, em termos reais, a uma subida de perto de 1%. Caso aquele efeito seja retirado, como manda a seriedade da análise,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... então verificar-se-á uma descida de 8.8%. Estamos, certamente, perante valores mais consentâneos com a realidade regional, devendo dizer-se que tudo isto pode acontecer já com a aplicação das verbas do afamado “superávite”, questão que julgamos que está longe de se encontrar explicada e em relação à qual queremos dizer que não tememos a discussão, já que a consideramos como algo que saiu da cartola para satisfazer necessidades inusitadas de protagonismo e que certamente vai entrar no anedotário das finanças públicas regionais.

Interessante é ainda verificar o que acontece, através da comparação de valores de execução, para o primeiro ano das OMP, caso se desça à terra quanto à execução possível do Plano de 2005, aplicada de forma igual a todos os grandes objectivos de desenvolvimento agora propostos. Enquanto “Qualificar os Recursos Humanos Potenciando a Sociedade do Conhecimento” crescerá 10.3% entre 2004 e 2005, “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia” baixará 8.3%, “Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades” terá a acentuada quebra de 21.2%, “Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes” descenderá 8% e, finalmente, aparecerá um crescimento arrasador de 528.7% para “Afirmar os Sistemas Autónomico e da Gestão Pública”, dado ser o vector em que se incluem os já citados 30 milhões de euros de reestruturação do sector público empresarial regional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Em termos globais, estamos falados. Obviamente que, em termos sectoriais e espaciais, há inúmeras questões que abordaremos aprofundadamente ao longo destes dias, embora se deva assinalar o “truque” arquitectado com este Plano, ao não permitir comparações espaciais com o passado, devido ao facto de as alterações metodológicas introduzidas terem subtraído a informação relativa aos investimentos do Plano por ilha.

No entanto, pode assinalar-se que subsistem vícios do passado. Em particular, o facto de continuarem “escondidas”, sob a capa de investimento do Plano, verdadeiras despesas correntes. Em alguns casos, de forma descarada, onde até pinturas de edificios públicos se incluem, sendo situações que traduzem que as habituais recomendações do Tribunal de Contas, mesmo a nível do que se prevê, se preparam, mais uma vez, para não ser acatadas. São também inúmeras as situações em que o Plano vem apenas em socorro financeiro de obras já executadas, ou seja, em que as verbas inscritas servirão, não para novos investimentos, mas sim para pagar “calotes”, alguns deles relativos a empreendimentos inaugurados há vários anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Apelamos, por isso, para a verdade dos números, haja maior ou menor simplificação e abstracção na análise, porque estamos em crer que, daqui por um ano, quando tivermos na nossa posse o relatório de execução do Plano de 2005, encontraremos muitas semelhanças em relação ao que agora estamos a antever. O Governo Regional dificilmente terá margem, entenda-se do ponto de vista financeiro, para deixar de se considerar como Governo de “três quartos”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Será o investimento do Plano de 2005 representativo, no conjunto dos meios financeiros que o Governo projecta despende durante o presente ano? Para encontrarmos a resposta a esta questão, passemos à abordagem do Orçamento da Região.

Excluindo contas de ordem, o Orçamento da Região aponta para um valor de 837.7 milhões de euros, em relação ao qual os 311.8 milhões de euros das despesas de investimento do Plano representam 37.2%. Com a inclusão daquelas, o peso do Plano desce para 26.7%. Ou seja, a relevância dada ao investimento é, mais uma vez, extremamente reduzida. Pouco mais de um terço, sem contas de ordem, e pouco mais de um quarto, com aquelas.

A expressão do investimento, no entanto, deverá ainda ser bastante menor quando, no final do ano, se verificar, como tudo leva a crer, que a sua execução ficou muito aquém do programado, a julgar pela experiência que os governos socialistas deixaram no passado recente e que já tivemos oportunidade de mostrar. Com efeito, no que diz respeito a despesas de funcionamento da máquina administrativa, o Governo Regional tem por hábito ser mais certo nas suas projecções, pelo que a tendência será para que o seu peso se acentue, relegando o esforço de investimento para pouco mais de 20% do total, ou seja, um nível irrisório face à necessidade que do mesmo existe para colocar os Açores em níveis de desenvolvimento próximos das médias nacional e europeia.

Este orçamento, efectivamente, privilegia, mais uma vez, as despesas de funcionamento, mantendo, ou mesmo alargando, fontes de criação de despesa pública não reprodutiva e focos de criação de emprego público, ambos necessários ao Governo para distribuir “presentes” que gratifiquem “bons serviços prestados”.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Refira-se ainda que estes são reforçados pelos que advêm da utilização de outros instrumentos que têm sido criados na esfera do poder regional, ou que o vão ser ainda durante esta legislatura, designadamente as sociedades anónimas que têm proliferado para arcar com despesas não suportadas pelo próprio Orçamento, às quais voltaremos a fazer referência. Do lado da despesa, além desta questão de ordem geral e estratégica, e das outras que tivemos oportunidade de salientar na análise do Plano, deixamos ainda no ar a existência de possíveis crescimentos injustificados em alguns domínios da despesa corrente, em que, alguma estabilização, ou até uma descida, seria razoável, já que neles haveria maior viabilidade de implementar medidas de contenção e de racionalização.

Existirá também alguma benevolência na estimativa de crescimento para as despesas com pessoal, parecendo comportar mais do que o crescimento salarial previsto, acrescido das verbas necessárias para cobrir os efeitos de progressão e promoção nas carreiras. Não sendo extraordinariamente expressiva, afecta a componente orçamental de maior peso, pelo que daí pode resultar um elemento que se associa ao que anteriormente apontámos em relação a emprego público, a que se juntam eventuais verbas adicionais injustificadas nos próprios gabinetes dos membros do Governo, o que se mostra contrário à racionalização que seria desejável e que o próprio Governo publicita, embora não pareça ajustado aos valores em causa.

Aliás, teremos estes aspectos em atenção quando apresentarmos algumas propostas de alteração ao longo dos próximos dias.

E quanto à receita?

Para já, vamos às considerações que o documento apresenta em relação ao “superávite”, o tal que, tendo merecido uma mistificação disparatada, necessita de ser explicado, de forma séria, aos açorianos. Já tivemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

oportunidade de sobre ele nos pronunciarmos nesta Assembleia, quando não dispúnhamos ainda de informação suficiente. Agora, com mais alguns elementos, o que pensávamos, confirma-se.

Em primeiro lugar, a incapacidade de previsão de receitas. Ainda para mais, não sendo o mérito das mesmas atribuível ao Governo Regional, tendo em conta que a principal fonte de receitas adicionais residiu em acertos no IVA, calculado por capitação, como todos sabemos.

Em segundo lugar, a intensificação das operações de desorçamentação. Situação resultante do desvio de despesa para as sociedades anónimas já citadas, em relação às quais aguardamos ainda elementos solicitados, por requerimento, há algumas semanas.

Em terceiro lugar, o não pagamento atempado de dívidas. As que agora começam a aparecer à luz do dia, facilmente identificáveis em diversos programas do Plano para 2005 que se encontra em discussão.

Finalmente, a valorização, disparatada, assim a voltamos a adjectivar, de um facto que assume contornos meramente conjunturais.

Passemos à frente!

Em relação à receita prevista constata-se, de uma forma geral, que existe uma explicação demasiado superficial sobre as taxas de crescimento que estão consideradas no instrumento orçamental para as receitas fiscais. Parece-nos, face à informação prestada, que algumas pecam por demasiado optimistas, ainda que tenham um peso reduzido no valor global da receita. São exemplos, o Imposto de Selo, com um aumento previsto de 4.9%, o Imposto Automóvel, a subir 4.4%, num sector que continua sem mostrar sinais consolidados de recuperação das evoluções negativas que o têm assolado, e, espantosamente, também o Imposto sobre o Tabaco, em que um crescimento de 6.6% nos parece desajustado para um sector complexo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

em que a conjuntura, por motivos que estão para além da economia, se apresenta difícil.

Ficam ainda preocupações, generalizadas, em relação à adopção de bom senso, designadamente nas estimativas da receita. Parece-nos que, face ao contexto das finanças públicas nacionais, e mesmo com um parceiro “rosa” em Lisboa, a opção parece ter sido sempre a de contar com os melhores cenários possíveis, podendo estar em causa a construção de um orçamento realista, como mandam as boas práticas, antes lhe sendo aplicável um velho aforismo acerca da possível localização do ovo no corpo da galinha, imagem pouco consentânea com o respeito exigível ao discurso parlamentar, mas da qual, desde já, Senhor Presidente, me penitencio por não ter conseguido arranjar outra mais adequada.

Gostaríamos de deixar outras notas, incluindo a apreciação dos Orçamentos dos Fundos e Serviços Autónomos, aos quais, globalmente, se associa um valor de 404.6 milhões de euros, incluídos na proposta de orçamento. O tempo que nos está atribuído, contudo, não é propício a que as apresentemos como gostaríamos. Ainda assim, há duas que não queremos deixar em branco, já que em ambas estão em jogo factores que podem condicionar o desenvolvimento futuro dos Açores, dado que lhes podem estar associados movimentos que implicam contrapartidas que apenas surtirão os respectivos efeitos num prazo que ultrapassa os dos próprios documentos agora em discussão.

A primeira, em relação aos dados apresentados sobre o sector público empresarial regional. Se para a EDA, SATA e LOTAÇOR os consideramos em quantidade minimamente suficiente, para as restantes empresas, onde estão incluídas as que maior atenção suscitam, devido à questão da desorçamentação de que falámos anteriormente, confrontamo-nos com o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

“deserto”. Para a sua análise, mesmo minimalista, não encontramos quaisquer elementos quantitativos, sendo certo que, até para sabermos que orçamento vamos votar, se exigia que os conhecêssemos. Provavelmente, não acontece por acaso, como não deve ser inocente que a resposta ao requerimento apresentado sobre as mesmas não tenha chegado antes da discussão deste Plano e Orçamento.

A segunda, tem a ver com questão da dívida pública. Este ano, a dívida indirecta apareceu-nos rebaptizada. Ou melhor, o termo desapareceu. Passou, simplesmente, a “avales”, como se estivesse a refazer-se a teoria clara dos manuais de finanças públicas, como são exemplo os que têm como autores os Professores Teixeira Ribeiro ou Sousa Franco. No entanto, como tinha ficado claro já na apresentação do Programa de Governo, em Novembro passado, há “iluminados” que julgam poder fazê-lo, como se qualquer argumentação descabida pudesse sobrepor-se ao conceito generalizadamente aceite de dívida pública.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Provavelmente, seria proveitoso, no sentido de não mostrar aos açorianos que a dívida da Região, mesmo depois dos perdões do passado, e não levando em linha de conta a que pode ainda estar por trás dos instrumentos de desorçamentação existentes, pode atingir quase 730 milhões de euros no final do presente ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com este valor e considerandos, quanto a nós preocupantes, que finalizamos a nossa intervenção. Espelham, de alguma forma, a filosofia de actuação deste Governo e, conseqüentemente, dos documentos que colocou à nossa apreciação e votação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Não são os nossos. A verdade dos mesmos parece-nos estar escondida. Entendemos que os açorianos têm o direito de a conhecer de forma plena. É para isso que queremos contribuir. Foi para esse efeito que recebemos um mandato dos eleitores.

Disse

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos os Srs. Deputados José Rego, Ana Isabel Moniz, Lizuarte Machado e o Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Marinho fez a sua leitura, uma leitura sectária, no sentido em que leu os números à sua maneira e trabalhou-os como os entendeu. Alguns estarão certos, outros, julgo que mais certos estarão os nossos, porque a nossa Região, ao longo destes anos, esta região que o Sr. Deputado António Marinho diz que tem uma política de três quartos, teve uma política de crescimento como foi verificado por todos os dados macro-económicos que são nossos, vossos e de todo o povo açoriano.

A nossa economia regional cresceu face à nacional, convergiu com a nacional e com a europeia. Portanto, não é uma política de três quartos, é uma política de crescimento para o futuro dos Açores.

O Sr. Deputado António Marinho vem dizer que nas opções de Médio Prazo não há uma definição clara de quais são os objectivos e que áreas são prioritárias ou não para a Região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Eu julgo que o Plano de 2005, quando apresenta uma percentagem de 32,5% para o aumento da produtividade e competitividade da economia, é claro a dizer que este é um dos vectores que o nosso plano aposta. Portanto, ao colocar outros objectivos com percentagens de 8% ou de 25% está definida qual é a nossa prioridade. A nossa prioridade há-de passar pelos investimentos, pelo aumento da produtividade e competitividade da nossa economia.

Deputado António Marinho (PSD): Faça uma análise séria!

O Orador: É séria, porque é aí que estão os nossos investimentos.

Deputado António Marinho (PSD): Compare execuções ou compare intenções!

O Orador: Em relação ao superavit que o Sr. Vice-Presidente já apontou como sendo conjuntural, para o PSD ainda há dúvidas.

As nossas dúvidas não existem.

Houve 22 milhões o ano passado e este ano, aí sim, o Sr. Deputado devia dizer que não vão ser consumidos pela Administração Pública no dia-a-dia, na dita despesa corrente, mas serão todos totalmente canalizados para o investimento da nossa Região.

Deputado António Marinho (PSD): Não sabe o que está a dizer. Não é preciso estar a repetir o discurso dele!

O Orador: É importante dizer quando há verbas, onde é que elas estão afectas e a apostarem no investimento fica claro onde é que nós queremos, ao fim e ao cabo, inserir esta importância.

Relativamente ao financiamento global da Administração Pública, eu julgo que é importante referir o rácio de receitas de capital, receitas próprias e despesas de funcionamento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Deputado António Marinho (PSD): O Sr. Vice-Presidente também já o disse!

O Orador: Já o disse e há que reafirmar que temos caminhado ao longo desses anos com o VII e VIII Governo Regional para uma cobertura integral das despesas de funcionamento pelas receitas próprias e, no próximo ano, julgamos que elas irão superar as próprias despesas de funcionamento.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Deputado António Marinho:

Gostaria de fazer um esclarecimento e de levantar um desafio à crítica que efectuou em relação à análise do posicionamento e dinâmica das componentes estruturantes do sistema de desenvolvimento e da evolução do tecido económico, social e regional, através da utilização de uma metodologia de avaliação pouco clara.

Trata-se da aplicação de um método, denominado Método de Impactos Cruzados – multiplicação aplicada a uma classificação –, desenvolvido por Michael Godet, mais conhecido no meio científico como o Pai da Prospectiva, ...

Deputado António Marinho (PSD): A Sra. Deputada não se meta nisso. Tenha cuidado!

A Oradora: ... que tem sido largamente utilizado a nível europeu para elaborar planos de desenvolvimento e planos sectoriais, tanto a nível regional como ao nível local.

Criticar é fácil.

Faço-lhe daqui um desafio.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Não se pode é aceitar uma crítica desta natureza, relativamente a uma metodologia que já está devidamente testada, sem, no mínimo, a sugestão de um método alternativo para esta análise estrutural da dinâmica do sistema e dos resultados da intervenção da Administração Pública no sistema sócio-económico.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para lembrar ao Sr. Deputado António Marinho que, de facto, nós não temos necessidade, nem é necessário, repetir aquilo que disse o Sr. Vice-Presidente, mas a verdade é que o Sr. Deputado António Marinho repetiu, *ipsis verbis*, o discurso catastrofista que aqui foi feito nos últimos 4 anos pela sua bancada. Não trouxe nada de novo, disse exactamente a mesma coisa dos últimos 4 anos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Em relação à questão das pinturas dos edificios públicos, nós não nos envergonhamos, temos até muita honra nisso, em pintar os edificios públicos.

Por outro lado, gostava de lembrar que é evidente que os objectivos de desenvolvimento são absolutamente inquestionáveis e é evidente que este



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

plano de investimentos é o maior plano de investimentos de sempre, porque vai ser privatizado parte do capital da EDA.

O que é facto é que a EDA é um activo que os Governos socialistas souberam valorizar e, por isso, hoje, podem alienar uma parte do capital pelas verbas que estão em jogo, provavelmente ainda superiores àquelas que neste momento são conhecidas, porque de facto os governos socialistas souberam valorizar esse activo e vão alienar uma parte do capital, não para cobrir défices de finanças públicas, mas porque entendem estrategicamente fazê-lo.

Gostava ainda de lhe lembrar, em relação ao acolhimento das vossas propostas, que cá estamos e vamos aguardar para ver.

Alterações das filosofias subjacentes ao modelo apresentado por nós?

Era só o que faltava se tivéssemos ganho as eleições e agora estivéssemos abertos a propostas de alteração da filosofia dos documentos. Não, Sr. Deputado. Os documentos e a sua filosofia são nossos. Estamos mandatados pelo povo açoriano para não permitirmos e não admitirmos que nesse ponto e nessa medida, em concreto, os documentos sejam alterados. Isso não é admissível, nem sequer é aceitável como proposta da vossa parte.

Para concluir, gostava de lembrar que os Planos de Investimento, curiosamente, têm crescido na mesma proporção dos resultados eleitorais.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os senhores querem falar de preços constantes, vamos a preços constantes, mas como devem ser calculados, que é relacionando os montantes de um determinado ano com o Produto Interno Bruto do mesmo ano.

1996 - Despesas de funcionamento: 24% do PIB de 96

2004 – Despesas de funcionamento: 18% do PIB

Querem mais?

Em termos de receitas fiscais:

1996 – As receitas fiscais representavam 57% das receitas efectivas desse ano.

Hoje representam já 64,8%, a preços constantes.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Por causa da Lei de Estabilidade!

O Orador: Querem falar dos encargos da dívida pública?

Os encargos da dívida pública representavam 1,4% do PIB em 96.

Neste momento representam apenas 0,27%, a preços constantes.

Querem falar da dívida pública directa em 96?

Representava 37,8% do PIB. Hoje representa apenas 9,9.

Querem falar do défice? Vamos falar disso.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Responda àquilo que foi dito!

O Orador: Em 1996 o défice que os senhores deixaram representava 3,4% do PIB desse ano.

Neste momento, é zero.

Em termos de preços constantes estamos falados.

Deputado António Marinho (PSD): Mas não falou nos termos em que eu falei!

O Orador: Mas vamos continuar!

O que é mais impressionante é a vossa incoerência e a criatividade para arranjar desculpas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os senhores acham que não deve ser calculada a receita de reprivatização da EDA para efeitos de investimento em 2005, mas ao mesmo tempo acham que essa receita que estava inscrita em 2004 deve ser calculada para efeitos de taxa de execução. Ou seja, em 2005 não interessa, mas em 2004, em termos de taxa de execução, já interessa.

Deputado António Marinho (PSD): Eu fiz a análise de uma e de outra!

O Orador: É essa a vossa coerência. É esse o vosso realismo de abordagem.

É tão mais criativo quando V. Exas. incluem, para cálculo do peso de investimento, as contas de ordem, mas esquecem-se depois de as incluir quando elas são para efectivo investimento de fundos e serviços autónomos.

Mas a vossa incongruência vai mais longe.

Consideram irrealistas as taxas de crescimento das receitas fiscais previstas. Se calhar podem achar isso, mas as taxas que estão inscritas neste orçamento foram copiadas e tiradas do Orçamento de Estado aprovado pelo PSD e pelo PP.

Portanto, se são irrealistas, a vossa proposta na Assembleia da República, que os senhores votaram favoravelmente, que os senhores apoiaram, é que era afinal irrealista, porque são esses valores que estão aqui inscritos.

É essa a vossa coerência! É essa a vossa abordagem! É essa a vossa realidade!

Vamos falar dos avales.

Acho interessantíssimo e gostaria de ver como é que os senhores abordariam um debate do Orçamento de Estado na Assembleia da República, quando a questão relevante que trariam é dizer “não nos interessa falar no Orçamento de Estado, não nos interessa de falar do plano



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

de investimentos da República, só queremos saber dos avales, ou seja, só queremos saber qual o aval da carris, qual é a dívida da carris, qual é a dívida do metro”.

Se fizessem uma abordagem ao Orçamento de Estado desta forma como seriam ridicularizados a nível dos indicadores económicos e dos analistas económicos!

É isto que os senhores querem fazer. Mas se querem fazer, vamos a isto!

Querem falar de avales? Com todo o gosto!

O montante de avales total concedido pela Região até ao final de 2004, é 279 milhões de euros, dos quais 119 milhões referentes a empresas que estão com participações efectivas do sector privado e estão a ser inclusivamente privatizadas.

Os senhores querem incluir os avales na dívida pública? Vamos a eles!

Vamos supor que o aval é dívida. Então vamos comparar. Dá 20% do PIB. Para terminar esta questão de uma vez por todas, a dívida directa dos Açores, mais os avales concedidos, menos aqueles que a Região nunca terá qualquer encargo sobre os mesmos, representa 1/3 desse somatório dos dois. Representa 1/3, por exemplo, do montante referente à Região Autónoma da Madeira; representa 1/4 da dívida directa do Continente, ou seja, a dívida directa actual mais os avales concedidos pela Região no final de 2004, representa apenas 1/3 da dívida directa que os senhores deixaram em 96. É essa a comparação que devem fazer e se quiserem fazer juntando os avales a esta questão, os dados e os indicadores representam que hoje estamos pelo menos 3 vezes melhor do que em 96 e pelo menos 4 vezes melhor que está o país e está a República.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Eu optei, até pela escassez de tempo que temos, por não discutir aquilo que o senhor acabou de referir, porque não vale a pena.

Eu falo de uma coisa e o senhor fala de outra. Eu falo de 2005 e o senhor fala de 96. Assim não nos entendemos. Somos um caso de não entendimento, como é normal, habitual e se calhar como será bom.

Isto da dívida, o senhor já em Dezembro pretendeu refazer teoria.

Agora, quando fiz a intervenção já falei nisso e era ao senhor que me estava a referir, obviamente.

Podia ler-lhe também o do Prof. Teixeira Ribeiro. O Prof. Sousa Franco integra no conceito de dívida pública, quer queira, quer não. E tanto o Prof. Sousa Franco como o Prof. Teixeira Ribeiro são pessoas a quem devemos respeito intelectual.

“Em sentido amplo abrange um conjunto de situações derivadas não só do recurso ao empréstimo público, mas também da prática de outras operações de crédito, como sejam os avales, os défices resultantes do crédito administrativo” e por aí adiante. Os avales. Portanto, não tire de lá o nome de dívida pública indirecta. Fez isso para quê? Para os outros não perceberem? Não somos parvos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Um terço!

O Orador: Não são. São 279, mais 175 milhões de euros no final deste ano, Sr. Vice-Presidente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Sr. Presidente que é responsável por oito orçamentos até a este momento, sempre teve lá a dívida pública indirecta.

Apareceu o Sr. Vice-Presidente e... qual mago no meio desta Região!

Não é dívida pública indirecta, são avales, o que não é a mesma coisa.

Sr. Vice-Presidente, não trouxe os livros porque são pesados, mas aconselho que leia, caso não os tenha lido, “Finanças Públicas e Direito Financeiro”, do Sr. Prof. Sousa Franco, e “Lições de Finanças Públicas” do Prof. Teixeira Ribeiro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por dar conta da nossa discordância sobre o modo optimista, tremendamente optimista, e pouco humilde, como o Sr. Vice-Presidente aqui apresentou as linhas gerais dos documentos que estão em apreciação.

Vejo com preocupação a forma insistente e a ligeireza com que o Sr. Vice-Presidente compara indicadores da nossa Região Autónoma com os indicadores nacionais, europeus e do resto do mundo. Julgo que dificilmente o açoriano comum compreende essa forma de permanente comparação.

Eu percebo que nalguns indicadores particulares, que até, felizmente, a nossa Região não está má, possa haver essa tentação, mas, fazendo um apelo sempre ao sentido das realidades e ao bom senso que nessas matérias



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

deve prevalecer, permitam-me a expressão, nalguns casos cairmos no ridículo.

Não devemos tirar os pés do chão. Somos a Região Autónoma dos Açores. Temos um quarto milhão de habitantes, fragilidades, limitações, enormes dependências a todos os títulos e, nomeadamente, dependências financeiras. Julgo que não cai bem, por sistema, pormo-nos nos bicos de pés permanentemente e apresentarmo-nos com esse paralelismo permanente, até porque julgo que isso correspondeu a uma época compreensível em que o Governo Regional tinha preocupações de oposição política e partidária ao Governo da República, mas convenhamos, e até na óptica do PS e do Governo, que essa época passou.

Portanto, não faz muito sentido e verão, a curto prazo, a dificuldade que irão sentir de estar permanentemente a fazer esse cotejo com a República, com um país com 10 milhões de habitantes, com estrutura e características próprias dessa dimensão e dessas responsabilidades.

O CDS/PP gostaria de deixar claro que não partilha da leitura e da análise à evolução económica e social que serve de base aos documentos que estão aqui em apreciação.

Sob esse ponto de vista, quando ouvimos muitas das perspectivas que o Governo apresenta, interrogamo-nos se realmente vivemos na mesma região, se é em relação aos mesmos sectores económicos e sociais que estamos a reflectir.

Gostaria de lembrar que o Governo não trata, sob o nosso ponto de vista, com rigor essa matéria nos seus documentos de suporte e nos seus documentos de partilha.

Na nossa perspectiva, infelizmente, a nossa Região Autónoma sofre uma grave crise estrutural nos sectores produtivos tradicionais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Nós gostaríamos que o Governo é que tivesse razão, mas infelizmente não é isso que observamos, não é isso que notamos. A constatação que fazemos é que mantém-se, e nalguns casos agrava-se, a crise estrutural que atinge a agricultura e as pescas na Região Autónoma dos Açores.

Esta crise, na nossa perspectiva, deveria merecer maior preocupação dos responsáveis políticos para com os agentes económicos envolvidos, porque grandes indefinições que caracterizam esses sectores continuam a subsistir e não há, nem se nota, nem neste documento, nem na política geral do Governo, perspectivas de ultrapassar o estrangulamento de um normal desenvolvimento, quer nas pescas, quer na agricultura.

Julgo também ser consensual a constatação de que a grande aposta na batalha da diversificação da produção também não tem sido possível, nem tem sido ganha na nossa Região Autónoma.

Eu gostaria que o Governo não entendesse isto como uma crítica destrutiva e como alguém que seleccionou alguns desses pontos para vir aqui incomodar e quebrar esse tom triunfalista que caracteriza a postura do Governo.

Parece-nos que a importância desses documentos é tal, e esses documentos são tão essenciais para o futuro dos Açores e das suas populações, que não é razoável metermos a cabeça na areia e ignorarmos o que se passa no sector económico e produtivo da nossa Região Autónoma.

Já disse várias vezes aqui e volto a repetir: não invejo a posição e as responsabilidades dos responsáveis regionais pelos nossos sectores produtivos tradicionais. Portanto, vejo com pesar que se jogue tanto com alguns crescimentos, sob o ponto de vista – é importante e o Governo tem o direito de os salientar – de indicadores, e não se tenha a noção perfeita da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

complexidade dos nossos sectores produtivos e do momento de dificuldades porque passam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falando com a nossa gente, e os senhores falam tanto ou mais do que eu, certamente que ouvem da parte dos nossos agentes preocupações e incertezas. É a isso que o Governo não responde e, com o devido respeito, não é atirando milhões que tranquiliza quem está legitimamente preocupado nessas áreas.

Os senhores da agricultura sabem disso, tal como os senhores das pescas. De resto, infelizmente nos Açores, muitas vezes se tem atirado dinheiro aos problemas, quando grande parte dos problemas não estão, infelizmente, apenas dependentes nem do dinheiro que se lhe atira e muito menos das dotações que anualmente se repetem nos documentos.

Uma segunda área que queria realçar também no sector produtivo é o que se passa com o turismo. Esta nova aposta que eu julgo que é partilhada por todos os açorianos e que, temos que reconhecer com objectividade, apresenta indicadores altamente favoráveis.

A nossa Região Autónoma (e nunca é demais reconhecê-lo), nos últimos anos, apresenta taxas de crescimento, em matéria de dormidas, com as características que essas taxas revelam numa região pequena como a nossa, na qual estamos incluídos – aliás o facto de não ter havido plenário em Fevereiro, constituiu um grave retrocesso no turismo dos Açores, na Ilha do Faial – mas tendo presente o peso e o papel que todos nós temos nesses indicadores, a verdade é que, globalmente falando, a Região Autónoma dos Açores tem uma evolução muito positiva, em termos comparativos, nesses últimos anos. Acompanha, de resto, um surto de investimento que mudou a face da Região, em matéria de oferta na área turística. Por conseguinte,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

temos hoje um novo quadro que também corresponde a novas exigências e a novos desafios nesse sector.

Relativamente a essa matéria gostaria de deixar claro, e acentuar perante esta Assembleia que, apesar da bondade dos indicadores, apesar de alguma euforia que se vive no sector, e até se compreende em certa medida, pela impressão que os números nos trazem, julgo que os agentes mais responsáveis – e neste grupo espero incluir os membros do Governo – têm a noção de que efectivamente também aí, embora a chamada crise seja de crescimento, estamos perante desafios de grande importância para o futuro. As taxas de ocupação tiveram quedas preocupantes a todos os níveis. São compreensíveis face ao aumento da oferta, mas convenhamos que a Região não soube, não pôde ou não foi capaz de, antecipadamente e de forma planeada, antever esse crescimento da oferta. O facto é que não houve uma resposta adequada face ao *boom* que essa oferta constitui e à insuficiência da procura.

Por conseguinte e em termos práticos, é fundamental tranquilizar o sector, dar-lhe solidez e responder às preocupações dos principais investidores. De uma vez por todas, conseguir um crescimento sustentado e que traduza taxas de ocupação compatíveis com o esforço de investimento que está sendo feito no sector.

É óbvio que as verbas que têm sido afectadas, nalguns casos, não traduzem o esforço sério e verdadeiro no turismo.

Todos nós sabemos que o Governo, para resolver um problema paroquial, acabou por desviar parte significativa das verbas da promoção do turismo para promover uma equipa de futebol profissional que está numa situação desportiva preocupante. Esse desvio de milhões de euros para fins que nada



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

têm a ver com a verdadeira promoção do turismo, faz falta e vem criar um problema de insuficiência de meios para enfrentar um problema real.

Gostaria também de referir que esse sector, como outros também, tem características específicas na nossa Região. Não se pode brincar com coisas sérias e quando se põe em causa a promoção do turismo desviando grande parte dessa verba, repito, para caprichos paroquiais e compromissos pouco consentâneos, evidentemente que depois há problemas e certamente que Secretário da Economia é que os sente na pele quando não pode responder aos empresários.

Gostaria ainda de salientar a consciência de que o próprio turismo nos Açores assenta em grandes desequilíbrios. E se constatamos com grande satisfação que, por exemplo, na Ilha de São Miguel, já surge um sector minimamente estruturado, nas restantes ilhas da Região a situação não é idêntica e os desequilíbrios são preocupantes ao nível das várias ilhas, nomeadamente ao nível de algumas ilhas que, com pequena dimensão, pretendem apostar nesse sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passando esta perspectiva pelas áreas produtivas, não podemos deixar de aqui, com o maior realismo possível e sempre tentando fazer alguma justiça, realçar que também discordamos da habilidade com que o Governo, por exemplo, trata a evolução do desemprego e da sua taxa na nossa Região.

Para já, quero referir que todos nos congratulamos com o facto dos Açores, ao longo destes últimos anos, serem uma das Regiões do país com a mais baixa taxa de desemprego. Portanto, que fique claro que ninguém faz interpretações incorrectas. Ao nível do desemprego nós estamos bem. Ponto final. Por isso mesmo não são necessárias pequenas habilidades. Não



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

é necessário ocultar dados referentes aos últimos trimestres que, efectivamente, não põem a taxa de desemprego nos 2 ponto tal, mas nos 3.8, nomeadamente, e salvo erro, no terceiro ou quarto trimestre do ano passado.

O Governo, em relação à taxa de inflação, conseguiu pôr, nos documentos que entraram nesta casa, os dados de 2004. Em relação à taxa de desemprego não consegue, não tem agilidade para isso. Isto significa que em relação ao emprego interessa-lhe tratar os dados de 2003; em relação à inflação interessa-lhe tratar os dados de 2004.

Nós estamos atentos. São pequenas habilidades que não revelam nada, mas também não podem passar aqui em claro.

É bom que fique claro que os Açores, ao longo destes anos, têm tido, aliás, como é referido, desde 2001, taxas abaixo dos 3%. Este é um dado importante.

Deixem-me ter oportunidade de gabar o Governo, mas não me impeçam de lhe chamar a atenção para uma situação que nos deve preocupar a todos.

A taxa de desemprego, em 2004, é de 3.4%. Isto quer dizer que em 2004 a nossa Região deixou de ser a região de Portugal com melhor taxa de desemprego, lamentavelmente, porque em 2004 a Região de Portugal que tem melhor taxa de desemprego é exactamente a Madeira. Foi uma troca que ocorreu entre a Madeira e os Açores.

(Apartes inaudíveis dos Membros do Governo Regional)

Então em 2004 não mudou. Estamos a comparar anos. Aí tenham paciência. Isto é uma pequena coisa, não fiquem inflamados com isso.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Aliás, um dado que os senhores tratam nos seus documentos refere-se a 2003. O senhor quer agora chamar-me a atenção para o que se passa agora e não quer chamar a atenção para o que se passou em 2004?

Há bocadinho criticavam o PSD, tentando encontrar no seu discurso uma pequena falha nessa área e agora já querem tratar 2005 quando não admitem que eu trate 2004.

O que é facto e o que é importante é que a taxa de 2004, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a pior taxa dos últimos 6 anos. É verdade ou não é verdade?

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): É verdade.

O Orador: Pronto, era isso que eu queria ouvir: é verdade!

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Mas continua a ser a melhor do país!

O Orador: Isso para nós é satisfatório.

O senhor acha que nós representamos o país?

Está enganado! Eu não estou a representar o país, estou a representar os açorianos, como os senhores também representam.

Os açorianos, sob esse ponto de vista, têm obrigação de estarem um bocadinho preocupados porque apesar da taxa ser boa...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): É ótima!

O Orador: É ótima para quem está empregado, Sr. Secretário.

... os 3 mil e tal açorianos desempregados querem ter uma expectativa.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Somos os melhores da Europa!

Orador: Esta taxa é a prior dos últimos 6 anos. Era isto que eu queria dizer. Pelos vistos era verdade.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Acho que era importante ser dito para não sairmos sempre com a ideia de que isto é um mar de rosas e que corre sempre bem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de dar conta, em nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP, que face à situação que se vive nos sectores económicos, gostaria de referir que há preocupações legítimas ao nível dos rendimentos dos nossos agentes económicos. Isso deve constituir uma área de atenção nesta casa quando estamos a discutir documentos.

Quando as exportações decrescem, como é o caso da agricultura, e estão condicionadas por enquadramentos que todos conhecemos, quando assistimos ano a ano a quebras de rendimento dos nossos agricultores, quer pela via da fileira do leite, quer pela via dos produtores de carne, e à falta de perspectivas que se apresenta nesse domínio, perante a crise prolongada e sistemática que vivemos, é óbvio que tem que haver respostas para isso.

O grande desafio que o CDS/PP deixa a este Governo para os próximos 4 anos é que, em conjunto com todos os açorianos e na modéstia da nossa capacidade e representação, estaremos sempre disponíveis para, em conjunto com o Governo, caminharmos e trabalharmos nesse sentido. É indispensável dar uma perspectiva de futuro aos nossos agricultores. É indispensável trabalhar afincadamente com os nossos pescadores.

Não estou a dizer que o Governo não está fazendo o melhor que sabe, o melhor que pode. Estou constatando que até agora o melhor que sabe e o melhor que pode tem sido insuficiente para resolver os problemas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Alguns dos números que caracterizam os documentos que estamos a apreciar, são números que, a frio, não podem deixar de constituir crescimentos acentuados e perspectivas de correspondência àquilo que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

tinha sido anunciado, nomeadamente, no que toca às verbas destinadas a investimento.

Os valores apresentados, quer para o ano corrente de 2005, quer para o Plano de Médio Prazo, são valores que traduzem taxas de crescimento, eu diria, nalguns casos, espectaculares, com algumas ressalvas e análises – aliás, queria subscrever muito do que aqui foi dito pelo Sr. Deputado António Marinho, sob o ponto de vista técnico – mas objectivamente, e é essa a forma que gosto de introduzir na abordagem que faço aos documentos, queria reconhecer que há aqui um desafio importante e ambicioso.

O Governo do Partido Socialista quando se propõe investir no Plano, a partir deste ano, valores na ordem dos 312 milhões de euros anuais, e numa cadência em que dentro do primeiro e último ano do Plano de Médio Prazo há aumentos na ordem dos 50 milhões ou coisa do género, assume um compromisso, para com esta Assembleia e para com o povo dos Açores, de um crescimento acentuado, porque partimos de valores na ordem dos 212 milhões de euros como aconteceu em 2004 e investimentos que foram feitos de 217, em 2003.

Portanto, há aqui um desafio significativo. Isso aponta para crescimentos na ordem dos 38%.

Da parte do CDS/PP, se esperam crítica, não a têm. Têm, da parte do CDS/PP, reconhecimento.

Há um salto qualitativo nos valores, ora influenciado por verbas mais conjunturais, mas nalguns casos um desafio que é preciso sustentar até ao fim do quadriénio.

Relativamente aos fundamentos, faz agora 4 anos que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprovou, com grande euforia, um Plano de Médio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Prazo que apontava para crescimentos. Se estes são significativos, os outros eram astronómicos.

Infelizmente, para os açorianos e para todos nós, 6 meses depois o Governo veio, de “orelha murcha e de malinha baixa”, a esta Assembleia rever tudo. Disse que se tinha enganado. Isto marcou indelevelmente o fracasso do Governo Regional em matéria de compromissos, sob o ponto de vista de investimentos, marcou toda a legislatura e nesta casa mereceu críticas violentas e justas. Aliás, a prova disso é que este Plano de Médio Prazo está recheado de projectos que eram prioridades do Plano de Médio Prazo anterior na área dos transportes, da educação e de outras por aí fora. Portanto, sob esse ponto de vista é bom ter isso presente.

O desejo do CDS/PP é que este ano não haja nada disso. Que o Governo tenha os pés bem assentes no chão e esse compromisso que aqui assume de entrar em investimentos anuais com valores superiores a 300 milhões de euros, seja uma meta.

Eu garanto que o Grupo Parlamentar do CDS/PP vai estar aqui para lembrar ao Governo, ano a ano, a necessidade de fazer esses investimentos e de avançar com isso. Portanto, é a nossa postura.

O Sr. Vice-Presidente deve estar satisfeito (espero eu!) com a nossa abordagem, porque nós não condenamos o Governo por apontar 320 milhões no primeiro ano e por aí fora. Nós exigimos é do Governo que não nos engane. Portanto, quer fazer, faz, mas fica obrigado a fazê-lo.

Ao nível dos financiamentos, Sr. Vice-Presidente, gostaria de pedir um maior esclarecimento ao longo do debate sobre as fontes de financiamento, que me parecem razoáveis em relação ao Orçamento de Estado, até me parecem um bocadinho modestas. Eu não estou a dizer isto por ter um Governo Socialista lá fora e por ter necessidade de o espremer, não é isso



que estou a dizer. O que eu estou dizendo é que o PS está um pouco ambicioso em relação ao Orçamento de Estado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Antes era a Coligação!

Orador: Era. Aí é que era uma chatice.

Portanto, estamos a tempo de rever isso e da nossa parte terão todo o apoio para essa matéria.

Sr. Vice-presidente, se essa parte teve graça, a que eu vou dizer agora não é para graças, é para responder a sério.

Em relação às verbas provenientes dos outros fundos, além dos fundos comunitários, que é uma parte muito significativa das fontes de financiamento para o Plano de Médio Prazo, julgo que era importante esta câmara ter um maior compromisso de V. Exa. sobre essa matéria, até porque em 2007 e em 2008, a verba prevista de outros fundos atinge 271 milhões e 293 milhões respectivamente. Estes são valores superiores às próprias verbas provenientes do Orçamento de Estado.

Portanto, é importante que todos tenhamos consciência do grau de certeza que essa matéria contém.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós registamos que ao nível da estrutura, quer das receitas correntes, quer das despesas, não verificamos grandes alterações estruturais, sob esse ponto de vista.

Portanto, há aqui uma evolução natural. As despesas correntes crescem 4% e este ano há aumentos da função pública.

Julgo que não há razões para o Governo embandeirar ninguém com isso.

Também me parece que sob esse ponto de vista o que assistimos é a uma evolução na continuidade.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Na óptica do CDS/PP tudo o que puder ser feito para contenção, para redução, para racionalização das despesas de funcionamento, será sempre aplaudido e terá sempre a nossa concordância.

No entanto, há sempre aqui a velha questão da saúde, das Sociedades Anónimas e da SAUDAÇOR.

Sr. Vice-Presidente:

Presumo que tem consciência que quando as transferências correntes crescem apenas 1,5% ou coisa que o valha, certamente que garante a esta Assembleia que acautelou nas transferências correntes o conjunto de verbas que a SAUDAÇOR vai necessitar para fazer face às despesas.

Se V. Exa. me garante que nas transferências correntes, para a SAUDAÇOR, estão incluídas todas as verbas necessárias à contratualização que será feita, eu quero dizer-lhe que neste capítulo o Orçamento corrente se afigura com melhor equilíbrio.

Se não me garante isso, eu prefiro depois ver a conta do que estar embalado no Orçamento. Julgo que é isso que temos que ter presente.

Portanto, é uma matéria que gostaria que V. Exa. esclarecesse, porque tem sido muito fácil conter despesas correntes quando não se paga ao sector da saúde. Isto é fácil.

Aliás, se fizéssemos o mesmo com a educação, praticamente ficávamos com despesas correntes abaixo dos Estados Unidos. Isso era garantido.

A questão é esta. A saúde tem servido nesta Região com o pretexto de que não se consegue atacar o sector de frente. Bom, isso é um caso perdido e então o dinheiro para aí aparece por outras vias.

Sob o ponto de vista social também queria deixar um grande apelo em nome do CDS, no caso concreto, ao Sr. Secretário Regional da tutela. Parece-me que ao nível documental o Governo não nos apresenta aqui uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

perspectiva positiva sobre esse grave problema, que é um problema de todos nós. É um problema estrutural, eu diria até, um problema nacional.

Gostaria de ver nos Açores esse assunto encarado com coragem, com transparência, que é coisa que não tem acontecido nesse sector nos últimos anos.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Tenho inscrito o Sr. Vice-Presidente, a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz e o Sr. Deputado José do Rego.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para agradecer as questões colocadas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e esclarecer as preocupações que foram manifestadas.

Em primeiro lugar, em relação à questão dos outros fundos, gostaria de esclarecer que, ao contrário do que foi referido, os outros fundos incluíam parte substancial dos fundos comunitários. A diferença, porém, é que os fundos comunitários que estão referenciados, são os fundos comunitários que entram directamente no Orçamento da Região e aos restantes outros fundos associa-se os fundos comunitários que são dos Departamentos do Fundos e Serviços Autónomas e Empresas Públicas, contribuem para o investimento público da Região e não entram directamente no âmbito do Orçamento da Região ao qual é associado o esforço de investimento dos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Fundos e Serviços Autónomos do sector público empresarial, quando enquadrados nas acções e nos programas definidos no Plano.

Aproveitava também esta ocasião e esta matéria para anunciar nesta câmara que o Conselho do Governo, ontem, homologou o relatório do júri referente à reprivatização da EDA e conseqüentemente deliberou alienar 32,92% do capital ao concorrente vencedor, que é o consórcio liderado pelo Grupo Bensaúde, pelo montante total de 32 milhões de euros. Resultará desta fase de reprivatização da EDA um encaixo para a Região de 38 milhões de euros, ou seja, 8 milhões de euros superiores ao montante que consta dos documentos aqui assinalados e implicou um reforço do Plano da Região ainda para 2005 de mais 8 milhões de euros do qual solicitaríamos a realização de uma proposta de alteração tendo por base esta informação, como foi deliberado ontem em Conselho do Governo.

Para terminar, respondendo à questão colocada sobre transferências correntes, eu gostaria de lhe dizer que o somatório das transferências correntes tem realmente um aumento em relação ao Orçamento do ano passado em cerca de 20%, mas se reparar na sua divisão, o aumento das transferências correntes para o Serviço Regional de Saúde é de 4% havendo, nas restantes transferências correntes para Fundos e Serviços Autónomos, uma redução efectiva de 12.35%.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Os 4 dão?

O Orador: Os 4% penso que é o montante necessário para a estruturação e equilíbrio do Serviço Regional de Saúde e fizemos um esforço adicional para que esse aumento de 4% não representasse uma variação em relação à taxa de aumento das despesas de funcionamento de apenas 0,57% e, por isso, reduzimos as transferências para os restantes Fundos e Serviços Autónomos em 12%.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

É um esforço de contenção que fazemos, mas colocamos fora desse esforço o sector da saúde que consideramos prioritário e fundamental para prestar um bom serviço aos açorianos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Eu gostaria apenas de esclarecer alguns dados relativamente ao turismo na Região Autónoma dos Açores.

Relativamente ao ano de 2004, o número de dormidas na Região aumentou 20% relativamente ao ano de 2003, tendo sido o aumento das receitas totais de 17,7%.

Estes aumentos foram significativos no contexto das regiões do país, ou seja, atendendo ao conjunto das várias regiões promocionais do país, tratou-se da Região que maior aumento registou em todos estes indicadores.

Quanto à evolução que falou da taxa de ocupação cama na hotelaria classificada, gostaria de esclarecer – e tenho aqui os dados para um período de 10 anos – que não houve qualquer tipo de degradação na evolução desta taxa de ocupação.

Portanto, para o ano de 2004, os valores que temos são de 37,4%, isto na taxa de ocupação média. Não se trata da taxa de ocupação num mês de maior procura, que, como se sabe, é o mês de Agosto, porque aí a taxa de ocupação cama chega a atingir valores muito acima dos 80%.

Trata-se de uma média anual feita com todos os meses do ano, em que se apanha a chamada época baixa do turismo na Região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Só para citar um exemplo, para não estar aqui a citar os valores por ano, esta taxa de ocupação de 2004 refere-se a uma capacidade de alojamento de cerca de 8 mil camas.

Em 1995, nós tínhamos 3.740 camas e uma taxa de ocupação de 30,3%; em 1996, com 3.600 camas, temos uma taxa de ocupação de 32,9%. Ou seja, com menos de metade da capacidade de alojamento da Região, tínhamos uma taxa de ocupação média menor.

Eu posso recordar que para o final do ano 2003 a taxa de ocupação cama/média nacional foi de 39%, portanto não pensem que foi muito mais alta do que este valor, e o número de noites, em média, que cada turista passa numa unidade de alojamento, no todo nacional, foi de 2,6 noites.

No ano de 2004, também a nível nacional, este valor manteve-se, ou seja, continuamos a registar uma estada média de 2,6 noites a nível de Portugal, no seu todo.

Para os Açores este valor é superior e convém realçá-lo aqui. Portanto, nos Açores, temos uma estada média dos turistas de 3,6 noites, ou seja, superior à estada média que se verifica para o resto da Região do país.

Penso que assim consegui esclarecer que, apesar de algumas oscilações que são normais e naturais, ao longo deste período de 10 anos, nesta taxa de ocupação, não houve qualquer tipo de degradação, atendendo ao espectacular aumento da oferta de alojamento turístico.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Relativamente ao emprego e à taxa de desemprego da Região, eu acho que aquela taxa que afirmou ali como sendo a mais alta dos últimos 6 anos, não é 6 é 5.

Importa referir o que aconteceu durante o ano de 2004. Se a Madeira ficou à nossa frente como sendo a Região com a taxa mais baixa, no último trimestre de 2004, nós já estávamos à frente da Madeira – é o efeito do ano. Em 2004 confirma-se que a Madeira ficou um pouco à nossa frente, mas o que importa para nós é estarmos sempre abaixo dos 4%. Para qualquer economista é uma boa taxa. Como aqui afirmou, em termos do pleno emprego, andarmos nos 4% é importante para a Região.

Todavia, gostaria que não ficássemos só por essa taxa. É importante ver qual é o número de empregados na Região. Aqui, eu julgo que a Região tem dado um exemplo em termos de empregabilidade do número de pessoas que estão hoje a trabalhar no mercado.

Portanto, nós viemos das 89 mil pessoas para números como 105 mil habitantes hoje a trabalhar. Portanto, a taxa de actividade ou a taxa de emprego, têm sido dois bons indicadores para a Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Seria um caso em que podia dispensar fazer a réplica, porque os Deputado do PS foram tão simpáticos, tão simpáticos, que eu não tenho muito a contra argumentar, mas por uma questão de respeito e porque tiveram a bondade de intervir, eu começaria pelo Deputado José Rego. Gostaria de lhe dizer que, no fundo, estamos genericamente de acordo.

O sentido da minha intervenção não foi para atacar ou para diminuir esse importante indicador e responsabilizar o Governo por mal feitorias



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

relativamente ao passado recente e distante. Foi, sobretudo, e acho que compreendemos, para deixar um tom de que sendo um indicador bom – e eu tive o cuidado de o dizer ali com todas as letras – e mantendo-se em parâmetros aceitáveis, nem é considerado desemprego.

Evidentemente que estamos numa Região com características próprias, e determinadas taxas de desemprego, em economias dinâmicas, em que as oportunidades de emprego ocorrem, em que as expectativas existem e têm um significado, torna-se diferente quando estamos numa pequena região com pequena mobilidade, com rigidez no comportamento da oferta de emprego. A própria característica e o perfil dos desempregados também não é indiferente.

Por exemplo, uma candidata feminina, sem grande preparação académica e profissional, numa Região como a nossa, em determinadas zonas do território, tem dificuldades que não são típicas de outras sociedades. Um jovem desempregado e qualificado também tem problemas.

Estar desempregado em Ponta Delgada não é a mesma coisa que estar desempregado na Horta, ou muito menos será se for na Madalena ou nas Velas.

Eu acho que todos temos a noção disso e é nessa perspectiva, com seriedade e de forma construtiva, que todos nós e o Governo temos que estar atentos a isso, porque nos Açores, qualquer pequena alteração pode dar taxas de 5 e 5,5% e essas já serão preocupantes. No fundo, estamos a falar de mais mil e tal pessoas e a coisa não passa de besta para bestial e de bestial para besta, porque ficaram mais 800 pessoas desempregadas.

Temos inclusivamente na nossa Região uma coisa preocupante, porque são empregos, social e artificialmente, sustentados. O problema que aparece no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

sector das conserveiras, que está mal, que está em crise, tem a ver com a tal questão do sector produtivo tradicional que está em crise.

Todos os dias assistimos a reuniões com o Governo.

É sempre o mesmo problema. O Governo fica moralmente responsável pela sustentação desses empregos se houver qualquer perturbação nesses sectores. Tem que ser tudo muito pequenino. Não se pode comparar qualquer fabriqueta nos Açores, que tem um impacto social próximo, com a Bombardié a nível nacional, com que somos bombardeados todos os dias.

É esse tipo de problemas que eu quis deixar.

Relativamente à Deputada Ana Moniz, eu julgo que ela deu o seu contributo com alguns números. Eu já tinha dito alguns com grande ênfase. Estamos todos satisfeitos com os indicadores de crescimento das dormidas. É bom que eles continuem por aí abaixo.

Já se formos avaliar o segmento que está contribuindo, em determinadas zonas da Região, para a manutenção desses indicadores, julgo que não temos motivos de grande euforia, Sra. Deputada.

Eu julgo que todos nós prezamos o turismo social, por exemplo, mas a Sra. Deputada saberá que muitos desses contratos são negociados de forma leonina e algumas daquelas situações são imprescindíveis para as empresas manterem compensações de funcionamento durante os períodos baixos que são tremendos, mas que não nos dão grande perspectiva de futuro nesses domínios.

De qualquer maneira há aqui alguma contradição analítica minha, não sua, porque nós estamos, por exemplo, com a componente do turismo social, que já pesa em determinados períodos do ano e em determinadas zonas da Região, de contratos pouco interessantes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Por outro lado, temos um outro indicador que é o facto de sermos a Região do país com tarifário de alojamento mais caro. Isto também deve dar-nos que pensar.

Tendo em conta a qualidade que temos, e não devemos perder de vista a capacidade crítica relativamente a essa qualidade, não justifica ter o maior preço de alojamento no país. Isto também tem que ser revisto, até por parte das próprias empresas.

Fiquem tranquilos! A culpa não é do Governo, porque o Governo não é dono das empresas, mas são situações que temos, como temos alguma situação de qualidade de oferta que também é preocupante.

Portanto, convenhamos que nem tudo são rosas. Há muito a fazer e nesse domínio os desafios são enormes.

Foi isto que eu quis dizer e oxalá que da próxima vez que se fale nessas matérias não tenhamos preocupações nesse domínio.

Quanto às taxas de ocupação são baixas, francamente baixas, e vão ter que subir.

(Neste momento, o Presidente da Assembleia foi substituído na Mesa pela Vice-Presidente, Deputada Fernanda Mendes)

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Vice-Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Vice-Presidência (*Carlos Corvelo*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O período correspondente ao debate que hoje se inicia nesta Assembleia (2005/2008), é o período que se afigura de alguma complexidade e com



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

alguns desafios importantes no que diz respeito à gestão dos Fundos Comunitários.

Por um lado, temos a negociação e aprovação do novo período de programação financeira que se nos afigura complexo, dado as contenções financeiras que os seis países poderosos da União Europeia querem impor às limitações de financiamento; por outro lado, essa negociação faz-se no quadro de alargamento da União a mais 12 países, o que implica uma concorrência muito forte nessas negociações para a obtenção de fundos, apesar de, como veremos à frente, nós mantermos uma situação ainda folgada nesse quadro.

Um segundo aspecto que é também complexo diz respeito ao encerramento do III Quadro Comunitário. O III Quadro Comunitário, em princípio, poderá encerrar até 2008, com aprovações até 2006 e havendo uma sobreposição de quadros, torna bastante mais complexa a própria gestão.

Nesse sentido, no que diz respeito ao encerramento do III Quadro, nós definimos dois objectivos fundamentais. Um primeiro objectivo diz respeito à fatia mais substancial de fundos que gerimos e que estão englobados no PRODESA, no nosso programa operacional.

No que se refere a esse objectivo e relativamente ao PRODESA, nós iremos procurar comprometer todas as suas verbas no corrente ano de 2005 e ver se conseguimos encerrá-lo no início de 2007, por forma a que não haja essa sobreposição na gestão dos fundos.

Temos a ideia que esse objectivo é perfeitamente exequível, porque 90% das verbas do PRODESA encontram-se neste momento comprometidas, porque a taxa de execução aproxima-se rapidamente dos 70%. Portanto, nós concluimos que até finais de 2006 conseguimos encerrar a maior parte das medidas e dos eixos do PRODESA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Relativamente aos outros fundos e outros programas – são 7, uns que a Região gere directamente, outros que promove o seu acompanhamento – iremos procurar encerrá-los nos prazos limites (2008).

Esses fundos são importantes em termos da dinâmica que geram, embora não sejam fundos muito significativos, com exclusão talvez do Fundo de Coesão onde os projectos estão a andar bastante bem e serão encerrados dentro dos prazos previstos.

O INTERREG, com cerca de 30 milhões de contos, vai lançar no próximo mês de Maio a última convocatória. Nós consideramos que apesar de ser um programa bastante complexo de gestão – temos 116 projectos aprovados, pequenos projectos com diversidade de beneficiários muito ampla, mas as coisas têm corrido relativamente bem – tem havido uma participação activa de todos os beneficiados.

Relativamente ao PDRU, também a sua execução tem sido relativamente satisfatória. Nos projectos aprovados, foram utilizados no ano passado cerca de 20 milhões de euros e estão previstos para 2005 outros 20 milhões de euros, com uma execução que tem sido perfeitamente normal.

No Programa de Acções Inovadoras, que é menor (3 milhões de euros), a execução dos projectos tem avançado, Têm-se registado alguns atrasos num ou noutro, mas como são associados à compra de equipamentos, estão a decorrer ainda os concursos. Portanto, também serão executados dentro dos prazos previstos.

Relativamente aos programas nacionais e àqueles que assumem algum significado (o PRIME, antigo Programa Operacional da Economia, e o POSI e o LIDER), também temos acompanhado a sua execução e não é de prever que haja qualquer problema.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

No que se refere ao segundo vector de complexidade, neste campo, temos as negociações do próximo Quadro e os nossos objectivos relativamente a essas negociações são fundamentalmente três:

Por um lado, continuar e reforçar o acompanhamento das negociações que se processa com o Estado Membro (Portugal) e a União Europeia. Já temos participado em alguns seminários relativamente ao objectivo Convergência e relativamente ao objectivo Cooperação Territorial. Temos relevado, no âmbito da delegação nacional as nossas posições relativamente a algumas questões e temos vindo a acompanhar também a negociação do programa de compensação sobre custos, que é um programa específico para as Regiões Ultraperiféricas.

No que diz respeito ao objectivo Convergência, o nosso intuito é manter as derrogações de que beneficiamos, por força de sermos uma Região Ultraperiférica, seja nas taxas de co-financiamento, seja na panóplia de sectores elegíveis e aí temos algumas vantagens relativamente a outras regiões e a outros países.

No alargamento da cooperação inter-regional, também desejamos alargar um pouco as áreas que vão ser definidas a nível da própria Comissão e que deixam ficar de fora algumas questões como o ambiente e a protecção de recursos naturais e que desejaríamos, e mantivemos essa posição nos seminários a que fomos, ver alargados a essas áreas e a esses domínios a nossa participação nos programas transnacionais.

Por outro lado, um segundo aspecto destas negociações deste Quadro, diz respeito à necessidade de mantermos autonomizadas as nossas orientações estratégicas no âmbito do quadro de referência estratégico que o país deverá entregar para negociação do quadro geral nacional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Portanto, aí, nós pensamos que o modelo a seguir deve ser idêntico ao que foi o do PRODESA, em que nós elaborámos e tivemos um capítulo próprio no quadro de orientações nacionais e, a partir daí, autonomizámos o nosso próprio Programa Operacional, o que nos permitiu efectivamente ter uma gestão independente da grande fatia financeira que nos foi atribuída.

Em terceiro lugar, o objectivo fundamental é que a revisão que queremos que seja feita dos montantes financeiros se faça em alta relativamente ao III Quadro Comunitário.

Nós, para além dos programas nacionais a que indicativamente concorreremos, beneficiámos de cerca de 1.200 milhões de euros no período 2000/2006.

Pretendemos que esses valores sejam revistos em alta e que nos seja dada a possibilidade de ter acesso a programas nacionais, designadamente no que diz respeito aos sistemas de incentivos de ajudas de Estado para os privados, à investigação e ao desenvolvimento tecnológico e à modernização da administração pública. Portanto, são estes três objectivos no âmbito das negociações e os outros dois objectivos (PRODESA e outros fundos) no âmbito do encerramento do III Quadro. Pensamos que são perfeitamente exequíveis, dadas as performances que temos atingido na gestão dos fundos que temos à nossa responsabilidade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Não havendo inscrições, passamos à próxima intervenção. Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de Plano e Orçamento para 2005 e das Orientações de Médio Prazo para 2005-2008, agora em discussão, assinalam um novo ciclo para os Açores, após a fase do ciclo da “Nova Autonomia” concretizado pelos VII e VIII Governos Regionais da responsabilidade do Partido Socialista, que fruto das suas políticas, possibilitaram que os Açores de hoje sejam muito diferentes, e se encontrem num estado de desenvolvimento e de convergência com a economia nacional e europeia.

Hoje, temos rigor e estabilidade nas finanças públicas, um novo pilar na economia “o turismo” em consolidação, um sector primário, suporte das nossas exportações, mais forte e modernizado. Convergimos com a economia nacional e europeia:

Desde 1999 que os Açores têm uma taxa de crescimento real do PIB superior à média nacional, em 2002, deixámos de ser a região com PIB per capita mais baixo, passámos à frente da região norte e igualámos a região centro. De 1995 a 2002 o PIB per capita dos Açores cresceu 70% e a média nacional 53,1%. Nas políticas de emprego:

A taxa de desemprego baixou de 7,9% em 1995, para valores abaixo de 4%. As taxas de actividade e de emprego têm vindo a aumentar de forma significativa nos Açores, no final de 2004 eram de 45% e de 65,6%, respectivamente.

Para este novo ciclo, mais exigente e qualitativo, a estratégia de desenvolvimento para a Região, passa por manter estabilidade nas contas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

públicas, pelo continuado crescimento e convergência da economia regional com a nacional e a europeia, pelo aumento da nossa produtividade, pelo aumento do nível de qualificação e/ou formação dos nossos recursos humanos, pela aposta na inovação e novas tecnologias, e, em nome da coesão económica, social e territorial, pela discriminação positiva dos investimentos que visem mercados de pequena dimensão, como sejam os das ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas em análise concretizam a política económica-financeira do programa do IX Governo Regional, sufragado pelos açorianos nas eleições de Outubro passado, e aprovado por esta Assembleia, sob o lema “Continuar a mudar os Açores para Melhor”.

Com a sua aprovação, estes instrumentos serão uma referência e um guia para todos os agentes económicos, públicos e privados, tendo por base o investimento público previsto para o próximo quadriénio e as principais políticas governamentais para os mais diversos sectores.

As Orientações de Médio Prazo para 2005-2008, consubstanciam-se a partir do Programa do IX Governo Regional, na identificação das Orientações de Médio Prazo (OMP) e dos Grandes Objectivos de Desenvolvimento (GOD), enquadrando-se a sua operacionalização em 30 Programas de investimento, integrados nos diferentes departamentos do Governo.

Assim, nas Orientações de Médio Prazo para 2005-2008, foram definidos cinco grandes vectores de determinantes, a saber:

Promover a coesão social, económica e territorial da Região;

Incrementar os níveis de qualificação do tecido económico-social;

Potenciar os factores determinantes da produtividade e competitividade;



Promover a melhoria das redes estruturantes do território;

Melhorar os níveis de eficiência do sistema de gestão pública.

O primeiro vector assume um carácter vincadamente transversal em termos sectoriais e reflecte-se nas suas dimensões inter e intra regionais. A dimensão inter-regional passa pela dinâmica do investimento público, associado ao rigor das finanças públicas e dos apoios comunitários prestados à Região, enquanto que a dimensão intra-regional, passará pelo esforço de coesão que será centrado em vectores estratégicos de natureza económica, social e territorial.

A Orientação “Incrementar os níveis de qualificação do tecido económico-social” pressupõe um conjunto diversificado de intervenções nos sectores de base económica regional, nas infra-estruturas, nos sectores sociais e no ambiente.

O terceiro vector “Potenciar os factores determinantes da produtividade e competitividade” está associado a uma intervenção pública susceptível de, por um lado, promover a modernização do tecido empresarial regional, fomentando a introdução de novas tecnologias e práticas de gestão e, por outro, de atrair capitais externos, potenciando assim a diversificação da base económica, alargando-a a novos mercados e produtos.

Quanto à quarta Orientação “Promover a melhoria das redes estruturantes do território” insere-se num espírito de continuidade relativamente ao esforço que os VII e VIII Governos Regionais concretizaram para vencer um dos mais graves défices estruturais da Região e que, em termos de investimento público absorveram uma parcela muito significativa dos recursos disponíveis.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Relativamente ao vector “Melhorar os níveis de eficiência do sistema de gestão pública”, este preconiza uma aproximação da administração pública aos agentes económicos e aos cidadãos em geral.

Estas orientações de médio prazo levaram à formulação de cinco Grandes Objectivos de Desenvolvimento para o quadriénio 2005-2008:

- Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade de Conhecimento;
- Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia;
- Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades;
- Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes;
- Afirmar os Sistemas Autónimo e de Gestão Pública.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O valor do investimento público a realizar pela Administração Regional no quadriénio 2005-2008 será de 2.376,4 milhões de euros, correspondendo a um investimento médio anual de 594,1 milhões de euros, dos quais 1.327,6 milhões de euros serão inscritos no Plano.

Estas previsões foram efectuadas num quadro de consolidação orçamental em que não se prevê qualquer recurso ao endividamento directo da Região, portanto, num cenário de equilíbrio das finanças públicas regionais, no cumprimento integral da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e tomando em consideração o facto de a presente legislatura coincidir com o fecho do actual quadro comunitário (QCA III) e com o arranque do próximo período de programação 2007/2013.

No cálculo do investimento global previsto para o quadriénio 2005-2008 na Região, foram considerados, para além das despesas do plano financiadas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

pelo Orçamento da Região, os financiamentos que advêm de outros fundos regionais, nacionais e comunitários.

Para o quadriénio, constitui objectivo do Governo Regional assegurar que a totalidade das despesas de funcionamento da administração regional seja financiada por receitas próprias da Região.

O Plano 2005 e as Orientações de Médio Prazo 2005-2008 compreendem um total de 30 programas, que contemplam 105 projectos. Para o ano de 2005 estão previstas 496 acções.

O Plano de 2005 prevê um total de investimento público de 545,9 milhões de euros, sendo 311,8 do Plano e 234,2 de Outros Fundos.

Os objectivos qualificação dos recursos humanos potenciando a sociedade de conhecimento e o reforço da coesão social e da igualdade, representam 35% dos investimentos, o aumento da produtividade e da competitividade da economia, 32,5%, enquanto o ordenamento do território e eficiência das redes estruturantes 25,6% e os sistemas autonómicos e gestão pública 8%.

O investimento previsto para o Plano de 2005 e para os Programas dos Grandes Objectivos de Médio Prazo 2005-2008 foi apresentado no âmbito de um quadro realista, que permitirá à Região e a todos os agentes económicos nela envolvidos, assegurar um futuro que se deseja promissor e que possibilite os grandes desafios de desenvolvimento e de crescimento económico e social convergentes com o restante território nacional e com a União Europeia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Orçamento para 2005, com um valor de 844 milhões de euros, sem contas de ordem, traduz um acréscimo de 12% relativamente ao ano anterior.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Se adicionarmos as contas de ordem, 328,6 milhões de euros, o valor global inscrito neste orçamento atinge os 1.173,3 milhões de euros.

A Receita Total prevista para 2005, sem contas de ordem, atinge o valor global de 844,7 milhões de euros, sendo igual ao das receitas efectivas, em virtude de não estar previsto o recurso ao endividamento.

Quanto ao valor da despesa prevista para o ano de 2005 atinge, sem contas de ordem, 837,7 milhões de euros. As Despesas Correntes representam 62% da despesa global, seguindo-se as Despesas do Plano, com 37% e as Despesas de Capital, 1%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de Orçamento dá cobertura aos Grandes Objectivos de Desenvolvimento definidos para o primeiro ano de execução das Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e prossegue a política orçamental levada a cabo nos últimos anos, constituindo objectivo central do IX Governo Regional continuar a promover a obtenção de taxas crescentes de cobertura das despesas de funcionamento da administração regional pelas Receitas próprias da Região, como sendo o meio mais adequado para potenciar a libertação de recursos financeiros destinados a financiar o plano de investimentos da Região.

A prossecução de uma política orçamental visando o equilíbrio das contas públicas tem sido um objectivo do Governo Regional de alguns anos a esta parte, e que se mantém na proposta agora em análise, visando não só o objectivo de assegurar o desenvolvimento sustentado de toda a Região, mas também a necessidade de preparar as finanças públicas para o impacto do alargamento da União Europeia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Neste Orçamento, constata-se um incremento do peso relativo das receitas próprias da Região, por contrapartida a uma diminuição registada nas transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com as propostas de Plano e Orçamento para 2005 e as Orientações de Médio Prazo para 2005-2008, dá-se mais um passo decisivo no caminho do desenvolvimento, do progresso e do processo de convergência real da nossa Região com o país e com a União Europeia que todos nós estamos a ajudar a construir.

Com estas propostas concretiza-se muitos dos compromissos sufragados pelos açorianos, nas últimas eleições, e contribuem para a consolidação do clima de confiança económica que se vive na Região.

Com estas propostas consolida-se a autonomia financeira da Administração Regional e o crescimento do investimento público e privado.

Com estas propostas aposta-se na qualificação dos recursos humanos e na coesão social e territorial da Região.

Com estas propostas continuaremos a mudar os Açores para melhor.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Eram 17 horas e 30 minutos)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

(Após o intervalo o Presidente da Assembleia retomou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 05 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da discussão do Plano e Orçamento para 2005, bem como das Orientações de Médio Prazo 2005/08, gostaria de, nesta oportunidade, explicitar perante a câmara alguns aspectos relativos às opções materializadas nesses documentos, desde logo, na área da Comunicação Social, ou, como vem identificado nos documentos em apreço, no “Programa 6 - Apoio aos Media”.

De salientar, em primeiro lugar, que se procedeu a uma reestruturação da forma como se encontra prevista, em sede dos documentos, a intervenção do Governo Regional nesta área, passando de cinco para três projectos, condensando e unificando, desta forma, os objectivos que se pretende alcançar nesse âmbito.

Assim, o Programa 6 estrutura-se em três projectos que, com a designação de “Reforço de Meios e Modernização Tecnológica”, “Difusão e Circulação” e “Promoção Mediática da Realidade Regional” dão coerência e materializam o apoio a conceder, fundamentalmente, aos órgãos privados de Comunicação Social.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Antes, porém, de passarmos a uma referência mais detalhada a cada um dos projectos e a cada uma das acções, registre-se, em termos de montantes afectos a este programa, o aumento dos recursos financeiros disponibilizados, passando de 690 mil euros, para uma previsão de investimento que ascende a 750 mil.

Tal aumento dos recursos afectados, pretende contribuir para a resposta às necessidades de reforços de meios e da modernização tecnológica, sendo, em concreto, uma das acções deste projecto destinada a um apoio complementar à aquisição de equipamentos destinados à difusão audiovisual e outra para a modernização tecnológica, em cumprimento do disposto no actual sistema de incentivos aos órgãos de Comunicação Social privados.

Para além destas acções, um segundo projecto encontra-se especificamente destinado ao apoio à difusão e circulação, também ao abrigo do já citado diploma, e um terceiro e último projecto, desenvolve-se subordinado ao projecto da promoção mediática dos Açores no exterior.

No entanto, intimamente relacionada com a previsão de investimentos nesta área, é a questão da reforma do sistema de incentivos à Comunicação Social privada regional, a qual, estando em fase de ultimação, permitirá por certo uma melhor eficácia na atribuição de apoios e consequente realização dos objectivos que, com os mesmos, pretendemos realizar.

Neste concreto, uma referência especial para clarificar a relação que se estabelece entre os montantes e rubricas previstas e a reforma agora proposta para este sector.

Convém salientar, neste particular, que a orientação seguida nesta matéria traduz-se em utilizar o corrente ano para uma avaliação da real situação do sector, avançar com a prepositura de medidas concretizadoras da referida



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

reforma em concertação com os parceiros sociais, por forma a que, em 2006, este processo, entretanto consolidado e concluído, e, sobretudo, com as novas regras divulgadas, possa entrar em funcionamento.

É, assim, que a previsão para 2005 se encontra e será executada ainda de acordo com a legislação e o sistema em vigor, remetendo para o próximo ano a entrada em funcionamento de novo sistema.

No entanto, pelo trabalho já realizado, e conforme já tive a oportunidade de explicitar, esta reforma processa-se enquadrada por dois princípios materiais que são os da estabilidade orçamental e da complementaridade do sistema de incentivos regional em relação ao nacional.

Existe um aspecto no âmbito das intenções de investimento do Governo, no que à Comunicação Social diz respeito, que é merecedor dum detalhe e cuidado especiais. Trata-se da questão da formação profissional e da integração desta num sistema de incentivos públicos.

Sobre esta matéria a posição do Governo Regional é clara: esta é a uma obrigação primeira das entidades detentoras de órgãos de Comunicação Social.

Com efeito, ao Governo, não competindo dar formação profissional, como em tempo já se viu, interessa sobretudo que uma qualquer solução a alcançar nesta matéria seja acompanhada de um mecanismo de simples e clara percepção e que garanta ao mesmo tempo a liberdade e isenção dos formandos.

Ao Governo, na sequência, aliás, dos contactos já estabelecidos com a Direcção Regional do Sindicato dos Jornalistas, não repugna contribuir para esta formação, mas em termos que sejam consensualizados e respeitadores dos princípios atrás expostos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Por último, uma referência a um processo que o Governo Regional acompanha com todo o interesse e atenção, e que diz respeito à situação dos órgãos de Comunicação Social públicos na Região. Sobre este assunto, a posição do Governo hoje é a mesma que era quando fomos confrontados com a tentativa do anterior Governo da República de se desresponsabilizar do sector público de Comunicação Social na Região: consideramos que a existência e funcionamento, na Região Autónoma dos Açores, de um serviço público de rádio e televisão é uma obrigação que constitucionalmente está definida para o Estado.

Respeitado este princípio, também sempre foi manifestada pelo Governo a disponibilidade em contribuir, como aliás, já o tem feito, para a melhoria das condições de funcionamento desses órgãos, em especial da RTP/Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma segunda área que gostaria de abordar nesta intervenção refere-se à estratégia que o Governo tem definida no âmbito da cooperação inter-regional europeia.

Sendo certo que esta não constitui uma área de investimento directo, não deixa de ser um importante vector de afirmação do nosso sistema autonómico, o que é por sua vez, um dos objectivos que estes documentos visam materializar.

Neste particular interessará, desde logo, dar conta da consciência que o Governo Regional tem dos desafios que se apresentam no futuro próximo, fruto em grande medida do processo do alargamento a Leste da União Europeia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Na verdade, a recomposição espacial e também política que a União tem sofrido, acarretam uma atenção permanente e actuante para com vectores fundamentais da actuação das entidades europeias e que relevam directamente para a nossa Região.

Refiro dois que nos parecem paradigmáticos: por um lado, as preocupações com o desenvolvimento e propostas concretas que, no âmbito das perspectivas financeiras 2007/13, terão impacto em sede de política de coesão, e, por outro, os efeitos que a justificada preocupação com as novas fronteiras da União a Leste poderão vir a ter na manutenção de um cuidado especial e específico com as fronteiras já existentes a Oeste, nas quais os Açores relevam pela sua posição geoestratégica.

No que respeita ao primeiro aspecto, ainda recentemente, pela voz do Sr. Vice-Presidente, o Governo Regional deu conta do trabalho que tem desenvolvido e dos cuidados que lhe merece toda esta situação, no âmbito da manutenção duma política de coesão real e efectiva.

Já no que respeita ao segundo, é convicção do Governo que a atenção merecida e justificada para com as novas regiões da Europa, não se pode traduzir numa imerecida e injustificada perda de cuidado para com outras regiões, como é o caso das Regiões Ultraperiféricas (RUP). Para isso, o executivo regional tem planeada uma intervenção permanente em sede, fundamentalmente, de três órgãos nos quais se centra a maior parte do esforço de cooperação inter-regional europeia: são eles, o Comité das Regiões, a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa e a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas.

Por último, uma referência a um processo que, neste âmbito, tem convocado o esforço do Governo. Trata-se da proposta da Comissão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Europeia de criar um Programa Específico de Compensação de Sobrecustos das Regiões Ultraperiféricas.

Conforme já foi manifestado publicamente pelo Governo, esta é, efectivamente, uma proposta que vai no sentido correcto e que materializa, por si só, uma importante vitória para a causa da ultraperiferia. Trata-se, na verdade, da materialização duma actuação específica em favor das RUP, na sequência, aliás, de um amplo trabalho de sensibilização das instituições europeias para a problemática destas e no qual o Governo esteve desde a primeira hora empenhado e actuante.

É certo que esta proposta acarreta desafios, em primeiro lugar, para as próprias regiões e o de consensualizar os critérios da sua operacionalização não será o mais fácil. No entanto, este pode ser assumido como o resultado do esforço que também o Governo Regional tem desenvolvido no âmbito das instituições europeias e que continuará acompanhar nas fases decisivas que se avizinham.

Temos, assim, a consciência da importância que cada vez mais a cooperação inter-regional assume no âmbito duma Europa alargada em que a condição de sucesso de pretensões e iniciativas, tanto se alicerçam no mérito material como no forjar de alianças e parcerias.

É para este trabalho, sobretudo com a perspectiva da interligação que ele próprio impõe com o sucesso das políticas internamente delineadas, que o Governo Regional está desperto e no qual está empenhado.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva para uma intervenção.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, em primeiro lugar e, na primeira vez, que subo a esta tribuna, nesta legislatura, que dirija uma palavra de apreço a todos os deputados, democraticamente eleitos pelos açorianos, assumindo assim solenemente o nobre e honroso compromisso de legislar e fiscalizar as competências do Governo Regional, tendo em conta a especificidade de cada uma das nossas ilhas, com base num reforço progressivo e harmonioso do desenvolvimento, contribuindo, assim, decisivamente para a defesa da Autonomia da Região Autónoma dos Açores e, por conseguinte, do bem-estar de todos os açorianos.

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fruto das políticas progressivas dos Governos Regionais do Partido Socialista, na Região Autónoma dos Açores vive-se hoje uma nova realidade económica, social e cultural.

Na verdade, os Açores têm vindo a convergir com a União Europeia. Esta indesmentível realidade resulta da implementação de políticas progressistas que têm como objectivo promover o desenvolvimento sustentável da Região.

Os governos do Partido Socialista trouxeram um clima de arejamento à comunidade açoriana. Hoje, os jovens Açorianos são cidadãos da aldeia global, sócio culturalmente inseridos nas novas correntes. Vivemos, hoje, numa sociedade mais livre, que nos permite sermos críticos, exigentes e irreverentes. Os jovens açorianos sentem-se capazes de vencer o seu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

combate geracional. Sabem que o Governo governa para a Juventude e, governar para a Juventude, é ter uma estratégia política capaz de desenvolver os Açores.

Política de Juventude não são políticas de Juventude, pelo que a análise pura e simples dos valores consagrados às rubricas de Juventude do plano em análise, não serão mais do que uma visão redutora do papel de uma qualquer governação, no que à Juventude concerne.

A Juventude Socialista tem mantido ao longo do tempo uma intervenção assídua, clara, activa e objectiva na defesa intransigente da Juventude Açoriana. Temos consciência de que os quatro deputados da Juventude Socialista efectivamente são a voz da juventude açoriana junto do coração da autonomia.

Assim sendo, cabe-nos a responsabilidade de defender aqui, na sede da Autonomia Açoriana, os anseios da Juventude Açoriana, que deseja uma Sociedade mais solidária, mais qualificada, em suma, mais preparada para vencer os desafios do futuro.

À semelhança do Partido Socialista, em Outubro passado, estabelecemos os nossos compromissos para com a Juventude. Estamos, por isso, atentos à educação, ao emprego, à saúde, à economia e ao desenvolvimento tecnológico. Valorizamos estes vectores, mas temos a mais profunda convicção de que não há verdadeiro desenvolvimento sem respeito pelo Ambiente.

Tendo em conta o que se apresenta em discussão nesta sessão legislativa, as Orientações a Médio Prazo para 2005/2008 e o Plano Anual 2005, constata-se que as Políticas de Juventude continuam a ser uma prioridade para o Governo Regional. Desde 1997, a Habitação, o Emprego, a Formação Profissional, o Desporto, o Ambiente, a Educação e a Prevenção



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

da Toxicodependência têm visto crescer a sua importância quantitativa e qualitativa nos documentos em análise.

Em 2005, esses vectores têm uma dotação financeira de 96.939.371 euros, o que corresponde a 123.1% superior ao Plano de 2004.

Desde 1997, os Governos Socialistas têm qualificado os recursos humanos e potenciado a sociedade do conhecimento.

Esta perspectiva dinâmica do desenvolvimento global faz com que 16% do investimento global previsto para 2005 esteja afecto a este desígnio, estando previsto em 2008 representar 25% do investimento Regional. De referir, ainda, o aumento de 25,56% verificado do orçamento do ano passado para o do corrente ano.

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa Região como os Açores, o desenvolvimento da sociedade de informação e do conhecimento assume um papel fundamental.

A sua implementação é, assumidamente, um poderoso meio de combate à insularidade. A política de promoção à inovação nas empresas, o incentivo à transferência de novas tecnologias, o estabelecimento de parcerias com a Universidade dos Açores com os laboratórios regionais e as empresas locais têm permitido a implementação de novas metodologias e, com isso, a criação de novos produtos.

A administração pública regional prepara-se para revolucionar o seu funcionamento inter-departamental através de um novo sistema de comunicações de Dados e Voz.

Hoje, vivemos, efectivamente, a nova era tecnológica. Para além da Universidade dos Açores, encontramos outras estruturas que nos proporcionam outras áreas de desenvolvimento científico e que compõem a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

rede de organizações científicas dos Açores. Todo este trabalho tem trazido frutos para a nossa região através do interesse de equipas internacionais que nos procuram. Devemos aproveitar para reforçar sinergias necessárias que levem à internacionalização das nossas equipas de investigação e para a criar parcerias necessárias para a fixação de centros de excelência na nossa região.

Concluimos, então, que este plano de investimento vai ao encontro do que está consagrado no programa de governo, no qual se apresenta um conjunto de medidas e objectivos que visam continuar a inovar e a criar novos pilares para o desenvolvimento da Região.

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores são a região mais jovem do país.

São também aquela que mais investe e aposta na Juventude.

No capítulo específico à Juventude verificamos uma dotação financeira na ordem de 2.193.125 euros, o que equivale a um aumento de 181.8%, no total do investimento.

O trabalho nesta área tem sido vasto ao longo das últimas legislaturas. Nenhum cartaz por mais cinzento e funesto que seja apagará da mente dos Jovens Açorianos a ideia de que eles fazem parte de uma Geração de Vencedores.

Esta realidade de sucesso é verificada, não só, pelas dotações financeiras, mas sobretudo, pelos programas existentes, que vão de encontro às recomendações consagradas no livro branco da União Europeia, intitulado “Um novo impulso à Juventude Europeia”.

Este trabalho tem vindo a ser concretizado pela implementação dos mais variados programas: programas de ocupação de tempos livres, mobilidade



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

juvenil, programas de incentivo ao associativismo e rede de informação juvenil.

Tudo isso contribuirá decerto para que tenhamos uma sociedade mais participativa, na qual, o valor da cidadania seja, a cada momento, reforçado e, onde, os Jovens sejam continuamente estimulados a intervir no seu meio Social.

A Juventude Açoriana tem planos de futuro. Não vive sem promessas, mas precisa de certezas. O Governo Regional dos Açores tem desenvolvido uma acção governativa direccionada a Políticas de Juventude diversificadas, ao alcance de todos os Jovens Açorianos vivam eles no Corvo ou em Santa Maria. Reconhecemos que não é uma tarefa fácil, mas estamos aqui para fiscalizar as medidas a implementar e para lutar por cada vez melhor qualidade de vida de todos os Jovens Açorianos.

Este é o plano para servir bem os Açorianos e os Açores.

O plano de todos para todos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique Silva.

Deputado Luís Henrique (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O meu objectivo ao subir a esta tribuna, não é o de criticar, apenas com sentido destrutivo, mas sim o de contribuir, humilde mas seriamente, para o desenvolvimento daquela que é a Ilha de onde sou natural, e onde vivo, por opção.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Começarei por isso a falar nos transportes marítimos, que são excessivamente onerosos, sobretudo quando comparados com as Ilhas de maior dimensão, tornando os produtos que nos chegam desnecessariamente mais caros com as implicações que isso tem a nível de quase toda a actividade comercial e industrial, e por outro lado inibem a competitividade das nossas exportações nomeadamente o gado de abate. Nesta área, como não temos, nem iremos ter, sala de desmancha e câmaras de frio, para armazenagem das carcaças, os custos da exportação do gado impedem um maior lucro ao agricultor.

Com estes custos e modelo de transporte, o aparecimento de novas fontes de riqueza, como a horto-flori-fruticultura, estão à nascença condenadas ao insucesso.

Passemos aos transportes aéreos. Comparativamente com ilhas de população semelhante, a frequência dos toques é menor, os horários são feitos de modo a não respeitar os graciosenses, provocando muitos dias mortos noutras ilhas que significam dinheiro inutilmente gasto e pior que tudo isso a saída para o exterior da Região é mais cara do que em São Miguel e Terceira.

Continuando a reflectir neste domínio de melhor servir os graciosenses, pergunta-se ao Governo Regional quando pretende implementar o tão reclamado voo para esta ilha ao Domingo?

Quando na União Europeia se protege com programas específicos a periferia, aqui com este governo as ilhas mais periféricas já de si mais debilitadas são ainda mais penalizadas. A palavra solidariedade foi para a gaveta.

Na saúde estiveram inscritos, 250 mil €, em 2003, com a promessa de realização de obras de manutenção e conservação do Centro de Saúde.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Ao fim deste tempo todo, os nossos, doentes internados passam frio e quando chove molham os pés ao sair da cama; as paredes cospem humidade, as portas caem de podres, e se calhar para percebermos que estamos num Centro de Saúde, as janelas estão presas com adesivos.

No actual plano estão novamente inscritos 250 mil €, com a seguinte designação “construção de novas infra-estruturas”. Fico, no entanto, com a dúvida: será na verdade para aquilo que vem mencionado, ou para cumprir a determinação do Governo Socialista em 2003?

Se for para a construção de um novo Centro de Saúde sentimos alguma satisfação, pois trata-se de copiar e bem, uma proposta do PSD, nas últimas eleições.

Isso para não falar do equipamento de radiologia, aprovado em Conselho de Governo na Graciosa em 2002 e até hoje não foi posto em funcionamento.

Todos sabemos e estamos de acordo que a educação é a pedra base no desenvolvimento de uma sociedade, especialmente no que diz respeito à realização profissional dos nossos filhos. Pois bem, o Governo Socialista, em vésperas de eleições, inaugurou com pompa e circunstância a remodelação e ampliação de uma escola que ainda hoje continua em obras, com as implicações negativas que daí advêm, no aproveitamento escolar dos nossos alunos.

Se para alguns o objectivo é, e passo a citar “temos uma das melhores escolas dos Açores”, para nós o objectivo essencial e primeiro, é que independentemente das instalações, não sejam a escola pior classificada, nos Açores e a quarta pior, a nível nacional, em questões de aproveitamento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Na formação profissional, antes das eleições, foi dado a entender pelo responsável governativo da área, que o Curso de Turismo, seria para começar, facto que contribuiria, para fixar professores e alunos de outras ilhas, contribuindo ainda para a estabilização financeira da Academia Musical da Ilha Graciosa.

Mas logo após a vitória eleitoral do PS, o projecto foi derrotado.

Com grande espanto nosso, e com a conivência de um dos deputados da minha ilha, mais este projecto, que nos beneficiaria foi deitado por terra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em tempos de campanha, disseram os candidatos do PS que nunca nenhum governo tinha investido tanto na Graciosa...

Embora não veja que tenham feito, nestes anos todos, um porto ou um aeroporto de raiz, verdade irrefutável é que a diferença do desenvolvimento entre a Ilha de São Miguel e a Graciosa, é muito maior do que era há dez anos atrás.

Sabemos que o desenvolvimento económico, numa economia de mercado, passa por factores que têm a ver com a economia Mundial e os seus ciclos. Por isso, no nosso entendimento, e no entendimento de qualquer pessoa de bom senso, a função de um Governo é esbater diferenças, criar igualdades de oportunidades, de modo a que não haja no todo Regional, cidadãos de primeira ou de segunda, consoante a Ilha onde vivem.

Que se chame, Sociedade de Desenvolvimento, Fundo de Coesão, ou mais especificamente, benefícios fiscais, apoios ao investimento produtivo, melhoria das condições hoteleiras, e de restauração, melhoria das acessibilidades, exploração das nossas vantagens competitivas, o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

importante e urgente, é criarmos as condições para que a desertificação humana na Graciosa, não seja uma triste realidade.

Espero sinceramente, esperam os graciosenses, que este governo tome as iniciativas necessárias, para não ser responsabilizado por uma lenta agonia, que nos conduzirá em ritmo cada vez mais acelerado, ao definhamento como sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais grave do que, a inscrição de dotações orçamentais deficitárias, mais grave do que a falta de planeamento estruturado do desenvolvimento, mais grave do que leviandade com que equacionaram os problemas relativos à Graciosa, mais grave que tudo isso, é a falta de execução orçamental dos poucos programas relativos à minha Ilha.

Posso até dizer, sem medo de errar, que os governos do PS apenas se limitaram, na Graciosa, a conservar, manter e em casos ocasionais, ampliar as obras feitas pelos governos anteriores. Para exemplificar o que atrás foi dito, na única obra de raiz que estão a fazer, percebe-se a falta de planeamento, que para já levou ao desmoronamento da muralha da Praia da Graciosa, na forma como queriam reconstruí-la, a leviandade com que tratam os assuntos relativos à nossa Ilha, ficou bem patente.

E, pergunto ainda, para quando a reposição do areal da praia?

Para acabar lançaria daqui, um repto, aos meus colegas deputados pelo círculo eleitoral da Graciosa, para que nos uníssemos como graciosenses, para que o desenvolvimento não fosse dar materiais de construção civil com o dinheiro de todos nós,...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Está a falar da Câmara Municipal, com certeza!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Está enganado, Sr. Presidente.

... comprando a pobreza, que bem estar não fosse utilizar o dinheiro do erário público, para comprar os lugares nesta bancada, mas sim, que fosse criar condições para que em igualdade de circunstâncias se desse lugar ao mérito, que fosse criar condições, para que as oportunidades não sejam só para os afilhados. No fundo para que possamos transformar a rosa enfeitada que a Graciosa hoje é numa das flores mais belas deste jardim que são os Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta intervenção.

(Pausa)

Tenho inscrito os Srs. Deputados José Ávila e Manuel Avelar.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários:

Sinceramente, eu fiquei um bocado preocupado porque pensei que o Sr. Deputado Luís Henrique Silva estava a falar da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, porque se há alguma instituição inactiva naquela ilha, de facto, não há dúvida nenhuma que é ela.

Deputado Mark Marques (PSD): Cada um dá a dimensão que tem!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Relativamente ao Centro de Saúde, eu gostava de dizer que os Governos do PSD, antigamente, de facto, fizeram lá algumas obras e conseguiram fazer uma coisa muito estranha, que foi passaram de 24 camas para 16 camas e deixaram lá um buraco onde foi colocado o elevador depois de 96. Não vamos falar de 96, mas se calhar seria bom registar isto. Relativamente à cópia das ideias do PSD no que se refere ao Programa do Governo, eu gostava de dizer que nós temos uma coisinha destas. Do PSD não vi lá nada.

Outra coisa que gostaria de referir é que nós fizemos um programa e foi a votos. Foi esse programa que ganhou.

Além do mais, durante a campanha eleitoral, ouvi duas coisas na Graciosa como sendo importantes. Uma delas era um heliporto. Um heliporto para o Centro de Saúde era fundamental.

O Centro de Saúde fica a um quilómetro do aeroporto, o que é estranho.

Outra promessa eleitoral foi a construção de uma barragem.

Eu vou pedir ao Governo que não cumpra esta, porque primeiro precisamos do rio.

Obrigado.

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(* Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários, Sr. Deputado Luís Henrique:



Podemos começar pelo porto que fez a ligação à muralha, mas vamos recuar no tempo.

Nós não temos areia desde a década de 80.

Deputados Alberto Pereira e António Marinho (PSD): Desde 96!

O Orador: Não, não é 96. Quando a Tecnovia estava a construir o porto, o Sr. Deputado Luís Henrique sabe que a empresa limpou a areia. Nunca mais a praia foi igual.

Está garantido que este Verão o areal da praia será repostos. É verdade.

Em relação à muralha, sem a areia, o mar começou a bater, mas ela já tem um projecto pronto e ele vai ser feito. Não há necessidade de nenhum aproveitamento porque a obra vai ser feita com a rapidez necessária.

Vamos recuar um bocadinho.

Em relação ao Centro de Saúde, no debate que tive com o ilustre colega candidato que não está presente, na década de 80, ainda era Secretário o Sr. Dr. Costa Neves, foi pena que não tivesse feito o novo Centro de Saúde.

Foi feita uma ampliação que se calhar não foi devidamente fiscalizada. Neste momento está pior do que a parte velha.

O Centro de Saúde da Graciosa está degradado, mas em breve, possivelmente na próxima semana, vai ser feita a assinatura do contrato com a firma que vai fazer as obras.

Em relação ao novo aparelho de RX vai para lá um portátil, provisoriamente, para resolver a situação, porque são precisas obras para implantar um novo.

O Sr. Deputado Luís Henrique sabe muito melhor do que eu, até por questões de profissão, falar desta área.

Deputado Mark Marques (PSD): Então ele tem razão!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Não, não tem razão, porque ele fez parte da administração. Tem responsabilidade em não se ter feito determinadas coisas. Vamos com calma, porque temos tempo para conversar.

Deputado Mark Marques (PSD): Os senhores têm, nós não temos!

O Orador: Portanto, ele tem as suas responsabilidade na não construção do novo Centro de Saúde, mas nesta legislatura o Governo Regional do Partido Socialista irá dar início à construção do novo centro de saúde.

Deputado António Marinho (PSD): Fica mais para o fim!

O Orador: É quando for necessário. Não se preocupe. Temos 4 anos. Os graciosences acreditaram em nós e nós tivemos a coragem de dizer no nosso manifesto o que é que não tínhamos construído e as razões que levaram a isso. Está lá claro como água, embora aqui não se trate de água porque não podemos fazer a barragem.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Pode estar descansado porque teremos coragem de assumir, se for preciso, por que é que não podemos fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(*) Deputado Luís Henrique (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Ávila:

De facto, estive algum tempo no conselho de administração, foram quase 2 anos.

Quanto à redução das camas no Centro de Saúde, o senhor sabe qual a taxa de ocupação das camas nesse centro e qual é a orgânica que o serviço tem para que lhe seja permitido aumentar as camas. Era bom que o senhor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

quando regressasse à Graciosa visse esses números e confrontasse se se justifica o aumento do número de camas. Se se justificar, cá estaremos para conversar sobre esse assunto.

Verifique se foi ou não uma boa medida e se os serviços, após essa situação, alguma vez foram reestruturados de forma a dar resposta ao maior número de camas.

No que diz respeito à areia, foi dito nesta casa que o impacto ambiental, com a construção do porto de pescas, era praticamente nulo e teria um efeito benéfico para a praia que sempre existiu. Isto foi dito por um deputado dessa bancada.

Quanto às promessas, eu não trouxe aquele livrinho azul que o Sr. Deputado José Ávila trouxe. Eu trouxe foi o de há 4 anos, porque até compreendo que o que não foi feito neste ano, ainda pode ser, porque é 2005/2008.

Os senhores prometeram, em 2000, 21 quilómetros de estrada. Até hoje foram executados 8 Km.

Os senhores também já prometeram aqui a electrificação da muralha da Praia e ainda não foi feita.

Deputado Manuel Avelar (PS): Neste momento já tinha caído. Foi bom ter atrasado!

Deputado Mark Marques (PSD): Foi, porque assim não caiu!

O Orador: Com a dotação orçamental que os senhores têm para as estradas (250 mil euros, e peço desde já desculpas se estou enganado) não dá para asfaltar as estradas que o senhor prometeu há 4 anos e muito menos as que o senhor prometeu este ano.

Ainda falta repavimentar Praia/Fenais, Rochela/Lagoa, Fenais/Carapacho, arranjo urbanístico do Lar da Vitória, conclusão das obras da Escola 2,3/S



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

de Santa Cruz, que ainda não acabaram, erradicação de pré-fabricados existentes nas freguesias da Praia, São Mateus que ainda existem,...

Deputado Paulo Messias (PS): Esses pré-fabricados são referentes ao sismo de 80!

O Orador: Pois são, mas nós já perdemos as eleições por isso.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E ainda vão perder mais!

O Orador: No que diz respeito aos transportes foi dito aqui em 96, na discussão do Plano e Orçamento, que era uma política de antanho, pelas razões dos custos que tinham os transportes. Na altura um contentor custava mais 30 mil escudos. Hoje custa mais 1500 euros.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Já baixaram!

O Orador: O Sr. Secretário faça o favor de nos dar os números e as taxas de ocupação do turismo na Graciosa.

O Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência sabe muito bem que prometeu o ensino profissional para aquela ilha e depois falhou.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Eu já me expliquei e fui à Graciosa me explicar. Se for preciso volto lá!

O Orador: E até teve a amabilidade de me responder pondo toda a responsabilidade na Direcção da Academia, por isso fiz referência a esse aspecto.

Obrigado.

Presidente: Isto não é propriamente uma conversa, embora seja muito agradável.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(*) **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Que não está tudo cumprido, é verdade e tivemos essa capacidade, que é extremamente importante, de dizer aos graciosenses, em particular, e aos açorianos, em geral, que não se tinha cumprido tudo isso na totalidade.

Mas vamos por partes. Vamos à escola.

A escola estava pedida desde 1989. É um exemplo.

Não está pronta, mas talvez até Dezembro ela fica pronta. Esperamos que sim, mas pode não estar, porque quando entrar nas obras dos outros dois pavilhões, que são obras de remodelação, será muito mais complicado do que fazer de novo.

Dou-lhe o exemplo da EDA. A EDA em 91 trazia um documentozinho de que iam fazer em 92. Neste momento, está praticamente pronta para inaugurar.

Passou. Ficámos a ver a EDA passar

Lar de Idosos da Praia. Uma grande obra! Dois milhões e meio de euros! Isto é extremamente importante.

Deputado Luís Henrique (PSD): É verdade, sim senhor!

O Orador: Vamos à orla marítima dos Fenais. Não está concluída, mas está no bom caminho. É um grande investimento, por isso esperamos que se conclua com rapidez, porque isso traz implicações com a estrada, porque essa obra está adjudicada Praia/Fenais.

Em relação ao dinheiro para este ano, o mesmo não tem nada a ver com as obras que estão a decorrer. Essa obra é para uma outra estrada da Graciosa. Estamos no início de um Plano a Médio Prazo. Portanto, temos 4 anos para cumprir.

Vamos com cuidado e com calma, porque os Governos do Partido Socialista muito tem investido na Graciosa e este continuará a investir,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

porque continuamos a pensar que a Graciosa é tão importante quanto as outras ilhas dos Açores.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(*) **Deputado Luís Henrique (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós não dissemos, nem eu tive a veleidade de dizer, que não se tinha feito nada e que as obras estavam mal feitas.

O que eu disse aqui e volto a repetir foi que, entre as promessas que os senhores fazem e aquilo que executam, é que faz uma diferença muito grande.

Ainda bem que estão a fazer a protecção da orla marítima dos Fenais. É uma excelente obra. Mas o senhor também prometeu a do Carapacho e a de Santa Cruz. Para terminar a dos Fenais ainda falta um bom pedaço. Foi em relação a isso que fiz a referência.

Volto a repetir: a dotação prevista para as promessas que foram feitas e que constavam do seu manifesto eleitoral de há 4 anos, não foi suficiente e o senhor já fez outras.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(*) **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vamos por partes.

Parte da orla marítima que propomos e que este Governo há-de cumprir quando fizer obras no Carapacho, embora tenhamos em conta que aquilo é uma piscina Municipal, quando se fizer obras de consolidação e de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

melhoria nas termas do Carapacho, para a protecção também do edifício das termas, será feita a protecção daquela zona.

Deputado Luís Henrique (PSD): Não sou Presidente da Câmara, nem vereador, nem candidato!

O Orador: Eu também não sou candidato. Pode ficar descansado, que eu não sou e também acredito que o Sr. Deputado não é. Portanto, estamos livres e podemos falar à vontade.

Referiu há pouco o Lar da Beira Mar da Vitória. Essa promessa foi vossa. Basta recuar um pouco no tempo.

Deputado Luís Henrique (PSD): Sr. Deputado, o PSD já perdeu as eleições!

O Orador: Os seus colegas que o antecederam também tinham prometido o Lar da Vitória. É um projecto grande, bastante bonito, porque já o vi, está pronto e nesta legislatura será concluído. Deixe estar descansado, porque, como prioridade, vamos alargar a zona de Santo António que é muito importante para a realização das festas na Vitória e depois iremos até à Beira Mar da Vitória.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

“O capital humano é o mais importante bem que a Europa tem a seu dispor”. Esta foi a conclusão do Conselho Europeu desta Primavera.

Esta conclusão vem na sequência da estratégia de Lisboa, que foi por sua vez reafirmada no Conselho Europeu de Estocolmo no ano de 2001.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

De facto, todos os investimentos que são feitos no capital humano, são investimentos que têm um elevadíssimo poder reprodutor e que consubstanciam linhas de força no desenvolvimento da União Europeia e também, no caso açoriano, no nosso desenvolvimento.

É nesse contexto, no contexto dessa estratégia europeia, nacional e também regional, que a Região Autónoma dos Açores tem vindo ao longo dos últimos anos a fazer um investimento sem precedentes – e é bom voltar a dizer: é o maior investimento de sempre – nestas áreas.

Este investimento tem duas linhas de força: um investimento muito grande na ordem dos 30 milhões de euros por ano na área da formação profissional, a formação profissional em sentido alargado, abrangendo, para além da formação inicial e do funcionamento das escolas profissionais, todo um sistema que, em cada ano, abrange cerca de 10% da nossa população activa, e um investimento também extremamente importante e reformador na área do sistema educativo.

De facto, ao longo dos últimos anos foi possível fazer nos Açores uma reforma de todo o sistema educativo que abrangeu, para além da sua vertente de natureza institucional, ou seja, a forma como as escolas se organizam, a sua estrutura organizacional, do ponto de vista físico, da nossa rede escolar.

Na rede escolar temos vindo a fazer investimentos que, ao longo dos últimos 8 anos foram sempre superiores aos 20 milhões de euros e que neste ano vão crescer substancialmente e vamos atingir os 26 milhões de euros de investimento, isto incluído num investimento global, considerando as despesas de funcionamento, que se aproxima dos 240 milhões de euros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A despesa de funcionamento do sistema educativo, por si só, representa cerca de 193 milhões de euros. É a maior, do ponto de vista da classificação funcional, despesa de todo o orçamento regional.

Este investimento que está a ser feito na qualificação dos açorianos tem, no que diz respeito à formação profissional, um efeito extremamente importante. Em cada ano que passa nós conseguimos fazer entrar no mercado de trabalho mais açorianos com qualificação profissional, do que a totalidade dos trabalhadores com essa qualificação que existiam à data de 1996.

De facto, isto está a alterar de forma profunda o funcionamento da nossa economia e está a alterar de forma estrutural a maneira como nos Açores se encara a qualificação e o emprego.

O sucesso que obtivemos no emprego, ao longo dos últimos anos, que nos permitiu, sempre com taxas extremamente baixas, atravessar um período dos mais difíceis a nível nacional, em termos de emprego, deve-se, em boa parte, a esta política, uma política de formação voltada directamente para a integração do mercado de trabalho.

Essa política é, em si, com o investimento previsto para o quadriénio na ordem dos 172 milhões de euros, aos quais acrescem cerca de 12 milhões de euros por ano no orçamento privativo no fundo regional de emprego, um investimento estruturante e reformador na nossa sociedade.

No que diz respeito às construções escolares, que são aquelas que, do ponto de vista das obras, são as mais visíveis, temos neste momento em curso uma grande obra, uma obra de grande dimensão, que representa, em termos de investimento, o maior investimento jamais feito numa única escola, a construção da Escola Tomás de Borba, na Ilha Terceira, e temos já



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

adjudicada a construção das novas instalações para a Escola Secundária Manuel de Arriaga.

Em fase muito avançada de obra temos neste momento a construção do novo edifício, uma nova escola, no fim de contas, da Escola Roberto Ivens, em Ponta Delgada, e na Praia da Vitória está também em andamento a substituição do edifício da Escola Francisco Ornelas da Câmara, isto para não falar no conjunto de outras obras mais pequenas, mas também significativas nas comunidades em que são feitas.

Estão em preparação investimentos de vulto em Vila Franca e Ponta Garça, em Água de Pau e em São Sebastião, na Ilha Terceira, na construção da Escola Francisco Ferreira Drumond.

Por outro lado, vamos prosseguir a política de reformulação dos malfadados edifícios da década de 80, edifícios com péssima qualidade construtiva, em que em cada um deles estamos a fazer investimentos, nesta altura, que são superiores ao seu custo de construção.

Já terminou a obra no Nordeste e em Santa Maria. Estamos neste momento em fase muito avançada na Graciosa e preparamo-nos para intervir nas escolas de São Jorge.

Em termos do investimento no sector educativo, não é apenas – e se calhar não é isso que mais conta, embora seja extremamente importante – o investimento que é feito nas construções escolares. Há também um investimento enorme que é feito na diversificação da oferta educativa e na introdução nas nossas escolas de meios de as tornar mais atractivas e, por essa via, reduzir o absentismo e abandono escolar.

É preciso não esquecer que os Açores, ao longo da última década, tiveram uma redução de cerca de 80% do absentismo e abandono. Hoje, já é possível encarar os casos de absentismo e de abandono de forma nominal,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

caso a caso. Só para dar uma ideia, na Terceira, houve recentemente uma conferência sobre esta matéria. Temos apenas cerca de uma centena de casos de absentismo que estão a ser seguidos no âmbito da respectiva Comissão de Protecção. É que ainda são muitos e nós gostaríamos que fossem muito menos, mas nós partimos de um patamar muito mau.

De facto, os últimos 30 anos – e aí temos que fazer justiça aos nossos governos – foram anos autenticamente de revolução nesta matéria.

Nós partimos de uma patamar extremamente baixo. Tínhamos apenas 3 escolas secundárias e hoje, quando nós comparamos as nossas estatísticas com aquilo que elas eram há 30 anos atrás, não há comparação possível.

Também hoje, quando comparamos as nossas estatísticas com aquilo que elas eram há 8 anos atrás, não é possível encontrar comparação.

De facto, aquilo que nós fizemos nos últimos anos (diversificação da oferta educativa, do crescimento da oferta em termos profissionais no ensino regular, incluindo a Ilha Graciosa em que vai ser possível ultrapassar os problemas da Academia por essa via, como muito bem o Sr. Deputado já sabe), e aquilo que nós temos vindo a fazer de forma pioneira na introdução do inglês, na criação de mecanismos de substituição que agora, felizmente, estão a ser seguidos no Continente e, com alguns anos de atraso, também no Continente vão fazer aquilo que nós fizemos, foram de facto reformas profundíssimas.

É preciso não esquecer que há 8 anos atrás o nosso sistema educativo estava estagnado, com o 1º ciclo ainda com a estrutura distrital. Nestes 8 anos conseguimos, de facto, dar um salto qualitativo que não tem comparação com nenhum período anterior.

Na área da ciência e tecnologia, que é complementar da educação e da formação profissional, nós estamos a prever para o quadriénio um



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

investimento na ordem dos 108 milhões, dos quais 7,7 milhões, por ano, são investimento directo do Plano. Os restantes são investimento do fundo. Nesta área, as grandes linhas de força são a introdução e a divulgação da sociedade de informação, a divulgação das novas tecnologias e o apoio complementar à investigação científica e tecnológica nos Açores, dando, por esta via, pela via da participação regional, um complemento aos financiamentos comunitários e nacionais que as diversas equipas vão obtendo nos Açores.

Nesta área, também os Açores foram pioneiros no desenvolvimento do ensino mediatizado pela Internet. Ainda hoje nós somos a única Região do país que opera o ensino básico e secundário usando esta nova forma de comunicação e os Açores também foram pioneiros na introdução do ensino experimental das ciências e tecnologias nas escolas, através de programas cooperativos entre a direcção das respectivas escolas e a área da ciência e da tecnologia.

Na área do desporto, em que nós prevemos um investimento para o próximo ano na ordem dos 11,5 milhões de euros, estamos a preparar uma reforma estrutural que corresponde a um diploma que neste momento já se encontra presente a esta Assembleia e que vai alterar profundamente as prioridades em termos do financiamento público ao fenómeno desportivo.

O objectivo é financiar essencialmente duas áreas, a área da formação e da promoção da prática desportiva e a área da procura da excelência no desporto.

São estes dois eixos de força do investimento para o próximo ano. Isto corresponde aos eixos de força do diploma que está também presente nesta câmara.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Nesta área continuamos a investir na melhoria das infra-estruturas. É preciso não esquecer que ainda este ano vai entrar em funcionamento mais um pavilhão na cidade de Ponta Delgada. Na Escola Roberto Ivens há um novo pavilhão construído de raiz com condições ideais para a prática desportiva.

Nessa mesma escola vai ser possível, ainda este ano, reabrir o antigo pavilhão, totalmente reformulado.

Foi possível reformular totalmente os pavilhões das Lajes do Pico e da Graciosa onde a obra já está em fase final. Também aí foi possível construir uma nova sala de ginástica com características que permitem a prática de vários desportos e todas as novas escolas, em particular a de São Carlos e a do Faial, incluem infra-estruturas desportivas de grande qualidade incluindo tanques de aprendizagem destinados à aprendizagem da natação e à prática desportiva nessa área.

De facto, nós temos vindo, ao longo destes últimos 8 anos a fazer um investimento sem par, em termos da construção de novas infra-estruturas, em termos da colocação ao serviço da comunidade desportiva de novos lugares da prática desportiva.

Tudo isso tem-se traduzido e traduziu-se numa alteração qualitativa do fenómeno desportivo que agora permite encarar uma reforma de fundo e encarar uma nova forma de nós apoiarmos o desporto.

Sr. Presidente, Sr. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em conclusão, o Governo Regional vai continuar ao longo deste ano e ao longo dos próximos quatro anos, na vigência das Orientações de Médio Prazo, a investir com grande força no capital humano.

É, em termos quantitativos, o maior investimento do nosso plano regional e é também, do ponto de vista da mudança que queremos impor à nossa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

sociedade e de um conjunto de reformas que temos vindo, ao longo destes anos, a introduzir, um dos eixos fundamentais.

De facto, quer na vertente educativa, em que nós queremos reduzir o abandono e o insucesso escolar para níveis europeus, quer na vertente da formação profissional, em que queremos atingir as metas traçadas na estratégia de Lisboa e de Estocolmo, em que neste momento já temos indicadores que nos permitem antecipar, inclusivamente, a data de 2010, em termos da taxa de actividade e da percentagem de trabalhadores que vão ser, em cada ano, sujeitos a formação profissional, estamos muito perto de atingir, em 2005, aquilo que a Europa se propõe para 2010.

Em termos da manutenção de baixas taxas de desemprego é com muito orgulho que a Região, neste primeiro trimestre de 2005, é a região com a mais baixa taxa de desemprego em toda a União Europeia.

Esta mais baixa taxa de desemprego está associada a um outro fenómeno, ao crescimento do número de empregados. De facto, nós conseguimos ter esta baixíssima taxa de desemprego numa situação em que no resto do país e da Europa a situação é totalmente o inverso e numa situação em que, nos Açores, nós crescemos quase 20% em termos da população activa. Ou seja, a geração de emprego nos Açores tem sido uma geração capaz de absorver todo o crescimento demográfico e toda a vontade de participação no mercado de trabalho da população feminina, que tradicionalmente não o fazia, e foi capaz de compensar todos os outros factores que, a nível nacional, levaram à situação extremamente difícil que hoje se vive.

Estas políticas de valorização do capital humano já deram nos Açores fruto e vão continuar a dar e nós vamos continuar a investir de forma a que este seja um dos fios condutores do nosso desenvolvimento sócio-económico.

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate.

(Pausa)

Tenho inscrito os Srs. Deputados Costa Pereira, Rui Meneses, Piedade Lalanda, João Bettencourt, José Gabriel Eduardo e José Manuel Bolieiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Um comentário e uma questão que lhe gostava de colocar.

Em primeiro lugar, relativamente à questão das aulas de inglês no 1º ciclo, embora todos estejamos de acordo sobre a implementação dessas aulas, deixo-lhe aqui duas preocupações que penso que são oportunas e que não têm sido devidamente encaradas, pelo menos pelos exemplos que conheço da implementação desta experiência nalgumas ilhas.

Em primeiro lugar, tanto quanto conheço, esta experiência foi feita apenas nalgumas escolas de algumas cidades.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): E nas zonas rurais!

O Orador: Na ilha do Faial não foi feita em nenhuma zona rural.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Foi feito onde há escolas básicas integradas!

O Orador: Mas não foi feita no Faial. Portanto, há a questão dos alunos do campo que, pelo menos nalgumas ilhas, têm ficado fora desta experiência.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Depois desses alunos terem essas aulas de inglês na 3ª e 4ª classe, chegam ao 1º ano do 2º ciclo e são integrados em turmas em que estão alunos que nunca tiveram inglês. O que acontece é que não há uma adequação, em termos do programa e da integração desses alunos nessas turmas, para que aqueles que já tiveram inglês, não tornem a aprender o B-A-BÁ da língua. Isso não tem sido tido em conta e penso que esta é uma preocupação que deve obrigar a que se tenha uma intervenção nesta área no sentido de harmonizar e melhorar a situação. Este era o comentário.

Passo agora à questão que me foi suscitada pelas suas declarações relativamente ao anúncio da entrada nesta Assembleia de legislação sobre a reformulação do sistema de apoio ao desporto.

Gostava de lhe perguntar a sua opinião sobre as declarações feitas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo que disse que a actual política de apoios enquadrados no Decreto Legislativo Regional, foi aprovada na Assembleia Regional quando o partido que suporta o Governo (o Partido Socialista) não tinha maioria.

Portanto, ele não concorda com este actual sistema nem com este modelo de apoio ao desporto.

Pergunto: o senhor é titular dessa Secretaria Regional e tutela esta área há 8 anos. Por que é que em 8 anos nunca alterou esta legislação, se ela é assim tão má?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As aulas de inglês iniciaram-se há 5 anos atrás pelas zonas rurais servidas por escolas básicas e integradas. É preciso não esquecer que as nossas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

escolas básicas integradas nas zonas menos populosas e só depois é que foram sendo progressivamente alargadas às zonas mais populosas.

Ainda não concluímos esta reformulação. Ainda hoje a Horta, Angra (em São Carlos) e Ponta Delgada que são as últimas três áreas escolares que ainda não foram integradas.

De facto, o processo começou exactamente a partir da periferia para a zona central.

Em relação ao ensino do inglês começou-se exactamente pelas zonas mais periféricas, mas nós podemos chegar a todas as escolas, particularmente quando temos escolas muito pequenas em que no 2º e 3º ano de escolaridade temos apenas 2, 3 ou 4 alunos. Muitas das escolas das zonas rurais, infelizmente, são escolas de uma sala só e têm um número de alunos, nos últimos anos de escolaridade, demasiado pequeno para permitir fazer isso.

Quanto à questão das turmas, a instrução que existe, e espero que esteja a ser cumprida, é que os alunos que já tiveram inglês são colocados em turmas à parte, em relação aos que não tiveram. Portanto, as turmas são feitas de forma segregada e a constituição de turmas leva em conta exactamente isso.

É óbvio em que haverão situações em que não é possível cumprir, particularmente quando estamos a falar de números muito pequenos nas zonas menos populosas.

Nós já ultrapassámos 80% dos alunos. Neste ano lectivo que vai começar no próximo mês de Setembro, vamos chegar, espero eu, não digo aos 100% mas próximo disso, porque vão continuar de fora as muito pequenas escolas em que não é possível chegar-se por razões que são óbvias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Quanto à questão que me coloca sobre o desporto, sem prejuízo da discussão que teremos no momento próprio, quando o diploma for presente a esta câmara, gostava de lhe dizer que subscrevo inteiramente as palavras do Sr. Vice-Presidente, por duas razões: primeiro, porque essas palavras foram pronunciadas estando nós os dois lado a lado e na sequência da discussão dessa matéria; segundo, elas correspondem exactamente àquilo que se passou.

No fim de 98, quando foi aprovado o diploma que veio a ser publicado no início de 99, de facto, o Partido Socialista não tinha maioria e o diploma que era a nossa proposta não foi aquele que veio a ser aprovado.

Chegados a 2000, foi feita uma avaliação do diploma e aquilo que se concluiu foi que, face ao movimento que nós estávamos a ter em termos de crescimento de praticantes, valia a pena manter durante mais algum tempo aquele sistema.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então era bom!

O Orador: Não. Tem imensos defeitos. Causou imensas distorções, mas aquilo que teve de bom foi permitir um crescimento acelerado da prática desportiva.

Não era bom, mas nós considerámos que não era saudável.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Teve quatro anos para rever isso! Por que não o fez?

O Orador: Exactamente para não fazermos aquilo que os senhores fizeram quando tiveram a vossa minoria que passou a maioria, que foi revogar todos os diplomas.

Nós, em 2000, olhámos para um diploma aprovado em 98 e que entrou em vigor em 99 e achámos que não era ainda a altura de o alterar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Porque era bom!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Foi isso que fizemos. Respeitámos esse diploma e mantivemo-lo em funcionamento, embora com sérias reservas a muito dos seus aspectos.

Ao longo do último mandato fomos revendo o evoluir da situação, preparámos uma proposta que estava pronta em meados de 2003...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então não foi o Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... resolvemos esperar mais algum tempo e quando achámos que era oportuno, que foi agora, apresentámo-lo e ele está aqui. É essa a história do diploma, embora esta discussão terá um momento próprio quando o discutirmos.

Obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então não era novidade!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meneses.

(*) Deputado Rui Meneses (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de questionar o Sr. Secretário da Educação sobre duas escolas do Concelho da Lagoa.

Uma delas é a Escola de Água de Pau, uma escola muito falada normalmente em vésperas de eleições.

Neste momento estão inscritos 100 mil euros no Plano.

Eu sei que o terreno já foi adquirido e sei que já estão recebendo propostas para o projecto.

Gostaria de saber, e penso que os pauenses também gostariam de saber, qual o compromisso que o Governo vai assumir com essa escola? Vai construir? Quando é que a vai construir?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

De facto, a compra do terreno e o projecto não nos garantem nada. Porquê? Porque no passado também foi criado um quadro de escola que foi encerrado.

Antes das eleições de Outubro foi comprado o terreno com pompa e circunstância. Antes do próximo mês Outubro, ou seja, antes das eleições autárquicas, vai ser exposto o projecto.

Gostaria de saber se no próximo ano, se vai fazer ou não a escola.

Teremos o terreno e o projecto, infelizmente, não significa termos a escola.

Também gostaria de questionar o Sr. Secretário para saber se existe algum projecto para a Escola Faria e Maia. Como o senhor sabe é a única no concelho que funciona em regime de desdobramento.

Deixe-me só que lhe diga que no Boletim Municipal da Lagoa, Sr. Secretário, há referência a uma reunião entre o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente do Governo.

Nos diversos assuntos expostos há compromissos de anos, pelo menos no Plano a Médio Prazo e no do próprio ano.

Relativamente a essas duas escolas que eu lhe estou a falar vem referido: “no campo da educação mereceu destaque deste encontro...”

Gostaria de saber se esse *mereceu destaque* significa que se vai fazer a escola.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à Escola de Água de Pau, o Sr. Deputado Rui Meneses está muito bem informado do que está a acontecer e os 100 mil euros destinam-



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

se exactamente a fazer face a despesas com o projecto que está a ser feito. Portanto, é um valor adequado àquilo que nós pensamos que vai ser a despesa ao longo do ano de 2005.

Quanto à data do arranque de obras vai depender do avanço de outras obras e da forma como forem progredindo particularmente as grandes intervenções que neste momento estão já adjudicadas. É o caso das novas instalações para Escola Secundária Manuel Arriaga na Horta e a Escola Tomás de Borba, que são duas grandes infra-estruturas.

Por isso, nós, em função da evolução dessas obras veremos quando é que é possível lançar essa escola.

De qualquer forma a nossa intenção neste ano de 2005 é aquela que o Sr. Deputado muito bem referiu, termos o projecto de execução pronto até ao fim do ano. É essa a nossa expectativa para que a qualquer altura, depois, possamos lançar o respectivo concurso de empreitada, quando for adequado.

Em relação à Escola Faria e Maia, está a falar de uma escola do 1º ciclo do ensino básico, que é uma escola propriedade municipal e obviamente essa é uma pergunta que terá que colocar noutra fórum que não aqui.

Deputado Rui Meneses (PSD): O Presidente da Câmara colocou ao Presidente do Governo!

O Orador: Não me cabe a mim decidir quando é que a Câmara da Lagoa vai fazer esta ou aquela intervenção numa escola que é sua propriedade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Penso que quando se olha para este Plano fica-se, à partida, com a sensação de que o problema da educação passa essencialmente pela construção de escolas ou de equipamentos escolares.

O Sr. Secretário fez uma referência a um aspecto importante do absentismo escolar e ao facto da acção governativa ter partido de um patamar difícil. Portanto, tudo o que ainda resta, apesar de mau, é muito melhor do que era no passado.

Eu queria apenas lembrar que esta é uma das áreas em que a herança cultural tem um peso enorme, ao nível do trabalho infantil que, infelizmente, ainda justifica muito desse absentismo escolar e que está associado, segundo alguns estudos, sobretudo no nosso caso, à actividade agrícola que ainda é, por tradição uma actividade familiar, de características familiares e que quase se impõe às crianças. Essa é uma das heranças que nós temos e que é preciso combater e que em parte pode explicar a falta de motivação das crianças que dizem que não gostam da escola, até porque os pais também não as incentivam, não têm da escola uma imagem muito positiva.

Nessa área penso que muito tem sido feito, em medidas alternativas, nos currículos escolares, no sentido de cativar as crianças para a aprendizagem sem ser forçosamente a velha escola do passado.

Outra herança cultural importante na nossa Região que tem vindo a ser combatida é o analfabetismo. Nós tivemos taxas de analfabetismo desastrosas. Ainda temos as mais elevadas mas conseguimos ir desbastando essa taxa de analfabetismo, o que não é muito diferente do que se passa a nível de Portugal, comparado com a União Europeia.

Nós somos um dos países da Europa com a mais baixa escolarização. Aí eu gostaria de acentuar um aspecto importante que, no fundo, é uma estratégia



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

do Governo no sentido de motivar as crianças e os jovens para a escolarização, dando-lhes uma perspectiva de inserção no mercado de trabalho, ou seja, com o diploma consegue-se o trabalho, mas essa é uma visão, em parte, quase perversa da aprendizagem.

Quando nós nos comparamos com os nossos imigrantes que estão em Portugal e, em particular, nos Açores, vemos quadros superiores dos países de leste, a aceitarem trabalhos no sector primário. Ou seja, os países de leste, os países do alargamento, têm taxas de escolarização muito superiores aos países tradicionais da Europa, porque a aprendizagem não tem, forçosamente, que estar canalizada apenas para um ordenado mais elevado no mercado de trabalho, um posto mais prestigiante, mas pelo benefício que a própria aprendizagem traz para o indivíduo enquanto literacia.

Nós, exactamente pecamos por taxas enormes de iliteracia, taxas enormes de analfabetismo, porque as pessoas se têm o 12º querem ter um emprego superior àquele que tem o 9º ano, se têm uma licenciatura querem ter um emprego superior ao que tem o 12º, ou seja, a aprendizagem não é valorizada pela sua essência em si, mas pela canalização para o mercado de trabalho.

Portanto, apesar disto ser uma estratégia importante para cativar os jovens para a aprendizagem, temos que dar valor à escola pela escola em si. Acho que é uma das evoluções que o ensino vai ter que ter no futuro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Esta temática que aqui foi trazida pela Sra. Deputada Piedade Lalandá é uma das preocupações centrais do funcionamento do nosso sistema educativo.

De facto, não é apenas com boas escolas, do ponto de vista de bons edifícios, que se faz boa educação. Nós temos situações de avaliação do nosso sistema educativo em que não há uma correspondência, nem de perto nem de longe, entre boas instalações e boa qualidade do processo educativo.

De facto, o investimento na educação tem que ser feito sempre nos dois eixos que eu, na minha intervenção, referi.

É evidente que é importante termos boas infra-estruturas escolares, até porque isso permite economias de escala, permite otimizar o funcionamento das escolas, mas também é preciso investir e estamos a investir na área da formação e na área da diversificação.

De facto, a introdução nas nossas escolas da diversificação curricular – hoje, nos Açores, temos 8 programas curriculares em funcionamento, somos a Região do país que tem o número mais alargado de encaminhamentos do percurso escolar – teve um efeito extremamente benéfico sobre o funcionamento das mesmas, efeito esse que ao longo dos próximos anos com certeza vai continuar a fazer sentir-se até porque estes investimentos não têm um efeito imediato, levam algum tempo até se repercutir na realidade do funcionamento escolar.

De facto, a nossa preocupação, em relação ao absentismo e, particularmente em relação ao abandono escolar, é grande, mas, de facto, a nossa Região, hoje, está incomparavelmente melhor do que aquilo que era há muito pouco tempo e está muito melhor do que a generalidade do país.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Eu não conheço as estatísticas nacionais comparáveis, mas, de facto, nós, hoje, nos Açores, já podemos olhar para o absentismo de forma personalizada, já podemos ter listas com o nome dos alunos e já podemos fazer uma intervenção aluno a aluno, algo que há muito pouco tempo seria impensável, porque estávamos a falar de um universo demasiado grande.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

Deputado João Bettencourt (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um governo que dá prioridade à qualificação dos seus recursos humanos é um governo que corresponde aos objectivos de uma sociedade culta e que promove o seu sucesso no futuro.

Nessa medida, creio que comungamos todos desta opção e destes objectivos estratégicos de geração, para o futuro dos açorianos, para o futuro desta região.

Culturalmente podemos dar passos significativos fundados num património que nos honra, mas devo dizer, Sr. Secretário, que, como açoriano, não me conformo com a taxa de iliteracia de que ainda hoje sofre parte da nossa população.

Acho mesmo que as taxas de analfabetismo que ainda hoje persistem não podem deixar-nos satisfeitos, razão pela qual, Sr. Secretário, estando de acordo com uma política que assuma compromissos por objectivos, quero



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

fazer algumas perguntas e saber de si os compromissos e objectivos que tem para estes próximos anos da sua governação.

Primeiro: qual é a taxa de iliteracia, hoje, nos Açores?

Segundo: para a redução desta taxa, que compromissos assume o Sr. Secretário para os próximos 4 anos?

Prefiro uma política de compromissos com objectivos a atingir, com calendário e com base em dados estatísticos do presente. Assim, alcançamos responsabilização política.

Gosto da política nestes termos.

Gostava também, noutra plano, no da formação profissional, da qualificação e da competitividade da nossa economia, de perguntar, considerando que a margem de erro da taxa de desemprego no país e no Continente é de 3.4%, com um coeficiente de variação de 14.9%, e que nos Açores, infelizmente, esta margem de erro é de 18.1%, qual a taxa de desemprego nos Açores e que objectivo político tem o Governo Regional nesta matéria?

Eu não gostava, Sr. Secretário, que desse respostas políticas e redondas. Gostava que fosse objectivo, assumindo aqui o compromisso do Governo Regional nesta área.

Se for uma resposta política a falar do passado ou da realidade do desemprego no Continente com outros Governos, eu tomo a intervenção como uma não resposta às minhas questões.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.



(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É com gosto que aceito o desafio do Sr. Deputado Bolieiro, porque vai permitir também esclarecer algumas das questões que são recorrentes no nosso discurso político.

Em relação à taxa de iliteracia, a melhor estimativa que nós temos é da ordem dos 9%, actualmente. Esta estimativa é baseada nos sensos e na evolução demográfica projectada a partir deles, valor esse que até nos coloca numa posição simpática a nível nacional, embora não muito simpática a nível europeu.

Esta taxa de iliteracia está essencialmente ligada a factores de natureza demográfica. Concentra-se essencialmente na população com 45 anos, ou mais, e aumenta de forma muito rápida à medida que se progride em termos demográficos.

Nós estamos a falar de uma taxa de iliteracia que é estrutural e que muito dificilmente pode ser combatida por outra via que não seja evitar que as gerações mais novas venham a engrossar o nosso adquirido.

De facto, a sua evolução é de natureza demográfica e aquilo que vai acontecer ao longo dos próximos 4 anos é, enfim, a lei da vida.

Não é possível convencer alguém que tem 50, 60 ou 70 anos, que não sabe ler nem escrever, ou que já soube ler e escrever e que, entretanto, por não ter praticado, por não ter tido contacto com o material escrito já perdeu essa capacidade, ao contacto com a escrita.

Aliás, essa é a experiência europeia e mundial. De facto, o que vai acontecer ao longo dos próximos anos é um lento declínio desta taxa em função da evolução demográfica.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Eu não lhe sei dizer qual é que vai ser a evolução para os próximos anos. Vai ser, com certeza, uma redução ditada por determinantes de ordem demográfica.

Em relação à taxa de desemprego nos Açores, o valor que está publicado pelo EUROSTAT e o valor de origem nacional, é o valor que segue as normas estatísticas que foram estabelecidas pela União Europeia, com um defeito: a amostra é demasiado pequena.

Nós temos vindo junto do INE a exercer uma grande pressão no sentido de melhorar. Inclusivamente já contactámos, numa altura em que o INE se mostrou extremamente pouco cooperante nesta matéria, o EUROSTAT para ver se seria possível nós, com a colaboração e com a valorização do EUROSTAT, fazermos, através do nosso Observatório do Emprego e Formação Profissional, estatísticas na Região com uma amostra mais alargada. Isso levanta graves dificuldades porque o EUROSTAT apenas admite, em cada Estado Membro, um interlocutor.

Eu espero que seja possível, com uma nova direcção do INE, obter melhores resultados.

A melhor estimativa que nós temos do emprego ainda é o número de inscritos nos centros de emprego.

Nós temos os nomes, sabemos quem são as pessoas, chamamo-las regularmente. Há um contacto com esses desempregados.

Esse valor coloca-nos muito perto, com cerca de 3 mil inscritos, nos 3%. Este é o valor obtido, apesar do grau de incerteza que existe. Aliás tanto pode ser para cima como para baixo, é preciso não esquecer que nós estamos a falar de uma banda de variação que tanto pode ser para mais como para menos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O número de inscritos também nos coloca na banda dos 3%, ou seja, mais concretamente entre os 3 e os 4%.

Deputado António Marinho (PSD): Agora! Sabe-se lá porquê?

O Orador: Porquê? Porque houve muito esforço no sentido de apurar qual é que é a verdadeira taxa de desemprego na Região.

Não é a Região que faz a determinação da taxa. É o INE que a faz e é que comunica ao EUROSTAT.

Eu espero que seja possível, em colaboração com o INE, alargar a base de amostra do inquérito que é feito de forma a reduzir a incerteza. A Região só tem a ganhar com isso e o Governo Regional está seriamente empenhado em obter estimativas de emprego que sejam tão fiáveis quanto possível.

Eu tenho a certeza, com toda essa incerteza, que a nossa taxa de desemprego estará nos 3 ou nos 4%. Não está a baixo, nem está acima.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meneses.

(*) **Deputado Rui Meneses (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria agradecer ao Sr. Secretário a sua resposta. De qualquer das formas penso que de alguma forma confirmou os meus piores receios, ou seja, em Outubro vamos apresentar o projecto e depois logo se vê.

Permita-me, Sr. Secretário, que lhe diga que eu tenho fundamento para ter esses receios, porque eu já vi um outro projecto, precisamente nesse terreno de Água de Pau, que existe na Câmara da Lagoa. Portanto, sei o que é que estou a dizer e tenho esse receio.

Relativamente à Escola Faria e Maia, eu bem sei que ela pertence ao município, por isso fui eu que levantei o assunto, saber se havia algum compromisso, porque como o senhor sabe, não sou eu que faço os boletins



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

municipais da Lagoa e o assunto foi levantado nele. Dizia que o Sr. Engº João Ponte esteve reunido com o Presidente Carlos César e levantou esse assunto.

Por falar em dinheiro, gostaria de lhe dizer que se os 100 mil euros são para o projecto, certamente será para reforçar o contrato ARAAL que já foi feito com a Câmara e que já recebeu 23.700 euros para pagamento do projecto. Portanto, ou é para reforçar ou é algum balãozinho de oxigénio que dá algum jeito em ano de autárquicas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu abstenho-me de comentar essa última parte, mas pode ter a certeza que todos os contratos ARAAL são feitos, fiscalizados e acompanhados. Com certeza que esse também será. As regras serão cumpridas até porque a colaboração entre o Governo e as autarquias é uma área que está devidamente regulamentada e legislada por esta câmara.

Em relação a certezas quanto ao futuro, pode ter a certeza que da parte do Governo Regional há todo o empenhamento em que a Escola de Água de Pau venha a ser uma realidade. A data, ao longo desta legislatura, será progressivamente afinada à medida que formos avançando no tempo.

Foi por isso que nós abandonámos o Plano a Médio Prazo e criámos as Orientações, exactamente para termos uma maior previsibilidade. É isso que vamos fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: Reclamava eu uma resposta que não fosse redonda. Creio que ela terá sido octogonal.

O Sr. Secretário Regional informou que a nossa taxa de iliteracia de cerca de 9%, não sendo tão má no plano médio nacional, é muito má na média dos nossos parceiros comunitários.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): É o peso da história, Sr. Deputado!

O Orador: Importa como objectivo a diminuição desta taxa.

Creio, no entanto, que o Sr. Secretário confunde, pelo menos no que diz respeito ao meu conceito, iliteracia com a simples lógica do analfabetismo.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Analfabetismo é outra coisa!

O Orador: Eu não me conformo, como cidadão açoriano, com o grau de iliteracia que hoje a população dos Açores tem. Procuro ver na acção governativa para a área da educação, uma política pró-activa para o aumento e valorização da literacia das nossas populações.

Não me conformo e não posso aceitar que o Sr. Secretário veja no projecto evolutivo da melhoria ou da redução da iliteracia apenas uma política de necrologia.

Eu não falei de uma política de necrologia. Eu quero uma política pró-activa de combate às baixas taxas de literacia.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): E ela já existe, Sr. Deputado.

O Orador: É neste contexto que quero conhecer o compromisso do Governo para os próximos 4 anos. Esta resposta o Sr. Secretário não deu,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

como também não deu resposta na parte do desemprego ou na criação dos novos empregos. Não se inspirou no seu camarada e actual Primeiro-Ministro da República, que fez uma promessa concreta de criação de novos empregos.

Faça, inspirado nessa metodologia, uma declaração, trace um objectivo e um compromisso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra porque penso que está sendo incorrectamente utilizado o termo “taxa de iliteracia”.

Quando se fala de iliteracia, fala-se do chamado analfabetismo funcional. Portanto, são incapacidades que não têm directamente a ver com o nível de escolaridade.

Foram medidas, por um estudo que foi feito pelo ICS, a nível nacional, não foram repetidas posteriormente e a nível da Região, que eu saiba, não há nenhum estudo de iliteracia.

Se nós fossemos avaliar isso, infelizmente, iríamos ter valores tristes, como temos a nível nacional.

Portanto, não tem directamente a ver com aquilo que nós estávamos aqui a falar.

Estávamos a falar de taxas de analfabetismo e a esse nível eu penso que o Governo Regional tem tido uma política estratégica, ou seja, tem-se baseado nas necessidades e tem tido em linha de conta os concelhos com maior necessidade, onde as taxas de analfabetismo são mais elevadas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Só para dar um exemplo, quando analisamos o Plano de 2005, há três concelhos que primam por ter as taxas mais elevadas da Região, se considerarmos os 9,4 de 2001: Vila Franca tem 15.6, o Nordeste 13.9 e Santa Cruz da Graciosa tem 14.1.

Se nós olharmos aos investimentos que vão ser feitos em construções escolares, Santa Cruz da Graciosa, Vila Franca e Nordeste, recentemente, foram prioridades para o Governo Regional.

Portanto, é uma estratégia de criar estruturas que permitam manter o aluno no seu percurso escolar, pelo menos na escolaridade obrigatória, nos concelhos onde as taxas de analfabetismo são mais elevadas, ou seja, existe uma rejeição maior à escolarização.

Quanto à iliteracia era bom que a região fizesse um estudo, uma avaliação, mas aí ultrapassa o analfabetismo, que é a primeira base da literacia.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Qualificar a Educação de forma sustentada é uma preocupação permanente dos governos do Partido Socialista que volta a estar espelhada nas Orientações a Médio Prazo 2005-2008 e no Plano Regional Anual para 2005 deste IX Governo, dando cumprimento à Carta Escolar da Região e prosseguindo com os objectivos a que se propôs quer no seu programa eleitoral quer no seu programa de governo, já aprovado nesta Assembleia.

Os grandes desafios da educação e formação no séc. XXI passam por desenvolver a capacidade de pensar – competência fundamental na sociedade do conhecimento em que vivemos – por valorizar as pessoas e o seu ambiente cultural. A Educação tende a garantir um grau de formação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

pessoal que contribua para a existência de uma situação de real igualdade de oportunidades, superação de desigualdades económicas, sociais e culturais.

Possibilita, ainda, o desenvolvimento de um espírito de tolerância e de compreensão mútua e a aquisição de uma conduta de valores éticos e humanísticos, sociais, de responsabilidade e cidadania.

É nossa convicção que a Escola deve ser, por excelência, difusora e aglutinadora de oportunidades, isto é, deve proporcionar a todos as mesmas oportunidades permitindo a cada um a oportunidade de chegar o mais longe possível no âmbito das suas capacidades e aptidões pessoais. Para concretizar essas premissas é necessário articular e aperfeiçoar as variáveis que as condicionam: o modelo do sistema educativo, os programas de combate ao absentismo e insucesso escolar, a qualificação contínua dos meios humanos, a requalificação dos recursos físicos e equipamentos escolares, entre outros.

Modernizar o sistema educativo, tendo em conta uma escola que prepare o aluno de uma forma global e integral, possibilitando-lhe uma mais fácil inserção e integração na vida activa e, não lhe aplicando apenas, o conceito tradicional de conhecimento académico, implica dar-se importância à mobilização dos saberes em situações concretas, à aprendizagem das profissões e tecnologias a elas associadas e, ao meio que envolve cada escola. Assim, é decisivo para essa modernização algumas medidas contempladas quer nas Orientações a Médio Prazo 2005-2008 quer no Plano Regional Anual de 2005, enfatizando-se a descentralização e a responsabilização dos órgãos de gestão das escolas, a integração vertical da educação pré-escolar e do ensino básico e, a conferência ao ensino



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

secundário de um papel distinto e estratégico, enquanto segmento do sistema com objectivos e métodos diferenciados.

A autonomia e a descentralização progressivas do sistema educativo (através de um aumento de responsabilização dos órgãos de gestão das escolas) capacita-o de uma maior, melhor e mais flexibilizada resposta às necessidades específicas das diferentes comunidades existentes no arquipélago, salvaguardando a dispersão geográfica da população açoriana e conseqüente baixa densidade demográfica e, a crescente concentração urbana. Para esta maior capacidade de resposta e eficácia do sistema educativo contribuirá, também, a extinção progressiva das escolas de lugar único, concentrando a actividade lectiva em escolas que garantam condições adequadas de socialização e sucesso escolar.

A integração vertical da Educação pré-escolar e do ensino básico pela criação de unidades orgânicas (Escolas Básicas Integradas) permitem, num determinado território, o percurso educativo dos alunos desde a educação pré-escolar ao termo do ensino obrigatório sem perturbações, contribuindo, inclusivamente, para a fixação dos jovens nas zonas rurais, evitando uma deslocação precoce para os meios urbanos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para conferir ao ensino secundário um papel distinto e estratégico, enquanto segmento do sistema educativo com objectivos e métodos diferenciados é necessário articular vários objectivos propostos nos documentos agora em análise. Destes, destaca-se a dotação das escolas com equipamentos adequados ao grau de ensino ministrado e a substituição de equipamentos obsoletos com particular atenção à introdução e reforço das tecnologias de informação e do ensino experimental das ciências. Esta



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

dotação constitui um meio fundamental para a correcta e, cada vez mais exigente, aplicação e prossecução dos novos currículos do ensino secundário.

Os programas de combate ao absentismo e insucesso escolar constituem outra variável para a execução das premissas acima elencadas para a educação. Combater o insucesso escolar implica pensar noutros saberes e em novas formas de relação entre o que se aprende e quem aprende, isto é, o saber terá de ser expressivo, para poder ser mobilizador e verdadeiramente útil ao indivíduo e à sociedade em que ele está inserido e para a qual contribui. Para tal impõe-se a diversificação curricular e um permanente esforço no sentido de adequar os conteúdos e os métodos às necessidades concretas dos alunos, procurando, perante cada aluno e cada grupo de alunos, satisfazer as suas especificidades educativas e as suas aspirações de aprendizagem. A escola tem de se assumir como entidade agregadora de saberes e não como a sua única fonte.

Assim, dos grandes objectivos para o próximo quadriénio, nessa matéria, é de destacar o apoio à coabitação do ensino profissional e regular na mesma escola como estratégia central de combate ao insucesso e abandono escolar que ainda se faz sentir, encarando-se dessa forma a formação profissional e a escolaridade de segunda oportunidade como facetas de um mesmo processo, funcionando em estreita articulação e coordenação com o ensino regular por forma a alargar o leque de opções dos alunos. Com esta oferta diversificada e flexibilizada, pensada para a heterogeneidade dos públicos alvo existentes no arquipélago, contribui-se para a ruptura com um ensino homogéneo e fechado na lógica das disciplinas e na procura de atingir metas de aprendizagem uniformes e, capacita-se a escola presente a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

privilegiar as competências e a aquisição da capacidade de aprender ao longo da vida, ao invés da simples verificação de aprendizagens mínimas.

A criação da figura do professor tutor constitui mais um forte meio estratégico de combate ao insucesso e abandono escolar, uma vez que permitirá um acompanhamento integral do percurso individual do aluno através: do desenvolvimento de medidas de apoio, designadamente de integração na turma e na escola, de aconselhamento e orientação no estudo e nas tarefas escolares; na promoção e articulação das actividades escolares dos alunos com outras tarefas formativas, nomeadamente no âmbito da formação profissionalizante e profissional; e, na articulação da actividade escolar do aluno com a família e com os serviços especializados de apoio educativo na realização de planos de prevenção do insucesso e abandono escolar precoce.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A qualificação contínua dos meios humanos, quer estejamos a falar do corpo docente como do não docente é crucial para pôr em marcha a maioria das premissas aduzidas até aqui. A valorização da educação é tanto maior quanto maior o prestígio e a dignificação que forem conferidos ao papel dos professores e formadores porque são eles os principais promotores do desenvolvimento eficaz dos princípios orientadores do sistema educativo e das estratégias de combate ao absentismo e abandono escolar. Uma formação contínua, inovadora e adequada às necessidades, realidades e especificidades de cada comunidade educativa constitui um sinal claro desse prestígio e dignificação, contribuindo, também, para que os professores e formadores se tornem mais conscientes do seu papel de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

agentes de educação, mais autónomos e com maior iniciativa e capacidade científica.

A requalificação dos recursos físicos e equipamentos escolares mantém a sua posição muito marcante no que concerne aos montantes investidos. As construções escolares, incluindo construção, remodelação e recuperação, estão dotadas para o ano de 2005 com um valor de 26.623.655 €, um incremento de 7.240.679 € em relação a 2004, expressando um aumento de 37,36%. Estas quantias são essenciais para que se continue a cumprir a Carta Escolar, prosseguindo o caminho iniciado, recuperando alguns atrasos e, podendo em muitos aspectos colocar o sistema educativo açoriano na vanguarda do que é praticado a nível nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que constatamos que no investimento global destinado às rubricas directamente relacionadas com a educação se verifica um aumento 8.668.835 € em relação ao ano de 2004, significando um incremento de 40,35%. Esta forte aposta é demonstrativa de que a educação, englobando os seus variados tipos e níveis de ensino e sua infra-estruturação, continuam a ser uma prioridade dos governos do Partido Socialista, como forma de consolidar os objectivos alcançados e, enfrentar os novos desafios se atendermos a que cada vez mais o principal recurso das sociedades modernas é o seu capital humano. Por tudo isto e por muito mais há que continuar a valorizar as pessoas e apostar no sucesso educativo de todos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano do Governo para 2005 e o Plano a Médio Prazo 2005-2008, no domínio da educação, afirmam reger-se pelos seguintes princípios: reformulação do modelo organizativo do sistema educativo, procurando a descentralização e a responsabilização dos órgãos de gestão das escolas, a integração vertical da educação pré-escolar e do ensino básico e conferir ao ensino secundário uma papel diferenciado e estratégico. Igualmente se aponta como objectivo a qualificação do ensino e o combate ao abandono escolar, a formação contínua dos profissionais da educação e a requalificação dos recursos físicos e dos equipamentos escolares.

Apesar da generosidade e generalidade de tais objectivos, à volta dos quais é possível construir consensos, a verdade é que se continuam a avolumar os exemplos de intervenção legislativa e regulamentadora feita em circuito fechado. Premonitoriamente, já aqui tinha deixado ficar expressa a necessidade e a exigência de que as decisões políticas nesta área fossem tomadas em diálogo e concertação, ouvindo-se com abertura, boa fé e consequência os parceiros educativos. Sem o seu envolvimento, sem a sua participação, sem que os parceiros educativos encontrem na sua participação verdadeira utilidade e não apenas o cumprimento de formalidades processuais, sem isso, dificilmente se conseguirá que a comunidade educativa se reveja nas reformas e nas mudanças e se implique com o empenho desejado na sua implementação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Plano para 2005 na área da educação é esmagadoramente dominado, em termos de verbas, pelo projecto relativo às construções escolares, pelo que é inevitável que nos centremos nessa área. Sendo certo que a política educativa de um governo não se resume às construções escolares, a verdade, porém, é que num programa em que 88,2% das verbas inscritas se destina às construções escolares, torna-se obrigatório que nesta Assembleia se analise e acompanhe a execução e verificação desses investimentos e a forma como eles cumprem ou não aquilo que foi prometido aos Açorianos. Assumidamente, o documento orientador do investimento no sector é a Resolução n.º 10/2004, de 22 de Janeiro, designado por Carta Escolar dos Açores, para a qual, aliás, frequentemente, o Plano remete.

Mas nem no Plano a Médio Prazo nem no Plano para 2005 é claro o critério e o planeamento que está a ser seguido. Por exemplo, ficam de fora do Plano, no capítulo da construção de novas escolas, a EB2,3 da Levada, a EB2,3/S das Lajes do Pico (esta com a agravante de já ter constado do Plano de 1999 e ter desaparecido a partir daí), a EB2,3 do Ramo Grande, a EB2,3 S. Roque/Livramento, a Escola Secundária das Capelas e a EB1,2,3/JI da Ponta da Ilha, no Pico.

Porque estão estas escolas fora do plano de investimentos? Qual o planeamento que está previsto para elas nesta legislatura? Porque não estão estas e estão outras sem que se cumpram as prioridades assumidas na Carta Escolar?

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Pela análise dos documentos que estamos aqui a discutir, não é possível encontrarmos resposta para estas questões. O Plano para 2005 em princípio prevê os investimentos que serão contemplados neste ano e o Plano a Médio Prazo, por tão genérico e omissos nesta sua nova



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

modalidade, nada refere de concreto e, por isso, nada conseguimos nele divisar sobre as intenções do Executivo até 2008 neste domínio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2005 é também um plano de pagamentos em atraso, relativo a escolas já concluídas e até inauguradas, mas cujos fechos financeiros e ou compromissos de garantia dos projectos ainda agora são contemplados. É o caso, entre outros, da EB2,3 da Maia, da EB2,3/S Padre Maurício de Freitas, da EB2,3 dos Ginetes, da Escola Secundária da Lagoa e da EB2,3/S Bento Rodrigues.

Mas o Plano para 2005 é ainda o início do cumprimento de algumas promessas antigas que só agora se começam a concretizar: tal é o caso da Escola B/S Tomás Borba, em S. Carlos, que, se fossemos a acreditar na veracidade e bondade dos planos anteriores, já teria começado em obras em 1999, pois, nesse ano, no Plano do Governo se previa o “lançamento da empreitada e início da construção da escola”. O mesmo se diga da nova Escola Secundária da Horta (embora continue assim designada no Plano, ela passou a ser um Escola Básica 2,3/S, conforme a Carta Escolar) que, embora ainda não tenha visto as obras iniciarem-se, se acredita que arranquem este ano, uma vez que já foi adjudicada. Pois também esta escola, a crer nos planos que anualmente aqui se aprovam, já deveria ter começado em obras também em 1999, pois no Plano desse ano se consagra o “lançamento da empreitada e início de construção da nova Escola”.

Tarde é o que nunca chega. As comunidades que irão ser servidas por estas duas novas e importantes escolas certamente estão satisfeitas com a concretização dessa aspiração. Mas errar em sete anos na programação e no planeamento não é propriamente natural nem normal, agravado ainda pelo facto de durante muitos dos anos subsequentes se ter alimentado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

anualmente a esperança de que seria nesse ano a concretização do aguardado investimento. Aqui fica o desafio para que nesta legislatura o proposto e planeado nos instrumentos que são apresentados a esta Casa seja não só mais rigoroso e mais consentâneo com a realidade mas também todas as alterações sejam devida e completamente justificadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalmente, o reparo para uma, pelo menos aparente, incongruência que não parece justificar-se em documentos com a importância daqueles que vão reger e orientar a actividade governativa. O Plano faz referência à Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB2,3/S das Lajes do Pico, remetendo-se para a Carta Escolar no seu ponto 4.1.7. Ora, tal ponto daquela Carta orienta para uma solução exactamente oposta à que aparece no Plano uma vez que diz, textualmente, que “as actuais instalações (...) estão muito degradadas e pela sua localização junto ao mar, em local que não permite a ampliação necessária (...) não justificam o investimento que a sua recuperação implica. Assim, opta-se pela construção de uma nova escola em local já escolhido para o efeito.” É caso para se dizer que não se percebe bem em que ficamos!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano do Governo para 2005, na área da educação, é a continuação dos Planos anteriores do Partido Socialista, legitimado nas suas opções pela recente consulta popular.

O Plano do Governo para 2005, na área da educação, e particularmente no domínio das construções escolares, exige-nos uma atitude expectante: por um lado, no sentido de avaliarmos permanentemente a sua aplicação ligada à realidade e à capacidade de execução; por outro lado, acompanharmos a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

sua adequação àquilo que foram as promessas eleitorais feitas aos Açorianos em cada uma das nove ilhas.

O mesmo não se poderá dizer do Plano a Médio Prazo 2005-2008, do qual nada se fica sabendo sobre o planeamento específico, previsto para a legislatura, numa censurável atitude de evitar comprometimentos e revelando uma clara tentativa de fuga ao poder fiscalizador desta Assembleia.

A manutenção desta tendência, visível nas Orientações do Plano a Médio Prazo, em paralelo com a crescente transferência não discriminada de atribuições a favor das sociedades anónimas entretanto criadas, qualquer dia, já não muito longínquo, levará esta Assembleia a reunir-se anualmente para aprovar Planos sobre os quais o que se sabe é muito menos do que aquilo que neles fica efectivamente expresso. E isso não poderemos aceitar! Tenho dito.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De forma muito breve, gostaria, em primeiro lugar, de chamar a atenção do Sr. Deputado Costa Pereira para o facto de, por decisão desta câmara, o Plano a Médio Prazo ter sido substituído pelas Orientações a Médio Prazo. Aparentemente, o Sr. Deputado não participou nessa sessão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Hoje, temos um instrumento de planeamento que é diferente, quer nos seus objectivos, quer na sua construção material e naquilo que eram os Planos a Médio Prazo. Por isso, obviamente, o seu conteúdo é outro e mais adequado àquilo que é o moderno entendimento do planeamento.

Também lhe quero dizer, em relação à Carta Escolar, que também ela é um instrumento de planeamento que nem sequer tem um horizonte de 4 anos. Foi feita com um horizonte de 10, 15 anos.

Portanto, nem todas as obras que estão na Carta Escolar, obviamente se destinam a ser executadas ou propostas nesta Legislatura. Estamos a falar de horizontes completamente diferentes.

Aquilo que nós pretendemos executar em 2005 é conhecido. A nossa orientação, em termos de médio prazo, também é conhecida e uma orientação, ainda num prazo mais alargado, também é conhecida através da Carta Escolar.

Em relação a uma referência que o Sr. Deputado fez em termos de pagamentos em atraso, gostava de lhe dizer que nenhuma das obras que o Sr. Deputado aqui apontou tem pagamentos em atraso. Há sim, nalguns casos, pagamentos que são contratuais e que têm a ver com o prazo de garantia. Durante os 5 anos imediatos ao fim da obra, nós vamos manter um pagamento.

Noutros casos há fechos financeiros que resultam de outras questões e uma delas, por exemplo, é o caso da Maia, que os Srs. Deputados há tempos quiseram fazer passar como uma grande coisa. Tem a ver com o contrato que foi assinado no passado mês de Novembro e tem a ver com uma diferença de entendimento sobre um pagamento.

Ou seja, a Região não aceitou aquele pagamento. Discutiu esse pagamento e finalmente chegou a um acordo. Quando chegou a acordo comprometeu-



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

se a pagar aquilo que entendeu, contratualmente, que devia pagar e vai fazê-lo.

A mesma coisa está a acontecer em relação às Flores. Não há nenhum pagamento em atraso em nenhuma dessas obras. O que aconteceu foi que nós decidimos não aceitar os pagamentos que nos eram propostos pela outra parte.

Quando finalmente chegarmos a um acordo, vamos executar. Por isso há fechos de obra. É normal e é assim que deve ser feito.

Muito mal teria sido se nós tivéssemos pago 1,6 milhões de euros em vez de pagarmos 380 mil de euros, para falarmos concretamente no caso da Maia. Aí, sim, teríamos feito um grande erro ter aceite um pagamento que era quase quatro vezes superior.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, eu ainda tenho inscrito os Srs. Deputados Herberto Rosa, Lizuarte Machado, Jaime Jorge e João Bettencourt.

Como já atingimos a hora regimental para encerramento dos nossos trabalhos, estas inscrições transitarão para amanhã, às 10 da manhã.

Passo a anunciar os tempos disponíveis:

Governo – 225,9 minutos

Partido Socialista – 243,2 minutos

Partido Social Democrata – 155,6 minutos

Partido Popular – 24,6 minutos

Deputado Independente – 10 minutos

Boa noite e até amanhã.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)



Diário da Sessão n.º 011 de 06/04/05

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Ontem, quando terminámos os nossos trabalhos, ainda tinha inscrito alguns Srs. Deputados. Vamos dar continuidade ao debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

Deputado João Bettencourt (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila para proferir uma intervenção.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao usar da palavra pela primeira vez nesta tribuna, depois de eleito como representante das gentes da minha terra, não queria deixar passar esta oportunidade para desejar ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores as maiores felicidades na condução desta casa, que tanto admiro e respeito, antes como cidadão, e agora também como Deputado Regional.

Às senhoras e senhores Deputados desejo também que o trabalho desenvolvido durante esta legislatura, seja um contributo importante para a dignificação desta instituição, que é, por excelência, a sede da democracia destas ilhas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Hoje em dia quase ninguém tem dúvidas que a actividade física tem reconhecido mérito e é transversal aos subsistemas da educação, da saúde, do desporto, do turismo e do ambiente. Daí a importância que cada vez mais lhe tem sido atribuída.

Cada vez que o mundo avança, avançam, também, na mesma proporção, o sedentarismo, a obesidade e outros hábitos pouco saudáveis, conforme se poderá verificar em estudos recentes, que tem servido para alertar o poder político, para os desequilíbrios impostos por este fenómeno, com tendência a ser universal.

Ninguém duvida também que estes factos têm contribuído para o aumento dos custos com os cuidados da saúde e também para a redução da produtividade e da longevidade.

Assim se reflectem os custos do desenvolvimento económico, do progresso e aumento dos níveis de conforto e bem-estar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se recuarmos trinta ou quarenta anos atrás, a diferença é gritante e a minha geração pode testemunhar o abismo que nos separa daquela época.

Naquele tempo, as actividades lúdicas estavam sempre associadas ao ar livre, à criatividade e por fim à actividade física, exercidas de uma forma regular, embora sempre, ou quase sempre, com carácter informal.

Desde a implementação da autonomia a preocupação com esta problemática foi também dinâmica, embora com uma intervenção do estado muito pesada e, por isso, considerada castradora, que, no entanto, se foi diluindo ao longo do tempo e dando espaço ao movimento associativo e, ao mesmo tempo, criando condições para que este se organizasse, de modo a poder responder às necessidades das populações.



A segmentação das áreas de intervenção foi uma necessidade, pela disparidade de critérios definidos, e, conseqüentemente, por terem também prioridades de financiamentos diferentes.

O programa de desenvolvimento desportivo do nono Governo Regional sustenta-se num conjunto de princípios que definem a sua actuação política:

- *A educação pelo desporto;*
- *A promoção desportiva;*
- *O livre acesso à prática desportiva;*
- *As infra-estruturas educativas;*
- *Garantia de acesso das populações às estruturas da rede educativa;*
- *A cooperação com o movimento associativo na reflexão, controle e acompanhamento da evolução do desporto regional.*

Verificou-se o crescimento do número de atletas federados em cerca de 60% desde a época desportiva 1995/1996. No caso dos escalões de formação houve mesmo uma duplicação do número de atletas, tendo como referência a época desportiva 2002/2003, e isso faz perceber rapidamente que o esforço do investimento público nestes escalões também teve de disparar de 387 mil euros para 867 mil euros.

Analisando estes valores, e comparando com outras zonas, chega-se à conclusão que os Açores tem uma taxa de federados de 8%, enquanto na Madeira a taxa é de 5% e no Continente Português é de apenas 3%.

A par disto assistiu-se também o crescimento do número de equipas que participam nas provas nacionais, de 28 para 43, houve grande investimento nas estruturas desportivas da responsabilidade directa do Governo Regional - como o Complexo Desportivo das Laranjeiras, o relvado sintético no Estádio João Paulo II, instalações desportivas nas novas escolas dos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Ginetes, da Maia e do Topo – o reforço do desporto escolar e o surgimento de novos projectos como o desporto adaptado e escolinhas do desporto.

Este crescimento, que não é mais do que o objectivo de quem trabalha nesta área, coloca-nos a questão do financiamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que o financiamento público não pôde nem pode acompanhar na mesma proporção o crescimento tão acentuado verificado nos últimos 8 anos, até porque esse crescimento do número de praticantes desportivos implica, desde logo, a necessidade de mais e melhores espaços desportivos, mais encontros regionais e mais contratos programa de desenvolvimento desportivo.

Mesmo assim, a verba de 11,5 milhões de euros prevista no Plano para 2005, será a suficiente para o cumprimento das aspirações dos Açorianos, no âmbito das Instalações e Equipamentos, das Actividades Desportivas, da Promoção e Formação e ainda para a Intervenção Específica em Rabo do Peixe, com a dinamização de actividades desportivas e apoio à participação em quadros competitivos

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde 1996 se percebeu que o Governo apostou claramente na problemática do emprego ou a falta dele, antevendo as consequências sociais dramáticas que daí poderiam advir. Mas é a partir de 1998 que surge uma série de orientações dinâmicas e articuladas no Plano Regional de Emprego. Foi, de facto, um sinal claro de ruptura com as políticas de emprego passivas, substituindo-as por políticas claramente mais activas,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

conjugando factores decisivos e ao mesmo tempo diversos, tais como a inserção, a educação e o tecido empresarial.

Essas medidas resultaram em pleno e é certo que o desemprego diminuiu para níveis inéditos, enquanto subia o emprego, e tudo isto sem o recurso a emprego criado artificialmente, utilizando apenas e tão só as sinergias e dinâmicas criadas por sectores que emergiram recentemente, como é o caso do turismo e também com o recurso ao ensino profissional.

Desde a implementação do Plano Regional do Emprego o número de empregados da Região aumentou 16%, a par do crescimento de 26% do número de empresas e 38% do número de estabelecimentos.

A taxa de desemprego também descolou da taxa de desemprego do Continente Português no terceiro trimestre de 1998 e já no segundo trimestre de 2004 era menos de metade daquela, o que, por si só, demonstra bem o sucesso das políticas implementadas.

Nos próximos 10 anos é previsível que entrem no mercado de trabalho cerca de 50 mil jovens. Isso faz-nos acreditar que o rejuvenescimento da população activa é uma certeza, daí a importância fundamental de criar mecanismos para a transição do mundo escolar para o mundo do trabalho.

Em 1997 os detentores de cursos técnico-profissionais representavam apenas cerca de 1,4% dos activos, enquanto em 2004 atingiu-se já os 10% da população activa, com 17 Escolas Profissionais e ainda Escolas de ensino regular devidamente certificadas, o que demonstra bem o esforço que tem sido feito nesta área em concreto, mesmo em termos financeiros.

Factos são factos e a grande aposta feita nesta área com a aplicação de fluxos financeiros consideráveis, e que no Plano para 2005 é reforçado visivelmente, tem atingido os melhores resultados na busca do pleno



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

emprego, da justiça social e na igualdade de oportunidades, que são claramente objectivos fundamentais da esquerda democrática.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As Propostas inscritas no Plano 2005 e nas OMP 2005-2008, relativas à SRHE, materializam o Programa do IX Governo aprovado nesta câmara, para as áreas da habitação, obras públicas, equipamentos comunicações e protecção civil.

Traços salientes atravessam as medidas propostas para estas áreas ao longo desta legislatura: redução dos riscos sísmicos e vulnerabilidades do edificado, melhoria e modernização das acessibilidades e, aumento global da segurança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector da habitação cujo investimento aumenta 43,4%, em relação a 2004, continua a ser uma forte aposta no Plano 2005 e será reforçado no decurso desta legislatura. A tarefa ciclópica de reduzir as vulnerabilidades do edificado, como já aconteceu com a reconstrução ou como agora se fará com uma nova reforma da política de habitação, está associado a outras vantagens estratégicas do investimento no sector da habitação. Com efeito,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

reforço da coesão social, manutenção da empregabilidade na construção civil e implicações económicas positivas na dinamização do mercado ligado à construção são factores importantes potenciados pelo investimento nas novas edificações, reparações e reabilitações do parque habitacional.

A verdade dos números demonstra grande crescimento neste sector. Média das licenças de construção entre 97/2000 – 1832,5 e 2001/2004 – 2144,7 ou do nº de alojamentos que aumentou de 84500, em 1991, para 95241, em 2001.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste Plano e nesta legislatura temos novos desafios que exigem novas reformas. Reformar a política habitacional é, desde logo, diversificar tipologias, modos de promoção e promotores e, atingir patamares superiores em relação às médias dos últimos 8 anos, por exemplo, ao nível de cedência de lotes ou de beneficiários do investimento público. Trata-se de, por um lado, flexibilizar os apoios, designadamente, com cedência de projectos tipo de habitação, de lotes infra-estruturados ou de solos por infra-estruturar ou, de compartilhar investimentos realizados ou a realizar na aquisição de solos e ou na sua infra-estruturação.

Outrossim, alargaremos às IPSS e a outras pessoas colectivas de utilidade pública os benefícios dos apoios à habitação ancorando o horizonte social destas instituições, que é sem dúvida o bem comum.

Por outro lado, reabilitar e reparar, será sempre preferível e prioritário, todavia, na promoção de habitação que iremos desenvolver também será privilegiada as edificações sob regime de custos controlados, ou em bom rigor, dos contratos de desenvolvimento habitacionais (CDH'S).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Se, cedemos 266 lotes/ano entre 1997 e 2000 e 276 entre 2001 e 2004, nesta legislatura vamos ultrapassar a média dos 300 lotes/ano focalizando as nossas prioridades nas freguesias onde já detectámos necessidade e procura, justificadoras dos empreendimentos que já projectámos. Retomaremos a política de realojamento com o INH congelada, inexplicavelmente, nos últimos três anos e esperamos agora a aprovação de 366 fogos.

Como se sabe, nos programas de realojamentos, inserem-se os agregados familiares de mais baixos rendimentos que, em regra, configuram situações graves e muito graves, quer de sobrelotação, quer de risco sísmico ou geológico.

Queremos, portanto, eliminar estes focos de insegurança e de precaridade extrema. Observando o que se passa no resto do País e também nas Regiões Ultraperiféricas, em matéria de habitação é nos Açores que estes agregados têm melhores apoios.

Mas, a reforma que estamos a encetar responsabilizará sempre as famílias abrangidas por este investimento público. É por isso, que promoveremos ainda mais o regime de custos controlados com variantes de apoios à aquisição ou ao arrendamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A habitação condigna está necessariamente associada a uma integração social efectiva, de modo a permitir novos padrões de qualidade de vida. Mais do que proporcionar um tecto, promover o sector da habitação é estabelecer o equilíbrio individual e social em espaços que representem uma oportunidade de integração normal na vida comunitária.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Deste modo, espaços verdes, áreas reservadas a equipamentos sociais e colectivos estarão sempre presentes no entendimento da dualidade habitação/organização do espaço.

Queremos que cada habitação seja um espaço que proteja a vida das pessoas, bem como as estimule à plena integração individual e colectiva nas nossas comunidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de obras públicas, o Plano de 2005 e as OMP apontam claramente para um novo impulso na melhoria das acessibilidades ao nível das estradas regionais.

A rede viária regional, com cerca de 1450 Km, sofreu nos últimos 8 anos intervenções sem precedentes, quer ao nível dos novos troços, quer ao nível da reparação e reabilitação, perfazendo mais de 500 Km de melhorias nas estradas regionais.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

O Orador: Nos próximos quatro anos regularizaremos a restante rede viária principal (estradas nº 1 – 1ª), a par das intervenções planeadas para os troços secundários e para alguns novos trechos, em particular, variantes a zonas urbanas que retirarão o tráfego pesado destes aglomerados mais densamente povoados.

Serão mais de 300 Km de estradas regionais que sofrerão reformas e intervenções nos próximos quatro anos, sem contabilizar os mais de 90 Km relativos aos eixos viários inscritos no projecto das SCUTS.

Os Açores ficarão, deste modo, num novo nível em matéria de acessibilidades terrestres, mais ajustado às novas exigências e necessidades



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

das tipologias de tráfego, bem como ao reforço da segurança rodoviária, mantendo-se a nossa qualidade ambiental.

Com esta reforma dos pavimentos das estradas regionais teremos impactos positivos ao nível do aumento da velocidade média de deslocação entre os principais centros urbanos, para os mais de 90000 veículos que já circulam na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As acessibilidades terrestres são factores decisivos do nosso desenvolvimento; elas inscrevem-se num quadro mais global do papel das comunicações no nosso tempo.

A magnitude das transformações sociais operada em todo o mundo pelo sector das comunicações é algo a que os Açores também se querem envolver e aproximar.

As profundas alterações na sociedade e na cultura motivadas pelo impacto das Novas Tecnologias de Informação, originaram expressões desde a década de 70 do século XX que não podem passar despercebidas entre nós: descontinuidade, nascimento de uma sociedade pós-industrial, nova era da informação, terceira vaga, tempo entre duas eras, etc.

Também nos Açores, queremos que o sector das comunicações tenha um papel, crescentemente, relevante, porquanto o acesso generalizado a estes bens, equipamentos e serviços garantirá uma cidadania mais democrática, por exemplo, através do estabelecimento das redes da próxima geração ou do comércio electrónico, o que implicará novos estilos de vida.

Temos pois um grande desafio pela frente: fazer ou acompanhar, em pouco tempo, aquilo que muitos países já conseguiram pelo menos desde a segunda metade do século XX.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se, a disponibilização gratuita do Canal 1 a todos os açorianos foi um marco assinalável no Governo Socialista do Eng^o António Guterres, hoje impõe-se a difusão gratuita dos canais generalistas nacionais de televisão, cujo contrato foi proposto ao anterior Governo da República sem que tivesse merecido a aprovação, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... bem com a disponibilização da RTP/A no pacote da TV Cabo Portugal ou ainda a inclusão na licença a atribuir ao projecto da Televisão Digital Terrestre, de uma cláusula de obrigatoriedade de cobertura da RAA.

Outros projectos que acompanharemos com igual vigor e empenhamento serão o acesso à Internet em banda larga (ADSL) e a estação móvel e fixa em Santa Maria da responsabilidade da Agência Especial Europeia.

O sector das telecomunicações deve garantir, assim, objectivos de interesse público, designadamente, com um moderno e adequado acesso à informação e ao conhecimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A melhoria da segurança civil dos Açores concretizou-se de modo assinalável nos últimos oito anos para o que concorreu o investimento sem precedentes no SRPCBA. Porém, este é um projecto em permanente construção. Ciente de que o sector da protecção civil é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos Açores e que envolve uma diversidade de agentes e beneficiários (cientistas, autoridades, OCS e cidadãos em geral), o Governo propõe um aumento do investimento de 18,4% em relação a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

2004. Estas verbas estão associadas a diversas medidas: monitorização, planeamento de emergência, avaliação de riscos, equipamentos e formação. Neste âmbito, reformaremos a rede de monitorização sísmo vulcânica dos Açores nas áreas da Geofísica, Geodesia e Geoquímica, através do apoio à Universidade dos Açores para aquisição de novo equipamento; avançaremos para os Planos Especiais de Emergência, verdadeiros instrumentos de respostas concretas a situações definidas com base em cenários científicos; promoveremos a integração das cartas de riscos geológicos no planeamento local; concluiremos a rede principal de infra-estruturas e apoiaremos a formação contínua a diferentes agentes de protecção civil diferenciando as aprendizagens e os conteúdos consoante o público-alvo.

Neste quadro, papel relevante terá a Escola de Formação da Terceira no apoio à qualificação dos nossos corpos de bombeiros ou de outras regiões que o solicitem, mediante o treino-formação de novas valências e da actualização da formação básica.

Os Açores, fruto do seu enquadramento geodinâmico, são vulneráveis a catástrofes naturais de origem geológica, como sismos, erupções vulcânicas, libertação de gases tóxicos, contaminação de aquíferos, movimentos de massa e alteração da linha de costa pelo que, a reforma permanente do SRPCBA é uma exigência na construção de uma sociedade em que a redução dos riscos signifique verdadeira cultura de segurança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de 2005 e as OMP 2005-2008 demonstram que as reformas propostas irão promover uma nova fase de desenvolvimento onde a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

modernidade, a inovação e a segurança serão a base de um tripé que garantirão a confiança dos açorianos no seu futuro.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Tenho inscrito as Sras. Deputadas Carla Bretão, Fátima Vieira e os Srs. Deputados Mark Marques, Costa Pereira, José Bolieiro, Rogério Veiros, José San-Bento e Pedro Gomes.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Gostaria apenas de lhe fazer duas perguntas.

Uma delas tem a ver com as suas últimas declarações à comunicação social sobre a reabilitação da via Vitorino Nemésio e ao último troço da mesma.

Gostaria de saber, uma vez que disse que seria para este ano, em que acção é que estão inscritos estes valores para esta reabilitação e quando é que se prevê a conclusão destas duas obras?

A segunda pergunta tem a ver com o Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

De acordo com alguns esclarecimentos seus na Comissão de Política Geral, referiu que a construção deste novo quartel seria uma prioridade.

Gostava de saber se é para este ano, se está inscrita alguma verba para esta obra e que valores estão em causa?

Obrigada.

Presidente: O Sr. Secretário pretende responder de imediato?

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*):
Responderei quando houver mais questões.

Presidente: Então podemos agrupar em lotes de três.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Vieira.

(*) **Deputada Fátima Vieira** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Eu sou do Concelho da Povoação.

Como sabeis, o Concelho da Povoação, desde há algum tempo, tem sido,...

Deputado Nuno Amaral (*PS*): Maltratado!

A Oradora: Não, não ia dizer isso, Sr. Deputado.

... infelizmente, o palco de algumas catástrofes que, por vezes, resultam em mortes - contra isso pouco se pode fazer, até certo ponto - a última das quais, segundo a comunicação social, como devem ter tido oportunidade de ter visto, resultou em 3 mortes. Dois dos cadáveres ainda não apareceram. Também dificultou a normal circulação naquela via.

Pergunto:

- Está previsto para algum plano governamental desta legislatura a resolução das acessibilidades na Povoação e para a Povoação?
- Quando será uma realidade a estrada alternativa à Ribeira Quente prometida em 1997?



Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Última pergunta, embora tivesse muitas mais. Esta pergunta refere-se à estrada dos Arrastadores.

É uma promessa que vem de há largos anos. É uma promessa para esta legislatura.

Quando será incluída no plano do Governo, uma vez que não está neste plano?

Gostaria, Sr. Secretário, de ter resposta para estas perguntas ou que a justificação para elas não fosse feita recorrendo ao passado, porque penso que já tem anos de legislatura suficientes para justificar erros vossos.

Deputados Pedro Gomes e António Marinho (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Portanto, agradecia que não recorresse a 96, porque estou aqui há dois dias e noto que 96 é sempre a solução para justificar os erros do presente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Pode justificar alguns, mas não todos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo eu o último do lote de 3 que o Sr. Secretário da Habitação quer responder, a minha pergunta é muito clara. Basta dizer sim ou não.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Sr. Secretário, na sua intervenção, referiu que entre 2001 e 2004 foram cedidos 271 lotes.

Referiu que este ano seriam cedidos 300.

Eu falo mais concretamente sobre o loteamento na freguesia da Urzelina, que em 99, em comunicado do Conselho do Governo, já tinha sido deliberada a infra-estrutura desses lotes.

Entretanto, em 2002, em resposta a requerimento meu, havia alguma demora em relação a alguns pareceres.

A resposta ao requerimento informava o seguinte: “Face ao exposto, e caso não se verifique qualquer situação anómala, a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos espera ver concluído/aprovado todo o projecto de loteamento na Freguesia da Urzelina no corrente ano...” – ou seja, 2002 – “... para assim se dar início à fase da execução das infra-estruturas.”

Pergunto: nestes 300 lotes que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos acabou de anunciar, está ou não incluído este lote?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*):
Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que aqueles que tiveram com atenção verificaram que eu não falei uma única vez em 96. Pode ser que o faça no decurso das intervenções...

Deputado Mark Marques (*PSD*): Vai ser tentado a fazer!

O Orador: ... mas ainda não o fiz.

Respondendo em primeiro lugar à Sra. Deputada Carla Bretão, quer a reabilitação da via rápida, quer o 5º troço, estão incluídos num novo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

contrato que o Governo Regional fará com a SPRHI, SA, ainda este ano, e que naturalmente vai proporcionar o desenvolvimento da obra.

Deputado António Marinho (PSD): Mais um para pôr de lado!

O Orador: Não se sabe quando é que estará pronto, porque o projecto ainda não foi lançado a concurso.

Em relação ao Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo, a Associação Humanitária de Bombeiros foi informada, como já tinha sido a direcção anterior, que, uma vez que tivessem garantidos os terrenos para a sua implantação – havia conversações com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para que isso pudesse acontecer – o Governo estaria disponível para financiar e compartilhar o projecto e a construção do projecto que fosse aprovado.

Estamos a aguardar que esta nova direcção de bombeiros, que tomou posse há pouco tempo, tenha também uma palavra a dizer nessa matéria, porque como sabe, o Governo comparticipa as associações, mas não é o Governo que encomenda os projectos, nem é o Governo que lança as obras. São as próprias associações.

O Governo está disponível, como a associação sabe, nesta legislatura, para dar corpo à realização desse investimento.

Foi por isso que no meu discurso falei que haveria algumas infra-estruturas importantes no domínio da Protecção Civil que iriam também ter a sua concretização no domínio desta legislatura.

Em relação às acessibilidades da Povoação, nós temos feito um grande investimento nos últimos anos em acessibilidades terrestres na Região Autónoma dos Açores. Foram mais de 500 quilómetros em toda a Região; foram mais, incluindo as calamidades, de 200 milhões de euros que foram investidos de Santa Maria ao Corvo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

De facto, é um investimento notável para uma região que estava muito atrasada à data que os senhores não gostam de falar.

(Risos da câmara)

A estrada da Povoação tem sofrido algumas melhorias ao longo desta legislatura, intervenções ao nível dos aquedutos, nomeadamente ao nível de obras de drenagem, porque quando há muito pluviosidade costuma causar graves problemas ao longo não só daquela estrada regional como de outras. É preciso que se diga nesta câmara que os Açores não estão imunes às intempéries atmosféricas, como não está nenhuma parte do país ou do mundo.

A cultura de segurança que nós temos que ter nos Açores não pode ser confundida com um chapéu-de-chuva das entidades autárquicas ou regionais para todas as situações que incorram na Região Autónoma dos Açores.

Uma coisa é o dever do investimento para melhorar a segurança nas acessibilidades e nas entidades que tratam e cuidam da segurança civil nos Açores, outra coisa é irresponsavelmente passar para a opinião pública que há entidades milagrosas que podem, sistematicamente, resolver todos os problemas decorrentes do nosso enquadramento geodinâmico.

Nós estamos sujeitos, desde o início do nosso povoamento, a situações que são descritas na história.

É preciso aumentar a segurança e o investimento na segurança civil, mas não é racional e absurdo introduzir factores de percepção na opinião pública de que não poderá nunca haver uma chuvada que cause estragos,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

não poderá nunca haver um sismo que coloque problemas porque isso acontece, infelizmente, aqui e em outros sítios.

O que nós sabemos é que estamos no bom caminho, quer ao nível do que tem sido feito na protecção civil, quer ao nível da assessoria técnica que temos, permanente e sistematicamente, da Universidade dos Açores e que tem permitido prevenir muitas situações ao nível dos acidentes graves ou até às vezes das catástrofes e da calamidade.

Mas como eu disse, esta é uma matéria e é uma área em permanente construção. Nós temos o dever e a necessidade de, em ilhas como estas, continuar a trilhar o caminho da segurança que se consegue com mais investimento.

Esse investimento foi muito significativo nos últimos 8 anos, mas volta a crescer em 2005 e essa é uma aposta clara de quem entende isto de um modo racional, lúcido e de um modo que nós consideramos o mais adequado perante as solicitações que impendem sobre a Região Autónoma dos Açores.

Gostaria de dizer, por isso, que as acessibilidades da Povoação se inscrevem nesta cultura de segurança, mas inscrevem-se também no projecto das SCTUS para a Ilha de São Miguel.

Esse projecto vai encurtar o caminho da população da Povoação até aos grandes centros urbanos da cidade de Ponta Delgada, quer pela costa sul, quer pela costa norte. Nisto não tenhamos dúvidas.

Para além das melhorias que serão feitas na estrada entre a Povoação e as Furnas, depois de chegar às Furnas, aqueles que partem das Furnas, terão o caminho encurtado até à cidade de Ponta Delgada, quer se desloquem pelo Norte, quer se desloquem pelo Sul.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Portanto, o projecto das SCUTS é estruturante para a Ilha de São Miguel e não para nenhum concelho em particular.

Em relação à estrada alternativa da Ribeira Quente, esse foi um projecto anunciado numa época em que não havia infra-estruturas nenhuma na freguesia, não havia porto, não havia heliporto e a estrada tinha grandes e graves problemas. Nós investimos na freguesia da Ribeira Quente mais de 6 milhões de contos ao nível da habitação, das obras públicas e de toda a segurança. Foi, de facto, um grande investimento.

Hoje, a actual estrada da Ribeira Quente é mais segura. Pedimos estudos técnicos de viabilidade para um projecto alternativo. Isso transformou-se numa situação tecnicamente exequível, quer pela zona do Agrião, quer por uma estrada que passasse em cima da actual ribeira.

A nossa preocupação é continuar a garantir a melhor segurança na actual estrada, com o alargamento das drenagens que ali são feitas para que as derrocadas sejam cada vez menos significativas no ordenamento das cordilheiras de todos aqueles montes que circulam à estrada da Ribeira Quente e não é por acaso que nos últimos anos as quebradas têm sido menos intensas e têm sido significativas, sob o ponto de vista da sua intensidade.

A estrada dos Arrastadores não é um projecto esquecido por nós. É verdade que nós não pudemos avançar na última legislatura, mas vamos avançar nesta. Já está pedido o estudo do projecto para essa estrada e nós vamos avançar com este projecto.

Nós já temos encomendado as duas pontes que são importantes vencer ao longo deste trajecto. Pensamos que o resto do trajecto deve ser pela manutenção da actual estrada, para preservar as árvores que ali estão. Portanto, nós vamos avançar nesta legislatura para esse projecto.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Em relação ao loteamento da Urzelina, as infra-estruturas já estão adjudicadas. É uma obra que se vai desenvolver já a partir deste ano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Duas questões, sendo a primeira relacionada com a reconstrução, resultante do sismo de 98. A última data apresentada pelo Governo para que o processo, naquilo que diz respeito às empreitadas públicas, estivesse terminado, era 2004.

Essa data não foi cumprida. Ainda decorrem empreitadas públicas.

Sr. Secretário, embora aquilo que está a decorrer seja residual, para quando se prevê efectivamente o fim da reconstrução, nomeadamente naquilo que diz respeito às empreitadas públicas que estão em curso?

Por outro lado, e ainda relacionado com a reconstrução, a Resolução que foi aprovada, por unanimidade, nesta Assembleia, em 2001, recomendava ao Governo que desenvolvesse uma acção específica no sentido de resolver o caso dos sinistrados do 1º escalão que não tinham terra. Ela já foi objecto de legislação posterior, cujo processo está neste momento a decorrer, mas pelo que sei, e foi referido na comunicação social, com uma aderência inferior àquela que seria de esperar e está a ser objecto de investigação sobre o que é que se passa, no domínio desses sinistrados. Gostava que o Sr. Secretário informasse qual o ponto da situação neste momento.

Em relação à segunda parte da Resolução que foi também aprovada, e que tem a ver com a situação dos sinistrados do 2º e 3º escalão, que não têm possibilidades de por si avançarem com as obras, gostaria de saber nesse domínio o que é que se está a pensar fazer para esta legislatura.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Relativamente a tantos quilómetros de estrada que se comprometeu e que fez referência que vão fazer parte dos investimentos do Governo para esta legislatura, gostava de lhe perguntar se nesses quilómetros está incluída a 1ª e 2ª fase à variante à cidade da Horta e em que altura é que está previsto neste planeamento a sua execução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito simples:

O Sr. Secretário Regional da Habitação tem também a responsabilidade de gerir as telecomunicações.

No Séc. XXI é inaceitável esta condição dos açorianos serem ainda, em matéria de televisão, portugueses de segunda. Todos defendemos o princípio da gratuitidade no acesso aos canais nacionais generalistas, que ainda hoje não se verifica.

Um primeiro registo: o registo de uma oportunidade perdida deste Governo.

O ano de 2004 passou e não foi possível os açorianos poderem ter acesso gratuito aos canais nacionais generalistas. A Madeira deu passos em frente e o Governo Regional dos Açores marcou passo.

Gostaria por isso de saber, Sr. Secretário, que grau de exigência e de compromisso pretende ter o Governo Regional, junto do Governo da República, quanto a essa matéria, e em que prazo é possível os açorianos terem nas suas casas acesso gratuito aos canais generalistas nacionais?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.



(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*):

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Costa Pereira:

Em relação à reconstrução devo-lhe dizer que, em primeiro lugar, no Faial já não há empreitadas a iniciar e as que estão em curso estão a terminar.

Isso é uma boa situação para aquilo que nós nos comprometemos.

Gostaria de dizer também que o investimento já ronda os 157 milhões de euros, apesar da Região só ter contado, no que respeita à solidariedade nacional, com 20 e mais 17,5 milhões de euros. Portanto, isso é um grande esforço só da Região, infelizmente.

Gostaria de dizer também que em relação aos sinistrados do 1º escalão, que tinham situações indefinidas, este ano vai ser lançada uma empreitada para resolver esses cerca de 30 casos que foram identificados, depois da recolha de elementos.

Não há uma solução expedita, porque a lei não o permite. Nós temos alguma dificuldade de como é que vamos entrar em empreitadas com pessoas que têm participação a fundo perdido.

Isso não é uma solução tecnicamente, como já foi dito aqui várias vezes, possível de ultrapassar. Como é que se ultrapassa uma situação de quem tem a fundo perdido parte do investimento e a outra parte é da responsabilidade do próprio? Como é que isso se conjuga numa empreitada? Não é uma situação fácil, não está de acordo com a lei, nem sequer com as acusações que nos eram feitas de que nós tirávamos iniciativa às pessoas e não as deixávamos avançar.

Portanto, entendamo-nos um pouco sobre a questão da iniciativa e deste princípio de alguma contradição.

Em relação aos comodatários e arrendatários sem terra, no caso do Pico, eles estão incluídos numa empreitada. No caso do Faial nós temos uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

identificação de 63 arrendatários sem terreno. Com requerimento e toda a documentação entregue, infelizmente, só temos 20. Pensamos que as pessoas continuam a querer ter uma casa de graça. Com requerimento e sem documentação entregue temos 34 e sem levantar o requerimento temos 9.

Os sinistrados que nesta altura não têm enquadramento, porque efectivamente nem tinham casa, nem eram arrendatários na altura, são 19 e irão ser integrados na política de realojamentos.

Em relação às estradas do Faial, elas também têm um lugar nesta legislatura.

A variante à cidade da Horta, foi aquela que foi considerada por um grupo de moradores como necessária para esta altura, porque não destruía a zona do Bairro da Boavista. Essa é a primeira fase a avançar. O projecto está pronto e vai ser lançado a concurso através do investimento que vamos fazer com a SPRHI, SA.

Nesta legislatura será também completada a situação do Largo Jaime de Melo/Ribeira do Cabo/Caldeira/Cedros, que é também uma via importante no caso do Faial.

Gostaria de dizer, por último, ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro que a gratuidade dos canais generalistas é um princípio assumido pelo Governo Regional.

Como sabe também, nós fizemos várias diligências com o anterior Governo da República, o qual não entendeu duas simples coisas para inviabilizar o nosso protocolo:

Primeiro, nós achamos que só devemos pagar 1,2 milhões de euros e não 1,5 como a Madeira, porque o número de pessoas a que vamos disponibilizar esses canais é menor.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Segundo, exigíamos, como continuamos a exigir, que num futuro projecto de televisão digital terrestre no Continente, quando ele vier a ser concretizado, nós queremos também estar integrados. Foi tão só isto que o anterior Governo da República não aceitou no acordo para inviabilizar qualquer assinatura.

Portanto, a má vontade não foi nossa.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A Madeira avançou e nós marcámos passo!

O Orador: Nós dispusemo-nos a isto e foi exactamente com esta má argumentação que o Ministro Morais Sarmiento inviabilizou várias propostas de acordo. Portanto, a culpa está lá.

Temos os documentos, temos as cartas trocadas e isso fica para a história do anterior Governo da República como não querer resolver um problema fundamental. Aliás, está na história dos Governos do Partido Socialista ficar com esta resolução.

Resolveu o Canal 1 para todos os açorianos e vai resolver também este.

É esta a verdade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Porque aqui se tratou de vários assuntos, eu também queria trazer ao Plenário assuntos que têm a ver com São Jorge: estradas e habitação.

Em primeiro lugar, para fazer o reconhecimento a Sua Excelência, o Sr. Secretário, pelo excelente trabalho de sinalização e de melhor circulação e segurança na estrada do Topo e nas estradas dos Nortes, que está a ser levado a cabo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Em segundo lugar, para lhe dizer aqui e para que as pessoas saibam que nós, na presente legislatura, iremos concluir algumas obras que ainda fazem falta em São Jorge e que têm a ver com a pavimentação de estradas que estão por pavimentar e que nós, socialistas, as colocámos no nosso manifesto e vamos cumprir.

Também gostaria de lhe fazer um outro reconhecimento, é que há bem poucos dias tive o cuidado de passar pela nova recta dos Moinhos, que muitos profetas da desgraça diziam que nós não íamos fazer. Nós estamos a fazê-la e de uma forma, Sr. Secretário, que não vai ser preciso, para os desconhecidos e para as pessoas que desconhecem São Jorge, fazer-lhes lembrar o que é que era o período que a oposição não gosta de ser lembrado e aquele que é o período de agora.

Quando nós sairmos do aeroporto, em São Jorge, e atravessarmos a recta dos Moinhos, vamos ver o que é uma estrada pós a data que a oposição não gosta de ser referida e quando entrarmos na variante Manadas/Urzelina vamos ver a estrada da governação aos ziguezagues e às curvas. É mais uns parabéns ao Sr. Secretário pela grande obra que está a ser feita em São Jorge.

Relativamente à habitação, e pelo esclarecimento que aqui já foi feito em relação ao loteamento, gostaria de dizer que o sol quando nasce é para todos. São Jorge também está iluminado pelos Governos do Partido Socialista.

Nós também tivemos, tal qual como teve o Pico e o Faial, uma catástrofe. Só que na altura tivemos duas, a primeira foi igual, um sismo que demoliu as nossas habitações; a segunda catástrofe aconteceu, porque nos finais do séc. XX tivemos um governo cuja intervenção permitiu que muitas casas se



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

reconstruísem sem casa de banho e sem as condições mínimas que deviam ter essas habitações.

Por isso, os Deputados do Partido Socialista, junto da Delegação da sua Secretaria, em Jorge, têm feito um trabalho de levantamento e de ajuda às pessoas que em 1980 tiveram a infelicidade de ter um governo que não soube gerir de boa forma e como está a ser gerida a reconstrução do Pico e do Faial. Por isso estão a fazer um levantamento de situações que já estão a ter a intervenção da sua Secretaria.

Gostaria de realçar isso aqui e de lhe dar os parabéns pela coragem da sua secretaria na intervenção desses casos e para que na presente legislatura e já neste plano de 2005 essa intervenção continue da forma como está a ser feita e que os jorgenses merecem que seja feita.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): O sol nasce para todos, mas a luz não!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Bolieiro fez aqui uma intervenção sobre os canais generalistas com dois objectivos claros, um declarado, outro oculto.

O objectivo declarado, evidentemente, era sinalizar esta importante matéria para as cores do PSD. O objectivo oculto foi iludir aquela, e já todos os açorianos perceberam, que é a manifesta incapacidade de influência do PSD/Açores, e nomeadamente do seu líder, ...

Deputado Nuno Tomé (PS): *Muito bem!*



O Orador: ... nestas questões nacionais que dizem respeito à defesa dos interesses dos Açores. Um líder que, aliás, inexplicavelmente, está ausente deste debate.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É bom que se diga que o Sr. Deputado Bolieiro, no dia 5 de Fevereiro de 2004, dizia esta verdadeira pérola a um diário de São Miguel: “José Manuel Bolieiro reforça que foram as diligências do PSD/Açores que motivaram a tomada de posição do Governo da República e adiantou que o partido de Victor Cruz mantém toda a expectativa, recentemente anunciada, e que pode estar por horas, por parte do Ministro Morais Sarmiento, o anúncio na Assembleia da República da calendarização e da definição técnica de como os habitantes dos Açores e da Madeira terão acesso gratuito a todos os canais generalistas do país.”

Adiantava mais ainda:

“O resto, diz aquele dirigente do PSD, é uma questão de tentativa de agarrar um comboio em marcha – imagine-se!”

Julgo que esta matéria, colocada aqui com pezinhos de lã como colocou o Deputado Bolieiro, deve merecer uma reflexão e deve apelar à memória, para os açorianos perceberem que, se calhar, mais do que tentar aparecer na fotografia e, por exemplo, fazer um discurso do 25 de Abril, que evidentemente é importante, deve-se concluir que o PSD do passado, o PSD do presente e aquele que será também seguramente, por estas atitudes, o PSD do futuro, é o mesmo PSD que não conseguiu ter qualquer influência, em matéria de financiamento da reconstrução.

É o mesmo partido que não teve qualquer capacidade de rever a Lei de Finanças Regionais quando esteve no poder da República, como sempre defendeu a sua antiga líder parlamentar.



Deputado Clélio Meneses (PSD): E agora?

O Orador: Agora é diferente. O PS sempre manteve uma postura responsável em relação a isso.

Os senhores defendiam a revisão da Lei de Finanças Regionais na formulação de um mini quadro de apoio e deixaram aqui essa bandeira.

Foi o mesmo partido que não teve qualquer capacidade de defesa da Zona Económica Exclusiva dos Açores; foi o mesmo partido que não teve qualquer capacidade de defesa do sector produtivo, nomeadamente do sector leiteiro nos Açores; e foi também o partido que não teve qualquer capacidade. Por isso mesmo o Sr. Deputado não tem qualquer autoridade para vir aqui falar nesta matéria dos canais generalistas.

Eu gostava de terminar apenas fazendo uma declaração e assumindo muito frontalmente a posição do PS nos Açores.

O PS, nos Açores, garante aos açorianos, conforme já explicou muito bem o Sr. Secretário, que esta solução vai ser resolvida e nós vamos ter, nas nove ilhas dos Açores, os canais generalistas nacionais gratuitos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O tempo da censura e do conservadorismo, onde se censurava os spots das publicidades em relação à prevenção da sexualidade, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... o tempo em que se censurava as impressões das telenovelas, já passou nos Açores.

Estas práticas inspiradas e importadas para os Açores pelos regimes teocráticos, eventualmente inspiradas por alguma viagem a Teerão, já não fazem parte do presente dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Podem os açorianos contar connosco. Nós vamos resolver mais este problema.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Para que fique para memória futura nesta câmara, quanto à capacidade de influência do Governo Regional em relação ao Governo da República, regista-se a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento.

Faremos o balanço da capacidade de influência deste Governo Regional com este Governo da República, daqui a um, dois, três ou quatro anos...

Deputado José San-Bento (PS): Quando quiser. Já pode começar!

O Orador: ... e, no fim, iremos ver se o grau de influência do Partido Socialista dos Açores, em relação ao Partido Socialista Nacional, será benéfico ou não para a resolução dos problemas da Região Autónoma dos Açores.

A sua declaração fica para o futuro. Vamos tomar boa nota dela.

Quando os senhores não têm argumentos, tentam fazer um exercício de misturar o passado com considerações esotéricas sobre o futuro, que foi aquilo que o senhor fez. Aliás, o Sr. Deputado José San-Bento é um especialista nesta matéria...

Deputado José San-Bento (PS): Eu não sou especialista em nada. Sou muito humilde!



O Orador: ... e quando não tem qualquer argumentação faz uma intervenção como aquela que aqui acabou de fazer!

Mas eu não vou falar nisso. Eu tenho perguntas para fazer ao Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor devia estar muito distraído, algures!

O Orador: Sr. Secretário, as perguntas que lhe quero fazer têm a ver com a SPRHI, SA.

Nos avales concedidos pela Região aparece uma verba de 64 milhões e 70 mil euros de avales concedidos à SPRHI, SA. Mas na descrição relativa a esta sociedade aparece apenas uma referência a um único aval no valor de 50 milhões de euros (pag. 106).

Pergunto: qual dos dois valores é que está correcto? É o valor que está inscrito nos avales concedidos pela Região? Ou é o valor que está referenciado no descritivo relativo a esta sociedade? Um dos dois será verdadeiro.

Na mesma descrição relativa à SPRHI, SA, diz-se que a região tem “compromissos de transferência” em 2004, 2005 e 2006, no valor total de 101,5 milhões de euros.

Pergunto: que compromissos financeiros são estes? Estão ou não incluídos no montante global de avales pedidos pelo Governo neste Orçamento? Ou se, pelo contrário, correspondem a contratos programa descritos no Plano? Já agora, pergunto concretamente, se estes 101,5 milhões de euros correspondem aos contratos programas identificados nos programas 18.1.6 e 23.3?

Terceira pergunta sobre a SPRHI, SA:



O que é o contrato programa no valor de 638 mil 435 euros do programa 18.1.6 (habitação) e o que é o contrato programa 23.3 (rede viária) no valor de 21 milhões e 200 mil euros?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*):
Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, a informação disponível é que em 1 de Março há um aval de 50 milhões de euros para o empréstimo para a reconstrução e depois há também um novo aval, em 1 de Abril de 2004, para resolver questões mais relacionadas com as estradas, de 14 milhões e 70 mil euros.

De resto, os avales que são dados pelo Governo têm a ver, por um lado, com a questão do sismo em si, e esses são conhecidos há muito tempo, e há uma segunda parte que tem a ver com as estradas regionais.

Eu gostaria de esclarecer uma coisa nesta câmara, é que a SPRHI, SA, até ao momento, não tem endividamento líquido directo, porque as estradas que nós estamos a construir ou as infra-estruturas, em termos habitacionais, para responder à questão nº 3, que nós estamos a fazer, são comparticipadas por fundos comunitários e cabe à Região apenas a comparticipação de 15%.

Portanto, a SPRHI, SA recebe aquilo que o Governo Regional receberia de fundos comunitários e o Governo Regional comparticipa nos 15% mediante o contrato programa. Portanto, nem é um mau negócio, nem é endividamento da SPRHI, SA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Nós temos um instrumento financeiro ao nosso dispor, e aqueles que têm sociedades anónimas têm também, para poder celebrar outros contratos com a SPRHI, SA, como será feito.

Portanto, sob o ponto de vista do que está feito é isto. O que será feito serão novos contratos programas nos moldes que o Governo Regional entender mais adequados para financiar as soluções que estão inscritas no Plano da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às duas últimas perguntas que fiz ao Sr. Secretário, fiquei a saber que o quartel de bombeiros, afinal, não é uma prioridade, porque pelos vistos a bola não está do seu lado, está do lado da administração do quartel.

Em relação a outros assuntos, eu gostava de lhe perguntar, concretamente em relação aos apoios financeiros que parece que vão surgir para as infestações de térmitas, onde é que estes apoios estão classificados e que montantes envolvem?

Outra questão que lhe queria colocar tem a ver com a estrada Serreta/Santa Bárbara ou Santa Bárbara/Serreta, como designa.

A empreitada de correcção, alargamento e reabilitação desta estrada, em Janeiro de 2004, apresentou alguns trabalhos a mais devido a uns erros de medição no projecto.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os trabalhos a mais foram autorizados. Foi publicado um despacho que previa esses mesmos trabalhos e autorizava a celebração de um contrato adicional.

No entanto, é meu espanto quando em Março de 2003 vejo esse mesmo despacho revogado e novamente publicado.

Esta estrada já está concluída. Esses trabalhos a mais foram concluídos em Maio de 2004, como a própria minuta do contrato refere.

Ela aparece novamente no Plano com uma verba de 850 mil euros e dá-se esta situação de desfasamento de um ano.

Gostava de saber o que é que está aqui em causa? O que é que se passou?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(* **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*):

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, para dizer que a responsabilidade do Quartel de Angra é nossa naquilo que corresponde à comparticipação financeira, mas não ao projecto...

Deputada Carla Bretão (PSD): Então não é prioridade!

O Orador: É sempre assim, Sra. Deputada.

Não é o Governo que lança as empreitadas dos quartéis. Não é o Governo que faz os projectos dos quartéis.

Deputada Carla Bretão (PSD): Já estava inscrito no Plano de 2002, mas depois desapareceu!

O Orador: Não há esse centralismo. Desapareceu porque o quartel de Bombeiros de Angra...



Deputada Carla Bretão (PSD): Desapareceu porque não arranjaram os terrenos!

O Orador: ... mudou de estratégia. Inicialmente queriam a sua ampliação, mas depois houve uma filosofia no interior da associação e decidiram que era mais útil, para as novas exigências, um novo quartel. Foi exactamente por isso que houve alterações dessa verba.

Em relação à empreitada de Lajes/Santa Bárbara, não é Lajes/Santa Bárbara, é Lajes/Serreta e depois Serreta/Santa Bárbara. Fomos nós que a fizemos, como sabe.

A Serreta/Santa Bárbara não acabou ainda. Há obras que estão a decorrer em termos de sobras e sobretudo há obras que são aquelas que resultam das expropriações que nós temos que fazer. Nós temos essa verba inscrita porque temos não só sobras que continuam, como temos expropriações para pagar.

Como sabe, há processos litigiosos que o Governo Regional, independentemente da sua vontade, tem que assumir quando as decisões são proferidas e é por isso que há a dotação dessa verba aí.

Deputada Carla Bretão (PSD): Mas não foi essa a pergunta que lhe fiz. Perguntei-lhe por que foi adiada um ano?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo; Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Ficou clara a sua resposta quanto aos avales, mas não ficou respondida a minha questão quanto aos compromissos de transferência para 2004, 2005 e 2006, se eles se referem aos programas que referi ou não.



Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*):

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Em relação aos avales está respondido. Aliás, era essa a sua questão principal.

Em relação aos compromissos financeiros de 2003, 2004 e 2005, obviamente que são as transferências que nós faremos no âmbito dos contratos programa que temos com a SPRHI, SA. É por isso que está inscrito no plano dessa maneira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer que não me considere com resposta do Sr. Secretário e muito menos do Deputado San-Bento. Aliás, a intervenção do Sr. Deputado San-Bento foi mais um *fait divers*. Já antigamente as cortes tinham personalidades que faziam bem esse papel.

Mas gostaria de dizer que o Sr. Secretário, de Março até Dezembro, não foi capaz de responder ao Ministro Morais Sarmiento.

Eu tenho aqui a carta que o senhor mandou...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Mas o Ministro Morais Sarmiento sempre foi mentiroso!

O Orador: ... no dia 16 de Dezembro de 2004 para responder ao Governo da República sobre a transmissão dos canais nacionais generalistas para a Região.

Portanto, este marcar passo do Governo Regional não tem correspondência com a atitude do Governo da Madeira.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Quero saber qual é o prazo que o senhor aqui determina, como objectivo para o Governo Regional, do acesso gratuito dos açorianos aos canais nacionais generalistas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Carla Bretão, não respondi à questão das térmitas, porque, como sabe, esse é um diploma que vai entrar nesta casa em pouco tempo. Aliás, penso que vai ser motivo de audição em pouco tempo.

Não está aprovado, mas digo-lhe já que o Governo Regional garantiu verbas neste plano, quer para os juros bonificados, quer para a questão do fundo perdido.

Deputada Carla Bretão (PSD): Mas quero saber onde!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Onde? Onde é que está isso?

O Orador: Já lá vamos chegar.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro que está completamente equivocado em relação à boa vontade do Ministro Morais Sarmiento.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): 16 de Dezembro de 2004!

O Orador: Todas as vezes, nós propusemos várias situações e a última das quais ficou num acordo, depois de vária correspondência,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Está aqui a sua assinatura!

O Orador: ... no dia 3/01/2005, que tendo sido remetido para o Ministro Morais Sarmiento não foi aceite na parte final do considerando G, nº 5 da cláusula 1ª e o nº 3 da cláusula 4ª.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O que é que diziam essas cláusulas?

Apenas o seguinte: “o Governo da República e o Governo Regional ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Levou um ano para dar resposta a esse protocolo!

O Orador: ... chegaram entretanto a acordo sobre uma solução de garantir o acesso da Região Autónoma dos Açores aos canais generalistas sem prejuízo de ser garantida pelo Governo a República a obrigatoriedade de distribuição em todo o arquipélago dos Açores da televisão digital terrestre pelo operador ou operadores que vierem a deter a autorização para a prestação desse serviço”.

Não foi aceite, inexplicavelmente. Foi má vontade.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O senhor esteve a marcar passo!

O Orador: Repare: nós estávamos a obrigar o Governo da República a incrementar o projecto de televisão digital terrestre.

Agora, não podíamos aceitar, nem poderíamos nunca aceitar que, havendo esse projecto no Continente, os Açores ficassem fora desse projecto e que isso não ficasse salvaguardado neste acordo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não tem nada a ver!

O Orador: Foi por isso que o acordo não foi aceite. Foi por isso que também o Governo da República “garante que o operador ou operadores que vierem a deter autorização para a distribuição da Portugal Divisão do Estado Terrestre, terão obrigações de cobertura integral da Região Autónoma dos Açores, à semelhança da solução mencionada na e) dos considerandos”. Também não foi aceite.

Isto é novamente má vontade do Governo da República.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: O Governo da República ateu-se a dois pormenores para dizer que não assinava o acordo.

Nós quisemos assinar o acordo. O Governo da República é que não quis.

Os senhores, pelos vistos, que tinham tanta força política junto do Governo da República e até detinham a correspondência, como eu estou a ver, não mexeram uma palha para que isso se alterasse.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A carta é sua!

O Orador: Vêm agora exigir prazos e dias para a implementação dos projectos.

Não têm autoridade, nem credibilidade, nem legitimidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Coelho pede a palavra para...?

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, nos termos regimentais, o Partido Socialista solicita um intervalo de 15 minutos.

Presidente: Está concedido. Os nossos trabalhos estão suspensos por 15 minutos.

(Eram 11 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 10 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos hoje a analisar e a debater o Plano Regional para o ano de 2005 e as Orientações de Médio Prazo 2005-2008. Trata-se do primeiro plano apresentado nesta Assembleia pelo Governo que resultou do acto eleitoral de 17 de Outubro último. Nessa data o povo açoriano atribuiu ao Partido Socialista uma maioria absoluta e o direito de governar a Região durante os próximos quatro anos. É, pois, com expectativa que aguardamos que, no final, estes documentos tenham o voto favorável desta Assembleia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos os Governos Regionais têm feito um enorme esforço orçamental no sentido de conseguirem os investimentos e as políticas necessárias à redução das assimetrias sociais e económicas de modo a promover-se o desenvolvimento integrado e equilibrado da Região.

A construção e reabilitação de estradas regionais assumiu um papel importante face ao volume do investimento realizado nos últimos oito anos. Entre 1997 e 2004 foram investidos cerca de 225 milhões de euros, na intervenção e construção de aproximadamente 500 km de estradas.

Já muito foi feito, mas muito falta ainda fazer, pois existem cerca de 1450 km de estradas regionais. Muitas já não sofrem uma intervenção há mais de 20 anos, outras porém, intervencionadas que foram há cerca de uma década, encontram-se em péssimo estado de conservação, sendo necessário, por isso, ter de se intervir com alguma urgência, para o bem estar dos utentes dessas mesmas vias.

É com o propósito de colmatar muitas destas necessidades que o Governo Regional inscreveu neste plano a verba de 42.614.170 (quarenta e dois



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

milhões seiscientos e catorze mil cento e setenta euros) propondo-se investir, até 2008, a quantia de 186.712.365 (cento e oitenta e seis milhões, setecentos e doze mil e trezentos e sessenta e cinco euros).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Esta frase, já muitas vezes lida nesta tribuna por deputados das diversas bancadas, está inscrita na Constituição da República.

O Alto-Comissário da Nações Unidas para os Direitos Humanos, que publica uma colecção de fichas informativas sobre esses direitos, refere-se na sua ficha 21, ao direito humano a uma habitação condigna. E, ao tratar da facilidade de acesso, diz o seguinte: “Uma habitação condigna deve ser acessível aos que a ela têm direito. Os grupos desfavorecidos devem ter acesso, permanente, aos recursos adequados, em matéria de habitação. Assim, os grupos desfavorecidos, nomeadamente pessoas idosas, crianças, portadores de deficiência, doentes terminais, seropositivos, doentes crónicos, doentes mentais, vítimas de catástrofes naturais, pessoas que vivem em zonas sujeitas a catástrofes naturais e outros grupos devem beneficiar de uma certa prioridade no que se refere à habitação. Na elaboração e aplicação de legislação relativa à habitação, há que ter em conta as necessidades especiais destes grupos”.

É numa luta constante para resolver estas situações que o Governo Regional tem vindo, ao longo dos anos, a inscrever verbas consideráveis nos seus orçamentos nesta área.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Desde 1997 que os Governos do Partido Socialista têm vindo a promover um forte investimento no sector da habitação, especialmente direccionado para as famílias de menores recursos e com maiores carências habitacionais. Esse esforço de investimento tem sido bem visível nos programas de apoio à recuperação de habitação degradada, aquisição e construção de habitação própria, construção de habitação a custos controlados e realojamentos e tem vindo a dar os seus frutos, pois nos últimos oito anos foram deferidos 5000 processos de candidatura nos diversos programas de apoio à habitação, apoiados 1700 realojamentos e construídos 426 fogos a custos controlados. Para além disso, foram ainda cedidos lotes, numa média de 250 por ano entre 1997 e 2000, aumentando essa média para 282 entre 2000 e 2004.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como acabei de referir, o resultado desse esforço de investimento já começou a dar os seus frutos. Os censos de 2001 revelam grandes melhorias ao nível da resistência anti-sísmica do edificado em relação à década anterior. Todavia, em 2001, 47,6% das habitações eram anteriores a 1960, 70% dos edifícios não possuíam estruturas de betão armado (pilares, vigas e lajes) e 14% do edificado dispunha de elementos resistentes sob a forma de pedra. É, pois, necessário continuar um esforço de investimento na área de habitação. Infelizmente no nosso País e na nossa Região ainda existem muitas famílias que não têm a sorte de sentirem no seu dia a dia o cumprimento do direito de terem uma habitação condigna, ainda existem muitas crianças que vivem em barracas ou casas abarracadas, ainda existem muitas famílias a viverem em casas superlotadas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Como os jovens que vivem nestas condições têm mais facilidade em enveredar pelo rumo do abandono escolar e pelo rumo da delinquência e da marginalização, se queremos uma Região com sucesso escolar, com sucesso social, com sucesso profissional, temos de ter em linha de conta que a área da habitação constitui um dos sectores fundamentais para se atingir eficazmente esse fim.

Investir na habitação, dar uma habitação condigna a todos, é investir no ensino, é investir no desenvolvimento económico e social, é, por último, investir numa Região melhor.

No capítulo da habitação do Plano e Orçamento para o ano de 2005 estão inscritos 16.751.700 (dezasseis milhões, setecentos e cinquenta e um mil e setecentos euros), distribuídos da seguinte forma: Incentivos à construção e aquisição de habitação própria – 10.578.435, recuperação de habitação e realojamentos – 2.793.265, promoção de habitação para realojamentos – 3.380.000. Com um aumento de 43% em relação a 2004, este Orçamento, agora em discussão, e a proposta de Decreto Legislativo já apresentada a esta Assembleia demonstram bem a vontade que este Governo tem em corrigir estas situações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já várias vezes desta tribuna referi que o endividamento zero para o Governo Regional e Autarquias Locais tem vindo a prejudicar seriamente o programa de erradicação de barracas. Não é justo que os empréstimos para financiar habitação social sejam contabilizados na lei do endividamento zero, não é justo que os que nada têm sejam prejudicados pelos gastos dos que têm muito.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Já o disse quando o Governo não autorizou que isso fosse possível. Volto a referi-lo hoje, na esperança de que, numa próxima revisão orçamental, ou no Orçamento para 2006, o Governo da República o venha a permitir. Se tal não acontecer, continuarei a referir-me ao facto como uma lei injusta, que não permite que todos tenham direito a uma habitação condigna, como prevê a Constituição da República.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimento, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Afirmar que o Plano para 2005 é um verdadeiro plano de investimentos para os Açores é uma fraude política.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Afirmar que “o Governo deu lucro de 22 milhões em 2004” é um disparate. A expressão tem tanto de ridículo, como de demagógica.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não é legítimo falar de lucros quando não se paga o que se deve a tempo e a horas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Aliás ninguém espera que algum Governo dê lucro, mas sim que o Governo invista com estratégia, honre os seus compromissos a tempo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

e horas e distribua, com justiça, a riqueza pública, concretizando uma verdadeira política de solidariedade social.

Na verdade, o Plano de investimentos para 2005 corresponde mais a um rol de contas atrasadas e por pagar do que a um verdadeiro instrumento estratégico de investimentos.

A insistência propagandística e primária do Governo Regional nesta ideia de que, por mérito próprio, uma conta da Região teve, pela primeira vez, superavit descredibiliza quem a pronuncia e não respeita a verdade da real situação financeira e económica dos Açores.

Deputados Clélio Meneses e António Marinho (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Falsa e absurda é a ideia de que o encaixe, não previsto, de mais de 22 milhões de euros, resultantes de receita fiscal, especialmente do IVA, tenha a ver com políticas específicas do Governo Regional. Só o descaramento e a falta de vergonha justificam a afirmação de que o Governo Regional deu assim uma lição ao país.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A verdade é que foi a opção fiscal do País de aumentar a taxa nacional do IVA que implicou aquele significativo crescimento de receita fiscal.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O senhor não percebe nada disto!

O Orador: O senhor Vice-Presidente do Governo Regional anda aéreo, mas vestido como uma casaca de dois estranhos bolsos, um que apresenta bem à vista e onde exhibe o pseudo-superavit, e um outro onde coloca tudo que não quer ver de dívidas e despesas não contabilizadas nas finanças públicas regionais. Um bolso mais parecido com um buraco onde esconde



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

o endividamento encapotado (avales, entre outras, à SPRHI e à Saudaçor) e a execução de obras sem pagamento.

Mas abandonemos as abstracções e passemos à análise das coisas concretas e reais, para perceber que afinal são o Plano e o Orçamento para 2005 que desmentem o Governo.

Compulsado o Plano e observadas as suas propostas parece-nos rever, na postura do Vice-Presidente do Governo Regional, o famoso aventureiro “Simplicius Simplicissimus” da literatura alemã do século XXVII.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Aliás, o Orçamento também desmente o Presidente do Governo Regional, quando, com pompa e circunstância, afirmava, com aparente convicção, que o seu Governo só prometia o que podia fazer e só fazia o que podia pagar.

No entanto, a verdade é que muitas obras foram feitas sem que estivesse assegurado, no prazo previsto, o dinheiro para as pagar.

A previsão de várias obras concluídas e já inauguradas que ficaram por pagar, transformam este Plano para 2005 num verdadeiro rol de dívidas e num plano de tesouraria.

Vejamos, entre outros, os seguintes exemplos de obras previstas no Plano de investimentos para 2005, mas que já estão concluídas e até inauguradas:

1 - Adaptação do Ensino Básico e reparação da EB 2/3 Nordeste – verba prevista de 2,5 milhões de euros. Obra já concluída e inaugurada.

2 - Matadouro Industrial da Terceira, inaugurado antes das eleições de Outubro de 2004 – verba prevista de 2,05 milhões de euros = a 20% do valor da obra.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

3 - Centro cultural e de congressos de Ponta Delgada, inaugurado a 1 de Outubro de 2004 – verba prevista de 300.000€, supostamente para aquisição de equipamento. Mas a verdade é que a Sociedade gestora, da qual o Governo é sócio, deve ainda 1,5 milhões de Euros de trabalhos a mais ao consórcio de empreiteiros.

4 - Variante Ponta Delgada/Lagoa, totalmente terminada em Dez/2003 e inaugurada em Janeiro de 2004 (bem recorde o fogo de artifício), com adicionais ao contrato inicial de Maio de 2004, relativos a trabalhos executados (imagine, Sr. Presidente!) nos anos de 2002 e 2003 – verba prevista de 605.000 €.

(Entretanto sabemos não só que de trabalhos realizados nos anos de 2002 e 2003 o Governo só os pagou em Fevereiro e Março do corrente ano no valor de 3,2 milhões de Euros, bem como sabemos que o Governo Regional está em Tribunal Arbitral a defender-se de um processo de indemnização, movido pelo empreiteiro, de 3,7 milhões de Euros). Grande superavit!

5 - Construção do novo quartel da Associação de Bombeiros Voluntários da Madalena, ilha do Pico, inaugurado no Verão de 2004, pelo Presidente do Governo – verba prevista de 740 mil Euros. Grande investimento a fazer!

6 - Escola Secundária da Maia, terminada e inaugurada em Outubro de 2000 – verba prevista de 400.000 € para 2005.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Isso já foi explicado!

O Orador: Como se prova este Plano é, em muitas das acções que prevê, não um instrumento de planeamento para o investimento, mas sim um



documento de “cash flow”, um papel que prevê a entrada e a saída de verbas.

Mas vejamos ainda como, por omissão, este Plano desmente o Presidente do Governo, que dizia que só prometia o que podia cumprir.

Vários investimentos foram prometidos no velho Plano Médio Prazo 2001/2004, que agora caíram,...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Plano revisto!

O Orador: O plano prometido nas eleições não foi o revisto.

... por aparente interrupção, no enorme limbo deste Governo Regional. Lembremos, entre outros, os seguintes investimentos:

1 - Variante à cidade da Horta - previstos 180.000 contos. A obra foi lançada a concurso e as propostas foram entregues em 25/01/02...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): E sabe por que é que foi?

O Orador: ... para uma primeira fase de 3 kms, com um valor base 1.296.876€. Mas a verdade é que até hoje a obra não foi adjudicada e agora apenas se prevê o ridículo montante de 62.500 €.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Para pagar o projecto, Sr. Deputado!

O Orador: É um passo de caracol, Sr. Secretário.

2 - Via de acesso ao Porto da Praia da Vitória - previstos 800.000 contos. Até hoje não houve concurso público, nem execução. Não está prevista neste Plano.

Deputado Paulo Messias (PS): Está, sim senhor!

O Orador: Estou a falar neste Plano de 2005, Sr. Deputado.



3 - Variante à ER 6-2º - São Carlos, ilha Terceira - previstos 1.000.000 contos. Não houve concurso público, nem execução. Não está prevista neste Plano para 2005.

4 - Variante à ER 1 - 1ª no concelho Povoação - previstos 250.000 contos. Não houve ainda concurso público, nem execução. Não está prevista neste Plano de 2005. Muito se prometeu sem poder cumprir!

5 - Variante à ER 1-1ª Rabo de Peixe, previstos 440.000 contos. A obra não foi lançada a concurso. Não está prevista neste plano.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Então não está? Estão lá 7 milhões!

O Orador: 6 - Pavilhão de exposições de Ponta Delgada, prometida nos planos de 1999 e de 2000. Desapareceu.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): E sabe porquê?

O Orador: Eu sei porquê. Incompetência e incapacidade de realização.

Deputado Nuno Amaral (*PS*): É por isso que os senhores estão a perder!

O Orador: Não senhor. Em 99/2000 andava no Governo da República o Engenheiro Guterres. Tem uma razão: incompetência e incapacidade!

7 - Campo de Golfe do Faial. Desapareceu.

Mas a fraude e a falta de estratégia reveladas neste Plano...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Fraude, Sr. Deputado?

O Orador: Fraude política, Sr. Presidente do Governo.

... não se vê só nestes exemplos. Ainda há mais. Ele é um Plano quantitativo e quase nada qualitativo.

Nele se verifica uma grande dispersão e proliferação de acções com verbas demasiado reduzidas. Não há eficácia, nem estratégia na utilização das verbas orçamentadas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Senão vejamos a embrulhada de verbas previstas nas diversas acções discriminadas:

35,08% têm previsto um valor inferior a 100.000€

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isso é que é desagregação!

O Orador: 56,5% têm um valor inferior a 250.000€

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É desagregação!

O Orador: Não é Sr. Secretário, é desorientação.

71,2.% têm um valor inferior a 500.000€

Como se pode ver, este não é um Plano de investimentos estruturante no qual se possa confiar plenamente.

Deputado Nuno Amaral (PS): Realmente os senhores estão a precisar de um congresso!

O Orador: Nele estão previstos muitos investimentos que já estão concretizados, mas que ainda não foram pagos.

O ano económico e financeiro de 2004 foi uma oportunidade perdida para o Governo pagar o que devia. Anunciou muito, era um ano de eleições. Eu já previa, aquando do debate do ano passado, que este Governo é que pagaria as obras apressadamente inauguradas pelo anterior.

No entanto, há descaramento suficiente para confundir as pessoas vendendo a ideia de que em 2004 o Governo Regional deu lucro (deu lucro em 2004, mas não pagou nenhuma destas obras que acabei de referir).

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Este Plano não dá esperança para o cumprimento das muitas promessas feitas no anterior PMP 2001/04.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Plano para 2005 não revela sentido estratégico para o investimento público, como instrumento orientador do crescimento da economia e do desenvolvimento dos Açores.

Estamos perante um mau e enganador Plano de investimentos para o ano económico em curso.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Aceitam-se pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Tenho inscrito o Sr. Vice-Presidente do Governo e o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma análise simples à intervenção desesperada, nervosa e sem contexto que ouvimos agora.

Se me permite, para começar e para fazer um esclarecimento adicional, aproveitando a ocasião, apelo aos Srs. Deputados que quando fizerem artigos nos jornais façam pelo menos duas coisas: façam o favor de não mentir ou façam o favor de conhecer as matérias antes de as escrever.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Li claramente um artigo de opinião hoje, escrito no Açoriano Oriental, pelo Sr. Deputado Pedro Gomes que diz o seguinte:

“O Governo Regional não diz aos açorianos que os Açores têm uma dívida directa de 275 milhões e uma dívida total de 555 milhões já superior à dívida em resultado dos 20 anos do Governo do PSD.”

O senhor tem consciência de que está a mentir?

O senhor tem consciência de que está a dizer uma falsidade?

Deputado José Ávila (PS): É grave!

Deputada Maria José Duarte (PSD): Por que é que é falso?

O Orador: Eu explico-lhe porquê. É muito simples.

O senhor sabe que a dívida directa em 96 era 579 milhões 544 mil e que hoje em dia se somarmos a dívida directa aos avales são 554 mil?

Para mim, e na primeira classe ensinam, 554 é menor que 579. Ou o senhor não sabe fazer essa conta ou estava a mentir deliberadamente e isso é grave. Mas isto é só um esclarecimento de matemática.

Em relação à intervenção, tudo aquilo que o senhor disse, como sabe, foi claramente desmentido, incluindo agências insuspeitas internacionais de ranking.

Vamos aos dados concretos. Nunca afirmei que o Governo Regional deu lucro em 2004.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O senhor não desmentiu o que está aqui!

O Orador: Esse título é jornalístico.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Podia ter esclarecido!

O Orador: Qualquer pessoa que sabe minimamente de economia ou de alguma coisa sabe que quem dá lucro são as empresas e quem tem prejuízos são as empresas.



Deputada Maria José Duarte (PSD): Não houve nenhum desmentido da sua parte!

O Orador: O que as entidades públicas têm é défice ou superavit quando as receitas num ano são superiores às despesas. Foi essa a palavra que usei, é essa a palavra que eu mantenho.

Mais, e esclarecendo duas coisas objectivamente.

Em relação ao IVA o senhor referiu que o acerto de 20 milhões de euros feitos no final do ano se referiam ao aumento da taxa pelo Governo da República. O senhor tem consciência do que é que disse? Do erro que afirmou?!

O aumento de 20 milhões deriva não desse facto. Deriva, pura e simplesmente, do montante que estava a ser transferido, ao longo dos últimos dois anos do Governo da vossa Coligação, em relação à receita do IVA. Baseava-se no montante inscrito no Orçamento de Estado. Pegava no montante do Orçamento de Estado e fazia sobre esse montante a capitação.

Ora bem, na receita inscrita do Orçamento de Estado estava deduzido o IVA que era recebido nos Açores e o IVA que era recebido na Madeira. A capitação tem que ser feita pelo somatório do IVA, que é receita do Estado, dos Açores e da Madeira.

Quando se inclui estas outras duas componentes é que se deve dividir pela população dos Açores e foi essa conta mal feita que o Governo da República da vossa responsabilidade estava a fazer e foi esse erro que nós detectámos e exigimos a sua correcção. Foi aí que recebemos 20 milhões de euros e não foi com o aumento de taxas como se pode comprovar pelos documentos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Nada disso!

Deputado António Marinho (PSD): É mais grave ainda!



O Orador: Sobre isso estamos esclarecidos.

Terceira e última questão:

Os senhores bem que tentam encontrar dívidas no Governo Regional. Esforçam-se! Mas posso dizer-lhe que os seis casos que apresentou totalizam, se fossem verdade, 6 milhões de euros. Ainda restavam 16.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Além do que passou para a SAUDAÇOR e para a SPRHI, SA!

O Orador: É completamente falso que nos 6 casos exista alguma dívida da Região em relação às empresas, a não ser que num novo conceito de gestão de recursos públicos os senhores considerem que se um empreiteiro amanhã vai apresentar uma factura, nós concordamos logo com essa factura, pagamos de imediato e não comprovamos se está certa.

Se é esse o vosso conceito de dívida, estamos muito mal!

Mas vamos caso a caso muito rapidamente.

Escola do Nordeste:

Falou em 2 milhões e meio de euros que estavam por pagar. É falso!

Os 2 milhões e meio de euros que estão inscritos no Plano de 2005 referem-se ao pagamento integral dos contratos estabelecidos – e a Câmara Municipal do Nordeste pode comprovar – para pagamento em 2005, daquilo que é devido em 2005, de acordo com esse contrato.

Portanto, esses 2 milhões e meio não estão em dívida.

Matadouro Industrial da Ilha Terceira:

Falou em 2 milhões em dívida. É mentira!

O que existe e o que está inscrito no Orçamento para 2005 é o pagamento de toda a facturação referente a equipamento, referente à intervenção que foi feita e cujo prazo de pagamento necessariamente acordado está estabelecido para o presente ano.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Centro Cultural de Ponta Delgada:

Os 300 mil euros que estão inscritos não são para pagar facturas de trás. É para financiar a aquisição complementar do equipamento necessário não só no âmbito desta estrutura, como no âmbito dos equipamentos que estão sobre a gestão dessa empresa. Portanto, aqui também não há dívida.

Variante Ponta Delgada/Lagoa:

Referiu o montante de 605 mil euros e referiu como dívida. Mais uma falsidade! Mais uma mentira!

Este montante inscrito visa assegurar uma verba para financiar as expropriações dos terrenos que estão em litígio.

Como sabe a Região, e muito bem, não fica pelo preço que lhe pedem para comprar terrenos e, em termos de acordo para a compra de terrenos, espera pela avaliação das instâncias competentes para o pagar.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: É esse o montante que está inscrito.

Quartel da Madalena:

740 mil euros. É sim senhor. Está para obras executadas este ano de 2005, nomeadamente os arranjos exteriores e a aquisição de uma central de comunicação.

Escola da Maia:

Último caso, que até levou um requerimento.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Estou à espera da resposta!

O Orador: Os senhores, contentes, porque não encontravam uma situação de dívida ou de desequilíbrio das contas públicas, resolveram ver aqui esta situação como exemplar.

A questão é muito simples: a empresa achava que, pelos trabalhos efectuados, tinha direito a 1 milhão e 200 mil euros. O Governo Regional



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

tinha duas maneiras de resolver este problema: aceitar esse montante ou então, no âmbito do bom rigor da gestão das empreitadas públicas, dizer, como disse, que o montante é excessivo e que aquilo que realmente se devia era muito menor do que isto e não pagou aquilo que a empresa exigia, pagou aquilo que foi acordado em Novembro passado, um acordo extra judicial, no montante de 400 mil euros e, conseqüentemente, poupou para a Região 800 mil, entre aquilo que a empresa pretendia e aquilo que era justo pagar.

O que nós pagamos é o que é justo pagar, o que é o melhor valor para a Região e não aquilo que as empresas apresentam.

Por outro lado, só para terminar, o senhor não pode estar desesperado por não encontrar aqui conteúdos para crítica. Tentou transformar o Plano de 2005 no antigo Plano a Médio Prazo, tentou que em 2005 tivesse inscrito todas as obras que vão ser executadas durante um mandato e incoerência das incoerências, no final criticou-nos porque tínhamos 35% das verbas inferiores a 100 mil euros.

Não percebo. No passado criticavam porque não havia desagregação, as acções estavam todas juntas. Nós fazemos a desagregação e os senhores criticam por fazermos.

Deputados José Manuel Bolieiro e António Marinho (PSD): Não é nada disso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Brevíssimas palavras, mas não posso deixar de me associar ao momento de humor trazido aqui em boa hora pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, caso que até se pode dizer que o ócio é a mãe de todas as literaturas e de todas as magias.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não leu Simplicius!

O Orador: Eu sei que o senhor adorou Simplicius, mas gostava de lhe dizer e de confessar que penetrando elevado no seu mundo da magia, tenho que confessar, com pena, que rapidamente constatei uma coisa: estão V. Exas., Sras. e Srs. Deputados do PSD, de parabéns. Em termos do mundo de magia não pode (há que confessar!) o Governo do Partido Socialista e os Deputados que o apoiam competir com V. Exas.

V. Exa., Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, identificou um casaco que, segundo a sua versão, faz uso o Sr. Vice-Presidente, que tem bolsos que servem para ocultação.

Ora, o que é isso, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, comparado com as capacidades mágicas do PSD...

Deputado Pedro Gomes (PSD): É uma metáfora!

O Orador: ... que fez desaparecer, mal eleito, todo o seu líder por inteiro?!

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Soubemos que ao assobio e um pouco à semelhança da flor humana, o Sr. Líder apareceu recentemente. Apareceu e desapareceu!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Deputado, discuta o conteúdo da intervenção!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está na Assembleia da República, eleito pelos açorianos!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Infelizmente desapareceu a tempo de nem cá estar, sendo Deputado Regional, Líder do PSD, Deputado à Assembleia da República, quando se discutia uma matéria tão importante como a Revisão da Lei Eleitoral.

É obra de ocultação, havemos de convir.

Relativamente ao Simplicius, eu, em matéria cultural, só posso respeitar a maior pluralidade e os mais diversos gostos. Mas devo dizer-lhe, com sinceridade, que sendo menos clássico, gosto mais de poesia e gosto mais de Drumond de Andrade quando àquele ritmo e olhando para a bancada do PSD me lembro daquele poema:

“José Manuel amava Clélio, que amava Pedro, que amava Victor, que amava Berta... que não amava ninguém.”

Muito obrigado.

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por me dirigir ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

O senhor pode concorrer, porque é bom, àquele programa da SIC do “Stand up Comedy”. Talvez seja bom a fazer esse papel. Teste as suas capacidades nesse programa!

Deputado Francisco Coelho (PS): Vou pensar nisso, mas o senhor vai comigo!

O Orador: Foi isso que fez aqui: levantou-se e fez-nos rir!



Provavelmente não serve para líder do Grupo Parlamentar do PS num debate sobre o Plano e o Orçamento.

Sr. Vice-Presidente do Governo:

A sua explicação, não foi rigorosa.

No que se refere ao superavit, devo dizer que o que esperaria era que, em tempo útil, o senhor pudesse ter proposto a esta Assembleia, num exercício de competência, um orçamento rectificativo de modo a, relativamente a 2004, incluir esta receita. Um verdadeiro exercício de competência era esse. Era numa receita imprevista, relativamente a 2004, fazer um orçamento rectificativo, trazê-lo aqui e aprová-lo para poder ter verba para pagar as dívidas que estão por pagar relativamente à acção governativa do ano de 2004.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Em 2005!

O Orador: Essa competência o senhor não teve capacidade de exhibir na gestão das finanças públicas da Região Autónoma dos Açores. Isso é que era competência, não era vir dizer que a Região, por incompetência, queria dar uma lição ao país.

Segunda nota:

Quanto à proliferação destas verbas – o senhor que é useiro e vezeiro na exibição de gráficos – veja este gráfico: as verbas que têm menos capacidade estratégica são as que estão na torre mais alta. As que verdadeiramente poderiam ser estratégicas são as que estão quase ao nível do zero. Esta definição estratégica do Plano é ridícula e incompetente.

Finalmente faço saber, Sr. Vice-Presidente, que os dados que tenho são rigorosos e o senhor não os desmentiu, nem pode desmenti-los.



A verdade é que este Governo tem demonstrado, ao longo do tempo, incapacidade de gerir as obras públicas, porque elas, primeiro, são feitas com várias alterações aos projectos por má gestão.

Por isso são necessários pagamentos de indemnizações aos empreiteiros e o Governo não consegue pagar no prazo o valor destas obras, razão pela qual elas são adjudicadas por um preço e acabam muitas vezes no dobro e no triplo do valor da adjudicação.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso era no vosso tempo!

O Orador: Assim, apressadamente e em tempo de eleições, procuram colocar os empreiteiros na obrigação de fazer a antecipação da inauguração da obra para a fazer corresponder com o calendário eleitoral. Pagam mais por isso!

Esta é que é a gestão deste Governo Regional do Partido Socialista.

Vou dar-lhe alguns exemplos que, aliás, citei o ano passado:

- derrapagens financeiras de várias obras públicas em mais de 44%;

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é falso!

O Orador: - concepção e construção da aerogare da Ilha do Pico. Tinha um preço básico de 4 milhões de euros. Foi adjudicada por ajusto directo no valor de 5 milhões 399 mil euros;

- remodelação e ampliação da aerogare da Ilha das Flores. Tinha um preço base de 1 milhão 397 mil euros. Acabou em 2 milhões e 40 mil euros;

- remodelação e ampliação da aerogare da Ilha de São Jorge. Tinha um preço base de 1 milhão 563 mil euros. Acabou adjudicada por 1 milhão 996 mil euros.

Presidente: Sr. Deputado agradecia que concluísse.



O Orador: - ampliação da pista do aeroporto do Pico. Começou com o preço base de 4 milhões e 603 mil euros. Acabou em 7 milhões, 231 mil euros.

Com esta gestão não há orçamento, nem finanças públicas que resistam, nem se pode pagar no tempo útil aquilo que se deve.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A primeira questão é para um esclarecimento ao Sr. Deputado Bolieiro.

Com certeza que o senhor nunca teve a experiência de qualquer obra pública. Disseram-lhe para dizer o que acabou de dizer, mas não corresponde à realidade, porque infelizmente o senhor confunde preço base com valor final da empreitada.

O preço base é o preço indicativo para o concurso público.

O preço final definido é que tem que ser comparado com o preço final da empreitada.

O preço final definido não é definido pelo Governo, mas sim pelo mercado, pela oferta das empresas...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é, não.

O Orador: Alguém lhe disse para fazer esse papel. Se o senhor conhecesse a realidade não faria um papel tão triste.

Portanto, não fale em preço base. Fale em valor de adjudicação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Só para falar em valor de adjudicação e valor final da obra, lembra-se da empreitada de construção da estrada regional 1-2ª Manadas/Urzelina, em São Jorge?

Foi adjudicado no vosso tempo.

O valor de adjudicação foi de 1 milhão 545 mil e teve como trabalhos a mais 1 milhão 511 mil, ou seja, 100% de trabalhos a mais.

Esses eram outros tempos. Esta é que é a verdade, a vossa realidade e o vosso rigor.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer ao Sr. Vice-Presidente que eu sei bem o que digo. Lamentavelmente o senhor não consegue, nem mostra capacidade, de responder como deve ser àquelas questões que eu coloquei, porque elas são reais e estão comprovadas e publicadas no Jornal Oficial.

Eu sei ler, conheço as situações e não preciso que o Secretário Regional da Habitação me passe papel para poder ter um argumento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): O senhor confunde trabalhos a mais com previsões de preço!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Finalmente, Sr. Vice-Presidente, e para introduzir novamente um tom de humor, havendo, como há, o descalabro e a derrapagem dos custos das obras públicas, a sua postura agora fez-me lembrar a do Ministro da Comunicação Iraquiana Tarek Aziz: estavam derrotados, mas ele continuava feliz pensando que tinha a vitória na mão.

Muito obrigado.

Presidente: Creio que não há mais pedidos de esclarecimento sobre esta intervenção.

Uma vez que falta 10 minutos para atingirmos a nossa hora regimental para almoço, agradeço que os senhores presidentes dos grupos parlamentares e o Sr. Secretário Regional da Presidência se aproximassem da Mesa para acertarmos os nossos trabalhos

Passo a anunciar os tempos disponíveis.

Governo – 181,2 minutos

Partido Socialista – 219 minutos

Partido Social Democrata – 124,5 minutos

Partido Popular – 24,6 minutos

Deputado Independente – 10 minutos

Estão suspensos os nossos trabalhos. Recomeçamos às 15 horas.

Bom almoço.

(Eram 12 horas e 55 minutos)

(Após o intervalo o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Luís Henrique)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cada legislatura corresponde sempre ao lançamento de novas reformas, ao traçar de novos caminhos e ao relançar de novos rumos em relação ao futuro.

Após a aprovação do Programa do IX Governo Regional nesta Assembleia, que teve como base o programa eleitoral do Partido Socialista, amplamente sufragado pelo eleitorado, urge agora discutirmos os instrumentos e os mecanismos que irão por em prática esta nova etapa do nosso desenvolvimento.

O ano de 2004 não foi um bom ano para o País. Embora melhor que 2003, não foi, ainda, o ano em que o crescimento económico finalmente apresentou a desejada retoma. O desemprego aumentou, o Produto Interno Bruto nacional referente a 2004 continuou inferior ao de 2002, o investimento total da nossa economia foi inferior em 10% ao verificado em 99 e o défice real terá andado, pelo menos, acima dos 6%. Após a euforia do Euro 2004, a economia do País voltou a abrandar, passando de 1,8% de crescimento, no segundo trimestre, para 0,6% de crescimento no quarto trimestre de 2004.

No caso dos Açores, este abrandamento da economia nacional, no final do ano, teve um reflexo directo no Turismo. Enquanto que, de Janeiro a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Setembro de 2004, o número de dormidas provenientes do mercado nacional tinha crescido a um ritmo superior ao do mercado externo, a partir de Outubro o número de dormidas provenientes do mercado nacional deixou de crescer em relação a idêntico período do ano anterior. Apesar de tudo, o ano turístico de 2004 correu bem nos Açores. Tivemos um crescimento de cerca de 20% em termos de dormidas e de 18% em termos de receitas totais, de longe o melhor desempenho do País.

Mas se observarmos mais de perto estes resultados podemos verificar que o mercado externo, em termos anuais, cresceu 23%, enquanto que o mercado nacional cresceu apenas 17%, devido essencialmente ao quarto trimestre de 2004. Este exemplo concreto mostra bem a dependência desta actividade dos ciclos económicos dos mercados emissores, o que obriga a qualquer destino turístico a diversificar a sua procura. É o que estamos a fazer.

Este ano já estabelecemos mais três novas ligações com o exterior, nomeadamente com a Dinamarca, com a Finlândia e com a Inglaterra. É provável que ainda em 2005 se estabeleça mais uma nova ligação semanal com a Dinamarca, dado o sucesso que temos tido neste País. Tudo faremos para que o mercado nacional continue a crescer. Já temos preparado o “spot” televisivo da nova campanha publicitária, sob a égide da “Natureza Mágica”, que irá começar a sair, nos principais canais nacionais de televisão, dentro de dias. Vamos fazê-la, pela primeira vez, em três períodos distintos: Abril, Julho e Outubro, acompanhada de “outdoors” em todas as capitais de distrito.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:



Nunca na história do turismo dos Açores tivemos ritmos tão elevados de crescimento no mercado nacional, como ocorreu nas últimas duas legislaturas.

Veja-se que, de 1988 a 1996, apenas fomos capazes de crescer neste mercado cerca de 96 mil dormidas, enquanto que, de 96 a 2004, crescemos no mercado português 186 mil dormidas, praticamente o dobro. Afinal quem anda a fazer números mágicos com as estatísticas?

Vejamos, agora, o caso concreto das taxas de ocupação:

- de 88 a 96 tivemos uma taxa média de ocupação de 31,9% - repito 31.9%;
- de 96 a 2004 tivemos uma taxa média de ocupação de 37,2%. Mas se retirarmos deste período o ano de 97, cuja responsabilidade de promoção não foi nossa, e o ano de 98 que foi afectado severamente na época alta pelas repercussões do sismo, que ocorreu em Julho, a média da taxa de ocupação dos últimos seis anos foi de 39,2%, ou seja, uma taxa de ocupação oito pontos percentuais acima da média do período de 88 a 96.

Afinal, quem anda a fazer números mágicos com a estatística, senhores deputados? Podia continuar com outros indicadores nestes dois períodos, mas penso que já basta.

Vejamos agora o carácter social dos pacotes turísticos provenientes do mercado escandinavo.

Uma semana num hotel de quatro estrelas, com direito a pequeno-almoço e transfere, é vendido para o Açores, na Suécia, na época baixa, a 600 euros e na época alta a 720 euros.

Na Noruega, na época baixa, 630 euros e na época alta a 900 euros.

Na Dinamarca, na época baixa, a 520 euros e na época alta a 760 euros.

Há cerca de 3 semanas atrás estive na Holanda a contactar diversos operadores turísticos e tomei conhecimento de um estudo realizado naquele



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

país sobre o preço do pacote mais vendido, que anda à volta dos 500 euros. Acima dos 600 euros só são vendidos 20% dos pacotes turísticos. Esta é que é a realidade do mercado internacional.

Nestes mercados, como na Inglaterra, na Alemanha e na Suíça, os pacotes para os Açores situam-se sempre no segmento médio alto.

Veja-se os custos destes mesmos pacotes, feitos pelos menos operadores, para o Algarve, para a Madeira e para as Baleares.

O trabalho dos governos anteriores está à vista de todos. Factos são factos. A água não passa debaixo da ponte duas vezes. Há pessoas que já tiveram oportunidade de mostrar o que valem. O trabalho que fizeram já foi julgado e está à vista de todos, para quem quiser de uma forma isenta analisar.

Muito em breve o mercado externo irá ultrapassar o mercado interno. É inexorável, não porque se esteja a descurar o mercado interno, mas apenas porque nenhum destino turístico pode ser levado a sério quando depende em mais de 50% de um só mercado.

Veja-se o caso do mês de Janeiro deste ano, o mercado interno desceu 0,4%, devido ao estado da economia do País, mas o mercado externo cresceu 43,7%, o que permitiu que, em termos de dormidas, tivéssemos um crescimento homólogo de 20,8%. Veja-se também que, neste mês, a taxa de crescimento homóloga dos proveitos totais foi de 32,8%. Penso que, sobre este assunto, nada há mais para dizer.

Há mercados mais sazonais do que outros. Por razões diversas, os turistas provenientes dos países do Sul da Europa vêm com mais dificuldade aos Açores no Inverno do que os do Norte da Europa. Também é verdade que estes turistas têm hábitos de consumo diferentes. Mas a actividade turística tem que viver com estas diferenças e saber tirar partido das preferências de cada tipo de turista. É isto que ainda temos que aprender a fazer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Quanto à forma que temos utilizado para atrair o mercado escandinavo, é exactamente a mesma que fazem os outros destinos turísticos do País. Até porque os operadores são os mesmos. Eles estão presentes no Algarve, na Madeira, nas Baleares, em tudo o que é destino turístico.

Não inventámos a pólvora. Os nossos contratos de promoção são feitos através do ICEP, tal como são feitos os das outras Regiões do País.

No mercado escandinavo, que corresponde à Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia, temos quatro operadores distintos.

No que diz respeito à Alemanha, Inglaterra, Espanha e Suíça, em que as ligações são feitas pela SATA Internacional em voos regulares, temos um número ainda maior de operadores que estabeleceram contratos de promoção connosco, através do SIDET ou através da Associação Turismo Açores.

No próximo ano, para além de querermos crescer e consolidar os mercados existentes, queremos evoluir para outros mercados. É o que estamos a fazer. É uma batalha que se renova todos os anos, mas não é uma batalha de um homem só! É uma batalha partilhada pelos diversos agentes do sector, congregados na Associação Turismo Açores, que todos os anos discutem e decidem o que se julga ser melhor para esta actividade. A propósito desta Associação, é justo aqui realçar que a ATA, conjuntamente com a Associação de Turismo de Lisboa, foram as únicas duas agências de promoção do País que cumpriram em 2004 a contratualização estabelecida com o ICEP e com muito êxito. Os resultados, nestes dois casos, estão bem à vista de todos.

Ainda este ano pretendemos dar corpo ao Observatório Regional de Turismo, cujos estatutos estão em fase final de elaboração, cumprindo, assim, mais um item do Programa do IX Governo Regional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Será um instrumento importante para avaliar o grau de satisfação de quem nos visita e permitirá analisar, com mais detalhe, o impacto de algumas acções de promoção que realizamos. Por outro lado, muito em breve, será adjudicado um novo Plano Operacional de Marketing, com o intuito de actualizar ou redefinir o existente, que foi elaborado em 1998, em colaboração com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e que tem sido seguido de muito de perto pela Direcção Regional do Turismo e pela ATA.

Contamos também concluir este ano o Plano de Ordenamento Turístico, que, a curto prazo, passará à fase de discussão pública. É um instrumento importante, que vem dar uma nova perspectiva ao anterior Plano Director do Turismo, elaborado em 1995, que tinha apenas um carácter meramente orientador.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O processo de convergência dos Açores com o todo europeu é ainda longo. Estamos hoje menos afastados, é certo, a nossa economia está hoje mais forte, gera mais receitas, cria mais emprego, mas há muito ainda a fazer para atingirmos a média dos países da actual União Europeia.

A taxa de desemprego no quarto trimestre de 2004 foi de 3%, a mais baixa do País. Desde o segundo trimestre de 1999, ou seja há 23 trimestres consecutivos, que continuamos com uma taxa de desemprego abaixo dos 4%. Em 2004 a população empregada aumentou 2,8%, o que quer dizer que criámos mais 2.825 empregos líquidos.

Mas o que queremos é que esta criação de emprego se estenda a todas as ilhas e que se consiga nesta Legislatura dar os passos decisivos para inverter a redução populacional, a que se tem vindo a assistir



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

principalmente nas ilhas mais pequenas. É por isso que já deu entrada nesta Assembleia o Decreto Legislativo Regional que visa criar o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, necessário para agilizar procedimentos e para impulsionar o investimento público, onde o investimento privado, por razões várias, se faz menos sentir.

Também já deu entrada nesta Assembleia um novo Decreto Legislativo Regional, que visa reformar o SIDER, abrindo novas áreas estratégicas de desenvolvimento e permitindo a reformulação dos apoios à animação turística.

Já foram aprovados, em Conselho de Governo, os novos decretos regulamentares que visam reformar o SIDEL e o SIDEP. Em ambos os casos, são privilegiados os investimentos privados a realizar no Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria.

Também, por via do Decreto Legislativo que irá por em vigor o Plano e o Orçamento, são previstos incentivos fiscais para as empresas que tenham realizado investimentos em unidades produtivas superiores a 500 mil euros naquelas ilhas.

É evidente que o desenvolvimento dos Açores está intimamente dependente das acessibilidades. Os tempos, contudo, não são fáceis.

O preço dos combustíveis tem vindo a subir de uma forma consistente, ano após ano. Em 1999, quando baixamos significativamente os transportes aéreos inter-ilhas e entre os Açores e o Continente, o barril do petróleo estava a nove dólares. Passados que são seis anos, o barril do petróleo sextuplicou e está à volta dos 57 dólares, tudo indicando que a tendência é ainda para aumentar. É, pois, pura demagogia propor neste momento reduções substanciais nos transportes aéreos. Nem o País, nem a Região se podem dar ao luxo de esconder a cabeça na areia e não querer ver o que se



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

está a passar à sua volta. O que está a ocorrer neste momento em toda a Europa e também nos Estados Unidos é o aumento das passagens aéreas, através da introdução de uma taxa relativa ao combustível pelas diversas companhias aéreas.

Os Açores são constituídos por nove ilhas dispersas com reduzida dimensão. Querer comparar o custo por lugar, por exemplo, de um “Dornier” que liga a Terceira ao Corvo com quarto ou cinco passageiros a bordo, ou de um ATP que liga o Faial às Flores com metade dos passageiros a bordo, com um voo de um Airbus 320 entre Lisboa e Londres, é pura demagogia.

A SATA - Air Açores irá brevemente renovar a sua frota. É imperioso que se faça um estudo profundo sobre o tipo de avião que a SATA deve adquirir, pois tal investimento irá condicionar o nosso futuro por mais de uma década. O nosso passado fala por nós. Tudo faremos para continuar, de uma forma realista, a ligar os Açores, tentando sempre ser mais eficientes, mais competitivos e sempre que possível a um menor custo para todos os açorianos.

O mesmo se passa com o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas.

Estamos neste momento a contactar diversos estaleiros navais para poder equacionar a aquisição de uma nova frota que esteja adequada ao serviço público que é preciso prestar nos Açores. Trata-se de um investimento que envolverá um montante superior a 50 milhões de euros, mas que neste momento já serve cerca de meio milhão de passageiros.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O investimento privado nos Açores continua em alta.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

No que diz respeito aos programas de incentivos de âmbito nacional deram entrada no SIME, 103 projectos no valor 357 milhões de euros de investimento, tendo já sido pagos 56 milhões de euros de incentivo; o PITER deram entrada três projectos com um investimento global 142 milhões de euros; no SIVETUR, oito projectos, no valor de 66 milhões de euros, tendo já sido pagos cinco milhões de euros de incentivo; no URBCOM Horta, 64 projectos, no valor de sete milhões de euros; no MAPE, um projecto no valor 1,5 milhões de euros, e no Reforço ao Associativismo, cinco projectos no valor de 1,1 milhões de euros.

No que diz respeito aos sistemas de incentivos de âmbito regional, já foram aprovados no SIDEP 55 projectos, com um investimento global de 236 milhões de euros, tendo já sido pagos 22 milhões de euros de incentivo; já foram aprovados no SIDEL 289 projectos, prevendo-se ainda este mês a aprovação de mais 157, o que permitirá um investimento global de cerca de 50 milhões de euros, e no SIDET já foram aprovados 80 projectos com um investimento global de 21 milhões de euros. É por isso que a nossa economia continua a apresentar bons resultados, é por isso que o desemprego na nossa Região é um dos mais baixos do País e é também por isso que estamos a crescer mais que a média nacional e europeia.

No âmbito da reforma do SIDEP, gostaria de vos dizer que será dado especial ênfase ao investimento privado na área do golfe, aos empreendimentos turísticos que tenham instalações termais, ou que apresentem serviços de bem-estar termal baseados na utilização de águas minerais naturais, e às indústrias que tenham como objectivo expandir a base económica de exportação. Também dependente da aprovação do Decreto Legislativo que irá reformar o SIDER, será possível criar incentivos nas áreas sociais ligadas aos infantários, às creches, às



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

residências assistidas e aos lares de idosos. Assim, se estimularão novas actividades económicas, no âmbito da iniciativa privada, que certamente criarão mais emprego e mais riqueza. Também está previsto a criação de um sistema de incentivos próprio, ligado ao empreendedorismo, com o objectivo de despertar nos mais jovens e nos mais preparados academicamente o espírito empresarial.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vejamos, agora, mais em detalhe, o que se propõe para 2005.

Uma análise atenta aos diversos instrumentos financeiros, postos à disposição da Secretaria Regional da Economia, mostra que estão previstos investimentos que rondam os 111 milhões de euros.

Merece especial destaque o Programa 24, Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos, com mais de 40 milhões de euros, e, dentro deste, as acções correlacionadas com a recuperação do Porto da Praia da Vitória, a conclusão das obras de reparação do Porto de São Roque do Pico, e das Lajes das Flores, e o início da construção do terminal marítimo de cruzeiros e gare de passageiros de Ponta Delgada e pavilhão de exposições. Quanto aos núcleos de recreio náutico de Vila do Porto, Ponta Delgada e Velas, estão em fase final de aprovação ou de homologação pelo SIVETUR (há já dois aprovados e outros que estão na fase final de aprovação).

O Programa 25, Desenvolvimento dos Transportes Aéreos, tem uma dotação de cerca de 33 milhões de euros. Sobressaem neste Programa, as acções correlacionadas com a remodelação e beneficiação da Aerogare Civil das Lajes, que dentro de dias entrará na sua segunda fase, o custo com a concessão das rotas inter-ilhas, a beneficiação das aerogares do Pico, Flores e São Jorge e a gestão dos aeródromos regionais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Programa 15, Promoção do Investimento e da Coesão, tem uma dotação de cerca de 26,5 milhões de euros. Merecem destaque neste Programa, as acções correlacionadas com os sistemas de incentivos e com o apoio à coesão e às parcerias público-privadas.

No Programa 12, Desenvolvimento do Turismo, com uma dotação global de 8,1 milhões de euros, merecem destaque as acções ligadas à Promoção Turística, com uma dotação global de 6,9 milhões de euros. Se a estas verbas adicionarmos o investimento privado no âmbito do SIDET-Promoção e o valor da contratualização com o ICEP, podemos afirmar que, em 2005, teremos um investimento público e privado que rondará os 10 milhões de euros na promoção do destino Açores.

Nos Programas 13, 14 e 26 estão contabilizadas as diversas acções ligadas ao apoio ao Comércio e à Exportação, ao Desenvolvimento Industrial e à Consolidação e Modernização do Sector Energético. O Programa 20, apresenta um valor residual correlacionado com o apoio aos comerciantes atingidos pelo sismo de 98.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta nova legislatura representa novos desafios. Temos que aprender a conviver com a alta dos combustíveis e com o provável aumento das taxas de juro.

O ano de 2005 não se afigura como sendo um ano fácil para o País e isto tem naturalmente reflexos na nossa Região. Com a entrada do novo Governo da República, há uma nova esperança e há, certamente, um novo rumo para o País. Todos desejamos que Portugal rapidamente ultrapasse a crise actual e inicie a retoma económica.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Para os Açores, a esta nova Legislatura tem que corresponder um novo impulso reformista. Vem aí um novo Quadro Comunitário de Apoio. Esta Assembleia tem, agora, um vasto campo de actuação legislativo.

Os açorianos esperam de nós todos, empenho, dedicação e cooperação para continuar esta caminhada de Desenvolvimento e de Progresso rumo ao futuro.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Tenho inscrito os Srs. Deputados Cláudio Lopes, Carla Bretão, Jaime Jorge, António Ventura, Costa Pereira, Alberto Pereira, Lizuarte Machado, Hernâni Jorge, Ana Isabel Moniz, Francisco Coelho, José Manuel Nunes e Guilherme Nunes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar e a reflectir o Plano do Governo para 2005, um instrumento orientador da acção do Governo para o corrente ano. Além disso é um plano definidor de políticas.

Se é um plano estratégico ou não, depende da leitura política que se faça do mesmo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Permitam-me que faça duas notas prévias.

Da leitura dos documentos e também de uma escrita muito sintética sobre o sector do turismo, pode ler-se que no período de 96 a 2004, o número de dormidas aumentou em 124% e as receitas aumentaram em 148%.

Por outro lado, que 50% da oferta hoteleira actual foi construída de novo neste período.

Eu gostava de ver estes dados, já que tanto aqui se tem falado e mostrado gráficos, plasmados em gráficos, por ilhas, só para ter uma ideia.

Segunda nota é de que a aposta dos próximos tempos no âmbito do turismo, será o golfe e o turismo de cruzeiros. Gostava também de ver projecções das mais valias que esta aposta vai ter nas ilhas mais pequenas, nomeadamente o turismo de cruzeiros.

Gostava de saber, um cruzeiro quando tocar no porto de Ponta Delgada, que benefícios vai trazer para as ilhas do Corvo, das Flores, da Graciosa, de São Jorge, do Pico e para as restantes?

Mas falemos um pouco de política sectorial, sistema de incentivos.

Gostava de reler aqui um parágrafo do Plano que diz:

“Promover uma discriminação positiva dos incentivos em benefício das ilhas que enfrentam maiores dificuldades de desenvolvimento no sentido de se alcançar uma maior coesão económica.” Até aqui tudo bem.

“Também é sabido que esta discriminação positiva se reporta apenas às ilhas do Corvo, das Flores, da Graciosa, de São Jorge e de Santa Maria.”

Ora, esta é uma opção política. Poderá também corresponder a um reconhecimento por parte do próprio Governo Regional de que estas ilhas, durante 8 anos, não foram tratadas com a devida atenção por parte do Governo como deveria.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Secretário, porque o tempo não nos permite divagar muito mais sobre a matéria, gostava de lhe colocar concretamente duas questões:

1ª – O Pico está fora deste regime especial de apoios. Porquê?

Que dados estatísticos tem o senhor Secretário e o Governo para discriminar o Pico em relação a esta política?

2ª- Falemos de hotelaria tradicional.

Imagine que eu sou um empresário e quero investir no Pico construindo de raiz um hotel de três ou de quatro estrelas. Tenho eu acesso ao esquema de incentivos no âmbito do turismo ou não?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à primeira pergunta, turismo de cruzeiros e golfe. Qual a repercussão que tem no Corvo?

Nós fazemos parte de um todo. Este arquipélago é constituído por nove ilhas.

É evidente que quando nós estamos a falar de cruzeiros, eles têm condições, neste momento, de atracagem no porto da Horta, Praia da Vitória e Ponta Delgada. Não tem as condições ideais, mas são essas as condições que existem actualmente, porque já temos rebocadores nesses portos.

Ainda podemos melhorar um pouco mais, porque esta é uma actividade económica importante para o desenvolvimento do turismo, pelo menos destas ilhas.

Se reparou bem, há algum tempo atrás, o facto de nós termos aparecido nos principais fóruns de promoção da actividade de cruzeiros, surgiram



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

pequenos cruzeiros que demandaram todas as ilhas dos Açores, que até vinham aqui numa época relativamente baixa e que paravam em todas as ilhas, até no Corvo.

Portanto, chamar a atenção para os Açores, de que são ilhas bonitas que vale a pena visitar, é também chamar a atenção para essa indústria que tem muitas formas de actuar, umas de grandes cruzeiros, outras de cruzeiros de aventura. Portanto, podem servir perfeitamente as ilhas mais pequenas.

Todas as ilhas acabam por ganhar com o desenvolvimento de uma ilha. Há sempre mais receita, mais riqueza para poder distribuir por todas as ilhas. Isto, de uma forma directa ou indirecta, responde também à sua pergunta.

O mesmo se passa com o golfe, que é uma actividade que deve ser eminentemente privada.

No caso de São Miguel, o Governo Regional investiu na Verdgolfe, mas está neste momento em aprovação um investimento privado nesta área, por isso o Governo Regional pretende alienar as suas participações na Verdgolfe e com isso atrair para o Faial um investimento privado nesta ilha.

É evidente que isso se há-de ir fazendo por partes. À medida que determinadas ilhas vão crescendo em termos turísticos, podemos ir criando uma rede de campos de golfe.

Há quem diga que quatro campos de golfe é pouco para sermos considerados um destino de golfe, que é preciso mais. Se calhar vamos ter que criar um campo de golfe em quase todas as ilhas dos Açores, mas temos que fazer isso paulatinamente, porque os custos de manutenção são extremamente elevados.

Há tempo para tudo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Nós crescemos a hotelaria em termos de 3 estrelas, passámos à hotelaria de 4 estrelas. Agora está na altura, em determinadas ilhas, de passar para 5 estrelas.

Noutras ilhas há ainda que passar pela fase das 3 estrelas.

O que foi errado no passado foi criar dois hotéis de 5 estrelas, completamente desenraizados da realidade, que tiveram imensas dificuldades na sua sobrevivência económica.

O mercado é inexorável.

Se fazemos as coisas antes do tempo, não dá certo e vão falir.

É preciso ter alguma prudência neste processo e agir com algum realismo.

No caso dos incentivos na Ilha do Pico, os hotéis de 3 estrelas, sejam para ampliação ou remodelação, são susceptíveis de terem apoio. Os hotéis de 4 estrelas têm apoio tal como os hotéis de 5 estrelas.

Achamos, por exemplo, que o exemplo do Faial é claro. Aqui, a maior parte dos hotéis que foram criados foram hotéis de 4 estrelas.

Nós temos que puxar pelo sector.

Se existem hotéis de 3 estrelas eles devem sobreviver, devem ser melhorados, ampliados, remodelados e expandidos. Vamos apoiá-los. Mas os hotéis de 4 estrelas são aqueles que nós achamos que devem ser criados também no Pico.

O Pico, hoje, é uma gateway. No dia 20 a TAP aterra no Pico. Foi um esforço imenso para conseguir isto, mas foi uma vitória. O Pico vai ter um aeroporto com ILS, com todas as condições para ser um aeroporto que ligue a ilha não só ao Continente, como também ao exterior. É uma vantagem comparativa importante. Por isso existe um conjunto de iniciativas no âmbito privado para fazer novas unidades hoteleiras naquela ilha.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Eu devo-lhe dizer que na terceira fase do SIDET existe um número muito elevado de projectos para o Pico.

A Ilha do Pico tem futuro, vai ter futuro e o futuro está a aproximar-se. A infra-estrutura essencial para o Pico foi, de facto, o aeroporto. O Pico ganhou confiança. Não está nas mesmas circunstâncias que a Graciosa, São Jorge ou outras ilhas.

Nós colocámos este processo, em termos eleitorais. Dissemos que íamos fazer assim.

É evidente que podemos corrigir sempre o nosso rumo, mas essa é a nossa posição, é a nossa visão que deve ser implementada nos Açores.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

Gostaria apenas de lhe fazer duas perguntas.

Uma delas tem a ver com a remodelação da Aerogare Civil das Lajes. Ao analisar o Plano, reparo que não tem inscrito qualquer verba ao nível de financiamento e outros fundos.

A nível comunitário, como todos nós sabemos, foi objecto de uma candidatura ao fundo de coesão. Por essa razão, gostava de saber o que é que aconteceu?

A outra pergunta tem a ver com o porto da Praia da Vitória. Gostaria de saber se vão haver alterações ao projecto inicial, na sequência das últimas intempéries, e quais as diligências que o Governo Regional está a levar a cabo para intervir na situação?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.



Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo um pouco a sua confusão no caso da aerogare civil das Lajes. A SATA recebe fundos do PRODESA ou recebe de outros fundos?

A Aerogare Civil das Lajes não faz parte da gestão dos aeródromos da SATA. É a região que a faz, é o Governo Regional.

O fundo de coesão entra no orçamento da Região. Portanto, não precisa estar colocado aí “outros fundos”.

Quanto ao porto da Praia da Vitória, falou-se muito das intempéries do porto.

Eu acho que a situação ficou clara com esta intempérie.

Nós fomos muito avisados na altura e fomos os primeiros a reparar provisoriamente o porto, em relação ao que se passa com os americanos.

Fizemos um investimento de 600 mil contos, ou seja 3 milhões de euros, o que fez com que o porto comercial nunca tivesse qualquer problema.

Neste momento a empresa já está a trabalhar em terra, a fazer o estaleiro e os tetrápodes, etc.

O que aconteceu neste Inverno não é negativo. É até positivo, porque tudo o que caiu foi o que estava mal colocado. Vai ser tudo retirado e devo dizer-lhe que não vão haver grandes obras a mais por causa disso. Não houve alteração substancial do projecto por causa das intempéries que ocorreram em Março passado. Até foram positivas, porque ajudam. O que ficou, ficou verdadeiramente consolidado e isso é sempre bom que aconteça neste momento, pior seria quando já estivesse tudo construído.

Aquilo que não estava bem consolidado caiu. Vamos retirar e vamos recolocar no seu lugar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

(*) **Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento muito simples ao Sr. Secretário que se prende com esta questão.

Dado que na dotação do Plano para 2005, no que se refere aos melhoramentos dos portos do Pico, há uma dotação apenas de 1 milhão 451 mil e 500 euros, gostaria de saber se nesta dotação estão incluídas as obras que já foram prometidas para o reordenamento dos sacos do porto de São Roque e da Madalena.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até 2007 a obra essencial que vamos fazer no Pico é efectivamente o porto de São Roque. Essa obra está a ser feita e vai ser concluída.

O que nós vamos fazer até 2007, até termos um IV Quadro Comunitário de Apoio, são os projectos, os ensaios e reparar (se houver necessidade de reparar), pontualmente, a gare marítima da Madalena, ou o manto da Madalena. Mas não são obras substanciais.

Vamos esperar pelos projectos. Estamos a um ano e meio do novo Quadro Comunitário de Apoio, para que, já no final de 2006, possamos lançar os concursos para começar a obra em 2007.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma questão rápida e cirúrgica.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Plano não faz referência a nenhuma comparticipação relativamente ao parque de exposições da Ilha Terceira. Porquê?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Certamente não vamos fazer tudo este ano. É única coisa que lhe posso dizer sobre esse assunto.

Será certamente feito, mas não em 2005.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** O projecto é de Maio de 2004, assinado por todos nós!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa entrevista a um jornal local, o Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos do Triângulo, afirmou que este Verão iria ser posta a concurso a obra de ampliação do Clube Naval da Horta e Gare Marítima do Cais de Santa Cruz.

Uma vez que não consigo detectar no plano esses investimentos, gostaria que o Sr. Secretário me confirmasse a abertura deste concurso e o início das obras para o próximo ano.

Em segundo lugar, e tendo em conta que no início do Verão passado o Sr. Secretário veio presidir, no Faial, a uma cerimónia de assinatura do programa SIDET e garantiu que havia dinheiro para os pagamentos – seis meses depois vários empresários têm-me contacto porque estão preocupados uma vez que ainda não receberam dinheiro – gostava que me pudesse informar quando é que poderá ser regularizada esta situação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao que foi dito e ao que não foi dito pelo Sr. Presidente da APTO, eu não lhe posso responder. O que lhe posso dizer é que existe no plano as verbas que existem.

O que nós vamos fazer – e tive em conversações recentemente com ele – é estudar o sítio de atracagem dos ferries e fazer o reordenamento.

Se ele falou em adjudicação do projecto, provavelmente disse isso e tem razão; se foi em fazer a obra, provavelmente não tem razão, porque essa é uma obra que envolve vários milhões de euros e que terá que aguardar, como outras obras importantes, pelo IV Quadro Comunitário de Apoio.

Em relação ao SIDET desminto isso totalmente.

Não há nenhum sistema de incentivos que não seja pago a 30 dias. São todos pagos a 30 dias.

Se há algum incentivo que não é pago a 30 dias, é porque não entregaram os documentos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (*PSD*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Em primeiro lugar, permita-me que lhe agradeça as muitas referências implícitas à minha pessoa na sua intervenção. Recebo-as como um elogio, naturalmente.

Fiquei a saber também que é um leitor qualificado dos meus escritos, o que me deixa particularmente feliz. Só espero poder contribuir para uma reflexão produtiva nestes domínios com V. Exa. e com quem naturalmente se disponibilizar para o debate sobre temáticas turísticas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Por outro lado, permito-me ainda, a título de curiosidade, dar-lhe uma novidade: é que, de facto, no Faial há uma ponte debaixo da qual a água passa duas vezes. É a ponte da Conceição. Ela recebe a água do mar e depois volta a sair em direcção ao mar.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Já não é a mesma!

O Orador: Eu não sei se deve considerar esta curiosidade para repensar a máxima que citou, mas fica aqui a título de contributo.

Quanto à matéria da substância:

Em termos muito concretos, o PSD defende, como repetidamente tem dito, o incremento exponencial do investimento promocional na Região Autónoma dos Açores como forma de responder ao actual desajustamento entre a oferta e a procura, que é naturalmente preocupante e que tem de se combater.

Pessoalmente, acrescento mesmo que considero que é um investimento que assume carácter de urgência, se não mesmo de emergência.

A perplexidade que eu tinha nesta matéria foi parcialmente respondida por V. Exa. na sua intervenção.

Eu devo confessar que, perante o que tinha dito nesta Assembleia, de que tencionava fazer um investimento público (interpretei eu na altura) de cerca de 10 milhões de euros em termos de investimento publicitário, não parecia naturalmente bater certo com uma dotação de cerca de 6 milhões e meio de euros. Seria, seguramente, um milagre orçamental que nem V. Exa. conseguiria fazer.

Respondeu na sua intervenção juntando a essa verba outros valores de investimento de natureza privada para perfazer o valor total anunciado. Portanto, concluo assim, neste momento, que essas verbas do orçamento da Região são totalmente consumidas por estas campanhas publicitárias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Concedo naturalmente que a sua resposta foi nesse sentido e que a ????????? desse investimento está desse modo garantida.

Todavia, sendo certo que até agora mais de 70% do investimento publicitário tem sido dirigido, na prática, à subsidiação do desporto profissional, que é obviamente um investimento da mais pura inocuidade promocional tenho de presumir que tal implica o abandono dessa prática a partir deste ano para que possa cumprir o plano promocional que apresentou.

Por outro lado, ficam uns escassos 350 mil euros para as restantes rubricas relativas a intervenções várias de carácter promocional. Portanto, também nessa parte a minha pergunta era no sentido de indagar sobre se considera suficiente essa verba, porquanto estão em causa acções múltiplas na área da informação turística, das viagens educacionais, feiras, materiais de promoção, etc.

Aliás, nesse particular, deixava uma nota, porque considero que nesta altura seria, porventura, adequado proceder ao refrescamento, em termos de marketing turístico, dos materiais promocionais da Região.

Aliás, sabendo eu, como sei, que V. Exa. tem um relativo trauma relativamente ao ano de 96, queria dizer-lhe o seguinte:...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

Eu até gosto da linha de cartazes dos Açores, como calcula, mas imagino que V. Exa. deverá querer alterá-la, porque para se situar quanto ao momento da concepção e edição desses cartazes, terá de recuar até 1996, descontar-lhe um ano ou dois, e terá encontrado o tempo exacto. Ou seja, durante 8 anos, Sr. Secretário Regional, em matéria de materiais de informação e promoção turística, o Governo Regional não produziu uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

única brochura, um único cartaz turístico. Para um governo que alardeia produtividade é, sinceramente, lamentável e até paradoxal!

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Está muito enganado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu esperava bastante mais. As ideias do ex-Director Regional do Turismo, hoje Deputado Alberto Pereira, devem estar a secar.

Devo dizer que leio os seus artigos. Só que gostava que lá afirmasse ex-Director Regional do Turismo. Assim, toda a gente entenderia imediatamente o que diz. Quem não fez, agora é que vai fazer!

Também estou espantado, porque fiz aqui metade de uma intervenção sobre turismo. Do que é que o senhor vem falar? De promoção! De 10 milhões de euros de promoção!

Deputado Alberto Pereira (PSD): Não é turismo?!

O Orador: Eu sempre disse que eram 10 milhões de euros. Também disse que era investimento público e privado, mas se o senhor estivesse um pouco atento às coisas do turismo veria que não tem dificuldades em termos de promoção. Ao contrário.

Eu vou fazer três épocas de promoção no Continente. Nunca se fez no país.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Fez-se sempre. Em 1994, 1995 e 1996.

O Orador: Em Abril, em Julho e em Outubro. O senhor nunca fez três meses de campanha publicitária em 4 canais televisivos, em outdoors em todo o país, com o novo spot publicitário.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Seja rigoroso. Não vai fazer campanhas. Os 3 momentos têm a ver com a altura de decisão das férias dos portugueses!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Sr. Deputado, eu sei o que é que estou a dizer.

Se o fez e gastou três vezes mais do que aquilo que eu vou gastar, que resultado obteve? Qual foi a sua eficiência?

Afinal, eu consegui 190 mil dormidas a mais no mercado nacional. Em 8 anos o senhor só conseguiu 80 mil?

Meu amigo, eu fiz o dobro, com muito menos dinheiro. Muito eficiente sou eu!

Deputado Alberto Pereira (PSD): Até o seu discurso fui eu que o fiz!

O Orador: Eu disse de uma forma muito clara: isto não é uma política de um homem só. Isso já passou à história.

Quem decide a política da promoção do turismo é a Associação de Turismo Açores que tem reunido todos os empresários da Região Autónoma dos Açores e decide anualmente o que é que se deve fazer, se se deve atacar aquele mercado ou aquele outro. O Sr. Deputado está completamente enganado.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Vamos ter tempo para discutir isso!

O Orador: O senhor vai ver que em 98 fizemos um conjunto de novos panfletos e brochuras. Gostei dessas brochuras e estão lá.

Neste momento estamos a fazer novas brochuras com novo banco de imagens, com novo spot publicitário que deve durar dois anos. Nós fizemos um spot publicitário com a natureza intacta, viva.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Em 96 tinha uma igual. Era só copiar!

O Orador: Agora vamos fazer com a natureza mágica.

Deputado Alberto Pereira (PSD): “Slogans” os Açores têm muitos!

O Orador: O novo spot publicitário marcou, ganhou prémios a nível internacional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Deputado, os 3 milhões que se dão às equipas desportivas, que também contribuem para a notoriedade da Região no exterior, correspondem apenas a 30%. Não é como o senhor diz.

Deputado Alberto Pereira (PSD): O relatório do Tribunal de Contas diz que são 72%!

O Orador: Veja a quantidade de investimento que é feita pelos privados neste momento, que vão ao exterior. A semana passada estiveram em Moscovo. Eles vão trazer os empresários cá, para fazer um voo – não sei se vai dar certo ou não – no próximo ano.

Imagine o seu tempo. Não havia nenhuma ligação para o exterior. Nem uma! O senhor só queria viver do mercado nacional. O senhor fez a brilhante descoberta: Em 88, 63% do seu mercado era nacional e o senhor passou para 72,7%. Foi a dependência que o senhor criou.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Foi bom para os Açores. E é o que V. Exa. vai fazer agora curiosamente. Além disso está a pagar aos turistas para eles virem aos Açores. Está a abrir um precedente gravíssimo!

O Orador: Sr. Deputado, os meus contratos são feitos pelo ICEP, como os outros destinos turísticos do País. Não sou eu que os faço. Vão para o Tribunal de Contas, são aceites, como a Madeira também faz.

No seu tempo o senhor não sabia fazer dessas coisas. Paciência! Só vivia do mercado nacional e os turistas que vinham do estrangeiro vinham por sorte, ou por azar.

Agora, eles vêm em quantidade e têm que vir mais. É inexorável.

Olha para a Madeira. Só 30% do mercado é que é português.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Não quer reduzir o preço da SATA aos açorianos, mas paga aos turistas nórdicos para fazerem férias!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Quando o senhor quiser falar sobre os transportes aéreos eu também falo. Sei falar disso e com muito conhecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pela intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira, eu devo dizer que relativamente à gare marítima do Cais de Santa Cruz, de facto, isso para mim também é uma preocupação. É uma obra que tem que ser encarada. É uma obra que, no fundo, acaba por ser comum às nossas duas ilhas. De facto, começa a não ter as condições mínimas para satisfazer o tráfego de mais de 400 mil passageiros que fazem o canal.

Portanto, partilhamos dessa preocupação. Aliás, o Sr. Secretário também partilha dela e já tivemos oportunidade de conversar com ele.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Jaime Jorge e em relação ao porto de São Roque a resposta já foi dada. No que se refere ao ordenamento do porto da Madalena este processo está neste momento em fase de conclusão.

Portanto, em breve haverá imagem pública dessa matéria.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Cláudio Lopes, eu devo dizer aqui que fiquei um bocadinho mais preocupado, porque nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e o Governo também, entendemos a Região como um todo, em que cada uma das partes maior ou menor, mais rica ou menos rica, contribui com aquilo que tem e com aquilo que pode para o crescimento, fortalecimento e enriquecimento desse todo.

O terminal de ferries e passageiros de Ponta Delgada é uma obra fundamental para o desenvolvimento do turismo nesta Região. Aliás, é uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

obra com retorno assegurado. Perguntar que benefícios é que esse terminal trás para o Corvo ou para o Pico, eu penso que será o mesmo que o meu colega de bancada me perguntar que benefícios é que o aeroporto do Pico trás para São Miguel ou para as outras ilhas. A questão não pode ser colocada assim.

O pouco com que cada uma das partes contribui é que faz o muito que somos e queremos ser. Portanto, eu julgo que terá havido provavelmente um equívoco da parte do Sr. Deputado Cláudio Lopes, mas que obviamente terá oportunidade de esclarecer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Em primeiro lugar, um comentário adicional à intervenção do Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Como sabe, os dados por ilha, são publicados no Serviço Regional de Estatística, todos os meses.

Se o Sr. Deputado quiser fazer um quadro com a evolução, por ilha, por mês, quer das dormidas, quer dos hóspedes, quer dos valores do alojamento turístico, tem os dados. Esses dados não são exclusivos do Governo Regional. Qualquer pessoa tem acesso a eles e pode fazer esses mapas.

De qualquer forma, temos aqui todos os dados, temos aqui todas as evoluções. Se quiser saber alguma coisa, não acrescentamos nada àquilo que o Serviço Regional de Estatística diz. Portanto, falamos todos a mesma linguagem.

Passando para a questão do turismo de golfe, do turismo de cruzeiros e ainda para a questão das três, quatro ou cinco estrelas na hotelaria, eu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

gostava de acrescentar que as 4 e 5 estrelas, ou seja, as unidades de alojamento turístico de qualidade superior, são uma exigência do turismo de golfe e do turismo de congressos.

Portanto, para fazer um congresso em condições, em qualquer destino turístico é exigido, à partida, a existência de hotelaria de alta qualidade. Daí certificar a aposta na elevação da qualidade da oferta de alojamento turístico.

Outra novidade relativamente à promoção turística e a estes dois produtos do congresso e do golfe – também dá resposta, em parte, à intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira – é que o Instituto de Turismo de Portugal já aprovou, para além dos produtos que estavam anteriormente, que era o touring e o turismo de natureza, mais dois novos produtos para o ano de 2005, que vêm a ser exactamente o produto de congressos, ou seja, o segmento MICE e o turismo de golfe.

Portanto, neste momento os Açores já estão a participar nas feiras para promover o turismo de congresso e o turismo de golfe, sendo esta mais uma vitória deste Governo Regional.

Quanto aos cruzeiros, gostaria de dizer que neste momento é difícil avaliar o impacto económico do turismo de cruzeiros na Região, porque ele ainda está a iniciar-se, mas é preciso traçar aqui um quadro para nós termos aqui uma ideia do que é que ele já está a representar.

Neste momento nós somos a quarta Região do país com maior expressão a nível do turismo de cruzeiros. Em primeiro lugar temos Lisboa, em segundo a Madeira, em terceiro o Porto de Leixões e em quarto os Açores.

Portanto, no ano de 2004, os Açores receberam cerca de 60 escalas, tendo havido apenas alguns cancelamentos devido à falta de condições de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

operacionalidade nos portos com mau tempo. Não foi por uma razão de falta de vontade ou de condições de os acolher.

Posso ainda dizer que este é um mercado muito promissor.

Quanto ao ano de 2005, de acordo com as estimativas da Cruise Line International Association, entidade estrangeira que tem uma divulgação das passagens, das travessias do Atlântico para este ano, devemos dizer que o mercado potencial é superior a 200 escalas. Isto porquê? Porque nós temos 114 itinerários que começam na Europa, na Região do Mediterrâneo, e que escalam os portos do Atlântico. Portanto, são escalas que devemos atrair para os Açores.

Para além disso, temos as tais travessias, que se chamam de cruzeiros transatlânticos e de reposicionamento, que também podem ser captadas por nós nas épocas de passagem dos barcos das Caraíbas para o Mediterrâneo e vice-versa.

Relativamente a esta questão penso que já disse o que tinha a dizer. Só gostaria de acrescentar, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira, que é escusado estarmos aqui a discutir a má condução da política de promoção turística da Região.

Recorde-se que o Plano Director de Turismo que estava em vigor durante a sua actuação como Director Regional...

Deputado Alberto Pereira (PSD): E ainda está. Não há outro!

A Oradora: ... não previa qualquer tipo de promoção turística, ou seja, não havia uma política de promoção definida nesse plano.

A partir de 96 o Governo Regional definiu uma estratégia de marketing. Essa estratégia tem objectivos de comunicação muito claros e reflectiu-se na apresentação de documentos como o Plano Operacional de Marketing e como o Plano de Promoção Turística Internacional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Portanto, temos documentos, as acções estão elencadas, os mercados prioritários estão definidos e os resultados estão à vista.

Portanto, aqui não há qualquer tipo de acaso ou sorte neste processo. O processo foi bem conduzido.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

(*) **Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Começo por dizer que ainda gostaria de ver sentado nessa cadeira o seu ex-Director, Eng^o Paulo Meneses. O senhor sabe perfeitamente por que é que eu digo isto.

O senhor sabe que existe um protocolo entre o Governo Regional e a empresa Marocidental no sentido desta efectuar duas viagens semanais de ligação à Ilha do Corvo.

Às vezes as condições atmosféricas não permitem essas viagens, mas na semana seguinte deveriam ser repostas essas viagens que não foram efectuadas na semana anterior. Ou seja, na semana seguinte, em vez de fazerem duas, deviam fazer quatro para que não fique carga acumulada nas Flores, como é agora o caso. Existem contentores nas Flores há cerca de 30 dias.

Gostaria de saber o que é que o Sr. Secretário vai fazer para resolver este problema de uma vez por todas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito curta, para dizer que certamente também gostaria que o Eng^o Paulo Meneses estivesse na minha cadeira. Certamente não terá o prazer de o ver aí.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Nunca se sabe!

Deputado Mark Marques (PSD): Não julgue por si!

O Orador: Houve quatro viagens até há poucos dias.

Hoje está mau tempo. O barco irá no próximo dia que estiver bom.

Não estou a dizer que as ligações entre as Flores e o Corvo estão bem. Há a opção da própria Junta Autónoma ou Administração Portuária tomar conta, porque nem nas Flores nem no Corvo existem empresários que queiram tomar conta desta embarcação. Nós sabemos disso. Estamos atentamente a vigiar estas ligações e iremos ver quando é que devemos alterar.

Se houver incumprimento constante a única alternativa que temos – é uma alternativa que não gostamos – é, no fundo, voltar a nacionalizar um serviço que devia ser feito por um empresário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

Deputado Guilherme Nunes (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, lamentando não termos tempo para mais. Gostaria de poder ter aqui um diálogo mais profundo com o meu colega Deputado Lizuarte Machado, mas não é possível.

Apenas fiquei eu próprio na dúvida de quem é que está equivocado, se sou eu, se é o Sr. Deputado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Sr. Deputado fala-me aí em ilhas pobres, em ilha ricas. Que as pobres têm que receber o contributo das ricas e que as ricas têm que contribuir para as pobres.

Eu deixei de perceber se o senhor considera a Ilha do Pico uma ilha rica, ou uma ilha pobre. Não sei bem qual é o conceito da nossa ilha.

Se considera que é uma ilha rica, estamos esclarecidos. Se considera que é uma ilha pobre, eu gostava de o ver ao meu lado a defender a inclusão do Pico no Fundo de Coesão que prevê medidas e incentivos especiais para as ilhas mais atrasadas. Aí estamos, para já, esclarecidos.

Sr. Secretário, eu gostava que me precisasse, porque não percebi bem a sua resposta. De novo, imaginando que sou empresário – se fosse compatível até gostava de ser – se quisesse construir um hotel de 4 estrelas, de raiz, na Ilha do Pico, posso ter acesso ou não ao sistema de incentivos?

Permita-me só, e voltando de novo ao regime especial de incentivos, que leia muito rapidamente um documento – e tenho pena de não termos mais tempo para falarmos sobre isso – que vem da Câmara de Comércio e Indústria da Horta e que é corroborado pela Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. Diz o seguinte:

“O seguimento da análise do documento da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, que reflecte o parecer final sobre as alterações à legislação SIDER, SIDEL e SIDEP, é do entendimento da Câmara de Comércio da Horta que naquele documento conste explicitamente a Ilha do Pico no conjunto de ilhas de discriminação positiva (Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo) no nº 4 do artigo 9º da proposta de alteração do SIDEL.

A análise realizada ao montante de investimento por ilha, relativamente aos valores do III Quadro Comunitário de Apoio, permite constatar que a Ilha



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

do Pico apresenta o montante de investimento muito próximo das ilhas de São Jorge e Graciosa.

De facto, do total do investimento da Região, 1.65% corresponde à Ilha do Pico, enquanto que a Graciosa e São Jorge atingem respectivamente 1.63 e 1.72% do volume total de investimento considerado.

Estes pesos relativos ficam aquém dos volumes de investimento das Ilhas de São Miguel (62,93%), Terceira (21,81%) e Faial (8,27%).

Por outro lado, se se comparar o nível de incentivos atribuídos por ilha, constata-se que o Pico representa apenas 1.77% do total, menos do que o peso relativo da Ilha de São Jorge (2,03%).

A realidade sócio-económica da Ilha do Pico aproxima-se mais do grupo constituído por Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo, e apesar da população daquela ilha aproximar-se da população do Faial, ainda assim existem diferenças substanciais de desenvolvimento económico que podem ser atenuadas com o contributo indispensável da proposta da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.”

Sr. Secretário, não sou eu que estou a afirmar isto. É a Câmara de Comércio e Indústria da Horta e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, organismos representativos do tecido empresarial da nossa Região. Não sou eu, mas como político picoense quero dizer muito claramente que não concordo com esta discriminação negativa que os senhores fazem em relação ao Pico e que o põe fora desta política de apoios especiais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Pico, um hotel de quatro estrelas tem incentivo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Em relação ao Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, ele vai ser discutido nesta Assembleia Legislativa Regional. Esta Assembleia é que o vai aprovar.

Eu sei também do parecer que a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores fez sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional do SIDET e diz claramente “nada temos a opor”. Depois faz um conjunto de considerações. Concorde, mas depois faz essas considerações.

Em relação ao Pico e ao Faial há que perceber uma coisa muito distinta. O Pico e o Faial funcionam como que se de uma ilha só se tratasse, porque existe um enorme fluxo de passageiros entre estas duas ilhas, coisa que não acontece em mais nenhuma ilha, nem em mais nenhuma ligação.

Existe nestas duas ilhas cerca de 30 mil habitantes, no seu conjunto. Isto faz com que estas duas ilhas possam crescer mais rapidamente que outras ilhas mais isoladas.

Uma coisa é o Corvo, outra é as Flores, outra é a Graciosa e outra ainda é Santa Maria. Essas ilhas são distintas. Temos ainda São Jorge.

Achamos que essas ilhas por estarem próximas, por terem infra-estruturas importantes que as servem, por haver um dinamismo económico maior, que é possível, embora se nos enganarmos corrigiremos, continuar na senda do progresso, acompanhando as outras ilhas com maior população, mas permitindo que se faça, para já, uma discriminação positiva das ilhas mais pequenas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Quanto à questão do SIDET, que o senhor airosamente procurou resolver dizendo que estão pagos a 30 dias, eu devo dizer-lhe que a realidade que me foi demonstrada documentalmente pelos empresários, é a seguinte:

Os senhores estão a solicitar em duplicado documentos que já foram enviados e que estão no prazo.

O estratagema é claro e o dito antigo diz que “enquanto o pau vai e vem folgam as costas”.

Quanto à questão do ferrie e do estudo do porto da Horta eu não falei em nada disso. O que eu falei – e agradeço as palavras do Sr. Deputado Lizuarte Machado – foi exactamente sobre a preocupação do Clube Naval e sobretudo da gare marítima, porque esse é um investimento importante e não é um capricho. Eu fico satisfeito por reconhecermos que de facto é assim.

A verdade aqui é que me deixa um pouco surpreendido e preocupado. É que de acordo com as palavras do Sr. Secretário, o que se está a fazer é um estudo. Portanto, enquanto esse estudo não estiver a ser feito, não estiver concluído, não há obra.

Isso não condiz com aquilo que o Presidente do Conselho de Administração da APTO disse nesta entrevista e que passo a ler:

O jornalista pergunta:

“- A terceira fase da marina inclui também a ampliação das instalações do Clube Naval?”

Resposta:

“- Isso e também a reformulação da gare marítima.

- Mas para quando é que está prevista essa obra?

- Para 2006 a obra. Quanto ao concurso é capaz de ser em meados deste Verão. O projecto já está pronto”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Se isto é verdade, a conclusão que eu tiro das suas palavras, Sr. Secretário, é que o Presidente do Conselho de Administração da APT não estava a falar verdade, o que é lamentável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que disse sobre o SIDET mantenho. Estamos a pagar a 30 dias.

Em relação a esse projecto houve aqui novas situações que vão ser incorporadas no projecto. Vamos ter que reformular o projecto.

De qualquer maneira, não é possível lançar o concurso este ano, mas será feita o mais depressa possível.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento ao Sr. Eng^o. Cláudio Lopes.

Eu não falei em ilhas ricas nem em ilhas pobres. O que eu disse foi que cada ilha contribui com o pouco ou muito que tem para aquilo que somos no seu todo.

Portanto, não podemos questionar uma obra numa ilha e ficarmos tranquilamente descansados, porque isso não é correcto.

De resto, eu considero, como já lhe disse, que esse terminal em Ponta Delgada é fundamental para o turismo de cruzeiros. Desde logo, também lhe posso explicar, independentemente das expectativas de como o negócio vai ou não crescer, a vida a bordo, mesmo num paquete super luxuoso, acaba por ser muito mais rotineira e monótona do que aquilo que pensa.

Uma parte dos cruzeiros que nos visitam escolhem-nos por variadíssimas razões, mas há outros que nos escolhem pela necessidade absoluta e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

imperiosa que têm de quebrar a rotina a bordo e terem necessidade de fazer uma escala intermédia nas ligações ente a Europa ou o Mediterrâneo.

Portanto, se nós tivermos condições, se oferecermos condições, eles atracam, eles escalam os nossos portos, eles deixam cá mais valias. Independentemente da ilha onde ficam essas mais valias, elas são importantes para o conjunto de toda a Região, por isso não podemos colocar a questão, pelo menos do meu ponto de vista, como o Sr. Eng^o Cláudio Lopes a colocou sob pena de que nos poderão perguntar, então e a mim o que é que me interessa a ampliação do porto do Pico? O que é que interessa, ao Deputado do Corvo, o aeroporto do Pico? Não é correcto colocar as questões assim.

A Região é um todo. Não é uma questão de ilhas ricas ou de ilhas pobres. Relativamente à questão do Fundo de Coesão, o Sr. Deputado sabe o que é que eu penso sobre essa matéria, como também sabe o Sr. Deputado Jaime Jorge. De resto, já falámos sobre isso com o Sr. Secretário na Comissão de Economia.

Portanto, eu só não abordei esse assunto porque haverá um momento próprio para o fazer nesta Casa. Nessa altura, fá-lo-emos.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Tem problemas em dizê-lo aqui, é?!

Presidente: Não havendo mais inscrições, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz para uma intervenção.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Nesta intervenção irei debruçar-me sobre os Transportes Aéreos e Marítimos na Região Autónoma dos Açores, começando por fazer uma breve abordagem ao desenvolvimento do sector, nos últimos anos, em



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

resultado dos esforços encetados pelos governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista, para dar sentido às novas orientações políticas, constantes dos documentos das Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e Plano 2005, agora submetidos a apreciação.

Começando por fazer um breve diagnóstico da situação da economia regional em finais de 1996, constatava-se que o sector dos Transportes era, porventura, um dos que maiores constrangimentos provocavam ao desenvolvimento de diversas actividades económicas nos Açores, nomeadamente o Turismo.

Apesar dos fluxos turísticos para os Açores terem revelado um comportamento favorável durante a década de 80, deixando antever boas perspectivas de evolução para a actividade, no período de 1989 a 1996 registaram-se muitas oscilações, com fortes quebras no número de dormidas nos anos de 1989 e 1993. Esta situação denota a incapacidade do governo regional de então de conceber e executar uma política promocional da Região que permitisse obter resultados eficazes em termos de atracção de turistas. A ausência de uma visão estratégica para o sector levou ao marasmo no domínio do investimento privado, quer em termos da oferta de alojamento turístico, quer de infra-estruturas complementares de apoio, sendo, por conseguinte, quase inexistente a oferta de acções de animação turística que pudessem permitir o prolongamento da estada média e o crescimento das receitas do sector. Perante este contexto, não houve a preocupação de eleger políticas de dignificação e valorização das profissões turísticas, nem de fomentar o incremento da exigência da qualidade nessa mesma oferta de serviços turísticos.

A rigidez da oferta nas ligações aéreas com o continente português impunha sérias limitações ao crescimento da actividade, quer pelo seu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

custo, quer pela inexistência de tarifas diferenciadas, quer pela própria capacidade disponibilizada e inconveniência de horários. Quem não se lembra de chegar a Lisboa às quatro horas da manhã?

No que toca ao transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, o cenário também não era nada animador, pois, em 1996, limitava-se apenas ao Grupo Central.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

No período de 1997 a 2004, apesar dos grandes desafios colocados pela liberalização e desregulamentação do sector e das calamidades que atingiram a Região em 1996 e 1997 – obrigando a avultados investimentos na reabilitação de infra-estruturas marítimas, que não estavam inicialmente previstas na acção governativa – deu-se uma autêntica revolução no domínio dos Transportes Aéreos e Marítimos:

- em primeiro lugar, com a introdução de um novo modelo de ligações aéreas intra-regional, articulado com uma substancial redução do tarifário da SATA nas ligações inter-ilhas, chegando as reduções a atingirem os 21% para as ilhas do Grupo Ocidental e os 17% para as ilhas do Grupo Central e Oriental;

- em segundo lugar, e na sequência das negociações bem sucedidas entre o Governo Regional e o Governo da República, com a implementação dos novos modelos de obrigações de serviço público entre o continente português e a Região, merecendo especial destaque o aumento das frequências e os novos regimes de tarifário de passageiros e carga, propiciadores de um enquadramento mais atractivo, não só para os fluxos gerados na Região, como também para os vindos do exterior;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

- em terceiro lugar, com a abertura das *gateways* do Pico e de Santa Maria, permitindo descentralizar ainda mais a distribuição dos fluxos turísticos pelas diversas ilhas dos Açores e criar, desta forma, novos pólos de desenvolvimento na Região;
- em quarto lugar, com as modificações estruturantes nas infra-estruturas portuárias e aeroportuárias da Região, que vieram melhorar substancialmente a operacionalidade dos meios de transporte e a acessibilidade a todas as ilhas;
- em quinto lugar, e após cerca de vinte anos de interrupção, com a dinamização do inovador transporte marítimo de passageiros e viaturas, em embarcações rápidas, de Santa Maria às Flores.

Assim, se em 1996, o movimento marítimo de passageiros andava à volta dos 290 mil passageiros, em 2004 este valor já ascendia aos 468 mil, o que corresponde a um aumento de 60% em oito anos, ou seja, um crescimento médio anual de 7,5%, o que é deveras surpreendente.

A criação de redes de novas ligações aéreas directas entre os Açores e os mercados emissores de turistas veio alterar substancialmente a composição da procura turística. Para além das ligações directas a Bóston, Providence, Oakland, Toronto, Montreal, Malmoe, Gotemburgo, Oslo, Estocolmo, Frankfurt, Munique, Zurique, Copenhaga e Madrid, efectuadas em 2004, foram reforçadas, já em 2005, as ligações com a Dinamarca, tendo-se iniciado a operação com a Finlândia e, na presente semana, com o Reino Unido.

Por todas estas razões, enquanto em 1996, o movimento total de passageiros nos aeroportos dos Açores ascendia a 1 milhão e 167 mil, em 2004 passou para 1 milhão e 708 mil, ou seja, registou-se um crescimento de 46% em oito anos, o que corresponde a uma taxa de crescimento médio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

anual de cerca de 6%. Recorde-se que, no período de 1992 a 1996, o crescimento total foi de 3,2%, a que correspondia uma taxa de crescimento médio anual de 0,8%.

Em relação ao transporte marítimo de mercadorias, são de destacar os seguintes aspectos na actuação dos governos da responsabilidade do Partido Socialista:

- o desagravamento do preço dos fretes entre o Continente e os Açores, que é actualmente 18% inferior, a preços constantes, em relação ao praticado em 1996;
- a entrada de mais um armador de cabotagem insular;
- o aumento da carga transportada, em cerca de 61%, entre 1996 e 2004,
- a estabilidade do tarifário portuário, entre 1995 e 2002, sendo, desde essa altura, apenas actualizado de acordo com a taxa de inflação;
- a extinção da taxa de reestruturação portuária, que chegou a atingir cerca de 120 euros por contentor transportado.

Se, em 1996, os portos dos Açores eram dos mais caros do País, hoje essa situação inverteu-se, sendo dos que praticam taxas mais baixas, o que traz consequências benéficas ao nível da estrutura de custos das empresas e, em última instância, dos preços de venda dos bens na Região e no exterior.

Em suma, os esforços realizados, nos últimos oito anos, em matéria de transportes e acessibilidades têm contribuído para criar uma importante vantagem competitiva para a Região no que toca à dinamização do turismo, à captação de investimento externo e à internacionalização desta pequena economia insular arquipelágica e ultraperiférica.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados,
Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:



No Plano para 2005, a política do IX Governo Regional dos Açores em matéria de Transportes Marítimos está reflectida no Programa 24 – Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos. As intervenções neste importante segmento das redes regionais estruturantes contemplam a execução de um vasto leque de investimentos, a serem promovidos quer directamente pela Secretaria Regional da Economia, quer através da articulação desta com as administrações portuárias. O investimento público ascende a 40,4 milhões de euros, sendo 5,6 milhões de euros financiados através do Plano.

Quanto às infra-estruturas portuárias, que absorvem mais de $\frac{3}{4}$ deste investimento, e registam um aumento de 48,8% relativamente ao valor inscrito no Plano para 2004, evidenciam-se obras de construção, reabilitação, melhoria da operacionalidade e equipamento dos portos regionais, para além da construção e apetrechamento de núcleos de recreio marítimo.

No que toca à dinamização do tráfego de passageiros por via marítima, o Governo Regional prevê continuar o apoio ao transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, a projectos de renovação e modernização da frota e ao arranque da construção do terminal marítimo e gare de passageiros do porto de Ponta Delgada.

Este programa abrange, ainda, a realização de estudos com vista à racionalização das actividades portuárias e de acções de dinamização dos transportes marítimos e de promoção dos Açores no mercado de cruzeiros.

Trata-se de uma aposta na continuidade da melhoria das infra-estruturas de apoio ao transporte marítimo de pessoas e de bens, em conformidade com os actuais padrões de segurança e operacionalidade. Paralelamente, dá-se corpo às orientações constantes do Programa do Governo em matéria de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

turismo, no que respeita ao incentivo do turismo de cruzeiros, do iatismo e da prática de actividades marítimo-turísticas e de desportos náuticos.

Relativamente aos Transportes Aéreos, as intervenções previstas no Plano para 2005 encontram-se descritas no programa 25 – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos. O investimento público previsto é de 32,9 milhões de euros, sendo cerca de 2/3 de investimento do Plano.

As acções que assumem maior peso neste domínio, representando mais de 70% do investimento planeado, respeitam ao investimento em infra-estruturas e equipamentos aeroportuários e vão desde a modernização das aerogares, até à aquisição de meios para uma maior segurança e eficiência do serviço prestado.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

As novas orientações políticas em matéria de Transportes Marítimos e Aéreos, agora consubstanciadas nos documentos em apreciação das Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e do Plano 2005, permitem aferir que o IX Governo Regional dos Açores vai continuar a apostar na melhoria das acessibilidades e da mobilidade inter-ilhas, dando cumprimento às promessas eleitorais e ao programa do seu governo, oportunamente aprovado nesta Assembleia.

Tenho dito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Carla Bretão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assistimos constantemente ao apelo, por parte da bancada do Partido Socialista, à apresentação de soluções, propostas concretas e críticas construtivas. Que mais poderemos fazer..., quando, constantemente são chumbadas e refutadas quaisquer acções ou reflexões que tenhamos sobre qualquer assunto?

Como já admitiram, não são os únicos com responsabilidades, é necessário dignificar o parlamento. Mas como? Se assistimos a uma frequente e consecutiva submissão dos Srs. Deputados do Partido Socialista à vontade do Governo Regional?! Estamos aqui para fiscalizar e ajudar a acção Governativa,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: ... não para nos subjugarmos à sua vontade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Encaramos o nosso trabalho na oposição de uma forma construtiva, séria, na óptica da dignificação do Parlamento e do trabalho e responsabilidades dos Deputados, não fossemos fruto do Grande Partido construtor da nossa Autonomia.

Não precisamos de lições nesta matéria. As Senhoras e Senhores Deputados do PS não querem mais nem melhor do que nós queremos para a nossa Região e para os Açorianos!

Deputados Mark Marques e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos em análise e em particular – O Plano Regional Anual para o ano 2005 – para além de apresentar alguma informação nova ou melhor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

tratada de outra forma, válida sem dúvida, merece, desde logo, um reparo: o esforço efectuado relativamente à inclusão de todo o investimento público, não só o da responsabilidade directa da Região, mas também, os restantes fundos autónomos, empresas públicas e verbas da União Europeia, não é extensivo ao mapa de desagregação espacial.

Por isso, é uma ilusão falar-se em números e percentagens, por ilha, por comparações com anos anteriores, dos quais não podemos aferir da sua realidade.

De todo o elenco de obras que estão previstas este ano para a Ilha Terceira, podemos identificar um número significativo desses investimentos que aparecem ao som do “disco riscado” de outros anos. Aproveitando-se inclusive a mesma memória descritiva utilizada em planos anteriores, usufruindo das novas tecnologias, num clique de “copy”/“paste”.

Como podemos dar um voto de confiança, se algumas obras que desaparecem como por artes mágicas de um plano para o outro, não são concretizadas, voltando a aparecer em manifestos eleitorais, e outras continuam de “pedra e cal” no papel sem verem concretização à vista?

Casos como:

A Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, inscrita no plano desde 1997, prevista novamente em 2005. Passa de início de obra urgente em 1997, para elaboração de projecto, sem local definido, em 2005;

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: A Escola Ferreira Drumond, há muito prometida, será mesmo a obra iniciada este ano?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A Associação Cristã da Mocidade, terá finalmente o seu Centro de Actividades Ocupacionais. A conclusão de projecto em 2004, passou a execução de projecto em 2005. Será?

A Confederação Operária Terceirense, contava com a obra no ano 2001. Bem, pelo menos está, novamente, prevista em 2005... será agora?

Estes são apenas alguns, entre muitos outros casos, que levariam muito tempo a explanar.

Por outro lado, verifica-se a inscrição de diversos montantes para obras já concluídas e inauguradas. Como os casos do Matadouro Industrial da Terceira ou a Estrada Serreta/Sta. Bárbara.

No caso concreto da empreitada de “correção, alargamento e reabilitação da Estrada Serreta/Sta. Bárbara, assistimos ao adiamento de um ano da celebração do contrato adicional de trabalhos a mais após a sua autorização em Janeiro de 2004, ou melhor assistimos à revogação de um primeiro despacho que previa a formalização de tal contrato, por forma a ser contemplado neste Plano, por forma a ser pago este ano! Trabalhos esses que foram integralmente executados, em Maio de 2004.

Com tudo isto não quero dizer, e como terceirense, que não tenha imensa satisfação...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não parece!

A Oradora: ...pelas obras que estão a decorrer e que após muitas promessas, finalmente começaram, caso disso mesmo a remodelação da aerogare civil da Lajes ou a Escola de São Carlos.

Apenas e só quero dizer que se impõe uma previsão mais rigorosa, promessas mais cautelosas e afirmações mais comedidas, ou seja “ um fato à medida das possibilidades”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Como se pode afirmar que, e cito: “Este Plano dá resposta aos compromissos eleitorais sufragados nas últimas eleições”

E por isso mesmo pergunto:

Onde está o novo Hospital da Ilha Terceira, por mais de uma vez prometido? Muita escrita e controvérsia levantou até que a promessa foi clara, e volto a citar: “em inícios de 2005 o arranque da construção do novo hospital será uma realidade”. Sem contar já agora com as declarações do Sr. Presidente do Governo Regional em Abril de 2003 ao dizer, e cito, “(...) estamos a preparar o concurso para a concepção e construção do novo hospital de Angra do Heroísmo”.

Deparamo-nos, no entanto, com um impasse: o Plano apresenta valores de obras de remodelação da actual estrutura muito superiores às verbas contempladas para o novo Hospital. E analisando o documento com mais cuidado, descobrimos que se trata de mais estudos e (ainda!) a aquisição de terreno.

Onde está o Parque de exposições da Ilha Terceira, cujo projecto foi apresentado em Maio de 2004?

Onde está a Escola do Ramo Grande, prometida em 2000?

Onde estão os apoios, que parece, que vão surgir para os estragos causados pela infestação da praga das térmitas?

Onde está o novo quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo?

Onde está a variante externa de São Carlos?

Onde está a participação prometida para o reordenamento da Baía da Praia da Vitória?

Onde está a reconstrução do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Podíamos perguntar por muitas mais promessas, a quem afirma que este Plano traduz fielmente todos os compromissos eleitorais sufragados.

A “crítica construtiva” que tanto anseiam resume-se a isto: à expectativa que temos de ver cumpridos todos estes projectos, para bem da Ilha Terceira, para bem da nossa Região e para bem de todos os Açorianos.

Sejam mais realistas!

Possivelmente com tantos incumprimentos e adiamentos o Governo pensa estar a concretizar a ideia de centralidade da Ilha Terceira, que o PS afirma e cito “sair reforçada de forma clara (...)” com este plano.

A não inclusão no Plano do início da obra do Novo Hospital, como os terceirenses tanto esperavam, certamente acentua a ideia desse vosso conceito de centralidade, que o Sr. Vice-Presidente do Governo caracteriza de: “mera questão localizada”.

No mesmo nível de incumprimentos, deparamo-nos com o segundo adiamento da central Geotérmica da Terceira para 2009.

Não percebemos como uma questão tão importante como a Geotermia, é constantemente adiada, quando, segundo declarações do Sr. Secretário da Economia, fazia parte de uma e cito “(...) estratégia que nós temos montado na Região Autónoma dos Açores. Tornando-nos cada vez mais independentes das energias provenientes dos combustíveis fósseis.” E mais, quando realçava as vantagens para a região de uma fonte de energia mais barata.

Neste momento, na Ilha Terceira existem problemas sérios com o fornecimento de electricidade.

Deputado Osório Silva (PS): Não é verdade!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A Oradora: Associando esse facto ao contrato de fornecimento de electricidade à Base das Lajes, os habitantes da Ilha é que ficam penalizados.

Querem uma oposição construtiva? Nós também! Façam o seu trabalho e não se preocupem com o nosso. Para isso basta que cumpram aquilo que prometeram. Basta que não se repita o que há anos tem acontecido: as mesmas obras a passarem de Plano para Plano sem verem a luz do dia e outras simplesmente a desaparecerem.

Se, pelo contrário, apelidam de “oposição construtiva” o nada dizer, nada criticar, nada apontar, então pediram à bancada errada. Virem-se então para a vossa bancada, lembrem os vossos deputados qual é o seu papel, recordem que Governo e grupo parlamentar são coisas diferentes, mau grado a confusão que manifestam.

Por nós aplaudiremos quando cumprirem, criticaremos quando adiarem, lembraremos quando esquecerem. Assim, cada um saiba o seu papel!

Disse.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Lubélia Chaves.

Deputada Lubélia Chaves (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Início esta minha intervenção sobre a discussão do Plano Regional Anual de 2005 e as Orientações de Médio Prazo para o quadriénio 2005-2008 com a expectativa de que os objectivos programáticos e as opções políticas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

que se encontram traçados nestes documentos contribuam para o desenvolvimento sustentado dos Açores, o que continuará a permitir a consolidação da actual base produtiva e a diversificação da actividade económica, bem como o crescimento económico registado nestes últimos anos comparativamente com outras Regiões do País.

A evolução favorável da economia açoriana e a perspectiva de convergência dos indicadores económicos regionais aos nacionais e restantes países membros da União Europeia, têm-se reflectido nos valores positivos tanto a nível do sector primário como a nível do turismo, comércio e indústria.

O objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia Regional” tem neste Plano, novamente e à semelhança dos últimos anos, um forte peso no investimento público total ocupando naturalmente o 1º lugar dentro dos objectivos gerais definidos no Plano Anual Regional 2005 e nas Orientações de Médio Prazo 2005-2008.

Para este objectivo geral estão inscritos 177.635.069 euros no Plano Anual 2005, sendo 78.200.434 do plano e 99.434.635 de outros fundos. Em relação ao plano anterior verifica-se um aumento de cerca de 32% neste objectivo.

Para o quadriénio 2005-2008 está previsto um investimento público no montante de 822.307.485 euros, dos quais 357.702.403 são do plano e 464.605.082 de outros fundos.

Os sectores da agricultura, florestas, pescas, turismo, indústria, comércio e exportação, e apoio ao sector privado são as áreas de intervenção que integram o Objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia” e representam 32,5% do total de investimento público no Plano de 2005, sendo este o vector com a dotação mais significativa neste Plano.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Estes valores exprimem claramente a intenção de reforço e concretização das políticas destas áreas, indo de encontro às medidas previstas no Programa do IX Governo Regional e já aprovadas para esta Legislatura e que acentuavam em dinamizar o crescimento económico, expandir a base económica de exportação e promover o desenvolvimento sustentável.

Dentro do objectivo geral de Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia, o Programa n.º 12 – Desenvolvimento do Turismo compreende uma verba inscrita no Plano de 8.092.000 euros correspondendo a um crescimento de 35,6% em relação ao ano anterior dos quais 6.877.000 euros correspondem aos projectos de Promoção Turística através de acções de promoção e de divulgação do destino Açores nos mercados geradores de fluxos turísticos. Por outro lado, a Oferta e Animação Turística apresentam um investimento de 500.000 euros essencialmente para as acções de construção e beneficiação de infra-estruturas e o apoio à animação cultural, recreativa e desportiva com interesse para o turismo.

Como investimentos Estratégicos neste sector o plano de 2005 contempla ainda 600.000 euros no âmbito dos centros culturais e de congressos e desenvolvimento dos recursos termais para exploração turística.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano de 2005 e as Orientações de Médio Prazo que se encontram em discussão demonstram a vontade do Governo Regional em apostar no impulso dos investimentos privados para produtos dedicados ao turismo de natureza, de saúde, ao termalismo e ao golfe, bem como no desenvolvimento de parcerias com o sector privado em termos da promoção exterior da Região. As políticas sectoriais do turismo passam



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

também pelo aumento do número de ligações aéreas directas e a diversificação dos mercados turísticos emissores para a Região.

Relativamente ao Programa n.º13 - Desenvolvimento Industrial – que inclui os projectos relativos à inovação tecnológica e gestão de recursos, ao apoio à actividade empresarial e ao artesanato, cumpre-me destacar a promoção da qualidade e inovação pelo facto de desempenhar um papel importante no desenvolvimento económico e empresarial estando previsto um investimento de 84.150 euros a que corresponde um acréscimo de 68,3% em relação ao plano de 2004.

Este programa está dotado com 1.696.576 euros no plano para 2005, dos quais 696.576 são do plano e 1.000.000 de outros fundos, estes últimos destinados ao projecto de apoio à actividade empresarial.

Neste sector, são de salientar alguns objectivos a concretizar e que assentam na estratégia do Governo Regional para o desenvolvimento local e regional, tais como, fomentar o alargamento da base económica de exportação e a diversificação de mercados, incentivando a qualidade da produção dos sectores tradicionais da agro-indústria e apoiando as actividades com potencial de crescimento, promover a cooperação entre as empresas do sector produtivo de forma a estabelecerem estratégias comuns de distribuição, comercialização e promoção de produtos através da criação de um centro de distribuição de produtos açorianos junto do mercado nacional, promover a criação de centros de apoio à actividade empresarial e apoiar o desenvolvimento do artesanato regional promovendo a sua divulgação comercial e o investimento nas unidades produtivas artesanais, bem como a certificação da qualidade dos produtos tradicionais.

No que respeita ao sector do comércio o Governo Regional entende que este assume um papel relevante no conjunto das actividades económicas da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Região, pelo que tem possibilitado a modernização de muitas instalações comerciais existentes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores, o que tem sido possível através do aproveitamento das verbas disponibilizadas pelo URBCOM, e através de acordos e parcerias com as Associações Empresariais na cooperação e desenvolvimento de acções conjuntas em diversas áreas, nomeadamente a modernização e dinamização de sector empresarial.

Por outro lado, este sector possui características particulares decorrentes da natureza insular e dispersa da Região, que sendo reconhecidas por este Governo Regional têm-se reflectido nas políticas de promoção e divulgação da produtos regionais no exterior, dando continuidade à política definida pelos anteriores Governos do Partido Socialista e já reconfirmada no Programa do IX Governo Regional, consubstanciando-se no apoio financeiro ao escoamento e à promoção de produtos regionais, como meio para o reforço da competitividade do tecido produtivo regional.

Para a concretização destes objectivos, o Programa n.º 14 – Desenvolvimento do Comércio e Exportação – tem previsto um investimento público total de 869.950 euros para o ano de 2005 dos quais 719.950 são do plano e 150.000 de outros fundos que se encontram destinados ao projecto de promoção externa de produtos regionais.

De referir, ainda, que o montante de 514.250 euros do plano também são destinados ao mesmo projecto, representando 71,43% da dotação do plano.

A dotação deste Programa no Plano Anual Regional de 2005 corresponde a um aumento de cerca de 30% em relação ao plano de 2004. Verifica-se, igualmente, o seu aumento nas Orientações de Médio Prazo para os anos seguintes do quadriénio 2005-2008.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não poderia deixar de referir e relacionar o investimento nestes sectores (turismo, comércio e indústria) com a política de sistemas de incentivos regionais e nacionais implementada e desenvolvida nos últimos 8 anos e que muito contribui para a dinamização e competitividade das Pequenas e Médias Empresas regionais.

Esta tem sido a forma de potenciar os investimentos privados, privilegiando a inovação, a modernização, o desenvolvimento tecnológico e a formação profissional. Quanto a estes sistemas de incentivos são de destacar os incentivos de âmbito regional integrados no SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, estruturado em três subsistemas designadamente o SIDEL (Subsistema para o Desenvolvimento Local), SIDET (Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo) e SIDEPE (Sistema de Prémios).

No Plano Anual Regional de 2005 o Programa n.º15 – Promoção do Investimento e da Coesão – contempla uma dotação de 26.462.000 euros correspondendo a um dos maiores investimentos financeiros deste plano, sendo 15.000.000 euros de outros fundos e o restante do plano. Estes investimentos destinam-se essencialmente ao projecto de Sistemas de Incentivos (SIDER) no montante de 9.000.000 do plano mais os 15.000.000 de outros fundos e ao projecto de Apoios à Coesão e Parcerias Público – Privadas no montante de 2.000.000 euros.

Aproveito para salientar a dotação deste Programa para a Ilha de Santa Maria no montante de 1.603.000 euros para o ano de 2005, dos quais se espera um forte aproveitamento dos sistemas de incentivos disponíveis, bem como a execução do apoio à coesão e a realização de parcerias



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

público-privadas em áreas estratégicas para o desenvolvimento económico da Ilha, como é o exemplo do Campo de Golfe em complemento da aposta que se tem efectuado no turismo.

No que respeita aos incentivos, nomeadamente no âmbito do SIDEL foram já aprovadas 10 candidaturas da Ilha de Santa Maria correspondendo a um investimento privado à volta de 1 milhão de euros.

Também nas Grandes Orientações de Médio Prazo para o quadriénio 2005-2008 o Programa “Promoção do Investimento e da Coesão” estão previstos investimentos públicos que atingem um total de 124.923.353 euros, constituindo um dos programas com dotação mais significativa.

É de realçar a inovação nestes documentos que se encontram em discussão, referente à criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, com o objectivo de garantir uma discriminação positiva dos investimentos que visam os mercados de pequena dimensão e com maiores dificuldades de investimento privado, como o são nas Ilhas do Corvo, Flores, São Jorge, Graciosa e Santa Maria, para além de pretender criar condições para atrair o investimento externo.

Paralelamente ao Fundo de Coesão estas ilhas poderão beneficiar das alterações a introduzir nos subsistemas de incentivos do SIDER, nomeadamente quanto ao SIDEL e SIDET que passarão a estar sempre abertos apenas para as candidaturas nestas ilhas deixando de ser por fases. Para além disso, o subsistema SIDEP contemplará uma majoração de 50% como prémio nas candidaturas destas ilhas a projectos de investimento do SIME e do SIVETUR.

Assim, através destes instrumentos será possível promover e reforçar a iniciativa privada e um maior desenvolvimento económico nas Ilhas do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Corvo, Flores, São Jorge, Graciosa e, se me permitem, em especial e em particular, para a Ilha de Santa Maria.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com os documentos apresentados referentes ao Plano Anual Regional de 2005 e as Orientações de Médio Prazo 2005-2008, é possível constatar que o IX Governo Regional pretende alcançar não só o objectivo genérico de Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia, mas também o de atingir uma maior Coesão Económica e Social Regional.

Disse.

Deputado Nuno Amaral *(PS)*: **Muito bem!**

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.**

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É aqui, nesta Assembleia, que o povo que nos elegeu e nós Deputados representamos, espera ter a sua legítima voz para poder decidir sobre o que puder, exigir o que considera merecer e lembrar a quem tem as rédeas do Poder, que esse Poder só será legítimo e efectivo se estiver ao serviço das populações, na medida da satisfação das suas reais necessidades.

Estamos, nesta sessão extraordinária do plenário, a analisar e a discutir o plano de investimentos do Governo Regional, para o corrente ano de 2005. Este é sempre um momento em que todas as Ilhas aguardam com natural



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

ansiedade o que o Governo lhes reserva, em cada ano, em matéria de investimento público.

Este é, naturalmente, também um momento em que todos nós podemos aferir no concreto o cumprimento ou não das promessas feitas e dos compromissos assumidos.

Natural parece também que alguns Deputados ao subirem a esta tribuna venham tecer elogios, mais ou menos rasgados, ao Plano do Governo, mas não menos natural é que outros Deputados, entre os quais me incluo, por razões óbvias, não afinem em tal coro e optem por um tom mais crítico a esse mesmo documento estratégico do investimento público.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Devo no entanto, apesar disso, continuar a ser coerente com a minha conduta política. Não é pelo facto de não ter sido este o Governo nem o projecto de governação que defendi e escolhi nas últimas eleições regionais, que deixarei de apreciar e reconhecer as boas medidas deste ou de qualquer Governo, quando elas forem uma realidade. Mas certamente que de mim deverão esperar, em particular os Picoenses, que denuncie aqui, o que não é uma opção clara deste Governo e que as gentes da minha ilha desejariam que fosse.

Numa perspectiva global devemos reconhecer que o plano do Governo para 2005, em relação à ilha do Pico, é interessante.

Mais interessante na sua descritiva do que na afectação de verbas a determinadas acções e projectos.

Cerca de 7% do orçamento regional destinado ao investimento será aplicado no Pico (39 milhões de euros). Contudo, a grande fatia deste orçamento destina-se a prosseguir com as quatro grandes obras que estão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

em curso na ilha, algumas vindas de anos anteriores, outras iniciadas ou adjudicadas em vésperas das últimas eleições regionais e que são: as obras de ampliação do aeroporto do Pico, a recuperação do porto comercial, a construção do Matadouro e a protecção da orla costeira da Vila das Lajes. Algumas destas obras terão, certamente, continuidade nos próximos anos, já que não se prevê possam ser totalmente executadas no corrente ano.

Obviamente que aqui o nosso comentário só pode ser positivo, estas são obras estruturantes ao desenvolvimento da nossa ilha e à melhoria da qualidade de vida dos picoenses. Comentário que aliás poderia muito bem tornar-se extensivo à grande melhoria de que foram alvo as nossas estradas, na ilha e nos últimos anos. Tardaram em chegar, mas ainda bem que chegaram.

Lamentamos, contudo, e quanto a isso não nos conformamos, pelo facto de não fazerem parte dos objectivos do Governo para o corrente ano: a construção da nova Escola Secundária das Lajes do Pico, a correcção e a repavimentação da estrada transversal, o ordenamento da área portuária do Porto de São Roque, nomeadamente a definição das zonas comercial, de pesca e de passageiros, e a construção dos polivalentes de serviços na Piedade e em Santo Amaro, para destacar as mais importantes. Julgamos que estas obras deveriam ser uma prioridade. Assim não entende o Governo.

Continua também a entender o Governo, não proceder às obras de ampliação dos quartéis de bombeiros de São Roque e Lajes, justamente reclamadas pelas respectivas Associações.

Quanto às obras de consolidação do Porto da Madalena e reordenamento de toda a área portuária, a dotação financeira afecta é tão baixa que não se acredita que sejam para realizar no corrente ano.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Idêntico comentário deve merecer a construção do novo Centro de Saúde da Madalena. Aliás, em matéria de saúde, os picoenses continuam a aguardar as virtudes propaladas no âmbito da implementação da Unidade de Saúde de ilha: melhor gestão, mais saúde. Quanto a mais saúde é bom perguntar aos picoenses; e quanto a melhor gestão ainda está por comprovar.

No domínio da Agricultura não se percebe bem, através da leitura dos documentos disponíveis, quais são as prioridades, nomeadamente em matéria de caminhos agrícolas, quer na abertura de novos troços, quer na manutenção e asfaltagem dos existentes, aspectos de extrema importância para a nossa lavoura picoense.

Uma intervenção séria e responsável é também o que se espera venha a acontecer no domínio da Agricultura em relação a uma das mais problemáticas pragas – os ratos – que está a causar graves prejuízos económicos na actividade agrícola e mais grave se revela por estar a ameaçar a saúde pública.

E neste capítulo, não basta atirar com veneno aos ratos, ou pior do que isso entregar veneno às pessoas pensando que o problema fica assim resolvido e que se cumpriu uma missão.

São necessárias campanhas de desratização sérias, programadas, elaboradas e acompanhadas com o necessário rigor técnico, envolvendo as entidades públicas com responsabilidade na matéria e as populações.

Quanto a intervenções em portos de pesca artesanal, apesar da verba inscrita (1,4 milhões de euros), não se percebe onde vai ser aplicada. Oxalá não seja desviada para outros fins, pois há portos que bem necessitados estão de uma intervenção, como exemplos: os portos das Ribeiras, de São Mateus e de São Caetano.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Em matéria de Ambiente, é necessária uma nova atitude por parte da tutela. Em alguns casos é necessário ir muito mais longe do que até agora não se foi capaz. É muito pouco classificar áreas e/ou proteger espécies.

Esta tutela não deve ter como uma das suas principais preocupações perseguir quem corta um pé de urze, ou abate um torcaz. Deve ter um papel mais pedagógico junto das populações, deixar-se em alguns casos de certos fundamentalismos e intervir preventivamente em alguns domínios sob pena de se chegar tarde e de querendo atacar a origem dos problemas isso revelar-se insuficiente para impedir a sua rápida evolução.

No Ambiente é prioritário que o papel dos políticos ganhe cada vez mais importância nas funções de acompanhamento e controle das actividades humanas como: na produção, na industrialização, na exploração de recursos naturais, na utilização de novas tecnologias, até no consumo excessivo de factores de produção, nas práticas que ameaçam a sobrevivência das espécies, que provocam a erosão dos solos ou que alteram a drenagem natural dos terrenos.

E neste caso específico, da alteração da drenagem natural dos terrenos, permitam-me uma palavra especial para a tutela, sobre a crescente preocupação do que se passa na gestão das ribeiras. Neste domínio é imperioso que se proceda, com urgência, a uma profunda limpeza a montante e também a jusante das zonas habitacionais. Tal como é urgente que se proceda a uma série de intervenções de consolidação das margens destas o que, em alguns casos, está ameaçando a segurança de muitos bens e equipamentos privados, mas também públicos.

É que não basta fazerem-se protocolos com as Juntas de Freguesia, para a manutenção das ribeiras, transferindo-lhes, à luz desses protocolos, uns míseros tostões para que elas resolvam problemas que custam milhões.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Mas o pior aspecto deste plano e da política do actual Governo e que eu como picoense não aceito de bom grado é o facto do Governo ter deixado o Pico de fora do esquema de incentivos especiais (fundo de coesão), e que destinou para as ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo. O Pico fica penalizado com esta medida, particularmente os nossos pequenos e médios empresários e todos aqueles que já tem manifestado interesse em investir nesta ilha. O Governo, nesta matéria, age como quem dá com uma mão e tira com a outra. Investe tanto no aeroporto do Pico para depois travar o seu desenvolvimento, tratando o Pico, quanto à sua capacidade mobilizadora de investimento privado, como se fosse São Miguel.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O tempo que me reservam para esta intervenção não me permite ir mais longe no desenvolvimento de algumas matérias e na abordagem de outras, como desejaria, no entanto creio que ao longo desta legislatura teremos várias oportunidades de trazer aqui à reflexão, situações que carecem de atento acompanhamento e oportuna intervenção. Porque elas são do maior interesse das populações que aqui todos nós representamos e que temos rigorosa obrigação de defender.

Digo todos nós, os da posição, mas também os da oposição, porque a oposição também foi democraticamente eleita e representa a vontade de dezenas de milhares de açorianos, neste parlamento, e lá fora no nosso dia a dia.

Que cada um saiba interpretar, da melhor maneira, os seus papéis. Nós deputados da oposição não abdicaremos do nosso, mesmo que por vezes ele seja desconfortável para quem nos Governa, na Região ou na



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

República. A defesa dos interesses dos açorianos deve estar para todos nós muito acima dos interesses político-partidários e dos conformismos e inércias que não são compreensíveis por parte de alguns.

É que ganhar eleições com maiorias absolutas não deve significar exercer o poder como se ele fosse absoluto. E perder eleições não deve significar ficar condenado ao silêncio e à inactividade.

Quanto ao Pico podem contar com a nossa atenta e permanente participação.

Sobre isso, e deixando como nota final, seria de bom tom que o Governo incluísse nos seus planos anuais aquelas que são as reclamações patenteadas sistematicamente nos memorandos do Conselho de Ilha, órgão representativo dos legítimos interesses dos picoenses. É que algumas delas vem já desde há oito anos sem qualquer manifestação de interesse por parte do Governo Regional.

Costumo afirmar: “a César o que é de César, mas aos picoenses aquilo que eles merecem”.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: ***Muito bem! Muito bem!***

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Estão abertas as inscrições sobre esta intervenção.**

(Pausa)



Tenho inscrito os Srs. Deputados Hernâni Jorge, Lizuarte Machado, o Sr. Presidente do Governo, os Srs. Deputados Costa Pereira e Pedro Gomes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Cláudio Lopes trouxe a este debate um vasto rol de questões relativas à Ilha do Pico. Procurarei, conjuntamente com o Deputado Lizuarte Machado, responder a todas elas.

A primeira questão colocada pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes e que gostaria de mais uma vez esclarecer aqui, prende-se com a questão da saúde.

Não percebemos os lamentos do Deputado Cláudio Lopes quanto ao facto de no Plano de 2005 estar incluída uma acção que prevê o lançamento do processo com vista à construção do novo Centro de Saúde da Madalena.

Esta é uma decisão política que consideramos de enorme importância para a ilha, particularmente para o concelho da Madalena, aquele que tem maior população e conseqüentemente maior número de utentes do Serviço Regional de Saúde. É, repito, uma opção política relevante e importante.

Já no ano de 2005 será lançado o processo com vista aos estudos e projecção daquilo que será o Centro de Saúde da Madalena. A nossa congratulação com esta importante decisão para a ilha e particularmente para o Concelho da Madalena.

Efectivamente há questões que exigem uma intervenção séria e responsável, como tem sido a do Governo Regional no que respeita,



designadamente, à questão do combate à praga dos ratos e à desratização.

Sempre, por parte dos Serviços de Desenvolvimento Agrário, tivemos a disponibilização, quer financeira, quer técnica, para responder a esta questão. Nem sempre, nunca ou quase nunca, tivemos a disponibilidade das autarquias e, particularmente das Câmaras Municipais para responder a este problema.

Mesmo quando se disponibilizaram, quando disseram e aprovaram determinados montantes para apoiar as campanhas de desratização, a campanha avançou, a factura foi enviada e recusaram-se a pagá-la. Foi isto que aconteceu no Pico. É isto que o Deputado Cláudio Lopes conhece e todos nós não nos esquecemos.

Da parte dos Servidos de Desenvolvimento Agrário temos tido uma postura séria e responsável. Infelizmente nas autarquias não tem havido correspondência.

Deputado Nuno Amaral *(PS)*: *Muito bem!*

O Orador: Nas questões do ambiente, não tem sido feito pouco. Tem sido feito muito e muito.

Não se trata de uma questão de perseguição. Este é um discurso gasto que o PSD usa desde há vários anos.

Tem sido feito muito e continua a ser feito muito.

A prova disso mesmo é o facto de no plano de investimentos para 2005 e naquilo que são as perspectivas financeiras para este período de 2005 a 2008, os investimentos na área do ambiente mais que duplicaram relativamente ao último PMP.



Não vamos comparar sequer com aquilo que acontecia no passado e antes daquela data que os Srs. Deputados do PSD não gostam que se fale ou que se refira.

Nessa altura, por exemplo, o plano de investimentos não chegava a 1 milhão de contos para 4 anos.

Neste momento estamos a discutir um plano para 2005 com um investimento superior a 4 milhões de contos, apenas para um ano.

Os números falam por si. A comparação é inequívoca.

O problema das ribeiras preocupa-nos: os planos de ordenamento e de gestão dos recursos hídricos.

Temos finalmente um Plano Regional de Água. Mas deixarei para uma próxima intervenção, Sr. Presidente, porque não quero violar o Regimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cláudio Lopes:

Registo, aliás, não é a primeira vez, o facto de reconhecer que no Pico fizeram-se e estão a fazer-se grandes obras, obras estruturantes e fundamentais para o nosso desenvolvimento.

Reconheço aqui publicamente que o Sr. Deputado tem reconhecido isso na comunicação social e noutros fóruns. É bom que assim seja, que se reconheça aquilo que de bom, de importante e fundamental é feito para o nosso desenvolvimento.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mas ele tem uma grande ambição!

O Orador: Eu admito que sim, mas 17 de Outubro terá delimitado todas essas ambições que obviamente existiriam por esses lados.



Por outro lado, relativamente a outras questões colocadas e que são também preocupação para nós, gostaria de lhe dizer que, no que se refere à nova escola das Lajes, isto já passou por várias fases e por várias vicissitudes, nomeadamente até pela ideia de uma nova escola, como todos sabemos.

Estávamos numa fase em que tínhamos uma escola com cerca de 600 alunos. Estamos agora numa fase em que temos uma escola que, infelizmente caminha a passos largos para os 300 alunos. Importa reflectir, refazer tudo aquilo que então se pensava e adequar à nova realidade, em função do número de alunos, a nova estrutura. Aliás, essa tentativa de adequação, se os espaços envolventes o permitirem – e ainda está dependente disso – tem também parecer favorável da própria câmara municipal.

Relativamente à transversal, eu registo a preocupação do Sr. Deputado com os nossos compromissos eleitorais, mas eles são para ser cumpridos em 4 anos. A transversal é um compromisso eleitoral nosso, é uma obra para esta legislatura. Ponto final.

Relativamente ao ordenamento do porto de São Roque – o Sr. Secretário da Economia já falou hoje sobre essa questão – estamos na fase em que daremos início ao projecto que tem que estar pronto no final de 2006, para que se candidate essa obra de ampliação do porto comercial do Pico ao próximo Quadro Comunitário de Apoio e isso, sim, permitirá o ordenamento de todo o espaço interno e se possível até a separação e a definição clara daquilo que são as zonas de passageiros e zonas de outras actividades, respondendo até à Directiva Comunitária que exige a certificação dos terminais de passageiros.



Relativamente aos quartéis de bombeiros, também são compromissos para uma legislatura. É óbvio que terão os seus anexos ampliados e são compromissos que respeitamos.

Quanto aos portos de pesca, o investimento feito nos últimos anos é de tal maneira vultoso e importante que eu não vou aqui fazer uma descrição desses investimentos. Tocou praticamente todos os portos desde novas construções, casas de aprestos, electrificação, rampas, equipamentos de gelo. Portanto, é um investimento vultoso.

Presidente: **Sr. Deputado, agradecia que terminasse.**

O Orador: **Já termino, Sr. Presidente.**

O porto das Ribeiras precisa ser protegido e faltam fazer algumas coisas, mas felizmente já são poucas.

Por isso nós estamos a fazer aquilo que o Sr. Deputado costuma dizer: aos picoenses o que merecem!

É isso mesmo que nós estamos a fazer.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.**

(*) Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:**

Para prestar alguns esclarecimentos muito sucintos ao Sr. Deputado Cláudio Lopes que, embora não me mencionou directamente relativamente a esta área, mencionou um documento do Conselho de Ilha do Pico.

Aproveito a circunstância para lhe dizer que o apoio às instituições culturais na Ilha do Pico vai ser significativamente maior neste ano de 2005, como decorre aliás da distribuição de verbas existentes neste Plano para este ano.



Não é mencionada a Casa de Cultura, porque nós estamos neste momento a trabalhar no âmbito da Direcção Regional da Cultura, na revisão da orgânica desse departamento do Governo, que poderá eventualmente contemplar a extinção de todas as casas de cultura.

Também para lhe dizer que, em relação ao Museu dos Baleeiros, estamos a estudar, desde que o dossier chegou à minha mão, e estamos na fase final, com vista ao seu processo de expansão. Já existem os terrenos adquiridos e também já há uma estimativa em relação ao custo do projecto que é na ordem dos 800 mil euros.

Também aproveitando esta circunstância e porque não me encontrava na sala, em relação à intervenção da Sra. Deputada Carla Martins, no que se refere à Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, gostaria de lhe dizer que a verba que consta do Plano de 2005 é consentânea com o calendário de construção daquela obra, que penso vir a ser uma obra de referência arquitectónica na cidade de Angra do Heroísmo, na medida em que estamos neste momento numa fase de selecção de um arquitecto de referência.

Esse projecto será ainda entregue este ano para que comece a ser elaborado.

No próximo ano existirão pagamentos mais substanciais nessa área e a obra que se localizará numa zona actualmente ocupada por parte da Escola Secundária, e que é uma zona anexa ao Palacete Silveira e Paulo, só poderá ter início, quer por razões de ocupação actual dessa zona, quer por razões de co-financiamento e de disponibilidades nas medidas dos assuntos comunitários, exactamente no período que oscilará entre o final do ano de 2006 e o princípio do ano de 2007, de modo que trabalharemos para que o lançamento do



seu concurso público possa fazer coincidir o início da obra com esse período que mencionei, pelo que a verba que lhe está destinada este ano é a verba necessária para que se cumpra este calendário.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.**

Deputado Costa Pereira (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo:**

Eu tenho uma dúvida e já agora gostaria que fosse esclarecida. Tem a ver com a questão da nova escola EB2,3/Secundária das Lajes do Pico.

A Carta Escolar, de Janeiro de 2004, é clara quando refere que não se justifica o investimento de recuperar a actual escola. Portanto, a opção tomada naquele documento é a construção de uma nova escola.

No Plano para 2005 já não aparece bem isto, aparece é uma grande reparação nessa mesma escola.

As declarações do Sr. Deputado Lizuarte Machado, ainda me deixam mais confuso, porque dá a entender que a orientação de há um ano de fazer a nova escola das Lajes do Pico deixou de o ser, uma vez que fez referência que o número de alunos talvez já não o justifique e que se estão a fazer estudos. Presumo que cada vez mais se inclinam para uma grande reparação no mesmo sítio e que vão abandonar o projecto da nova escola EB2,3/Secundária das Lajes do Pico.

Gostava que me confirmasse isso.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.**

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): **Prescindo, Sr. Presidente.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.**

(*) Deputado Hernâni Jorge (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:**



Para concluir a minha intervenção de há pouco.

Pegando na questão da limpeza de obstrução de ribeiras, dizia eu que ao nível do planeamento nada existia. Recentemente foi aprovado o Plano Regional da Água cuja implementação, felizmente, já começou.

Nesta matéria em concreto da obstrução e limpeza de ribeiras, a intervenção pública não se faz, como não podia deixar de ser, exclusivamente por via dos protocolos com as Juntas de Freguesia. Também se faz por investimento directo e por empreitadas lançadas através da Secretaria Regional do Ambiente.

Neste particular, a Ilha do Pico não fugirá à regra. Manter-se-ão certamente os protocolos com as Juntas de Freguesia e serão executadas intervenções através de empreitadas lançadas pela Secretaria Regional do Ambiente, atendendo naturalmente a dimensão e a maior complexidade dessas obras.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.**

(*) Deputado Cláudio Lopes (*PSD*): **Muito obrigado, Sr. Presidente.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou gastar muito tempo nesta minha intervenção, porque não temos muito tempo disponível, mas gostaria de fazer uma correcção àquilo que o Sr. Deputado Hernâni aqui disse há pouco, fazendo alusão às autarquias e a disponibilidade destas ou não para colaborar nesse processo tão importante que é a desratização na Ilha do Pico.

Eu devo só relembrar, caso se tenha esquecido, ou então informar, caso não saiba, que eu fui o primeiro autarca, na Ilha do Pico, que levou este assunto ao executivo camarário, em 6 de Junho de 2003, apresentando a total disponibilidade para a Câmara das Lajes,



como aliás já tinha feito em anos anteriores, colaborar na aquisição de isco com o valor de 10 mil euros, disponibilizando meios humanos e viaturas para essa acção.

Remeti esta deliberação de Câmara, que foi aprovada por unanimidade, às entidades competentes, ao Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, e à Sra- Chefe de Divisão do Serviço de Desenvolvimento Agrário do Pico e, de Junho de 2003 até Dezembro de 2003, não tive mais qualquer *feedback* da parte destas entidades.

Se chegou alguma factura à Câmara das Lajes sobre isto depois de Janeiro de 2004, eu já não estava lá. Portanto, não posso responder por isso.

Quanto ao Sr. Deputado Lizuarte Machado, gostava que ficasse registado nesta câmara e nos diários das sessões que ficou muito claro, depois da sua intervenção e que é apoiada com certeza pelo Deputado Hernâni Jorge, de que a comunidade escolar das Lajes do Pico já não pode contar mais com uma construção nova, com uma nova escola secundária.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Ninguém disse isso!

O Orador: Gostava que isto ficasse aqui muito claro, porque foi o que eles aqui deixaram de uma forma muito clara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cláudio Lopes:

Por conhecer precisamente essa deliberação a que faz referência e por conhecer o que se passou depois desse período que acabou de relatar, é que fiz a intervenção que fiz e disse aquilo que disse.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Efectivamente assim foi. Os Serviços de Desenvolvimento Agrário no Pico avançaram com esse processo tendo a expectativa de virem a contar com os 10 mil euros de apoio da Câmara Municipal das Lajes, consoante a deliberação da mesma. Quando a factura foi enviada para a Câmara foi devolvida aos serviços dizendo que não a pagariam.

Por conhecer essa parte do processo e por conhecer o que aconteceu a seguir, é que fiz a intervenção que fiz e afirmo peremptoriamente que até hoje nenhum município na Ilha do Pico participou com um cêntimo que fosse no processo de desratização.

Quanto à questão da escola das Lajes do Pico, não foi nada disso que nós dissemos, não foi nada disso que o Deputado Lizuarte Machado afirmou, mas ele já se inscreveu e esclarecê-lo-á acerca desse assunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado. Faça luz sobre este assunto.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão da escola das Lajes do Pico, que fique bem claro o seguinte:

Nós estamos preparados para fazer uma grande intervenção naquele espaço – se o estudo que está a ser feito neste momento concluir que há espaço suficiente para isso – e para fazer a ligação ao pavilhão, adequando aquele edifício à nova realidade escolar, atendendo ao número de alunos.

Estamos também preparados para arrancar, a qualquer momento, com o quinto e sexto anos de escolaridade na ponta da ilha e só não o fazemos de imediato, porque no conjunto das três freguesias



da ponta da ilha não temos alunos suficientes para duas turmas do 5º ano e duas do 6º ano.

O que nós estamos a fazer é aquilo que é a nossa obrigação, é adequar as infra-estruturas às novas realidades. As novas realidades são aquelas que temos. Infelizmente é uma perda permanente de alunos nas nossas escolas. Portanto, temos a obrigação de adequar os nossos passos a essa nova realidade, fazê-lo com qualidade por forma a que os alunos dessa escola e desse concelho tenham também, ao nível das infra-estruturas, a mesma qualidade que os outros concelhos dos Açores, que todos merecem e devem ter.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para concluir esta questão e deixá-la mais clara possível da minha parte.

Continuo a entender das suas palavras que se está a equacionar seriamente, neste momento, a ampliação e a recuperação da actual escola das Lajes e não é vossa intenção fazer uma nova escola nas Lajes do Pico.

Para já, também gostava de corrigir uma questão que há bocadinho o Sr. Deputado Lizuarte Machado referiu e que se reportou à Sra. Presidente da Câmara das Lajes. A informação que eu tenho, e é bem recente, é que a Câmara está a equacionar, com uma equipa técnica, a possibilidade da nova escola ficar implantada dentro da malha urbana da Vila das Lajes, mas é posição da Câmara das Lajes



construir uma escola de raiz. Nunca defendeu a posição de uma remodelação ou ampliação da actual.

Estas são informações obtidas há dois dias, por via telefónica, da Sra. Presidente da Câmara das Lajes.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Está mal informado, ou então ela diz uma coisa a si e outra à população!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também para a última intervenção sobre esta matéria.

Como o Sr. Deputado Cláudio Lopes sabe eu sou vereador da Câmara das Lajes, aliás, tivemos lá os dois durante algum tempo. Portanto, conheço em pormenor a deliberação que foi tomada em reunião.

A deliberação tomada foi exactamente aquilo que acabei de dizer: concordar em absoluto com a remodelação daquele espaço, se se concluir que existe, de facto, espaço e área suficiente para se promover essa remodelação e a ligação ao pavilhão.

É óbvio que terá que reconhecer que eu conheço em pormenor a deliberação da Câmara.

Presidente: Não tenho mais ninguém inscrito. Como são 17 horas e 30 minutos, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 25 minutos)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: **Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, passando para outra área da actividade política muito importante, ou seja, os assuntos sociais.**

(Eram 18 horas)

(Após o intervalo o Sr. Deputado Cláudio Lopes, ocupou o seu lugar de Secretário na Mesa)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, antes da minha intervenção, que saúde a Sra. Deputada Fátima Vieira, o Sr. Deputado João Bettencourt e também o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, apesar de não estar, uma vez que aquando da minha intervenção nesta tribuna ele não integrava o Grupo Parlamentar do seu partido.

Com a apresentação e aprovação do Programa do IX Governo Regional as principais orientações estratégicas para as políticas de Solidariedade, Segurança Social e Saúde foram já, na sua globalidade, aqui debatidas.

Estas áreas da competência da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais têm, por um lado, como objectivos reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades e, por outro, a reforma em diversas áreas, designadamente, no âmbito da Saúde, tendo em consideração o que já foi realizado, o que está em fase de realização e o que se pretende concretizar.



O Plano que apresentamos no seu Programa 17 – Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social – dá continuidade aos investimentos referentes a infra-estruturas e equipamentos destinados aos apoios à “Infância e Juventude”, às “Pessoas Idosas e seus Familiares”, às “Pessoas com Deficiência”, às “Vítimas de Violência Doméstica”, à “Inclusão Social” e “Instalações de Serviços”, com o objectivo de continuarmos as acções de intervenção social que previnam o aparecimento ou o agravamento de situações de risco, e melhorem a prestação de serviços aos utentes e beneficiários da Solidariedade e Segurança Social.

A Região Autónoma dos Açores com o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 8 anos, pode orgulhar-se de ter a melhor rede de equipamentos e serviços sociais do País, amplamente participada pela sociedade civil.

Hoje, na área da “Infância e Juventude” temos capacidade para 7805 utentes, mais 1620 do que em 2000, temos 239 equipamentos, mais 51 do que em 2000, tendo o Governo Regional despendido cerca de 73 milhões de euros em investimento e funcionamento no referido período.

É intenção deste Governo dar continuidade às reformas da política de “Infância e Juventude”, designadamente, através do alargamento da rede regional de centros de acolhimento temporário e lares para crianças e jovens em risco, prosseguindo a política de substituição de grandes estruturas de acolhimento, por pequenas residências com o máximo de 12 utentes.

Importa salientar, também, a criação de lares para fratrias (conjuntos de irmãos), destinados a crianças entre os 0 e os 6 anos, possibilitando a vivência em ambiente familiar.

Em complementaridade, e tendo em consideração situações específicas da área de “Invalidez e Reabilitação”, disponibilizamos, hoje, 23



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

equipamentos com capacidade para 557 utentes, o que representa um crescimento de 45% de vagas em relação a 2000.

Este Plano de 2005 dá continuidade à política de ampliação e qualificação da rede regional de Centros de Actividades Ocupacionais, com a remodelação do edifício em Vila do Porto e o iniciar a construção dos de Vila Franca do Campo, do Nordeste e da Associação Cristã na Mocidade da Ilha Terceira.

Hoje, na área de “Apoio a Idosos” temos capacidade para 6947 utentes, mais 822 do que em 2000, temos 188 equipamentos, mais 30 do que em 2000, tendo o Governo Regional despendido em investimento e funcionamento aproximadamente 49 milhões de euros entre 2000 e 2004.

Face ao envelhecimento da população e ao aumento da esperança média de vida, pretendemos através de uma visão pró-activa que reconhece o direito em todas as idades à igualdade de oportunidades e a participação no processo de desenvolvimento económico, social e cultural, dar continuidade a uma política de acção social que visa o alargamento de uma rede de serviços e equipamentos sociais que, actuando numa lógica de proximidade, concorra para a manutenção das pessoas no seu ambiente e meio habitual de vida, mesmo daquelas que se encontram em situação de dependência.

Neste âmbito, são de realçar os serviços de apoio domiciliário, os centros de noite enquanto alternativas à Institucionalização, os centros de dia e de convívio.

Integrado nas reformas que pretendemos implementar, e dependente da aprovação do Decreto Legislativo Regional que reformula o SIDER, esperamos que os incentivos a criar nas áreas ligadas à construção de infantários, creches, lares de idosos e residências assistidas possam trazer



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

uma visão empresarial no âmbito do desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social.

Para além destas respostas importa melhorar a qualidade dos Lares para Idosos já existentes, e daqueles que resultarem de novas construções e ampliação/remodelação, em parceria com as IPSS e Misericórdias dos Açores.

A este nível cumpre destacar a construção do lar de idosos da Lagoa, a remodelação e ampliação do lar de idosos de Vila Franca do Campo e da Madalena, bem como a conclusão da residência para idosos da Piedade, nas Lajes do Pico.

No âmbito da Solidariedade e Segurança Social apoiámos a criação de residências para pessoas sem abrigo e para repatriados.

No apoio às mulheres vítimas de violência o IX Governo Regional dos Açores vai reformar e reorganizar uma nova dinâmica para o funcionamento da Comissão Consultiva para os Direitos das Mulheres.

Para concretizar as políticas de Solidariedade e Segurança Social, em 2005, está previsto um investimento público na ordem dos 10 milhões e 400 mil euros que representa um crescimento de 37% face ao ano de 2004, sendo 55% destinados a equipamentos de “Apoio a Idosos” e 45% a equipamentos de apoio à “Infância e Juventude”.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito do Serviço Regional de Saúde e conforme as acções previstas no Plano de 2005, no Projecto 16.1 – Construção de Novas Infra-Estruturas, programámos a construção de unidades de saúde, nomeadamente, do novo Hospital de Angra do Heroísmo, os Centros de Saúde de Ponta Delgada, Santa Cruz da Graciosa e da Madalena, e a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

conclusão do edifício para o Serviço de Atendimento Urgente e Medicina de Catástrofe de Ponta Delgada, cujas obras estão em fase de conclusão.

Na Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde, conforme o Projecto 16.2, realçamos a reconstrução do Bloco C do Hospital da Horta e a ampliação de Casas de Saúde.

Para o desenvolvimento do Sistema Regional de Saúde caminhamos para promover reformas que contribuam para a melhoria da acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde, e na aposta na formação contínua, actualização, diferenciação técnica e motivação a todos os profissionais de saúde independentemente das suas carreiras e categorias.

Em estudo, planeamento e acompanhamento encontram-se programas de saúde já iniciados em 2001 nas áreas da promoção da saúde e prevenção da doença, a que iremos associar o Plano Integrado de Promoção da Saúde e Prevenção de Comportamentos de Risco no âmbito do Programa para a Prevenção do Uso e Abuso de Substâncias Psicoactivas/Droga, a prevenção da SIDA, o Programa de Saúde Oral, a implementação e dinamização do Registo Oncológico criado pela Portaria nº 36/93, de 15 de Julho, a Carta Hospitalar, a Carta de Equipamentos de Saúde e o projecto da Emergência Médica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, a Região Autónoma dos Açores tem 466 médicos, mais 87 do que em 2000, tem 1013 enfermeiros, mais 89 do que em 2000, tem 202 Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, mais 32 do que em 2000.

A Região tem actualmente 303 bolseiros, mais 242 do que em 2000, estando previsto o regresso de 86 médicos bolseiros no período de 2005-2008, depois de concluírem a sua formação nas diversas especialidades médicas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Penso que estes dados demonstram bem a prioridade e a preocupação que o Governo Regional tem, e vai continuar a ter, na qualificação dos seus recursos humanos.

Apesar de todos sabermos que o Sistema Regional de Saúde apresenta algumas dificuldades financeiras, não posso deixar de, por um lado, afirmar que de forma alguma poderá a questão financeira ou economicista sobrepor-se às necessidades de prestação de cuidados de saúde e, por outro, referir que as condições geográficas, a dispersão e limitação de alguns dos recursos existentes são, também, uma forte condicionante nas reformas que pretendemos nesta matéria.

O aumento da esperança média de vida associado às doenças crónicas e ao aparecimento de novas doenças, as expectativas criadas relativamente ao direito à saúde, às novas tecnologias utilizadas como meios complementares de diagnóstico e terapêutica e aos novos medicamentos são factores que também assumem um peso considerável nos custos da prestação de cuidados de saúde.

Para que possamos estabelecer um termo de comparação, importa referir que o custo por utente/ano do Sistema Nacional de Saúde é de 745,00€, enquanto no Sistema Regional de Saúde esse mesmo custo é de 964,00€.

As condicionantes atrás referidas acarretam um impacto económico-financeiro nas Unidades de Saúde que importa ter em consideração.

Mesmo com os constrangimentos e limitações conhecidas, as Unidades de Saúde têm tido um trabalho de reconhecido mérito na procura de soluções/propostas que promovam mais eficiência, eficácia e capacidade de resposta, quer na gestão dos seus recursos, quer na prestação de cuidados a prestar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Gostaríamos de salientar as reformas em execução e a implementar por parte do Governo Regional para a redução de custos do SRS:

- O aval para um empréstimo de 80.000.000,00€, contraído pela SAUDAÇOR, S.A. que permitiu ao Sistema Regional de Saúde liquidar a sua dívida com a Associação Nacional de Farmácias e parte dos Sistema de Pagamento a Fornecedores (Factoring), e possibilitou uma poupança anual de cerca de 4 milhões e 300 mil Euros;

- A informatização de todo o Sistema Regional de Saúde, cujo equipamento está a ser progressivamente formatado e instalado em todas as unidades de saúde, enquanto decorre o concurso público internacional para o SIS-ARD (Sistema de Informatização da Saúde- Açores Região Digital) onde está incluído o projecto da Telemedicina, e irá permitir, também, uma melhor gestão e racionalização dos recursos existentes;

- A definição e acompanhamento do novo modelo de financiamento das unidades de saúde que passará a ser efectuado através de um processo participativo de negociação de objectivos, e com base em critérios de produtividade.

- A centralização das compras para as Unidades de Saúde que contribuirá para uma redução significativa de custos;

- A elaboração da Carta Hospitalar que vai facilitar as decisões estratégicas a tomar no futuro, quanto às necessidades de recursos humanos e técnicos.

Para promovermos as reformas na política de Saúde, no que ao Plano diz respeito, está previsto um investimento público de 17 milhões 830 mil Euros, que representa um crescimento de 146% face ao ano de 2004, sendo 33% para Construção/Remodelação/Ampliação de unidades de saúde e 67% para desenvolvimento de sistemas de saúde.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estes são os nossos compromissos para dar cumprimento aos objectivos e às reformas que pretendemos para as Políticas Sociais do IX Governo Regional.

Cabe-nos a responsabilidade de acompanhar o seu desenvolvimento, estabilidade e sustentabilidade num quadro orçamental conhecido, certos de que estamos inseridos num quadro de desenvolvimento integrado e sustentado da nossa Região.

Com empenhamento, rigor, competência e envolvimento de todos conseguiremos alcançar as reformas propostas, e reforçar a confiança de quantos em nós confiaram e confiam.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para este debate.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Pedro Gomes, Jaime Jorge, Maria José Duarte, Alvarino Pinheiro, Hernâni Jorge, Piedade Lalande, Fernanda Mendes, Rogério Veiros, Nélia Amaral, Carla Bretão, António Toste, Paulo Messias, José Lima e Clélio Meneses.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

As minhas primeiras palavras são para cumprimentar o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais e dar os parabéns pela circunstância de a verba global para a saúde ter um crescimento real de 4% e isto traduziu uma significativa aposta numa área fundamental para os Açores.

Como os Srs. Deputados vêem o PSD também sabe reconhecer o que há de verdadeiro no Orçamento Regional.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): O Sr. Deputado é o primeiro a falar. Deixe falar o resto e depois logo se vê!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

O senhor falou de números, falou de obras, mas eu não ouvi e esperava sinceramente ouvir, depois do debate que tivemos nesta câmara, aquando do programa do Governo, falar de prioridades e sobretudo falar sobre aquela que foi e bem anunciada no debate do programa do Governo como a grande prioridade para este mandato na área da saúde. Refiro-me à intervenção ao nível dos cuidados primários de saúde para repor as condições de igualdade de acesso e de tratamento dos açorianos no Serviço Regional de Saúde.

Devo dizer-lhe que fiquei desiludido, porque ouvindo falar de obras, de números, constatando os valores que estão, quer no Plano, quer no Orçamento para esta área da saúde, o que é verdade é que aquilo que o Sr. Secretário disse a esta câmara foi muito pouco para se perceber onde é que estão as prioridades do Governo Regional nesta matéria.

É verdade que o Sr. Secretário referenciou a circunstância de haver uma forte aposta ao nível da informática. Ela é necessária e tem tradução no Plano. É bem necessária, porque Sr. Secretário, é ridículo e é vergonhoso que em resposta a um requerimento que eu próprio fiz, dirigido ao Governo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Regional, a perguntar quanto é que a Região gastava, por unidade de saúde, em medicamentos genéricos e quais eram os medicamentos que eram receitados, a resposta que eu obtive foi, e cito: “a falta de informatização do Serviço Regional de Saúde, no que se refere à verificação, controlo, identificação das prescrições médicas, quer por DCI ou com indicação do nome do genérico, é impossível de fazer porque não há sistema informático.”

O que é verdade é que desde de 2000 é possível prescrever genéricos ou pela marca dos genéricos ou pela Denominação Comum Internacional.

Mas mais, Sr. Secretário:

Eu julgo que o problema do Serviço Regional de Saúde, como está evidenciado ao longo destes anos de governação do Partido Socialista, e esta é uma área na qual a política socialista fracassou, não é um problema de mais recursos, é um problema de melhor gestão e de maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis.

Vou dar-lhe um segundo exemplo, Sr. Secretário e vou citar, para não faltar à verdade.

Na rubrica 79 escreve um Conselho de Administração de um Hospital desta Região:

“Foi inscrita uma verba no montante de 4 milhões de euros referente a facturação a cobrar de anos anteriores que se revela de difícil arrecadação, mas que foi necessária inscrever para assegurar o equilíbrio orçamental, dado que a despesa orçada atingiu os limites de compressão”. Quem escreveu isto foi o Conselho de Administração do Hospital desta cidade, o Hospital da Horta, relativamente ao orçamento financeiro para 2003.

Sabe o que disse o Tribunal de Contas sobre esta matéria?



“Trata-se do não cumprimento do princípio orçamental do equilíbrio, já que o financiamento das despesas não se encontra devidamente salvaguardado pelas receitas necessárias, outrossim por receitas meramente fictícias que permitem o empolamento de igual montante na despesa orçamentada, originando assim o cabimento virtual de despesas que de outra forma não o teria” – Relatório do Tribunal de Contas relativo à Conta de Gerência de 2003.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

Daqui se conclui que um dos problemas do Serviço Regional de Saúde não é, de facto, um problema de financiamento, mas é, sim, um problema de gestão.

Gostava de poder acreditar que as boas intenções que o Sr. Secretário aqui revelou quanto à nova metodologia de gestão, vão, de facto, dar frutos.

Muito obrigado.

Presidente: **Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.**

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Muito obrigado pela sua intervenção e pelo elogio inicial que me fez.

Relativamente à intervenção nos cuidados de saúde e àquilo que falei aquando da discussão do Programa do Governo, dir-lhe-ei isto:

Na Ribeira Grande temos um projecto que se iniciou em Janeiro para dar cobertura aos utentes que não estão inscritos em nenhum



médico de família do Concelho da Ribeira Grande e em Vila Franca do Campo iniciou-se um outro projecto que está em avaliação.

Neste momento temos um grupo de missão, que eu chamo de grupo de missão, constituído pelo Presidente do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Angra, de Ponta Delgada, da Praia da Vitória, da Ribeira Grande e de Vila Franca, precisamente para avaliar e estudar se estes dois projectos têm ou não viabilidade de nós rentabilizarmos os recursos que temos no âmbito dos centros de saúde para dar cobertura ao resto dos utentes destes concelhos que são altamente deficitários.

Esta proposta vai sair brevemente.

Também lhe quero dizer com toda a franqueza e frontalidade que se esgotarmos a nossa capacidade nos médicos de clínica geral, de medicina familiar, dos centros de saúde, não temos nenhum problema em assumirmos que a política de saúde tem que ser invertida e abrirmos o sistema às outras especialidades médicas, que não de clínica geral, para fazer face aos utentes que não têm cobertura de médico nos centros de saúde.

Também lhe queria dizer que esta é uma grande preocupação. Dou-lhe só um exemplo: temos 126 médicos na especialidade de clínica geral, na região, contra 304 médicos hospitalares.

Quero também lhe dizer que 55% das vagas para o internato da especialidade de clínica geral deste ano não foram ocupadas e dos 25 médicos da Região que entraram nos internatos médicos para as várias especialidades na Região, apenas 3 entraram em clínica geral no Centro de Saúde de Ponta Delgada que facilmente absorve esses médicos, o que quer dizer que a filosofia da prestação de cuidados – o



sistema de saúde da Região e do país, porque nós não estamos diferentes da realidade nacional – ou é invertida, ou nós temos que ter capacidade e frontalidade de dizer que nós vamos ter que abrir o sistema alterando um pouco aquilo que está regulamentado no decreto das carreiras médicas e aquilo que está no Estatuto Profissional de Saúde.

As nossas prioridades são claras: rentabilizar os recursos humanos, formá-los, incentivá-los e motivá-los, porque a grande maioria dos recursos humanos que estão nos centros de saúde já têm 50 e mais anos, já têm condicionantes que a própria legislação lhe impõe na prestação de cuidados. Portanto, com esta realidade, a muito curto prazo, os centros de saúde das ilhas que não têm hospital podem ter que ser fechar e isto temos que impedir a todo o custo e para impedir a todo o custo temos que motivar e temos que estimular estes médicos que lá estão há cerca de 20, e mais anos, a suportar uma componente importante do Serviço Regional de Saúde da Região.

Por outro lado, também temos uma outra prioridade que é melhorar infra-estruturas que estão altamente ultrapassadas, que por outro lado desmotivam os seus profissionais. Também temos essa componente embora também lhe queira dizer que pessoalmente penso que a grande área do investimento em infra-estruturas vai terminar agora com estas que foram aqui anunciadas, porque depois o que nós queremos privilegiar é a qualidade dos cuidados e a qualidade das condições para o exercício da sua actividade.

Relativamente aos orçamentos, conheço os relatórios do Tribunal de Contas do Hospital da Horta, dos centros de saúde e de outros



hospitais. Estamos preocupados com eles. Já notámos as situações e cada um está a tomar a sua iniciativa.

Estamos a tomar a iniciativa de fazer uma resposta fundamentada a explicar, ponto por ponto, porque é que essas situações acontecem nas Unidades de Saúde. Tem a ver com os recursos humanos que temos, tem a ver com a gestão que nós temos e é um dos nossos projectos melhorar a gestão. Para termos gestão é preciso termos condições e equipamento para fazer isso.

É com a implementação desta informatização que vamos ter um acompanhamento mais rigoroso e permanente deste sistema.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sua recente visita à Ilha de São Jorge, o Sr. Secretário reconheceu que tinha dúvidas sobre a aplicação do modelo da Unidade de Saúde de Ilha.

Dias mais tarde, na sua visita ao Pico, e em declarações à Comunicação Social, o senhor disse que a Unidade de Saúde de Ilha tinha atingido plenamente os seus objectivos.

Pergunto: em que dados é que o senhor se baseia para fazer tal afirmação?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que eu disse taxativamente à RDP/Açores, está aqui e passo a ler:



“Como sabe, está criada uma Unidade de Saúde da Ilha por Decreto Regulamentar Regional, que foi criado em 2002, não foi ainda implementado e agora levanta-se, de facto, a questão de saber se deve ou não aplicar o que está regulamentado, se deve ser revisto, se deve ser repensado o tipo de cuidados que devem ser prestados. E todas estas reuniões serviram para eu consolidar determinadas ideias que já tinha sobre este assunto e agora poder repensar, reformular e colocar ao concelho de Governo as ideias que tenho sobre essa situação e encontrarmos alternativas que podem passar pela não implementação da Unidade de Saúde de Ilha e manter o sistema que está, como também pode passar pela regulamentação da Unidade de Saúde de Ilha, embora a legislação tenha obrigatoriamente que ser revista.” Foi isto que eu disse à RDP/Açores.

A minha visita a São Jorge justificou-se porque, como disse, existem dois decretos regulamentares regionais que criam a Unidade de Saúde de São Jorge, um aprovado em 2002, no Conselho de Governo nas Velas, publicado em Janeiro de 2003, que é o Decreto Regulamentar Regional nº 7, e há um outro que é publicado em Abril, o 17, com rectificações. Esses dois decretos regulamentares têm quadros de pessoal diferentes e têm estruturas na sua composição legal completamente diferentes.

Então, nós estamos confrontados com dois decretos regulamentares que criam a mesma Unidade de Saúde, que são diferentes no seu articulado e que são diferentes no seu quadro de pessoal e nós temos que perceber o que é que se passa, o que é que se passou e o que é que se pretende fazer.



Esta minha visita permitiu, depois de avaliar e de reunir com os Conselhos de Administração das Unidades de Saúde, depois de visitar cada uma das Unidades de Saúde e de reunir com cada um dos seus profissionais e categorias, chegar a uma conclusão: de facto, havia alguma dificuldade na interligação entre conselhos de administração, porque a Unidade de Saúde de Ilha vai ter que avançar e já avançou.

Quero-lhe dizer que a semana passada, para minha satisfação, os Conselhos de Administração das duas Unidades de Saúde de Ilha reuniram-se, propuseram um quadro para a Unidade de Saúde de Ilha, que já está em nosso poder, e nós estamos a reformular o Decreto Regulamentar Regional.

Relativamente à Ilha do Pico, quero dizer e reafirmar aqui que foi com muita satisfação que visitei os três centros de saúde e visitei o seu funcionamento, a sua organização e aquilo que eles têm dado à Ilha do Pico.

Vou dar-lhe um exemplo muito concreto, relativamente à complementaridade entre as três Unidades de Saúde: existe um aparelho de mamografia que está instalado no Centro de Saúde de São Roque. Neste momento, não existem listas de espera para mamografias naquela ilha e nos últimos 8 meses foram feitos cerca de 430 e poucos exames complementares de diagnóstico e foram diagnosticadas 17 neoplasias da mama em fase de cura, isto é, em fase em que o tratamento precoce pode aumentar a esperança de vida destas mulheres.

Posso também referir a situação dos laboratórios de análise clínica.



Posso também dizer que o protocolo que foi criado com o Hospital D. Estefânia, na área da pediatria, permite que haja assistência às crianças da Ilha do Pico, desde que sejam identificadas e referenciadas pelos seus médicos de família, com uma periodicidade que em muitos hospitais da Região isso não é possível.

Portanto, esta Unidade de Saúde de Ilha que tem um ano e pouco de existência já vem demonstrar que articulando e conjugando interesses comuns, é perfeitamente possível melhorar a prestação de cuidados e a acessibilidade nesses cuidados.

Deputado Lizuarte Machado *(PS)*: *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) Deputada Maria José Duarte *(PSD)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Já por duas ocasiões tive oportunidade de questionar V. Exa. sobre o ponto 5, da página 159, do Programa do Governo, sobre a criação de estruturas de tratamento dos toxicodependentes e alcoólicos, nomeadamente aquando da discussão do Programa do Governo, em que perguntei a V. Exa. que tipo de estruturas o Governo pretendia criar e em que ilhas, e também, aquando da audição com V. Exa. no âmbito da apreciação e emissão de parecer relativamente ao Plano e Orçamento de 2005 e às Orientações de Médio Prazo, perguntei a V. Exa. se todos os objectivos incluídos no Programa do Governo estavam previstos na acção prevenção das toxicodependências e quais eram aqueles cuja concretização ou início de execução estariam previstos para o corrente ano. Como V. Exa. certamente se lembra, tive o cuidado de enumerá-los, objectivo por objectivo.



Como V. Exa., e desculpe-me a franqueza, não respondeu objectivamente a estas questões, sou obrigada, no âmbito da discussão do Plano e Orçamento, a perguntar o seguinte:

O Plano e Orçamento para 2005 prevêem, relativamente à problemática das toxicodependências, uma verba de 550 mil euros, unicamente, e repito, unicamente, para a prevenção das toxicodependências e o apoio a entidades que promovam a recuperação e a reinserção dos toxicodependentes, esquecendo-se, deste modo, do ponto 5, da página 159 do Programa do Governo que prevê a criação das estruturas de tratamento para toxicodependentes e alcoólicos.

Nesse sentido, Sr. Secretário, gostaria de perguntar a V. Exa. o porquê desta omissão.

Muito obrigada.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à área da toxicodependência, gostaria de recuar um bocadinho antes de responder concretamente à sua pergunta.

De facto, está prevista no Plano a verba de 550 mil euros. Isto porquê? Porque, por um lado, temos que ter a preocupação de que o problema da toxicodependência é um problema de todos nós, em que, de facto, a saúde não se demite, nem se pode demitir, desta matéria, mas nós temos a nossa preocupação relativamente à área da prevenção. Aqui, nós temos que investir seriamente na área da prevenção, sem excluir a situação que decorre do tratamento e da



recuperação dos toxicodependentes. Isso é uma situação perfeitamente assumida.

Nós já temos em funcionamento as CTT. Temos também os Centros de Didactologia de Angra e Ponta Delgada. O de Ponta Delgada foi atribuído à Casa de Saúde de São Miguel e está a funcionar anexo ao Hospital de Ponta Delgada.

Vamos arrancar com o Centro de Didactologia na Horta, o mais rapidamente possível. Já está agendada uma reunião de programação com os técnicos do Hospital, do Centro de Saúde e todas as outras pessoas envolvidas.

Por outro lado, a área do internamento e do tratamento, como sabe, está definida e foi dada através de protocolos de acordos com as Casas de Saúde, particularmente a Casa de Saúde de São Miguel.

Por outro lado, também gostaria de lhe dizer que existe um protocolo que foi celebrado entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e o então SPTT, que hoje é o IDT, que, entre outras coisas que lá contém, diz que dava apoio à formação de técnicos e profissionais nesta área da toxicoddependência, que facilitava, e facilita, o internamento dos doentes toxicodependentes nas suas comunidades terapêuticas, e, por outro lado, permite à Região que possamos fazer o tratamento de substituição de opiáceos, que é a questão da metadona.

Isto está a funcionar. Tudo isto está articulado.

A referenciação dos doentes para irem para os centros de recuperação é feita pelos profissionais de saúde que estão nos centros de didactologia ou pelos serviços de psiquiatria dos hospitais.

Também temos um protocolo que foi assinado entre o Secretário Regional dos Assuntos Sociais e a Presidência do Conselho de



Ministros, para que determine regras de cooperação técnico financeira nesta área, em que envolve também o problema de instalações, aquisição imobiliária, equipamentos, remunerações das CTT.

Também lhe quero dizer, com toda a tristeza, que, de facto, este protocolo celebrado entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e a Presidência do Conselho de Ministros, para nós foi nulo porque nunca tivemos nenhum benefício deste protocolo.

Portanto, tem sido a Região, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que tem assumido, por inteiro, estas competências ao instalar todas estas estruturas no âmbito da prevenção e do tratamento das toxicodependências.

Relativamente às comunidades terapêuticas, neste momento posso dizer-lhe que existe uma a nível da Clínica de São de Deus, em Ponta Delgada.

No Continente, desde Janeiro e Agosto de 2004 temos 41 internamentos em centros de acolhimento. Estes doentes são referenciados por essa casa de saúde e pelo Hospital de Angra, porque entende-se que não estão reunidas as condições para estes toxicodependentes serem tratados e recuperados localmente na sua região.

Temos 216 internamentos na Clínica de São João de Deus.

Temos outras estruturas, como são situações de transição feita em apartamentos, em que os utentes estão como internos, mas gerem os seus apartamentos.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Secretário.

O Orador: Vou concluir já, Sr. Presidente.



Temos a inserção em apartamentos que estão sob a orientação da Casa de Saúde dos que já estão em fase de recuperação e tratamento e de reinserção na vida social.

Temos oficinas de herboterapia, que são extraordinariamente importantes, na casa de saúde em que estes doentes entram e começam a formar-se para depois entrar em algum mercado de trabalho e temos associado, como deve calcular, toda uma parte na formação com vista à prevenção.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional.

Pontualmente, gostaria que V. Exa. nos desse conta da política que está prevista desenvolver em relação ao Centro de Oncologia dos Açores, que é uma área, como sabemos, que está dependente de algumas decisões.

Qual a perspectiva do Sr. Secretário sobre o Centro?

Por outro lado, é do conhecimento de todos nós que, por hábito, os orçamentos das Unidades de Saúde da nossa Região, deliberadamente não correspondiam às necessidades dos respectivos serviços. Foi uma praxe que se foi instituindo e também estava associada à situação de desequilíbrio financeiro do sector. Aliás, esteve também na base de muitos dos desajustamentos que posteriormente vieram a ser alvo de alertas do próprio Tribunal de Contas.

Gostaria de saber, Sr. Secretário, se neste momento já houve correcção dessa prática e se para 2005, que é isso que está em discussão neste momento, as unidades do Serviço Regional de Saúde já têm



orçamentos realistas e correspondentes aos compromissos previsíveis para essas instituições.

Finalmente, e ainda nesse domínio, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se para além das transferências que estão previstas no Orçamento Regional para o Serviço Regional de Saúde, tendo em conta o acréscimo previsto, o mesmo corresponde às necessidades do Serviço Regional de Saúde, isto é, a própria SAUDAÇOR, neste momento, já prevê a necessidade de recorrer a qualquer financiamento adicional? Por outras palavras, a dotação orçamental é suficiente, corresponde às necessidades, ou já está previsto o montante do défice anual da SAUDAÇOR?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Relativamente ao Centro de Oncologia dos Açores dir-lhe-ei que, como sabe, é a primeira e a única instituição de saúde criada por legislação específica da Região, nesta Assembleia.

Tem as suas atribuições e tem as suas competências.

Como sabe, andou, durante estes anos, numa situação em que não estava definida concretamente qual era o seu campo de intervenção e o que é que se pretendia relativamente ao Centro de Oncologia dos Açores.

Também gostaria de lembrar que nesta Assembleia foi criada uma orientação, que é o Registo Oncológico Regional.



A nossa prioridade é definir quais são as prioridades e o que é nós pretendemos do Centro de Oncologia dos Açores, se é uma vertente assistencial e se é uma vertente de formação na área da oncologia e na vertente do registo oncológico, que depois possa direccionar campanhas de rastreio à doença oncológica, conforme a sua prevalência e a sua incidência.

Neste momento, estamos, juntamente com a actual comissão instaladora, a estudar uma proposta de orgânica para o Centro de Oncologia, para definirmos de uma vez por todas esta situação, definirmos concretamente as suas atribuições.

Há uma coisa que lhe quero dizer: o passo que neste momento estamos a dar é na implementação do registo oncológico, que é uma coisa que já existia, que tinha sido iniciada, que parou e que nós temos necessidade urgente de reactivar para sabermos concretamente da nossa realidade e podermos traçar programas de intervenção no âmbito da doença oncológica, particularmente no rastreio.

Relativamente à parte dos orçamentos, com certeza que o Sr. Deputado sabe que até então os orçamentos das Unidades de Saúde eram feitos com base nos orçamentos retrospectivos e com actualizações pontuais face à inflação.

A partir deste momento, com a informatização que estamos a fazer dos serviços de saúde, vamos avançar para orçamentos que sejam por objectivos tendo em conta aquilo que cada concelho de administração e cada Unidade de Saúde se irá propor atingir ao longo dos anos.

Portanto, vamos fazer um acompanhamento neste sentido.



Neste momento ainda não temos esse orçamento feito nessa base, porque não temos o sistema ainda totalmente montado. Vamos aguardar a sua implementação que penso que esteja, o mais tardar, até meados deste ano todo implementado. A partir daí iremos acompanhar e intervir nos orçamentos das Unidades de Saúde e fazer um acompanhamento rigoroso dos seus orçamentos, sempre com uma condição, é que não vamos tirar autonomia administrativa nem financeira às Unidades de Saúde, vamos sim dar-lhe um instrumento de trabalho, em colaboração connosco, para podermos gerir melhor os recursos que nós temos, porque sabemos que na saúde nem sempre são aqueles que nós precisamos.

Relativamente à SAUDAÇOR neste momento o que lhe posso dizer é que temos uma dívida que ronda os 55 milhões de euros, que vamos negociar.

Aquele aval que foi dado serviu para pagar à Associação Nacional de Farmácias. Temos as farmácias pagas a 30 dias, o que nunca aconteceu na Região desde há alguns anos para cá. Com esta medida nós poupamos, como disse, cerca de 4.3 milhões de euros, porque as taxas de juro são-nos cobradas pela ANF, uma associação privada com fins lucrativos, extraordinariamente exigente e penosa para nós. Portanto, se nós conseguirmos fazer cumprir estes objectivos ganhamos dinheiro nesta área.

Por outro lado, é renegociar com o sistema de pagamento de fornecedores. Isto tem a ver com taxas, saber se vamos pagar a pronto, se vamos fazer a longo prazo, porque as taxas, quer as que nos são aplicadas, a Euroliber mais o SPRAD, podem dar-nos alguma margem de podermos ganhar dinheiro e fazermos pagamentos a pronto.



Portanto, estamos a estudar muito rigorosamente este processo.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.**

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, permita-me que o felicite pela sua intervenção e que me congratule com o anúncio que fez daquela tribuna, reiterando aquilo que já consta do Plano para 2005, quanto à construção do novo Centro de Saúde da Madalena, uma obra importantíssima e desde há muito ambicionada pela população daquele concelho.

Sr. Deputado Jaime Jorge:

Quando pediu a palavra julguei que o tivesse feito precisamente para o mesmo, para enquanto picoense e madalenense se congratular pela consagração, neste instrumento de planeamento, desta importante obra para a Ilha do Pico.

O Sr. Secretário já respondeu à sua questão, já prestou alguns esclarecimentos, mas gostaria, contudo, de repisar alguns e de acrescentar outros.

A evolução que se verificou nas listas de espera são, desde logo, um argumento irrefutável quanto à qualidade da opção tomada pelos governos do Partido Socialista e pelo Serviço Regional de Saúde, no que diz respeito à implementação da Unidade de Saúde de Ilha.

Como foi dito pelo Sr. Secretário, as listas de espera em mamografia não existem.

Na oftalmologia a lista foi reduzida de mais de 4 anos para menos de 6 meses. Isto em menos de um ano.



Houve um aumento considerável das consultas de especialidade e inclusivamente o alargamento das especialidades, caso concreto da pediatria, conforme também referiu o Sr. Secretário.

Foi implementado um programa concreto de radiologia.

Não está tudo feito, Sr. Deputado. Efectivamente não está tudo feito.

Existem problemas, desde logo a gestão das instalações que foi aqui aflorada, a questão da falta de médicos que noutra oportunidade já tivemos também ocasião de abordar.

Existem sempre aspectos que podem e devem ser melhorados, alterações da regulamentação e até mesmo outros aspectos.

A Unidade de Saúde da Ilha do Pico neste momento já conhece dois Decretos Regulamentares Regionais. Eventualmente conhecerá outras alterações no futuro e tem mesmo que ser assim, já que se trata de um processo dinâmico.

Quanto à Unidade de Saúde Ilha, a posição do Governo e do Partido Socialista é clara e inequívoca. Defendemos o modelo que está a ser implementado, que passa efectivamente pela dinamização da Unidade de Saúde de Ilha, pelo alargamento a outras especialidades médicas por mais e melhores cuidados de saúde para os picarotos.

Se há equívocos e se há posições pouco claras nesta matéria não são nem do Governo, nem do Partido Socialista. Equívoca tem sido, sim, a posição do PSD.

Pergunto-lhe Sr. Deputado: concorda ou não com a Unidade de Saúde de Ilha?

Se não concorda, Sr. Deputado, que modelo alternativo é que advoga?



Presidente: **Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.**

(*) Deputada Piedade Lalanda **(PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Eu gostava de intervir para trazer uma leitura qualitativa do Plano, uma vez que o Sr. Deputado José Bolieiro falou que se fazia muita leitura quantitativa. O certo é que quando intervêm da bancada do Partido Social Democrata, centram-se essencialmente nos números e nas verbas, até estão preocupados com o facto de haver verbas pequeninas inseridas no Orçamento.

Em termos qualitativos, penso que a área das políticas sociais está revelada neste plano como uma área inovadora e digo inovadora porque no que toca aos idosos, por exemplo, não há apenas a preocupação de gastar dinheiro em lares, mas de o gastar de uma forma diferente, ou seja, apostando em unidades de pequena dimensão. Penso que aí é que está a grande mudança, é ter a noção de que o idoso não é um resto, não é para armazenar, mas é para ser cuidado, com humanidade e num espírito familiar, residências essas que se prevêm instaladas próximo da zona de residência do idoso.

Por outro lado, este Governo apostou e incrementou uma política de proximidade nos cuidados aos idosos, ou seja, o chamado apoio ao domicílio. Foi feita uma aposta nesta área e de novo é uma área onde gastou bastante dinheiro.

A preocupação hoje em dia não é só alargar e manter esta rede de apoio aos idosos, mas de formar os prestadores e garantir a qualidade dos serviços prestados. É aí que está a diferença. Não se trata só de dinheiro, mas como se gasta o dinheiro.



Aposta-se também na redução de pobreza dos idosos. Fala-se pouco mas são extremamente importantes as medidas que o Governo Regional tem e que são medidas inovadoras mesmo a nível nacional, como o complemento de reforma regional e comparticipação na compra de medicamentos. Estas são medidas que reduzem a chamada pobreza dos mais frágeis que são os idosos.

No que toca às crianças é importante lembrar que há medidas de inovação que não tinham sido tomadas até então, nomeadamente o apoio aos centros de animação de rua, que é uma forma indirecta, mas eficaz, de trazer crianças para as instituições, para a escola, para espaços onde elas se possam formar como pessoas, e o aumento dos centros de actividades ocupacionais vocacionados para os jovens e crianças portadores de deficiência. Portanto, há ao mesmo tempo não só uma política de investimento no apoio às crianças portadoras de deficiência, mas uma lógica integrada. Nota-se outra vez a diferença, não é só meter verbas para o apoio à deficiência, mas como é que se gastam essas verbas numa perspectiva de integrar o deficiente na comunidade na qual ele reside.

Outro aspecto importante foi o investimento no alargamento da rede de amas. De novo é uma medida importante no sentido de dar resposta a equipamentos de apoio à infância em comunidades onde eventualmente não existem ainda creches ou não haja dimensão suficiente para se justificar a construção de uma creche.

Uma medida também inovadora e recente são os equipamentos, que foram referidos pelo Sr. Secretário, de acolhimento de fratrias destinadas a crianças dos 0 aos 6 anos.



Resumindo: é importante reflectirmos não apenas nos números, mas na filosofia que está subjacente aos números, ou seja, como é que se conduz a política social na Região. Penso que nesse sentido a Secretaria Regional está de parabéns.

Deputado Nuno Amaral *(PS)*: ***Muito bem!***

Presidente: **Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.**

(*) Deputada Fernanda Mendes *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realmente foi dito e o Sr. Deputado Pedro Gomes referiu, que a intervenção do Sr. Secretário enfermava de um enorme defeito, porque só falou em números e em obras. Importava conhecer mais aspectos relacionados com o debate que tivemos no Programa do Governo, mas é perfeitamente lícito.

O que eu gostaria de chamar a atenção é que quando nos debruçamos sobre um Plano de Investimentos, esse plano não é um mero aglomerado, como foi dito aqui, de números sem qualquer lógica e colocados ao acaso, distribuídos em acções soltas num determinado papel, num determinado projecto ou num determinado programa. Não é assim.

Não é assim, porque desde logo, se nós pudermos falar do ponto de vista dicotómico em intervenções e infra-estruturas de saúde e no desenvolvimento e modernização de um sistema que é fundamental, se nós formos ver os investimentos efectuados pelos Governos do Partido Socialista até 2004, veremos que, no que diz respeito às obras, nós investimos 26,9 milhões de euros. Mas no que diz respeito ao desenvolvimento do sistema, o investimento foi de 40 milhões de euros. Isto é falando de grosso modo e nos números gordos.



Deputado Pedro Gomes (*PSD*): **E os resultados são...?**

A Oradora: **Mas, se nós tivermos um olhar qualitativo dessas acções vamos ver que ao longo do tempo também o próprio plano foi espelho da modernização e da actualização da estratégia.**

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): **Diga quais são os resultados, Sra. Deputada. Está a prestar um esclarecimento!**

A Oradora: **O que é que eu quero dizer com isto?**

Por exemplo, falou-se aqui na luta contra as dependências, nomeadamente a toxicodependência.

De facto, ela estava agregada numa acção que tinha a ver com apoio às casas de saúde e à área de saúde mental. A dada altura o Governo entendeu que deveria diferenciar a verba para uma acção concreta na prevenção da toxicodependência. Não retirou outro apoio no tratamento, que foi muito bem aqui explicado pelo Sr. Secretário Regional, no que diz respeito a onde ele se encontra e que tipo de intervenções existe.

Aqui há dispêndio, há custos. Portanto, há aposta nesta matéria.

Mas no que diz respeito à prevenção nós investimos mais e diferenciamos este aspecto. Isto está no plano.

Se nós olharmos os aspectos da formação profissional, da actualização que é fundamental, hoje todos os especialistas, em qualquer área, dizem que a aposta está nos recursos humanos. Portanto, os nossos planos têm vindo cada vez mais a apostar não só no que diz respeito à formação dos nossos técnicos, ...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): **E na gestão dos recursos humanos?**

A Oradora: **Irei lá numa próxima intervenção**



... mas também na formação dos profissionais na pré-formação.

Presidente: **Agradecia que concluísse, Sra. Deputada.**

A Oradora: **Termino já, Sr. Presidente.**

No que diz respeito a outras áreas eu terei oportunidade de falar numa segunda intervenção.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.**

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após a intervenção do Sr. Secretário, que foi excelente nesta matéria, como sempre, deparamo-nos aqui com mais uma intervenção dos nossos senhores da oposição que, mais uma vez elencam o resumo do relatório do Tribunal de Contas sobre uma determinada Unidade de Saúde.

É preciso dizer que para todos os serviços da região, sejam eles da saúde ou não, os relatórios do Tribunal de Contas são instrumentos importantíssimos para a gestão destes serviços. São pagos por esses serviços para virem relatórios especializados. Ultimamente o Tribunal de Contas tem sido dotado de mais meios e de mais técnicos para produzir relatórios com melhor qualidade e isso é olhado por parte do Partidos Socialista como instrumentos de gestão que ajudam a corrigir muitas coisas e que nos apontam aquilo que é preciso alterar.

Para nós, isso é positivo. Para o PSD os relatórios do Tribunal de Contas servem para ler o resume final e apontar tudo o que lá está escrito.

Meus amigos, não é assim que temos que gerir e melhorar a eficiência da gestão das nossas unidades e de todo o sector público. Temos que apontar soluções para aqueles problemas. Isso que os



senhores fazem já os gestores da saúde e toda a Administração Pública Regional o faz quando recebem o relatório.

É preciso ver que isso para nós é positivo. Para vós é um instrumento de ataque à governação socialista.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Há 15 dias apresentámos propostas concretas e o seu grupo Parlamentar não respondeu a elas!

O Orador: Ainda bem que os relatórios do Tribunal de Contas existem! Ainda bem que estão a evoluir! Ainda bem que isso acontece!

É pena não terem sido feitos, ao longo de toda a história da nossa Autonomia, com tanta qualidade e com tanto rigor como estão a ser feitos ultimamente.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns dos esclarecimentos que queria prestar já foram aqui abordados. De qualquer das formas gostaria de fazer uma abordagem a uma crítica recorrente por parte da bancada do Partido Social Democrata de que o Plano Anual para 2005 revela preocupações exclusivamente quantitativas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu não disse isso, Sra. Deputada!

A Oradora: Isto é uma crítica que nós já ouvimos ontem e já ouvimos hoje.

Eu gostaria de rebater, porque parece-me que, quer o próprio documento em si, quer a intervenção que o Sr. Secretário teve oportunidade de proferir de tribuna, dão exemplos claros de uma preocupação com a quantidade sim, mas também com a qualidade.



A Deputada Piedade Lalanda já referiu alguns exemplos, mas eu gostaria de referir outros.

Mesmo em termos do tipo de estrutura que nós optámos por construir, está-se a ter uma preocupação com qualidade. Quando nós optamos por construir uma residência para idosos, ou uma pequena estrutura tipo familiar para acolhimento de crianças, em vez de uma grande estrutura, de um grande internato ou de um grande lar, estamos preocupados com a qualidade, porque temos consciência que a própria tipologia da infra-estrutura que estamos a construir vai influenciar as dinâmicas, os relacionamentos e os serviços que decorrem dentro dessa infra-estrutura.

Portanto, esta crítica que os senhores insistem em fazer, ou é infundada, ou revela uma leitura pouco cuidada do documento.

Em termos do tratamento e da prevenção das toxicodependências, o Sr. Secretário já fez referência que algumas despesas com o tratamento da toxicodependência não são despesas de plano, não são verbas contempladas no plano.

Por outro lado, também já tive oportunidade de fazer referência nesta Casa e vou repeti-lo, porque é esta a minha convicção, há um grande conjunto de acções que podem ser desenvolvidas no âmbito da prevenção de toxicodependência que não implicam um cêntimo a mais de despesa. Implicam, sim, uma preocupação com o tipo de formação que nós fazemos aos nossos jovens, às nossas crianças, às nossas famílias.

Ninguém sabe exactamente por que é que um jovem se envolve com uma substância tóxica e outro, com características semelhantes, não se envolve.



O que nós sabemos é que há um conjunto de factores de risco e de protecção que contribuem para aumentar essa fragilidade em alguns jovens ou para aumentar essa capacidade de resistência.

Há muita coisa que pode ser feita, há muita coisa que está a ser feita na nossa comunidade, na nossa Região, em termos de facilitar, em termos de fomentar esses factores de resistência, esses factores de protecção.

Tudo aquilo que nós fazemos para promover a auto-estima dos jovens, para promover a capacidade de resolução de conflitos das nossas crianças e dos nossos jovens, para promover a capacidade de relação inter-pessoal, para promover a capacidade de adiamento ou de gratificação, para promover a capacidade de auto-afirmação e a capacidade de resiliência das nossas crianças ou dos nossos jovens não custa um cêntimo à Região e está a contribuir para a prevenção das toxicodependências, da mesma forma que contribui para outros problemas sociais, para prevenir a delinquência juvenil, para prevenir a criminalidade e um rol de outros problemas que nos afligem a todos.

Para finalizar diria apenas que esta é também uma preocupação nossa e que a devido tempo apresentaremos uma proposta de alteração ao documento para reforçar estas verbas.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Gostaria apenas de lhe fazer duas perguntas.

Uma delas tem a ver com o projecto designado por “Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude”. Gostaria de saber se



estará incluído o ATL que há muito é reivindicado pela Associação de Funcionários da Administração Regional da Ilha Terceira.

A outra pergunta tem a ver, como não podia deixar de ser, com o Hospital de Angra. Gostava de saber quando é que efectivamente os terceirenses podem contar com esta nova infra-estrutura uma vez que este Plano, mais uma vez, aponta para estudos e aquisição do terreno.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há dois meses atrás, mais semana, menos semana, fui acusado no Jornal Diário Insular, porque alguém escreveu para lá certamente, de ser o Deputado da Ilha Terceira, de fazer as coisas pela Ilha Terceira.

O que vejo hoje neste plenário, a acho até muito bem, são deputados de várias ilhas a defender a sua ilha, e de que maneira!

Certamente que nós conhecemos melhor a nossa ilha do aqueles que são de fora.

Somos todos deputados regionais, mas é lógico e normal que cada um, porque conhece melhor, deve defender a sua ilha ou o seu lugar, mais do que os outros. Só assim é que se consegue fazer algo de bom e de melhor.

Só que há aqui uma diferença e muito grande. É que essas pessoas que escreveram para esse dito jornal, hoje, pura, simplesmente e tão só, só falaram da Ilha Terceira. Ainda bem! Eu sou da Terceira e fico contente!

A diferença é que hoje se fala e se reivindica coisas para a Ilha Terceira, mas na altura em que escreveram para o jornal a situação



não era a mesma. Naquela altura não se podia defender só a Ilha Terceira, porque éramos deputados regionais.

Inclusivamente dizia-se no jornal: “se o Sr. Deputado não sabe, devia saber”.

Nós valemos por aquilo que somos, não por aquilo que escrevemos hoje e dizemos amanhã.

Os Srs. Deputados da oposição, sobretudo os Srs. Deputados do PSD, são pessimistas: O Governo não faz nada! O Governo não sabe nada! O Governo não tem dinheiro!

Esquecem-se aqui de uma coisa. É que na altura das eleições regionais, mais nas vésperas...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, eu vou ter que interpelar a Mesa.

O que é que isto tem a ver com o debate do Plano?!

O Orador: O Sr. Deputado Clélio Meneses quando quiser falar comigo, peça a palavra e fale na sua vez. Levante-se, porque a resposta está pronta. O senhor tenha calma. O senhor está nervoso, mas eu não estou. Mantenha-se calmo, pela sua rica saúde.

(Risos da Câmara)

Temos tempo. Se não acabarmos hoje, acabamos amanhã.

Presidente: O Sr. Deputado Toste permita-me que lhe diga o seguinte:

Presume que ainda está a fazer a introdução à questão que vai colocar ou aos esclarecimentos que vai prestar sobre a saúde, que é o tema que está em debate.



O Orador: **Eu vou falar sobre a saúde, mas o Sr. Deputado Clélio parece que implica um bocadinho comigo. Gostava que ele se levantasse, falasse, dissesse o que tem para dizer, porque eu tenho resposta para lhe dar.**

Eu quero chegar ao final, quero falar sobre a saúde, mas isso demora o seu tempo.

(Risos da Câmara)

Se me deixarem falar eu chego lá, se não deixarem, pois paciência! É preciso calma!

Eu vou voltar um bocadinho atrás.

Presidente: **Sr. Deputado, terminou o seu tempo.**

O Orador: **Os Srs. Deputados do PSD esqueceram-se de uma coisa: nas vésperas das eleições regionais, tinham a certeza que iam ganhar as eleições. Era um optimismo disparatado.**

Agora caíram no pessimismo e como tão pessimistas que são, não acreditam que o Governo é capaz de fazer algo.

Mas é o inverso. Este Governo é muito optimista e só com optimismo, seriedade e vontade é que se consegue fazer as coisas.

Este Governo certamente vai cumprir com o que está aqui escrito. Ele está empenhado e todos nós, Grupo Parlamentar do PS, estamos empenhados e vamos fazer por isso.

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado.**

O Orador: **Eu ainda não acabei.**

(Risos da Câmara)



É só mais um bocadinho que eu vou acabar.

Presidente: **Sr. Deputado, não lhe posso dar mais tempo.**

O Orador: **Então falo a seguir.**

Tenho dito.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.**

(*) Deputado Paulo Messias (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs.**

Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas questões muito rápidas.

Em primeiro lugar para dizer que prevenir a toxicodependência não é só o tratamento à toxicodependência. Hoje, na minha intervenção de tribuna disse que investir na habitação é investir numa sociedade melhor, é investir em jovens não delinquentes. Portanto, investir na habitação social é também investir na prevenção da toxicodependência.

Gostava de deixar aqui um testemunho de uma visita que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Ilha Terceira fez aos Serviços de Didactologia, na Ilha Terceira.

Reunimos com os técnicos que lá trabalham, tivemos conhecimento dos doentes que têm passado nesse serviço, da quantidade que por lá tem passado, daqueles que já estão curados e de alguns que têm recaído e têm voltado.

Gostava de deixar aqui o testemunho de uma mãe que se sentia muito satisfeita pelo seu filho. A partir do momento em que passou a ter tratamento na Didactologia, passou a ter uma vida normal, deixou de roubar os vizinhos, os tios e os primos. Passou a trabalhar e a ser



um elemento útil na sociedade em que vivemos. Era este o primeiro ponto que queria realçar na minha intervenção.

O segundo ponto tem a ver com a construção do Hospital de Angra do Heroísmo.

Durante a última legislatura o PSD acusou muito o PS por não ter construído o Hospital de Angra.

O PS nunca prometeu construir o Hospital de Angra na última Legislatura. O que o PS disse que fazia, fez. A prova disso é que quando chegou ao acto eleitoral mostrou aos terceirenses aquilo que tinha prometido e os terceirenses voltaram a dar o seu voto de confiança ao PS.

O que o PS diz nesta Legislatura é que vai beneficiar a construção do Hospital de Angra do Heroísmo e vai fazê-lo: vai iniciar a construção do Hospital de Angra do Heroísmo.

Eu gostava de realçar que numa intervenção feita há pouco nesta Casa, uma Sra. Deputada da Ilha Terceira referiu que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está subordinado ao Governo.

Eu gostava de esclarecer que não estamos subordinados ao Governo. Nós estamos subordinados ao nosso programa, agora nunca podemos é estar subordinados ao Grupo Parlamentar do PSD. Isso é que nunca! Até porque há aqui dois programas que estiveram em discussão nas eleições: o programa do PSD e o programa do PS.

O programa do PSD não era um bom programa. O povo açoriano não o quis.

Portanto, nós temos que nos reger pelo programa do Partido Socialista. Foi esse que ganhou os votos e é esse que vai ser cumprido.

Muito obrigado.



Vozes dos Deputados da bancada do PS: ***Muito bem! Muito bem!***

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar.**

Deputado José Gaspar (***PS***): **Prescindo, Sr. Presidente.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.**

Deputado Clélio Meneses (***PSD***): **Prescindo, Sr. Presidente.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.**

(*) Deputado Pedro Gomes (***PSD***): **Sr. Presidente, Srs. Deputados,
Srs. Membros do Governo:**

Assistimos aqui a um facto extraordinário: o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais fala nesta câmara como se o Partido Socialista tivesse acabado de ganhar as eleições e não houvesse 8 anos de governação socialista na área da saúde.

Ouvimos um discurso optimista, um discurso de futuro e um discurso que não tem qualquer referência ao passado destes 8 anos de governação do Partido Socialista.

Deputado Lizuarte Machado (***PS***): **Isso é falso. O Sr. Secretário falou em 2000 e não em 96!**

Deputado Nuno Amaral (***PS***): **Temos muito orgulho nesses últimos 8 anos!**

O Orador: **Eu vou dar um exemplo:**

O Sr. Secretário referiu aqui, com certo orgulho até, que a SAUDAÇOR tinha renegociado a dívida, tinha contraído um empréstimo, tinha pago uma parte do *factoring* devido pelas Unidades de Saúde e tinha feito os pagamentos à Associação Nacional de Farmácias. Mas o que o Sr. Secretário não disse e devia ter dito é que esse protocolo foi negociado e foi renegociado por um Governo



Socialista e era Secretário Regional da Saúde o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Nesse protocolo que foi renegociado com a Associação Nacional de Saúde desapareceu o tecto financeiro, o campo, para a flutuação dos juros.

Custou dinheiro à Região, a Região pagou dinheiro em juros e agora é extraordinário que o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais venha a esta Câmara como se este acordo com a Associação Nacional de Farmácias tivesse sido de há 20 anos atrás, no tempo do PSD.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não. O PSD não fez acordo com a Associação Nacional de Farmácias!

O Orador: Também é preciso dizer, Sr. Secretário, que é verdade que a SAUDAÇOR contraiu um empréstimo de 80 milhões de euros. É verdade. Mas o que é verdade é que as dívidas do Sistema Regional de Saúde são enormes.

O Sr. Secretário divulgou um número segundo o qual a dívida do Serviço Regional de Saúde era de 98.5 milhões de euros. Eu tenho dúvidas sobre este número, porque só o Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, tem uma dívida de 80 milhões de euros.

Deputado Francisco Coelho (PS): Será que é dívida?

O Orador: É dívida, sim senhor. E posso-lhe dizer os números, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor não percebe nada disso!

O Orador: Percebo, com certeza.

A fornecedores – 11 milhões de euros.



Em factoring – 33 milhões de euros, depois de ter pago uma parte.

Deputado Francisco Coelho *(PS)*: **Factoring é dívida?**

O Orador: **É, é.**

À SAUDAÇOR – 17 milhões de euros.

Deve ainda – diversos – 19 milhões de euros.

Total: 80 milhões de euros.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila)*: **E quanto é que devem ao hospital?**

O Orador: **Estou a falar da dívida.**

Para terminar, porque o nosso tempo é escasso, é também interessante que não se tenha falado em listas de espera. O que é verdade é que a gestão do Partido Socialista na área da saúde, ao longo destes 8 anos, deixou também um resultado desastroso ao nível das listas de espera.

Cada utente em espera é um cidadão dos Açores que não é atendido pelo Serviço Regional de Saúde

Deputado Francisco Coelho *(PS)*: **Antes não havia listas de espera!**

O Orador: **No Serviço Regional de Saúde, no Hospital de Ponta Delgada, para não citar outros, há mais de 4 mil cidadãos que estão em lista de espera só em cirurgia e alguns deles estão em lista de espera desde 97 e 98, nalgumas especialidades, como é o caso da ortopedia. E 30% dos 4.000 cidadãos que estão em lista de espera, estão há mais de dois anos.**

Isto é uma vergonha é o retrato claro do fracasso da política do Partido Socialista na área da saúde.

Obrigado.



Deputado Francisco Coelho (*PS*): **Lá fora já não há listas de espera, acabaram com o último Governo da República!**

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): **Eu estou a falar sobre o Plano da Região. Eu quero ouvir falar sobre a dívida das farmácias!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.**

Deputado Jaime Jorge (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

O Sr. Secretário há bocadinho deu o exemplo de uma boa racionalização dos meios e dos recursos e de uma complementaridade positiva, a do mamógrafo.

Já agora, queria aproveitar para lhe dizer que este mamógrafo foi oferecido pelas três câmaras municipais da ilha.

Portanto, apesar de ter estado muitos meses sem ser utilizado, isto contraria de certa forma o que disse há pouco o Sr. Deputado Hernâni Jorge, de que as Câmaras do Pico nunca colaboram com o Governo. As câmaras, sempre que possível e sempre que os objectivos o justifiquem, colaboram com o Governo.

Sr. Secretário, sabendo que um dos objectivos da Unidade de Saúde de Ilha é, de facto, a racionalização dos meios humanos, dos meios técnicos e dos meios logísticos, eu gostaria de saber quando vai ser possível aproximar os rácios médico de família/utente, no Centro de Saúde da Madalena, em relação aos outros dois centros de saúde da ilha?

Sr. Deputado Hernâni Jorge:

Se me permite um comentário, embora estejamos aqui muito limitados pelo tempo, há bocadinho não me congratulei pela construção do Centro de Saúde da Madalena porque o meu colega,



Deputado Cláudio Lopes, já o tinha feito na sua intervenção. Portanto, seria redundante da minha parte estar a repeti-lo, porque considero que as palavras dele foram também as minhas.

De qualquer forma, queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que eu concordo com o modelo de gestão da saúde preconizado pelo Programa do Governo que foi a eleições. Mas até que este modelo prove que é melhor e tem melhores resultados, uma vez que ele é novo e está implantado há pouco mais de um ano, eu ainda não tenho dados suficientes para concluir que este é melhor.

Gostaria de perguntar, para terminar:

Recentemente, a Unidade de Saúde da Ilha do Pico abriu dois concursos públicos para admissão de dois licenciados em direito. Em nome da racionalização dos meios humanos será que se justifica?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

(*) Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que entretanto existiram várias intervenções e existem aspectos que são mais urgentes do que a matéria da minha intervenção anterior, gostaria de fazer aqui um ligeiro exercício contra uma doença muito actual que é a doença de Alzheimer, que tem a ver com o esquecimento. Ao mesmo tempo gostaria de dar esta resposta à Sra. Deputada Carla Bretão.

Não há dúvida nenhuma que os utentes da Terceira, e das outras ilhas que canalizam doentes para a Terceira, o que querem é boas condições nas instalações de saúde, bom atendimento em resposta aos seus problemas.



Aos utentes não interessa, em boa verdade, se é uma instituição nova ou antiga. Isto é a essência da coisa. Mas, entretanto, gostaria de dizer que quando se faz uma programação estratégica a longo prazo, com muito tempo, se deve decidir se se vai ou não construir um hospital novo.

Isso não quer dizer que deixemos de intervir no hospital antigo para que os utentes tenham verdadeiramente condições e, além de tudo, que a instituição possa acompanhar a modernização do sistema.

É por isso que na Ilha Terceira se investiu, nestes últimos 8 anos, 17 milhões de euros, dos quais 4,5 foram para o Centro de Saúde da Praia da Vitória e 11,5 milhões de euros foram investidos no Hospital de Angra do Heroísmo. Para quê? Para que tenha condições para efectuar o atendimento aos utentes.

No tal exercício contra o Alzheimer, gostaria de dizer que relativamente ao novo Hospital de Ponta Delgada, em 1982, deu-se início aos primeiros estudos funcionais, pelos suecos, a pedido do Governo Regional.

Em 85, os suecos apresentaram o relatório e os serviços debateram-no.

O concurso foi lançado em 87.

A primeira pedra foi lançada em Setembro de 1991.

Entretanto, de 82, a 91, já se passaram 9 anos.

A 31 de Julho de 97, conclusão da obra, a obra de construção civil.

De 97 a 99 foi a fase do equipamento.

Nisto tudo, nós tivemos a módica quantia, já que estamos falando em quantias, de 17 anos.



Eu acho que este é um belíssimo exercício contra a doença de Alzheimer.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): **Muito bem!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.**

(*) Deputado António Toste (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Queria lembrar aos Srs. Deputados o PSD, mais concretamente da Ilha Terceira, que estão preocupados com as obras que vão ser feitas ou não e quando é que vão ser feitas, na área da solidariedade social, as obras que estão para ser iniciadas e as que estão no projecto.

Obras a iniciar:

- Remodelação do edifício para instalação da Creche e Jardim de Infância da Confederação Terceirense;

- Remodelação e ampliação da Creche Jardim de Infância da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento;

- Remodelação dos espaços da Creche Jardim de Infância da Casa do Povo da Terra Chã.

Em projecto:

- Remodelação e ampliação do edifício da Creche da Praia da Vitória;

- Reconstrução e adaptação do Claustro do Sul Recolhimento de São Gonçalo;

- Construção do Centro de Actividades Ocupacionais da Sociedade Cristã da Mocidade.

Era apenas isto, para que ficassem informados.

Disse.

Presidente: **Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.**



(*) Deputada Piedade Lalanda *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que é importante e faz parte da estrutura desta Assembleia, que se defenda os interesses de ilha.

Mas eu penso que em matéria de políticas sociais não é de desprezar um instrumento que existe, a Carta Social. A Secretaria de Assuntos Sociais, penso eu, e o Governo, ao terem criado esse instrumento, como a Carta Escolar ou a Carta Hospitalar, foi no sentido de poder melhor planear, decidir, escolher e definir as tais prioridades como há pouco reivindicava o Deputado Pedro Gomes.

Em matéria de prioridades, no que toca por exemplo aos ATL, a Carta Social revela-nos que a Povoação, por exemplo, é um dos concelhos com maior carência, Vila Franca do Campo, São Roque do Pico, Madalena, Velas de São Jorge e até há concelhos como as Lajes do Pico, Lajes e Santa Cruz das Flores e até o Corvo que não têm qualquer tipo de estrutura a esse nível.

Penso que quando se fazem reivindicações de ilha, também há que olhar se são prioridades no tocante à Região, porque nós, Deputados de São Miguel, podemos vir defender a nossa dama e dizer que também sentimos que, por exemplo, a cidade de Ponta Delgada, na sua zona de crescimento, tem carências de estruturas de apoio à infância, mas numa visão de conjunto, temos que olhar às tais prioridades, que são também prioridades de carência, e dos concelhos que têm maior necessidade desse tipo de equipamentos.

Penso que é nesse sentido que se fazem as escolhas e não apenas das necessidades e dos desejos que cada concelho pode ter.

Muito obrigado.



Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.**

(*) Deputado Rogério Veiros (*PS*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Relativamente a uma intervenção que assistimos aqui há pouco sobre as dívidas da saúde e sobre a interpretação que se faz dos relatórios e contas, o Tribunal de Contas executa os relatórios muito bem executados com conclusões. Basta lermos as conclusões para nós apurarmos o real défice das instituições de saúde.

Agora, quando vem um Deputado ao plenário em que diz que a dívida é tanto, elenca os montantes de dívida e nem se dá ao trabalho de fazer a diferença entre o passivo e o activo, meus senhores, nem com relatórios de alta qualidade os senhores conseguem perceber.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Volta a estar a enganado, Sr. Deputado!

O Orador: Meus amigos, o défice de qualquer hospital ou de qualquer instituição analisa-se pelo montante total de dívidas e a isso subtrai-se os activos que se tem para receber. É assim que se apura o défice da saúde.

Não é chegar lá, somar o total das dívidas e dizer que a dívida é tanto. Isso é contabilidade de taberneiro...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Modere a linguagem, Sr. Deputado. Olhe que não fica bem!

O Orador: ... e essa não é a contabilidade nem do PS, nem do Tribunal de Contas.

O senhor disse que parece que o PS só agora é que iniciou a governação. Eu queria dizer-lhe que o Sr. Secretário, na sua intervenção, elencou a evolução de números de 96 a 2000, de 2000 a



2004 e quais são os objectivos para a presente legislatura. Ele nem fez aquilo que os senhores não gostam que se faça, que é vir comparar com o período antes de 96.

Se nós falamos daquilo que evoluímos, os senhores dizem que nós não falamos, se falamos antes de 96, toca-vos na ferida, vocês não gostam.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Vocês, é uma casa de família!

O Orador: Queria lhe dizer que ao PS, à maioria socialista e àquele Governo que ali está sentado, cabe a nobre tarefa de governar. Nós já ganhámos as eleições em 96, em 2000 e em 2004. Pelos vistos, com uma oposição destas, ainda vamos ganhar em 2008, por uma razão muito simples, é que a nós cabe-nos governar, aplicar as políticas. Ao PS cabe estar sempre em mudança, porque o mundo não pára e os Açores também não.

É certo que em 96 havia realidades e houve políticas que foram assumidas por determinados Secretários e por determinados Membros do Governo que depois com a continuidade, com a evolução dos tempos, tiveram que ser alteradas. Isso é normal.

Grave era se fosse ao contrário, era se nós chegássemos aqui em 96, e achássemos que éramos donos da razão e não alterássemos nada.

Isso não acontece na saúde, porque mudámos de secretários, porque há secretários que estão ali sentados desde 96, que aplicaram métodos, aplicaram políticas, elas deram resultados e já chegaram à conclusão que é necessário alterar.

Esse exercício de evolução por parte do Partido Socialista ainda é mais exigente, porque cada vez mais temos menos e mais fraca



oposição. Cabe ao próprio PS inovar, continuar a melhorar e a mudar os Açores para melhor.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.**

(*) Deputada Maria José Duarte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Eu gostaria de saber que medidas o Governo pretende implementar no que respeita à reinserção social dos toxicodependentes.

Muito obrigada.

Presidente: **Depois de 22 esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.**

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por responder à questão que a Dra. Carla Martins colocou relativamente ao apoio ao infantário na área dos profissionais públicos.

Gostaria de lhe dizer que não está contemplada na área dos Assuntos Sociais, mas sim na área do Associativismo Público, Serviços Sociais, Programa 27.3 e vai ser assumido pela Administração Regional e Local.

Relativamente ao Hospital de Angra penso que, clara e definitivamente, assumo que é para construir.



A fase que agora estamos é única e exclusivamente a escolha do terreno, de dois terrenos que estão escolhidos. É preciso que a Comissão que vai fazer a escolha decida de uma vez por todas qual é a localização do terreno, com uma cautela e cuidado, é que nós não pretendemos começar a provocar especulação imobiliária. Como deve calcular, é muito fácil e provável que comece a acontecer quando dissermos eventualmente quais são as localizações para a escolha.

Portanto, com cuidado, com os membros das várias áreas que estão escolhidos para fazer essa escolha, iremos gerir este processo com a maior das cautelas possíveis.

Relativamente ao Sr. Deputado Jaime Jorge, gostaria de lhe dizer que dos rácios que nós possuímos relativamente ao Centro de Saúde da Madalena, São Roque e do Pico, há uma grande discrepância entre São Roque e a Madalena, porque São Roque tem um rácio de um médico para 907 utentes. Isto é um luxo numa Região com as dificuldades que nós temos, mas isso deriva de uma situação que foi ter sido permitida a transferência de uma médica do Centro de Saúde da Madalena para São Roque do Pico, quando isso devia ter sido evitado precisamente para não provocar este desequilíbrio.

Portanto, isto obriga a que a Unidade de Saúde de Ilha do Pico, agora em acção, tenha que criar condições e tenha que reestruturar esta situação de maneira a que distribua os recursos humanos que tem para dar capacidade de resposta aos utentes das diversas áreas, neste caso particular, à Madalena.

No que se refere aos concursos, eles são da competência das Unidades de Saúde de Ilha. A Unidade de Saúde de Ilha entende que é necessário ter um jurista para lhe dar apoio, uma vez que se levantam



sérios problemas, não só nos concursos, mas sobretudo na questão da contratação de pessoal. Como sabe, a Lei 24/2004, que tem o Código de Trabalho anexo, é muito complicada, temos muita gente com contratos, temos que resolver esta situação dos contratos, os órgãos de administração têm que ter técnicos e gente formada para lhes dar apoio para poderem ter decisões acertadas e rentabilizadas.

Relativamente ao Sr. Deputado Pedro Gomes, queria dizer-lhe que no que toca ao acordo com a ANF eu sou solidário com o antigo Secretário, como sou também solidário com a antiga Secretária Regional. Posso ter estilos ou maneiras diferentes de encarar as coisas e ter uma gestão diferente, mas para nós é um assunto que está ultrapassado.

Quanto às listas de espera, Sr. Deputado, eu tenho na minha mão aquilo que prometi aqui aquando do debate do Programa do Governo: o relatório das listas de espera do Hospital Divino Espírito Santo, que faz a avaliação de todo o processo que existiu desde 2002. Sei exactamente os números, que coincidem com os seus, que estão em lista de espera (4000).

Também tenho aqui todo o enquadramento legal em que é possível criar situações de ultrapassar as listas de espera.

Vamos alargar as listas de espera não só a algumas especialidades cirúrgicas, como era antigamente. Vamos abrir a todas as especialidades cirúrgicas, vamos abrir às consultas externas e vamos abrir aos exames complementares de diagnóstico. Mas isto chegou sexta-feira à tarde. Eu trouxe comigo para a Horta, para ler, para reflectir, para quando regressar me poder debruçar sobre isso.



Está aqui o processo, está aqui a minha promessa, está aqui diante de vós aquilo que eu prometi.

Gostaria muito de discutir consigo uma outra situação na sequência da sua intervenção que fez em Fevereiro e que eu não estava presente, não por primar pela ausência e não por menos respeito por esta Câmara, mas por razões que tinha assumido.

Temos três grandes projectos em mãos. Temos a proposta da facturação aos subsistemas e a terceiros; temos em mãos a proposta de uniformização da tabela de reembolsos para aplicar nos Serviços de Saúde, e estamos a iniciar a validação das convenções, isto é, permitir que o Serviço Regional de Saúde, tal como está previsto no Estatuto do Serviço Regional de Saúde, possa fazer convenções com entidades privadas no âmbito da prestação de cuidados, quando esgotada a capacidade técnica e humana dos serviços públicos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O Orador: É um vasto leque de iniciativas que estamos a trabalhar. De facto, subcarrega-nos um pouco, mas estamos aqui para isso. Vamos continuar e vamos apresentar os resultados e as propostas que nos comprometemos sobre isso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Receio que tenha ultrapassado largamente o seu tempo.

Terá outra oportunidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu soube há pouco que a Direcção Clínica do Hospital de Angra se demitiu hoje.



Gostaria de saber se sabia disso e o que é que pensa sobre este assunto?

Obrigada.

Deputado Herberto Rosa (PS): E o que é que isto tem a ver com o Plano?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto a esta questão da Sra. Deputada eu desconheço. Portanto, não vou fazer comentários, porque, para já, não está integrada na questão que estamos a ter, nem tão pouco fui avisado, logo, não me posso pronunciar sobre isso.

Relativamente à questão colocada há pouco sobre a reinserção dos toxicodependentes no mercado de trabalho, como disse, há os centros de herboterapia e há os centros de inserção e, em parceria com a Educação e Ciência, no âmbito do trabalho, tentamos rentabilizar a reinserção destes toxicodependentes recuperados nos programas PROSA.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário dos Assuntos Sociais já respondeu parcialmente à questão colocada pela Deputada Maria José Duarte.

No entanto, gostaria de adicionar algumas coisas que já estão a ser feitas na Região e que da minha parte gostaria de ver ter continuidade no âmbito da reinserção dos toxicodependentes,



reinserção num sentido mais alargado e mais lato, que não exclusivamente a reinserção profissional.

Falaria do acompanhamento dos doentes após o período de internamento, do aconselhamento às famílias, das acções de formação profissional, do desenvolvimento do mercado social de emprego, das unidades de vida apoiada e das casas de transição.

Presidente: Não tenho mais inscrições sobre este assunto, por isso tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar para uma intervenção.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Garante-nos a Constituição da República Portuguesa que a Saúde é um dos direitos sociais fundamentais, devendo ter-se em conta a universalidade na capacidade de acesso aos serviços de saúde, assim como a vertente da tendencialidade da gratuitidade na prestação dos cuidados de saúde.

A qualidade do desenvolvimento da nossa Região também passa pelo sector da Saúde – promovendo-a e prevenindo a doença, terá efeitos que se reflectem no campo individual, familiar e social dos açorianos.

A estratégia para a área da Saúde apresentada no Programa do IX Governo Regional, e aprovada nesta Assembleia, desenvolver-se-á através dum vasto leque de medidas e acções para a concretização dos objectivos propostos, que passam a constituir uma alteração qualitativa na prestação dos cuidados de saúde, dos açorianos.

Implementar a melhoria da cobertura assistencial à população no campo da Medicina Geral e Familiar através de várias medidas, entre elas, prosseguir o programa de deslocação de médicos especialistas e outros técnicos de saúde às ilhas onde não estão localizados hospitais, desenvolver a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

implementação da Telemedicina, exige especial atenção à Formação dos profissionais de saúde.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As orientações de Médio Prazo 2005/2008 e o Plano Regional Anual 2005, agora em debate, apontam várias vertentes que se irão desenvolver na área da Saúde.

Assim sendo, neste mandato dar-se-á início aos processos referentes ao desenvolvimento da construção dos novos Centros de Saúde de Ponta Delgada, Madalena e Santa Cruz da Graciosa, obras da maior importância para a melhoria dos cuidados de saúde prestados às comunidades em que se inserem e tendo ainda em conta a entrega dos edifícios antigos às entidades proprietárias (Santas Casas da Misericórdia) que os podem aproveitar da melhor forma, criando ou melhorando serviços já existentes na área da Solidariedade Social.

Com essa finalidade implementar-se-á neste período a elaboração de programas, estudos e projectos, assim como a aquisição dos terrenos, destinados à construção das novas infra-estruturas, conforme vem definido no Programa 16 do Plano para 2005.

A conclusão e entrada em funcionamento (muito brevemente) do Serviço de Atendimento Urgente do Centro de Saúde de Ponta Delgada vem beneficiar grandemente os utentes do Serviço Regional de Saúde e a qualidade dos serviços prestados.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano agora em debate para além dos projectos e acções já mencionados, e que são muito importantes, contempla também a remodelação e ampliação de diversas unidades de saúde da Região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Nesta área podemos destacar as obras a realizar no Hospital de Santo Espírito, na cidade de Angra do Heroísmo, obras essas que, na sequência do que se tem vindo a realizar melhorarão a qualidade dos serviços prestados aos utentes e as condições de trabalho dos técnicos, bem como a reconstrução do Bloco C do Hospital da Horta.

No que se refere às Casas de Saúde existentes nos Açores, será apoiada a sua remodelação, tendo em vista o aumento da capacidade de internamento e a melhoria dos serviços na área da Saúde Psiquiátrica.

Serão também apoiadas pequenas obras de remodelação e ampliação e beneficiação, sempre que por razões de ordem tecnológica e técnica, se justifique no sentido de adequar as instalações à evolução na área médica.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A cada dia que passa, os avanços na área da medicina vão surgindo, e por isso, os investimentos têm de continuar para que as unidades de saúde da Região se encontrem devidamente preparadas para acompanhar essa evolução.

É de salientar alguns objectivos a concretizar, tais como, aquisição de equipamento adequado para a Emergência Médica e equipas de evacuação aérea, serviço de grande utilidade, o qual tem salvo muitas vidas, principalmente dos que vivem nas ilhas onde não existe Hospital.

Mas não é apenas necessária a aquisição de novos equipamentos, porque para que eles funcionem adequadamente e possam contribuir para a melhoria da prestação dos cuidados de saúde dos açorianos, é preciso continuar a apostar na formação dos profissionais de saúde, nomeadamente nos internatos médicos nas novas especializações em enfermagem e nos técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

No âmbito do Sistema Regional de Saúde terão um importante papel as instituições de Solidariedade Social, nomeadamente na área da saúde mental e toxicodependências, como as Casas de Saúde Psiquiátricas, com as quais se desenvolvem acordos de cooperação, tendo em vista a melhoria da acessibilidade aos cuidados de saúde e melhoria das suas instalações.

O Plano para 2005, tal como os anteriores, 2001 a 2004, contempla uma acção que visa o desenvolvimento e promoção de projectos e campanhas na área da prevenção, das toxicodependências, o que vai de encontro às necessidades e expectativas dos cidadãos.

As tecnologias de Informação na saúde são um grande desafio estratégico e essencial à modernização do sector. Esta passa pela concretização da informatização do Serviço Regional de Saúde e das redes de teleconsulta, urgências e apoio a doentes crónicos.

Estamos, por isso, certos que nesta legislatura e com este Plano de Investimentos para a saúde o IX Governo Regional dos Açores está a reforçar a coesão social e a melhorar a qualidade de vida a todos os açorianos.

Disse.

Deputado Nuno Amaral *(PS): Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **Não havendo pedidos de esclarecimento, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Gonçalves.**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Deputado António Gonçalves (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria iniciar estas minhas palavras, saudando desta tribuna todos os deputados florentinos que ao longo dos tempos e em diferentes partidos emprestaram o melhor de si próprios na defesa desta causa comum que deverá ser o desenvolvimento da Região e neste caso concreto da Ilha das Flores.

Não opto pela mera crítica destrutiva ou pela mera ficção para agradar os eleitores. A verdade é que não posso deixar de demonstrar aqui a minha preocupação no que se refere ao desenvolvimento da Ilha das Flores. Fundamento este meu receio ao aperceber-me da rapidez com que o tempo passa e ao tomar consciência do atraso em que a minha ilha se encontra, naquilo que é essencial, primordial, para uma qualidade de vida a que os florentinos deveriam também ter direito.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Os problemas de hoje são os mesmos do ano passado, do ano atrás e do outro ano atrás... As pessoas vão envelhecendo, os mais novos fugindo e os que esforçadamente querem acreditar no futuro melhor e vão, como eu, vivendo de expectativa em expectativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No desenvolvimento da Região, cada uma das suas parcelas tem de ser considerada de acordo com os seus principais pontos de bloqueio, para desse modo se perspectivarem soluções adequada.

O que falta às Flores para o seu posicionamento num patamar de dignidade, e é isso somente que sempre reclamaram os florentinos, está sobejamente inventariado. Não tenho dúvida de que os nossos governantes o sabem. Falta vontade e determinação para fazer da ilha das Flores não uma terra de



pouca gente, que a lonjura ao longo dos séculos foi afastando cada vez mais, mas o nono dum todo, dum povo, dum identidade que não pode ser enjeitada.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A Ilha das Flores, até mesmo só pela geografia, por aquilo que aumenta na nossa Zona Económica Exclusiva, deverá ser referida como uma ilha pequena que contribui para o engrandecimento da Região.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Falar pois, em aumentar a execução de obras que valorizem esta parcela da Região me parece urgente já que, justamente por ser a mais comprometida com a insularidade é aquela cuja insularidade, a par do Corvo, vale na Europa Comunitária o preço de muitas milhas a ocidente.

Não é difícil provar que na ilha das Flores tudo leva demasiado tempo para acontecer. Não me faltam disso factos concretos. Vejamos, a título de exemplo, a história de uma obra de reabilitação de uma dúzia de quilómetros de estrada, concretamente entre as vilas de Santa Cruz e Lajes: No dia 3 de Setembro de 1998, ainda no século passado, o Governo, em Conselho, nas Flores, deliberou: (passo a citar) - “Autorizar a abertura de concurso para início da obra de repavimentação de troços da estrada Regional Santa Cruz-Lajes” (fim de citação);

- No ano seguinte, a 6 de Abril de 1999, constava do Comunicado do Conselho do Governo em visita às Flores, “Lançar a concurso a empreitada de pavimentação de 13 quilómetros da Estrada Regional entre Santa Cruz e Lajes nos seguintes troços: entre a Ribeira da Cruz e o quilómetro 15, e deste até à rotunda das Lajes”;

- Um ano depois, a 13 de Junho de 2000, a obra mudou de rumo e mereceu a seguinte decisão dos nossos governantes reunidos nas Flores: “Lançar a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

concurso a obra de reabilitação da estrada regional entre a Ribeira da Cruz e Santa Cruz, no âmbito do projecto de transformação da Estrada Regional de 2^a. entre as vilas das Lajes e Santa Cruz, em estrada regional de 1^a.”;

-O Governo voltou às Flores nos dois anos seguintes e os Comunicados do Conselho do Governo de 18 de Setembro de 2001 e 19 de Setembro de 2002, contra todas as expectativas foram omissos nesse assunto;

- A 24 de Setembro de 2003, os nossos governantes uma vez mais nas Flores decidiam: “Autorizar o lançamento da empreitada de correcção e reabilitação da Estrada Regional Lajes Santa Cruz, numa extensão de 18 quilómetros, pelo valor de 4 milhões de euros e com um prazo de execução de 360 dias”;

E, finalmente, a 23 de Março do ano seguinte (estávamos em 2004) lia-se no Comunicado do Conselho do Governo “Autorizar a celebração do Contrato para a execução da empreitada de reabilitação da Estrada Regional entre Lajes e Santa Cruz (1^a. Fase), numa extensão de 12,8 Km, o que representa um investimento de 2,8 milhões de euros. Esta obra resulta da decisão do Governo Regional em melhorar a rede viária regional da Ilha das Flores, à qual se seguirá o troço entre a Ribeira da Cruz e Santa Cruz”

A poucos meses das eleições regionais, iniciaram-se os trabalhos, que já estão com um atraso de 30% (é o que se estima), com uma qualidade de execução duvidosa, uma vez estreitada, depois alargada. Ainda não vai a um terço e já com os primeiros buracos. Estrada mal fadada!

Sabemos todos da importância da qualidade de uma rede viária de qualquer terra e muito mais com uma orografia como a da Ilha das Flores. São as acessibilidades que servem a circulação de, pessoas, serviços e mercadorias. São os benefícios no incremento do turismo numa ilha cujas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

potencialidades neste sector ninguém duvida. Enfim com reflexos económicos e sociais que todos percebemos.

Com maior celeridade foi já construído um troço importante na Fajã Grande e este Plano prevê a sua conclusão até ao sítio do “Jardim”.

E as restantes estradas da Ilha que já têm décadas sem nenhuma intervenção de fundo?

Para quando obras na estrada entre os Cedros e os Ferros Velhos?

Não seria muito urgente a repavimentação na parte regional da Rua da Esperança, agora com o trabalho de fundo que se vem realizando nas ruas da vila de Santa Cruz e na estrada aeroporto poente até aos Cedros?

E o estado da Estrada do Mato, acesso importante entre Santa Cruz e a Fajã Grande e via alternativa de toda a ilha, em estado de grande degradação?

Não seria de aproveitar a presença das empresas que se instalaram nas Flores para, de seguida, se concluírem os troços que faltam beneficiar?

Os custos das pequenas correcções e remendos que amiudadamente se têm de fazer, não justificariam uma intervenção de fundo, duradoura, com um carácter mais definitivo? Aqui abro um parêntesis para referir que, nestes três meses de 2005, já foram remendadas por duas vezes a Estrada Regional dos Terreiros a Ponta Delgada e seis vezes o troço do Alto da Matosa até à Vila de Santa Cruz.

A Ilha das Flores, não merece ter ao menos um dos seus principais problemas, resolvidos duma forma completa e eficaz? Um, que ficasse resolvido?

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sou do tempo em que o calendário político nas Flores compreendia três momentos de grande expectativa: As campanhas eleitorais, a Visita Estatutária do Governo e o momento da Aprovação do Plano Anual.

O Primeiro, tornou-se num período de promessas inconsequentes e de um mercado negro do voto, sem paralelo. O Segundo, numa viagem obrigatória, que deixou de privilegiar o contacto com as pessoas em geral através das forças vivas da ilha, tornando-se quase numa visita ao clã, onde se tomam decisões, muitas delas para tarde ou nunca serem concretizadas. Quanto ao último, a leitura atenta dos níveis de execução dos Planos anteriores relativamente à Ilha das Flores, desacredita-o pela falta de realização do que foi assumido e não foi cumprido.

Meus Senhores:

O Projecto Autonómico nunca poderá ser realidade enquanto a Ilha das Flores não for também colocada no Mapa do Desenvolvimento dos Açores. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, os Srs. Deputados Herberto Rosa, José Eduardo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Maria: (é assim que nos conhecemos)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Antes de mais quero agradecer a saudação inicial, porque, também sendo um deputado que representa os florentinos nesta casa há pouco mais de 8 anos, senti-me abrangido pela saudação que fez.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado: cheguei, a dado momento na sua intervenção, a pensar que ia acrescentar a esta retribuição de saudação uma felicitação pela intervenção. Infelizmente, V. Exa. já se contaminou pela forma de estar do seu Grupo Parlamentar. Portanto, foi igual àquilo que eu esperava que fosse e, sendo assim, as minhas notas não tiveram que ser adaptadas a uma nova realidade.

Devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que comungo, e todos nós comungamos e andamos aqui a trabalhar há muito tempo relativamente a esta matéria, com a necessidade de reparar a rede viária da Ilha das Flores, uma rede viária que, obviamente, tem necessidade urgente de ser reparada, que tem vindo a ser reparada, uma rede viária que em muitos troços, e V. Exa. reconheceu, é velha de décadas. Em alguns troços é velha até quase de meio século.

Portanto, está a ser intervencionada. As obras estão adjudicadas e estão sendo fiscalizadas.

Eu não conhecia a faceta de engenheiro civil de V. Exa. Portanto, não sabia que V. Exa. também sabia que as estradas das Flores estão a ser mal construídas. Que eu saiba, foram adjudicadas a empresas que estão conceituadas e reconhecidas por alvará para realizar esse tipo de trabalho, estão a ser devidamente pagas a tempo e horas, as obras estão a ser fiscalizadas por empresas contratadas para o efeito e, portanto, não sei por que é que nas Flores uma empreitada desse tipo não há-de estar a correr bem. Não sei, não noto isso e não me chegou essa notícia aos ouvidos, mas V. Exa. lá sabe por que é que o diz.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Também lhe posso dizer, Sr. Deputado, que das várias histórias intermináveis nas Flores – ocupou muito tempo a falar da história das estradas – V. Exa. também podia ter falado de uma ou outra história interminável, se calhar ainda mais succulenta, que era a velha história da localização do porto das Flores.

Se formos a falar de velhas histórias das Flores, teríamos certamente outras mais interessantes ainda para contar.

Mas vamos a elementos concretos:

É necessário resolver o problema das estradas. O problema merece ser resolvido? – Perguntou V. Exa.

Digo-lhe, Sr. Deputado, e muito claramente: não só merece ser resolvido como nós estamos a resolvê-lo. Vai ser o PS, vai ser o Governo do Partido Socialista que o vai resolver.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Por este andar, não sei!

O Orador: Como é que isso vai acontecer?

Desde logo, posso-lhe dizer, que para além do troço que referiu, e que está no Plano, da estrada do Ramal da Fajã Grande, está neste momento a decorrer, como saberá, a reabilitação da estrada entre as Lajes e Santa Cruz, na sua primeira fase. Uma obra que teve início a 28 de Junho de 2004 e que tem termo previsto para 28 de Dezembro de 2005, de acordo com o contrato de adjudicação. Não está no Plano porque vai ser realizada, e penso que isso já aqui foi dito, através de um contrato do Governo Regional com a SPRHI,SA. Daí, provavelmente, a angústia de V. Exa. por não ter visto o dinheiro no Plano e pensar que se tinha abandonado o projecto.

Ainda este ano será lançada a segunda fase da reabilitação da estrada Lajes/Santa Cruz e a segunda fase entre a Ribeira da Cruz e Santa Cruz.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Tem um preço base de 2 milhões 825 mil euros, IVA incluído. O lançamento será feito este ano e o início do contrato será em Setembro de 2005.

Quanto à Rua da Esperança, devo-lhe dizer Sr. Deputado que a sua preocupação é pertinente. Tão pertinente é, que já foi negociado e o Governo Regional já assumiu através da inclusão, e deve estar no Plano, de uma verba. O Governo vai renegociar com a Câmara de Santa Cruz um contrato para que as vias terrestres, que se incluem na malha urbana, sejam incluídas na empreitada da reabilitação de Santa Cruz que está neste momento a decorrer, da baixa da Vila.

Portanto, o troço desde a Fábrica da Baleia até ao alto da rua, vai ser recuperado no âmbito desta empreitada.

Se quer saber mais de estradas posso-lhe dizer que rompimento do anel está neste momento em fase de conclusão. A seguir, vai para a fase de regularização, maquinação, rede de drenagens e posteriormente asfaltagem.

Presidente: Sr. Deputado Herberto Rosa, terminou o seu tempo e o nosso tempo também.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Amanhã terei muito gosto, muito prazer e enorme satisfação em continuar com V. Exa., a partir das 10 horas, a falar sobre este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, terminou o nosso tempo.

As restantes inscrições transitam para amanhã às 10 horas.

Antes de dar por encerrados os nossos trabalhos, passo a anunciar os tempos disponíveis.

Partido Popular – 22, 1 minutos;

PSD – 66 minutos



PS – 140 minutos

Governo – 109,2 minutos;

Dep. Indep. – 10 minutos.

Boa noite e até amanhã.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Diário da Sessão n.º 012 de 07/04/05

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Recordo a todos que ontem ainda estávamos no período de esclarecimentos, na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais e estava inscrito o Sr. Deputado José Eduardo, a quem dou a palavra pelo período de três minutos.

(*) Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero, antes de mais, dirigir-me ao Sr. Deputado António Gonçalves e começar por agradecer e solidarizar-me com a saudação que dirigiu a todos os deputados florentinos que já passaram por esta casa defendendo os interesses dos açorianos e dos florentinos em particular. Se me permite, gostaria de acrescentar que a saudação seja extensiva ao presente e não só ao passado, como utilizou no tempo verbal do verbo emprestar, permitindo desta forma poder também saudá-lo, Sr. Deputado, desejando as maiores felicitações e esperar que o seu esquecimento não tenha sido propositado, no sentido de pensar que os deputados do presente, incluindo o senhor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

que, tal como eu, pela primeira vez estamos nesta casa, não iremos defender os interesses dos açorianos e da Ilha das Flores.

O Sr. Deputado, na sua intervenção, disse que os problemas das Flores são antigos e que tem vivido na expectativa duma qualidade de vida melhor, que tem tardado a chegar à Ilha das Flores e que os problemas estão sobejamente inventariados. Até sou capaz de concordar, Sr. Deputado.

Eu próprio dei conta deste inventário, não no manifesto da coligação, que não consegui ver na ilha das Flores, mas no manifesto do Partido Socialista onde se apontavam medidas para a resolução destes problemas, nomeadamente para as estradas que me parecem ser, segundo a sua intervenção, um grande e único problema da ilha da Flores.

Não falemos de estradas, porque para isso já bastam aqueles que não vêm mais nada para fazer a não ser estradas, falemos antes de inventários, não de inventários de problemas, mas, sim, de inventários de medidas inscrita no manifesto do Partido Socialista para a Ilha das Flores e inventário de acções inscritas no Plano para 2005, trazido a debate nesta sessão e aí não restam dúvidas, Sr. Deputado.

São 57 medidas para resolver problemas da ilha e dessas 57, 40 estão inscritas no Plano para 2005. Acho que não restam dúvidas.

Posto isto, Sr. Deputado, só me resta dizer-lhe que olhar para traz não conta e eu não quero fazer isso.

O passado próximo ou até o mais distante, quando é lembrado, não tem sido bem-vindo a esta câmara.

Resta-nos, pois, esperar que o tempo nos leve a verificar que as políticas deste Governo, finalmente, colocarão a ilha das Flores no mapa do desenvolvimento dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Para finalizar, Sr. Deputado, não posso aceitar o tom de comiseração que ressalta do seu discurso, primeiro porque recuso liminarmente que os florentinos sejam tratados como os coitadinhos dos Açores e, segundo, porque o discurso de tanga já tivemos que chegue.

Por aí não vou, Sr. Deputado, mas se V. Exa. quiser vir comigo pugnar sempre e cada vez mais pelos interesses das Flores e dos florentinos, se quiser adoptar um discurso exigente e construtivo, se quiser largar as amarras do passado e pensarmos no futuro, então seja bem-vindo, venha comigo e vamos construir um futuro melhor.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Outubro de 2004 o Partido Socialista apresentou aos Açorianos um Programa Eleitoral no qual se propunha **Continuar a Mudar os Açores para Melhor** e, no âmbito da solidariedade social, se comprometia a “promover a qualidade de vida e reforçar a coesão social” através de políticas sectoriais “assentes num plano de acção integrado, através do qual não se pretende apenas resolver problemas sociais mas também implementar estratégias de prevenção do aparecimento ou do agravamento de situações de risco.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Programa do IX Governo Regional reitera esse propósito e propõe um conjunto de objectivos e medidas que, ao longo da legislatura, levarão à sua concretização.

Por sua vez, o Plano Regional Anual para 2005, hoje em debate, reafirma precisamente essa mesma determinação e, mantendo o objectivo de reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades, define prioridades e assume perante os Açorianos quais os programas, projectos e acções que serão implementados ao longo do corrente ano.

O que alguns poderão querer apelar, de forma simplista, como “mais do mesmo” corresponde, em meu entender, a uma prova inequívoca de transparência e de total congruência entre aquilo em que acreditamos, os compromissos assumidos com os açorianos, e o plano de acção que delineamos. Significa, por outras palavras, que continuamos a cumprir.

Os Açorianos sabem que é isso que podem esperar do Partido Socialista e como tal sufragaram o Programa Eleitoral que lhes foi apresentado.

Por certo esperam agora que aproveemos o Plano Regional Anual para 2005 no respeito pela opção clara manifestada em Outubro passado e capacitando o Governo para implementar o Programa por eles então aprovado.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Analisemos então, em maior pormenor, a política social que o Plano Regional Anual para 2005 nos propõe.

Não vou elencar as acções nem os investimentos previstos. Todos nós tivemos ampla oportunidade de os analisar. Pretendo antes enquadrá-los, abordando **três aspectos distintos** do nosso compromisso com os açorianos, que julgo merecedores de destaque porquanto constituem critérios de avaliação do mérito do Plano Regional Anual para 2005.



Em conformidade com os nossos compromissos eleitorais, as medidas de política sectorial a adoptar em 2005 terão de contribuir para a **resolução de problemas sociais**, terão igualmente de **prevenir o aparecimento ou agravamento de situações de risco**, e isto através de um **programa de acção integrado**.

Vejamos então qual o desempenho da proposta de plano perante estes três indicadores.

Uma primeira abordagem ao documento rapidamente revela que os investimentos do Plano previstos no âmbito do Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social representam um aumento significativo em relação ao Plano do ano transacto (uma variação de 44,51%). Aumento este que pode traduzir a prioridade que é atribuída pelo IX Governo Regional a esta área de intervenção.

Uma leitura mais pormenorizada logo clarifica que, à semelhança do que aconteceu em planos anteriores, está previsto um conjunto variado de acções destinadas a grupos específicos considerados de maior risco de exclusão social, nomeadamente crianças e jovens; idosos; famílias com idosos a seu cargo; pessoas com deficiência e vítimas de violência doméstica. Este leque de acções tem por objectivos minimizar as desvantagens e incapacidades de que são alvo, proporcionando-lhes condições para uma maior autonomia, normalização de vivências e oportunidades de desenvolvimento. Em suma promover uma maior qualidade de vida.

Mantém-se também a política de descentralização e de incentivo à participação de entidades privadas com acções previstas para várias ilhas e concelhos bem como apoios destinados a Instituições Particulares de Solidariedade Social e Santas Casas de Misericórdia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se aprofundarmos um pouco mais esta análise e verificarmos também o conteúdo específico de cada acção constatamos que um número significativo destas se destina à requalificação remodelação, ampliação e beneficiação de estruturas já existentes. Esta é também uma opção consciente que não se fica a dever a cortes orçamentais nem tão pouco a reafectação de prioridades. Trata-se, isso sim, de assumir claramente um novo compromisso: **um compromisso com a promoção da qualidade.**

Tenho assumido publicamente, e reafirmo-o hoje aqui, que durante as últimas duas legislaturas os Governos do partido socialista conseguiram dar resposta ao desafio quantitativo com que a região se confrontava em termos de infra-estruturas de apoio social. De facto, a evolução verificada a este nível é notória e notável. Salvo raras excepções, os Açores dispõem hoje de uma rede de equipamentos sociais adequada à prossecução da sua política social. Os dados disponíveis podem comprová-lo.

Existem hoje nos Açores valências de apoio à infância (creche, mini creche, jardim de infância ou amas) em todos os concelhos;

Todos os concelhos (com excepção das ilhas de Flores e Corvo) dispõem de centros de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, sendo certo que a grande maioria dos concelhos possui centros em várias freguesias;

Todas as ilhas (excepto Flores e Corvo) dispõem de valências de apoio a crianças e jovens em risco;

Dezoito dos dezanove concelhos dispõem de centros de convívio e centros de dia, dispersos pelas várias freguesias;

Todas as ilhas, e a grande maioria dos concelhos, têm lares ou residências para idosos;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O apoio domiciliário chega a todas as freguesias;
Sete das nove ilhas dispõem de Centros de Actividades Ocupacionais para pessoas portadoras de deficiência, sendo que só em S. Miguel e na Terceira existem 8 centros;
As vítimas de violência doméstica contam hoje com o apoio de três estruturas de alojamento temporário e três serviços de atendimento, aconselhamento e encaminhamento;
Dispomos também de cinco centros de Promoção e Emprego Social.
Assim, e uma vez satisfeito o desafio quantitativo, em minha opinião, a ênfase deve agora ser gradualmente deslocada para a promoção da qualidade.
Apraz-me, por isso, verificar que a proposta de Plano Regional Anual assume este desafio. E assume-o em termos do conteúdo das acções previstas, como já referi, mas assume-o também através de um conjunto de medidas que, não implicando despesas de plano, representam um contributo significativo na resposta a este novo desafio da qualidade.
Refira-se, a título de exemplo, o compromisso explícito de investir nos domínios do:
Desenvolvimento de programas de formação destinados a dirigentes e trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
Na qualificação da acção dos técnicos e pessoal auxiliar das Instituições com valências de apoio a diferentes grupos alvo;
Normalização e flexibilização dos apoios;
No aumento, desenvolvimento e avaliação dos serviços prestados e das actividades das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
Na definição de protocolos de funcionamento e de padrões de qualidade; e



Na concepção de estratégias de intervenção integradas com recurso a mecanismos inovadores de intervenção e coordenação.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma leitura sectorial do Plano poderia remeter a análise da política social deste governo exclusivamente para a desagregação por objectivo, proponente ou ilha centrando a atenção exclusivamente nos investimentos previstos no âmbito da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. Contudo a percepção que temos dos chamados problemas sociais levam a que a política social deste governo não se confine à acção de apenas uma secretaria. Se é certo que a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais assume um papel central, não é menos certo, que numa perspectiva de prevenção e de actuação integrada não podemos menosprezar um vasto leque de outras acções desenvolvidas no âmbito de outros departamentos governamentais.

Esta é a nossa convicção mas são também as conclusões que se retiram da investigação. Em Novembro de 2004, por exemplo, num documento publicado pelo Instituto Nacional de Estatística intitulado **“A Estratégia de Lisboa: Portugal no Contexto da União Europeia” Análise da evolução à luz dos Indicadores Estruturais** podemos encontrar um conjunto de recomendações que apontam claramente neste sentido.

Em referências ao desemprego, desemprego de longa duração e à formação ao longo da vida, o documento apela a um maior esforço na formação contínua da população activa e na qualificação e reconversão de desempregados reconhecendo esta aprendizagem como factor de integração no mercado de trabalho, de motivação mas também, e talvez por isso mesmo, de combate à exclusão social.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Nos Açores, e o Plano do Governo comprova-o, o combate à exclusão social continua a contar com investimentos significativos no âmbito da formação profissional e profissionalizante, da formação de activos, da orientação, reconversão e qualificação de desempregados, bem como da promoção do mercado social de emprego.

Mais adiante o mesmo documento aborda também o abandono escolar precoce identificando-o como factor de exclusão e marginalização.

Nos Açores, e no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Ciência continuamos a investir na prevenção do absentismo, insucesso e abandono escolar nomeadamente através da diversificação da oferta educativa, da flexibilização curricular bem como da formação do pessoal docente e não docente.

No mesmo documento são ainda encontradas referências à taxa de pobreza e taxa de pobreza persistente antes e depois das transferências sociais reconhecendo claramente que estas “assumem um papel extremamente importante na limitação do problema da pobreza.”

Vemos assim mais uma vez validado aquilo que sempre soubemos, ou seja, que a prestação social que o Partido Socialista introduziu sob a forma de Rendimento Mínimo Garantido contribui de facto para o combate à pobreza.

Também à luz desta análise a política social do IX Governo Regional se revela actualizada e adequada aos desafios que se nos colocam quer ao nível da manutenção e reforço das prestações sociais, quer da mobilização da participação das diferentes áreas de acção governativa.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Nos Açores levamos esta prática mais longe mais longe. Reconhecemos que o combate à exclusão social também passa pela promoção de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

condições de habitação dignas e inscrevemos no Plano verbas significativas para a recuperação de habitação degradada, realojamentos e erradicação de barracas;

Sabemos que a ocupação estruturada dos tempos livres das crianças e jovens funciona como factor de protecção e por isso continuamos a investir na promoção de actividades de ocupação de tempos livres, do associativismo juvenil e do desporto;

Reconhecemos também a existência de novos grupos de risco e por isso investimos na prevenção das toxicodependências, no apoio a pessoas com doenças mentais, na promoção da igualdade de oportunidades, no apoio aos imigrantes e aos emigrantes regressados.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Para concluir regressaria aos critérios de avaliação que apresentei no início. Julgo que a análise agora realizada quer em termos do percurso efectuado nas últimas duas legislaturas quer dos investimentos, objectivos, acções e intervenientes propostos para 2005 demonstram claramente que a proposta em análise dará continuidade ao esforço que vimos desenvolvendo ao longo dos últimos 8 anos, assumirá os novos desafios que se lhe colocam, nomeadamente o da qualidade e desenvolverá uma actuação integrada contando sempre com a participação dos diversos agentes sociais mas também dos diferentes departamentos governamentais.

Considero assim que a Proposta de Plano Regional Anual para 2005, nomeadamente no que concerne à política social, contribui indubitavelmente para a resolução de problemas sociais e para a prevenção do aparecimento ou agravamento de situações de risco através de um



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

programa de acção integrado, cumprindo com os nossos compromissos eleitorais e merece por isso a nossa aprovação.

Continuamos a mudar os Açores para melhor. Continuamos a cumprir.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo inscrições, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional Anual e Orçamento de 2005 contempla a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas com um crescimento global significativo relativamente às dotações do período homólogo anterior, facto que sublinha a renovada aposta do Governo Regional no sector agrícola e dá nota da consideração que lhe merece um sector que muito contribui para o rendimento da Região e para o seu crescimento económico e social.

A agricultura e os agricultores dos Açores têm, assim, a justa esperança de verem garantidos os seus rendimentos e reforçada a sua competitividade, num universo cada vez mais exigente e globalizado.

A acção da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas desenvolver-se-á sobre 4 eixos fundamentais:



1. Fomento Agrícola – Este programa reporta-se a um conjunto diversificado de acções, nas vertentes das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola, da sanidade vegetal e animal e de modernização das explorações, incluindo o apoio financeiro a projectos de investimento privado.

- No domínio das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola, o Plano aposta num forte crescimento do investimento público dirigido ao abastecimento de água às explorações agrícolas, mantendo a dinâmica de construção e beneficiação de caminhos agrícolas. Este é um esforço que potencia a qualidade da produção e conseqüente reforço dos rendimentos, bem como a redução dos custos de produção.

- No domínio da sanidade animal e vegetal, destaca-se o investimento destinado ao combate à Brucelose e Leucose e os planos de vigilância veterinária à BSE, tuberculose e detecção de resíduos.

Cumprido, aqui, realçar o lançamento da obra do novo Laboratório Regional de Veterinária que será um instrumento fundamental e capacitante da agro-pecuária, para garantia da qualidade e para a defesa do consumidor.

- Com incidência nas explorações, releva a aposta no apoio ao rendimento, as Indemnizações Compensatórias, o Apoio às Organizações de Produtores e ao sector cooperativo, bem como acções de experimentação, divulgação e melhoramento animal.

2. Apoio à transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários

Nesta matéria desenvolveremos três medidas fundamentais:

- Investimento público para continuar a qualificar e modernizar a rede regional de abate;



- Apoio financeiro ao esforço do investimento privado para a ampliação e modernização das actividades transformadoras dos produtos da agro-pecuária;
- Apoio ao escoamento de produtos agro-alimentares, à promoção da sua qualidade, à certificação, à regularização de mercado e ao pagamento do resgate das quotas leiteiras.

3. Diversificação Agrícola

No âmbito da diversificação agrícola pretende-se desenvolver acções visando as produções agrícolas e pecuárias mais compatíveis com o meio ambiente, o incentivo financeiro às produções diversificadoras da produção regional, a promoções de produtos no mercado externo, a valorização profissional dos jovens agricultores, a formação de técnicos, os apoios aos agricultores, que cessam actividade, o apoio à compra de terras e a reestruturação fundiária.

Nesta matéria, a par da preocupação de incentivar as produções agrícolas alternativas ao leite e à carne, faremos uma diligência reformadora da secular cultura do ananás. A Região necessita de marcas fortes na área agrícola e a marca “Ananás dos Açores” é, sem dúvida, uma das marcas que mais nos projecta e dá notoriedade.

Por isso, em diálogo com as organizações de produtores, iremos reformar todo o quadro jurídico relativo à cultura do ananás, associar à cultura uma forte componente experimental sobre processos de produção de planta e de camas de nutrição, alterar a concessão dos apoios no sentido de minimizar ineficiências resultantes da sazonalidade e dos ciclos de produção e introduzir parâmetros de exigência, controlo e fiscalização da certificação da qualidade que permitam melhorá-la significativamente. Do mesmo passo, incentivaremos a criação de uma unidade para a transformação do



“ananás de indústria”, associando-lhe o aproveitamento de outras produções para a sua viabilidade económica.

4. Desenvolvimento Florestal

No Desenvolvimento Florestal os nossos objectivos, orientam-se para o fomento da produção florestal, participando financeiramente os projectos de investimento privado de florestação, reposição de matas e melhoria dos povoamentos florestais e, simultaneamente, o reforço da iniciativa pública directa na gestão, manutenção e beneficiação de baldios, produção de plantas e desenvolvimento de um plano de certificação da gestão florestal. Esta acção servirá, ainda, para melhorar infra-estruturas e equipamentos florestais, construção, beneficiação e manutenção de caminhos rurais e florestais, casas de guarda, oficinas e armazéns.

A par destas preocupações, desenvolveremos acções de informação e formação sobre a temática dos recursos florestais e sua importância na preservação de equilíbrios ambientais, promoção da silvicultura, protecção de recursos e desenvolvimento de um sistema de informação geográfica. A importância que os recursos florestais representam para a preservação do património ambiental e, também, para as actividades económicas que lhe estão associadas, impõe uma consciência colectiva para a sua defesa e para a observação rigorosa do quadro jurídico da sua exploração económica. Neste sentido, a acção de fiscalização e controlo sobre as acções de uso e exploração dos recursos florestais será de rigor e exigência, desmobilizando abusos que serão impiedosamente tratados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A produção de leite e lacticínios é e continuará a ser determinante na criação de riqueza, seja pelo grau de organização que apresenta, seja pela



aptidão e vocação naturais existentes, seja, ainda, pelas vantagens comparativas de que dispomos.

Neste quadro, a necessidade de mais quota leiteira e uma gestão criteriosa que contemple a realidade açoriana, continuam a ser objectivos prioritários. A par com tais desígnios, procederemos à distribuição de significativos montantes de quota leiteira, com o objectivo de regularizar situações existentes e permitir novas oportunidades.

Na área da transformação, continuaremos a reformar o sector, incentivando e apoiando a modernização e a eficiência da capacidade transformadora existente.

Neste âmbito, será dado um enfoque especial ao processo de modernização de unidades transformadoras de S. Jorge, processo que registará progressos significativos. Por outro lado, continuaremos a estimular a concentração da produção de queijo de S. Jorge, outra das nossas boas marcas comerciais, permitindo uma estratégia comercial fecundante da defesa da marca e da sua justa valorização.

Ainda no que se refere à produção de leite e produtos lácteos e com a preocupação de dignificar e fortalecer os rendimentos de todos os agentes envolvidos, iniciaremos o amplo processo de abordagem, estudo e implementação do Centro do Leite e dos Lacticínios, instrumento que irá potenciar a interactividade entre produção, transformação e comercialização e contribuir para reformar o quadro tradicional das relações entre todas as partes.

Outro dos segmentos da agro-pecuária que irá sofrer reformas significativas é o da produção e comercialização da carne dos Açores.

A produção de carne nos Açores debate-se com os problemas decorrentes da forte presença de um efectivo animal vocacionado para a produção



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

leiteira, de um processo tradicional de comercialização em vivo, que será combatido e da abertura dos nossos mercados de proximidade a carnes oriundas de locais com baixos custos de produção, como é o caso da América do Sul.

Neste cenário, a nossa aposta só pode ser na qualidade, na diferenciação do nosso produto e no combate pela diminuição dos custos de produção. Aproveitando a rede regional de abate entretanto criada, serão apoiados os investimentos em unidades de transformação, bem como na investigação experimental na área das raças e dos regimes de alimentação que melhor se adaptem às nossas explorações. Simultaneamente, será implementado um programa de incentivos à produção de cruzados para melhorar os rendimentos das explorações leiteiras e fortalecer a qualidade da carne comercializada.

O processo de certificação da carne dos Açores (IGP) será incentivado, dedicando-se-lhe uma particular atenção no que diz respeito ao seu controlo e fiscalização.

Em todas as áreas de intervenção da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas manteremos o propósito de reforçar rendimentos, reduzir custos de produção, incrementar novas oportunidades de produção e de mercados e combater ineficiências.

Fá-lo-emos num permanente diálogo com as entidades representativas do sector, particularmente com as organizações de produtores com quem aperfeiçoaremos objectivos e partilharemos recursos e resultados.

Como questão central desde já marcante das nossas preocupações, temos pela frente a reforma de um poderoso instrumento da produção agrícola da Região e que lhe é transversal e fundamental.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os programas POSEI têm-se mostrado um poderoso instrumento de apoio ao desenvolvimento económico e social das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

As medidas nele contidas, que remontam a 1991/1992, provaram ser eficazes na promoção da agricultura e no abastecimento de produtos agrícolas às *RUPs*.

Mas se é certo que o balanço feito é globalmente positivo, quer quanto ao Regime Específico de Abastecimento quer quanto ao apoio às produções locais, o mesmo não se pode concluir quanto aos termos de gestão dos programas, caracterizada por uma grande rigidez e complexidade, comprometedora da rapidez de acção e da sua adaptação às situações específicas das *RUPs*.

Neste âmbito, a proposta da Comissão Europeia, consagrando uma alteração profunda da filosofia de apoio às *RUPs*, que passa pela metodologia de as fazer participar na tomada de decisão e rápida adaptação das medidas às suas especificidades, não deixa de ser, nessa matéria, uma boa proposta.

Mas para ser, a todos os níveis, uma boa proposta, falta que consagre um bom envelope financeiro e a defesa de interesses fundamentais existentes nos Açores.

Desde logo, a base jurídica adoptada para a proposta da Comissão deveria ser, apenas, a do nº2 do artº 299 do Tratado, sem necessidade de qualquer âncora em articulados da PAC, uma vez que a referência do Tratado é “base jurídica adequada e suficiente para qualquer acto do Conselho que aprove medidas específicas destinadas a estabelecer as condições de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

aplicação do Tratado às Regiões Ultraperiféricas” como reconhece o Documento do Conselho 7502/01, de 28 de Abril.

Do ponto de vista do envelope financeiro, a proposta assenta na manutenção das fontes de financiamento e sua intensidade, ou seja, na limitação orçamental.

Deste modo, a realidade evolutiva das *RUPs* que o POSEIMA incrementou fica condicionada às disponibilidades financeiras existentes quando há preocupações legítimas quanto ao crescimento dos preços no mercado europeu e mundial e, até, dos custos adicionais dos transportes. Por outro lado, a aplicação do programa, condicionado pela fixação de um *plafond* anual fixado com base na média da execução do Regime Especial de Abastecimento no período compreendido entre 2001/2003 e de acordo com as despesas aplicadas às medidas de apoio às produções locais, pode representar um sério impedimento ao aprofundamento do desenvolvimento que o mesmo visa permitir.

Relativamente ao Regime Especial de Abastecimento, o *plafond* fixado, a ter por base um determinado período de referência (2001/2003) não contempla a evolução da conjuntura económica e eventuais crescimentos no abastecimento. Por outro lado, tal *plafond* é calculado com base no valor de ajudas comunitárias, quando os benefícios do REA são também, e muito significativamente, de isenção de direitos de importação. Ou seja, a proposta não contempla a hipótese dos produtos importados com isenção de direitos ao abrigo do REA passarem a ser adquiridos na comunidade por razões de mercado.

Acresce que o período de referência proposto (2001/2003) não reflecte a última reforma do POSEIMA já que inclui o ano de 2001, que foi um ano de transição, uma vez que a reforma contida no Regulamento (CE) nº



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

1453/2001, só entrou em vigor em 2002 com o regulamento (CE) nº 20/2002.

A ter de existir um período de referência nesta matéria, então que o mesmo corresponda aos anos de aplicação do actual Regulamento, ou seja 2002/2004, levando em consideração o montante das isenções de direitos na importação de países terceiros igualmente concedidas em tal período. Em nosso entender e considerando que as medidas específicas em causa visam imprimir às *RUPs* da União Europeia o desenvolvimento e crescimento económico necessário à sua aproximação aos níveis continentais, a fórmula a adoptar deveria fazer a adaptação dos montantes financeiros às necessidades existentes (nomeadamente acautelando a concorrência injusta de países terceiros) e não os princípios de estabilidade orçamental que a dimensão da *RUPs*, aliás, dificilmente poriam em causa. Ainda quanto ao REA a proposta da Comissão encerra dificuldades para os Açores, dificuldades que se encontram identificadas e que a Região, oportunamente, já levou ao conhecimento de todas as pessoas e entidades responsáveis, sensibilizando-as para a necessidade de as combater e ultrapassar.

A ultraperificidade aliada à falta de economias de escala debilitam fortemente as agro-indústrias das *RUPs*. O desenvolvimento sustentável do mundo rural passa, também, por uma política de apoio às agro-indústrias, porque são estas que valorizam as produções regionais, potenciam a criação de emprego e promovem novas culturas e práticas inovadoras.

Nos Açores, onde rareiam as possibilidades de diversificação da base produtiva, é fundamental que se criem condições objectivas para dar sustentabilidade e viabilidade às agro-industriais e culturas alternativas ao



leite e á carne, como é o caso da produção de beterraba sacarina que, apesar dos seus efeitos benéficos na rotação dos terrenos, não é suficiente para levar a SINAGA a atingir o seu ponto crítico de viabilidade económica. Haverá, portanto, que permitir a esta agro-indústria, não só o seu contributo para a desejada diversificação mas também, de forma sustentada, que tenha condições para atingir os níveis mínimos de produção que lhe são necessários.

Quer isto dizer que a SINAGA precisa de beneficiar do REA para a importação de ramas, mas também de um quadro jurídico que permita a reexportação de açúcar, objectivo que a proposta da comissão penaliza fortemente. De facto, ao definir os anos de 1989 a 1991 como período de referência para a definição das correntes tradicionais, a proposta da Comissão inviabiliza, de todo, qualquer possibilidade de viabilização da indústria açucareira da Região e, conseqüentemente, aniquila uma das possibilidades mais credíveis de diversificação da base produtiva da Região.

Entendemos que a reexportação/reexportação dos territórios das *RUPs* deve ser permitida sem a obrigatoriedade de restituição das ajudas e sem a obrigatoriedade do pagamento de direitos de importação das matérias primas que tenham sido transformadas nestes territórios, pelo menos até aos limites de sustentabilidade das respectivas actividades.

Ainda, quanto ao REA será importante clarificar o conceito de “produtos transformados nas *RUP* que incorporem produtos que tenham beneficiado do REA” estabelecido na proposta da Comissão.

A aplicação literal de tal conceito poderá levar a conclusões absurdas pelo que devemos pugnar pela sua clarificação, ou seja, que tal conceito compreenda apenas a primeira transformação de produtos importados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

No que diz respeito à vertente do programa vocacionada para o apoio às produções locais, a apreciação da proposta é mais favorável, apesar de ser necessário introduzir-lhe elementos de correcção e clarificação.

Desde logo, entre outras questões de menor importância:

- O programa que englobará as medidas específicas a favor das produções agrícolas de cada RUP, a apresentar pelo Estado-Membro, deverá ser plurianual, de forma a permitir uma acção continuada e sustentada das medidas propostas;
- Cada Estado-Membro deveria ter a garantia de poder apresentar programas ao nível geográfico que considerasse mais adequado;
- Deverá ser concedido o alargamento do prazo para a reestruturação da vinha, até 2013 e não 2006, a fim de permitir a substituição das variedades proibidas de uma cultura que nos é particularmente necessária pela importância que tem em algumas localidades e Ilhas, sabendo-se da necessidade e peso financeiro que tal reestruturação encerra;
- As derrogações às actuais medidas de desenvolvimento rural, estabelecidas nos termos do actual quadro até 31 de Dezembro de 2006, aconselham uma preocupação relativa à necessidade de as manter no próximo período de programação (2007/2013) permitindo-se idênticas derrogações sempre que as regras e regulamentos entretanto aprovados o aconselhe;
- A proposta da Comissão devia, ainda, conter a possibilidade de serem efectuados adiantamentos aos prémios e à necessidade de serem salvaguardados os interesses dos Açores nas Reformas das Organizações Comuns de Mercado do Tabaco e do Açúcar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Após a obtenção das melhorias que a proposta da Comissão carece, e algumas delas deixei aqui expressas, passaremos à fase seguinte: a da preparação e apresentação de um programa que continue a fazer do POSEIMA um instrumento que provoca o crescimento económico e social dos Açores e com incidência benéfica na base produtiva regional.

Nesta fase damos o nosso contributo à obtenção da melhor proposta, contributo que resulta do trabalho desenvolvido, conjugado e partilhado com todas as organizações representativas do sector agrícola da nossa Região. Na fase seguinte esta metodologia será aprofundada para preparação e apresentação do melhor programa, pois é para as gentes, organizações e empresas do sector que tal programa se destinará.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados António Ventura, Luís Paulo Alves, António Toste, Alvarino Pinheiro, Manuel Silveira, Henrique Ventura, Costa Pereira, Lizuarte Machado e Hernâni Jorge. Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura. Cada um dispõe de três minutos, nem mais um segundo.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

É para perguntar ao Sr. Secretário, uma vez que o tempo é escasso, qual a razão do valor surpreendente de cerca de 26 milhões de euros para a Terceira, no âmbito da transformação e comercialização, uma vez que o senhor na Comissão de Economia não soube esmiuçar?

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Secretário deseja responder.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Posso responder por lotes.

Presidente: Pode responder por lotes, mas são três minutos para cada lote. Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(* Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois do Sr. Deputado Pedro Gomes se ter congratulado com o Sr.

Secretário da Educação por um aumento de 4% no orçamento para a saúde, só por manifesta falta de tempo se compreende que tendo o Sr.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas apresentado um aumento de 30% no orçamento da agricultura, também não tinha sido digno de receber as congratulações do PSD?

Pela minha parte, Sr. Secretário, reconheço o esforço que o Governo dedica a este sector, na sequência de em dois anos seguidos ter feito um aumento de, nada mais, nada menos, do que 60% nas verbas para o plano de investimento.

Depois gostaria também de salientar que, para além das verbas que são sempre importantes, mas muitas vezes não suficientes, é necessário olhar, sobretudo, à consequência e aos conteúdos. Gostaria também de me congratular com V. Exa. por ter introduzido uma rubrica, não muito expressiva do ponto de vista do seu conteúdo (100 mil euros), mas da sua



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

significância, de apoio à contabilidade e à gestão das explorações agrícolas ou promoção de actividades de extensão rural, através da assessoria técnica às explorações, à contabilidade e à gestão das empresas agrícolas, desenvolvendo-se a formação de grupos de gestão por zonas, culturas e locais, parece-me uma medida de particular alcance.

Sabendo nós que o problema das nossas explorações se prende também com ineficiências e com necessidades de ganho de produtividade, as perdas de rendimento pela qualidade, pela ineficiência da alimentação, na utilização dos factores de produção menos adequados, muitas vezes com sobrecargas prejudiciais ao ambiente, as deficientes decisões na área da gestão que, por vezes, são tomadas, esta acção assume particularmente importância, porque permitirá um apoio directo àquilo que é mais fundamental nas nossas explorações, que é o maneiio adequado e o aumento da sua produtividade.

Por outro lado, gostaria de lembrar a V. Exa. que um aumento de 184% no apoio às explorações e à água que vai ser levada às novas explorações, com 425 explorações contempladas com água, representa também no capítulo das infra-estruturas um decidido apoio e reforço à qualidade e ao rendimento.

A água possibilita uma qualidade de produção e por via disso um aumento do rendimento das explorações que, numa altura em que a pressão sobre os preços é muito grande, pode representar, de facto, a diferença entre a viabilidade e a não viabilidade de muitas das nossas explorações.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

(*) Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de anunciar aqui o investimento feito para a Terceira ao nível de caminhos agrícolas e ao nível do investimento da água, porque notei ontem o forte interesse e a forte preocupação dos Srs. Deputados do PSD da Terceira,...

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é uma obsessão!

O Orador: ... mas como eu já pensava isso ontem, hoje e amanhã, para descanso deles, vou passar aqui a anunciá-los:

No perímetro de ordenamento agrário da Bacia Leiteira do Paul temos a construção dos caminhos CP-20, CS-1 e 2, construir o CS-14, beneficiar o CP-10, obras essas em fase final, a inaugurar brevemente em Maio ou Junho.

Na conduta da água do tapete do Ginjal/Barraca, beneficiar o CS-20-1, na Canada do Aguilhão.

Reparação e conduta da água do Cabrito em caminhos agrícolas, a construir e beneficiar no CP-6, CS-1 e 2 e CS-3 e 4 e ainda executar a rede de água, construir e beneficiar o CS-5 e 6, o CS-11, 12, 13 e 14, CP-7, CS-9 e 10. Isto no perímetro de ordenamento agrário Altares/Raminho.

Deputado António Ventura (PSD): Isso é batalha naval!

O Orador: No perímetro de ordenamento agrário das Cinco Ribeiras/Santa Bárbara, em elaboração o projecto do CS-1, 2, 3, 4 e 6, a elaborar o projecto do CS-14, 16, 17 e 18 e ainda o abastecimento de água na Canada do Cabaço.

Em electricidade, dois projectos agrícolas.

Deputado António Ventura (PSD): Ainda bem que são 2, mas podiam ser mais!



O Orador: Abastecimento de água, captação da rede de água.

Ainda nos caminhos agrícolas, construir e beneficiar o CP-1 e 2, SS-1, 6, 8 e 9, construir e beneficiar o CS-14, 17 e 18, beneficiar o CS-19 na Canada da Bica, beneficiar o CP-6 na Canada do Meio.

Em projecto e em execução o CP-4 e 5, o CS-16 e ainda em projecto de execução o CP-7 e CS-17. Isto no perímetro de ordenamento agrário da Serra do Cume e Aqualva.

Só para 2005, como vêm, em termos de caminhos agrícolas e abastecimento de água, considero bastante importante para termos a redução dos custos de produção.

Para vosso descanso julgo que é um investimento significativo.

Disse.

Deputado Costa Pereira (PSD): Muito bem! Só não vê quem não quer!

Presidente: Eu vou alterar a ordem das inscrições e dar agora a palavra ao Sr. Deputado Costa Pereira, porque ele vai ter que me substituir na Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito simples e rápida ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

A construção da Lagoa Artificial da Ilha do Faial foi iniciada para resolver o abastecimento de água à zona Sul da ilha do Faial.

A obra começou a 11 de Setembro de 1998 e, decorrido todo este tempo, ainda não está a funcionar de acordo com o projectado.

Eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário, uma vez que o Plano é omissivo quanto a isso, quando é que está prevista a resolução desta questão?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: Sr. Secretário, não sei se quer responder já, uma vez que já tem um bom lote de questões.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Robrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto à primeira questão levantada pelo Sr. Deputado António Ventura, como o Sr. Deputado sabe, a área da transformação e comercialização dos produtos da agro-pecuária é fundamental para que haja sustentabilidade da actividade produtiva e, portanto, é esta área que neste momento merece uma grande atenção e uma preocupação acrescidas, porque nós temos que capacitar tudo o que é indústria transformadora e de comercialização para podermos dar sustentabilidade a toda e qualquer actividade produtiva, daí o reforço das verbas nessa matéria, quer para apoio às indústrias agro-alimentares, com projectos ao abrigo do PRODESA, quer na rede regional de abate, para a conservação de equipamentos informáticos e aquisição de outros bens que são necessários ao funcionamento das estruturas, quer para o apoio ao incremento de produtos da indústria alimentar. Todas as acções que aqui estão previstas são, nomeadamente, para a regularização dos mercados e, portanto, o crescimento das verbas é fundamental para apoiar a actividade produtiva.

No que diz respeito às verbas alocadas no Plano para a contabilidade, é uma verba pequena, é certo, mas vamos iniciar um processo para demonstração de todos os produtores de que, com rigor na sua gestão, rigor na sua contabilidade, poderão ter melhores eficiências.

O aumento do nosso investimento na distribuição de água é fundamental, porque a água com qualidade, dá qualificação e dá qualidade ao que se



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

produz e isso traduz-se logo no aumento de rendimento e em melhor produção e melhor capacidade produtiva.

Por outro lado, as acessibilidades e os caminhos que aqui foram enunciados são também uma aposta a manter, porque a melhoria das acessibilidades facilita e faz poupar os equipamentos e é também uma fonte muito importante para o reforço dos rendimentos dos produtores. Quanto à Lagoa Artificial do Faial, Sr. Deputado Costa Pereira, ela foi executada já há algum tempo e depois de já ter chegado ao Governo já foi adjudicada a primeira fase para a distribuição de água. Logo que concluída a primeira fase, será adjudicada a terceira fase, cujo estudo já se encontra pronto e, portanto, a distribuição de água à ilha do Faial não parará.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) Deputada Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Havendo uma tendência, e isso foi claro na própria intervenção do Sr. Secretário, de fazer uma correspondência entre o aumento da dotação da Secretaria, logo estamos perante um aumento de rendimentos dos empresários agrícolas. Sob o nosso ponto de vista, Sr. Secretário, esta correlação não está demonstrada ao longo do tempo e é compreensível que as associações do sector se preocupem e que cada vez mais exijam e lutem por maiores dotações e há, de facto, como que uma obsessão nessa matéria, mas a nós, sobretudo, preocupam-nos mais os efeitos.

É importante que às dotações correspondam alterações no tecido e é isso que, infelizmente, muitas vezes não acontece.

Portanto, não está demonstrada a correlação imediata entre um aumento de dotação no Plano e melhoria dos rendimentos dos empresários.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Relativamente à política da valorização da carne e da alteração da crise preocupante que se vive no sector, gostaríamos de ver, por parte do Governo e de V. Exa., reflectida uma maior prioridade nessa matéria e uma melhor explicação, se é que é possível, a esta Assembleia do que se pensa fazer nos próximos 4 anos.

Esta é uma questão grave e complexa, já o dissemos, e a nossa postura é a de que deve ser dada uma prioridade que não constatamos na apresentação que foi feita, mas estamos certos que existe e o que importava era apresentá-la perante o Parlamento e perante os Açorianos.

Relativamente ao resgate das quotas, o CDS/PP concorda com esse instrumento de intervenção, sempre o exigimos, mas verificamos alguma timidez da parte do Governo na utilização deste instrumento de resgate de quotas.

Gostaria também de saber aqui de imediato, que perspectivas o Governo apresenta, a curto prazo, quanto à intensificação da utilização do instrumento do resgate de quotas.

Finalmente queria dar conta de que estamos de acordo e comungamos da preocupação do meu ilustre colega deputado da ilha Terceira relativamente ao SP-10, ao F-14, o F-18, digamos, todo esse conjunto de intervenções da parte da Secretaria Regional, gostaríamos de deixar aqui um alerta: é fundamental que numa política de abertura...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

... de novos caminhos, não se esqueça nem se abandone aqueles que, pela sua importância, foram objecto de intervenções, algumas com 20 e 30 anos, caminhos que foram alcatroados há 20 e 30 anos e hoje são ribeiras, isto em zonas nobres como, por exemplo, a Serra do Congro, em zonas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

que, pela sua importância, tinham acesso privilegiado e dou o exemplo da Canada dos Passos, que os meus amigos todos conhecem, que há-de ser um desses “F” que o meu amigo refere e que eu não tenho o mapa, mas se não for, receio que aquilo que já foi um caminho excelente, que abrange uma zona rica da nossa terra, como são quase todas, neste momento seja uma ribeira. É trágico e até estranho que os agricultores da zona ainda não tenham feito maior pressão.

Portanto, apelo ao Sr. Secretário que, a par do que se tem feito, e é bom que se faça, na abertura de novas infra-estruturas, não se esqueça daquelas que, pela sua importância, já existiam há muito anos e que hoje estão numa situação calamitosa, como é o caso da Canada dos Passos na ligação Canada da Bica é digno de ser visto para que não se repita.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na mesa pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(*) Deputado Henrique Ventura (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra também para, de alguma forma, congratular-me com as orientações apresentadas pelo Sr. Secretário da Agricultura para os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

próximos 4 anos e os grandes investimentos que se vão seguir no ano de 2005.

Aquando da discussão do Programa do Governo já deixei aqui a minha opinião sobre a importância que tem, para mim como profissional de longa data, o emparcelamento agrícola e acho que nestas Orientações de Médio Prazo se dão passos largos nesse sentido. Sei que são passos lentos, mas seguros e não há outra forma de os dar. Quero também congratular-me com isso.

Em relação ao resgate leiteiro, discordo um pouco da opinião do Deputado Alvarino Pinheiro quando diz que o Governo tem que ser mais afoito, digamos assim, no resgate da quota leiteira. Eu penso que não, porque esta mudança que se está a dar neste sector na nossa região, para continuar a ser, tem que ser lenta, mas segura.

Eu lembrava aqui que o último resgate que está a ser implementado na Região irá resgatar à lavoura 8 milhões de litros de leite. Quero lembrar também que haverão outras quantidades de quota para serem distribuídas para além do resgate.

Quero também salientar a coragem do Governo no fomento àquilo a que chamamos “dos cruzados” no sector da carne.

Salientar também os passos lentos, mas seguros que estão a ser dados na diversificação da agricultura.

Portanto, Sr. Deputado, penso que os passos a dar nesta Região têm que ser lentos, porque o mar é muito e corremos o risco de nos faltar a terra.

Muito obrigado pela exposição do Sr. Secretário. Fiquei totalmente satisfeito e penso que a bancada do Partido Socialista tem razões mais que suficientes para aprovar aquilo que foi aqui exposto pelo Sr. Secretário.

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao aumento das dotações do Plano não coincidirem com o aumento dos rendimentos dos produtores, ou seja, a referência de que não há um nexo de casualidade entre o aumento das dotações e o aumento dos rendimentos dos produtores, eu não vou teorizar grande coisa à volta disto, vou apenas lembrar-lhe, Sr. Deputado, que ainda há pouco tempo nas Jornadas do Ramo Grande, na Ilha Terceira, a convite, que não meu, do Professor Avilez, em que referiu quais são os níveis de rendimento e de competitividade das explorações agrícolas dos Açores, - disse-o e está publicado em livro - foi referido que o rendimento das explorações açorianas e a sua competitividade é a segunda melhor de todas as regiões agrícolas do País, atrás da Região do Ribatejo Oeste que nos está à frente. Não fui eu que convidei o Professor Avilez a vir às Jornadas do Ramo Grande; não fui eu que lhe encomendei o estudo, que está publicado e que o Sr. Deputado pode ver.

Portanto, sempre que pudermos meter dinheiro nas infraestruturas e na capacitação das nossas explorações e das nossas agro-indústrias, provocamos, tenho a certeza, directa e indirectamente, o crescimento do rendimento dos senhores produtores.

Quanto à alegada crise no sector da carne, o Sr. Deputado sabe que a produção de carne nos Açores debateu-se durante longos e longos anos com problemas decorrentes de uma forte presença de animais



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

vocacionados para a produção de leite e de um processo tradicional de comercialização em vivo, que em tudo nos levava as mais valias e a tudo nos retirava a possibilidade de estruturarmos essa fileira, com a dignidade dos rendimentos que devia permitir a quem produzia carne.

Como sabe, o amplo investimento que já foi executado na rede Regional de Abate e nós agora estamos a tratar e a proceder à alteração do processo tradicional de comercialização, alterando significativamente a percentagem de havia da exportação de gado vivo, para começar a exportar gado abatido, com ganhos de transporte e agora também, por iniciativa do Governo, Matadouro da Terceira com a concessão das salas de desmancha, que vai levar a que a carne seja comercializada desossada, desmanchada, embalada e certificada, como é nosso propósito. Isto traduzir-se-á, estou certo, em rendimento para os nossos produtores e traduzir-se-á também em notoriedade para a nossa carne que não tem sido, até hoje, potenciada nesse particular.

Relativamente à timidez do uso ou do recurso aos resgates, quero dizer-lhe que, analisando toda a Europa Comunitária, não vejo que sejam feitos resgates todos os anos e eles não são feitos todos os anos por razões muito simples. Um resgate é um instrumento que visa a retirada, digna e honrosa, da fileira da produção de alguns produtores que não têm condições e visa também a reestruturação das explorações.

Ora, ao que nós assistimos é que os resgates são instrumentos para, ou até aos quais é necessário, fazer um estudo aprofundado da situação concreta das explorações, actuar quando é necessário o resgate, reafectar a terra, liberta as nossas explorações e só depois, feitas essa ponderação, é que é possível incrementar, dinamizar e iniciar o novo resgate.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Relativamente aos caminhos agrícolas que foram já aqui referidos com algum pormenor, no âmbito da Secretaria Regional de Agricultura e Florestas, são caminhos executados pelo IROA, mas nós também temos caminhos florestais e rurais que são executados pelos Serviços Florestais em todas as ilhas e em todos esses caminhos, quer rurais, florestais, quer aqueles dos perímetros de ordenamento agrário, que há pouco foram referidos, em todas as ilhas faz-se um enorme esforço, não só para rasgar novos caminhos, não só para manter os caminhos existentes, e a rede de caminhos agrícolas e florestais é imensa por todas as ilhas, e para, duma forma mais concertada, ir melhorando os pavimentos, substituindo-os, na medida do possível.

O que se tem feito em caminhos nos Açores, nos últimos anos, é uma realidade que não se pode contornar.

O que se vai continuar a fazer nessa matéria, será outra vez uma realidade que não poderá ser nunca esquecida.

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo já terminou.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É evidente que não existe uma relação directa entre o aumento global do orçamento de um determinado sector e o rendimento do mesmo, mas também é evidente que quando se faz um esforço gigantesco de aumentar o orçamento global de um sector e se globalmente investe na melhoria de todas as infra-estruturas que envolvem esse sector, ele melhora naturalmente o seu desempenho e por sua vez também o seu rendimento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Esta é uma questão muito simples e que, aliás, o Sr. Secretário explicou muito bem.

Por outro lado, Sr. Secretário, eu gostaria de felicitá-lo, na sequência dos governos socialistas anteriores e dos secretários que o antecederam, por manter um esforço gigantesco de investimento neste sector primário, fundamental para o nosso desenvolvimento, pelo sector em si, mas também pelos aspectos que tem de modelação da nossa paisagem e que, no fundo, acaba por estar também intimamente ligado ao turismo, sector emergente e fundamental.

Esse esforço gigantesco que no Pico passou pelo saneamento financeiro da lavoura, ao apoio às novas infra-estruturas transformadoras e que neste momento, entre outras coisas, se centra no grande investimento da construção do novo matadouro e da rectificação da sala de desmancha para uma melhor adaptação àquilo que são as potencialidades naturais da ilha, que é a produção de carne é, para nós e para a ilha do Pico, fundamental e os lavradores do Pico, muito em particular e os picoenses, de uma maneira geral, agradecem e reconhecem o esforço que está a ser feito.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional: Pedi a palavra para me congratular com a intenção, manifestada por V. Exa. daquela tribuna, de se proceder ao alargamento até 2013 do regime de apoios à reconversão vitícola, que responde desta forma afirmativamente à dinâmica deste sector e estimula também por esta via a diversificação agrícola.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Esta é uma importante iniciativa para a nossa Região que, para além dos “VQ” licorosos e não licorosos que vêm sendo certificados desde 1997, já tem vários vinhos de mesa brancos e tintos, além de cinco vinhos regionais brancos e um vinho regional tinto, mais dois vinhos regionais brancos e um vinho regional tinto candidatos à certificação já no próximo sábado. Com esta iniciativa e com este empenho consolida-se um sector cuja importância vai além do sector primário e pode contribuir de forma firme e determinante para a imagem da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma única nota relativamente à cultura da vinha, produtor directo na ilha do Pico.

A vontade da Secretaria e do Governo é de ver no POSEIMA a derrogação do prazo para a substituição e para a reconversão dessas vinhas.

A proposta do POSEIMA, tal como está em cima da mesa, não garante que até 2013 possamos fazer essa reconversão, indica o ano de 2006.

Se a derrogação não for aceite não é por falta de empenho, dedicação e de luta da Secretaria e do Governo Regional nesse sentido.

Obrigado.

Presidente: Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou conter-me na minha vontade de explicar, porque não tenho tempo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Em relação ao seu esclarecimento sobre a verba alocada para o apoio à transformação na Ilha Terceira, o Sr. Secretário referiu-se à verba que está no Plano, mas queria que explicasse para que é que serve esta verba.

Por outro lado, neste Plano queria que nos dissesse quais são os montantes relativos a compromissos de pagamentos anteriores e aquilo que são novos investimentos, ou seja, dinheiro verde para este âmbito.

Obrigado.

Presidente: Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto ao aspecto dos resultados dos investimentos que se têm alocado à agricultura, gostaria de lembrar aqui que o índice de mecanização aumentou nos últimos anos 52%, que a frota de tractores teve um incremento de 38%, que o efectivo bovino total aumentou 26%, que o efectivo leiteiro aumentou 21%, que se produzem hoje mais 130 milhões de litros de leite, mais um terço do leite que se produzia e que é pago a tempo e horas.

Queria lembrar também que os próprios jornais e as associações de produtores dizem que o rendimento do agricultor aumenta no leite e nas rações.

Gostaria também de dizer que enquanto nos últimos 10 anos a média de abandono das explorações na Europa foi de 8 a 10% ao ano, a média de abandonos na Região foi de cerca de 3%.

Portanto, este conjunto de indicadores aqui apontado demonstra bem a eficácia dos dinheiros empregues na nossa agricultura e só quem não tem vontade de ver é que não pode e consegue ver.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Por outro lado, gostaria de reflectir um pouco sobre a questão dos resgates leiteiros.

Deputado António Ventura (PSD): Apresente a alternativa que queremos ver!

O Orador: O resgate leiteiro é, sem dúvida, uma medida de eleição por excelência para rejuvenescer um sector, mas não discutindo a amplitude que ele deve ter. Gostaria também de lembrar que nos Açores nós estamos confrontados com duas situações, por um lado, a necessidade de manter as nossas populações rurais nos campos e, por outro, a necessidade de modernizar e ter ganhos de escala. Eu introduzia aqui uma preocupação alternativa no sentido de aumentar esses ganhos de escala, que se procedesse a uma pedagogia e a uma cultura superior de criação de novas formas societárias na agricultura que permitiriam melhorar as condições de trabalho e de vida dos agricultores nas suas explorações, podendo tirar férias, ter mais tempo livre para se cultivarem, podendo visitar feiras, ter descanso ao domingo e não andar 365 dias agarrados à teta da vaca, como hoje acontece e permitiria também conseguir aumentar os ganhos e aumentos de escala necessários ao aumento de produtividade e à viabilidade das nossas explorações.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos ver se consigo explicar melhor.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A área da transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários é fundamental, já o disse há pouco.

Das verbas que aqui estão, o Sr. Deputado pergunta-me que compromissos anteriormente assumidos existem e que acções novas estão aqui previstas. Dou-lhe apenas um exemplo que vem descrito: fizemos no ano de 2004 o resgate e a própria Portaria que abria o resgate previa para 2005 o pagamento da quantia resgatada. Esse pagamento vai ser feito em 2005 e em 2006 o senhor verá novamente mais uma verba que é a segunda fracção do pagamento desse resgate.

Portanto, são esses compromissos que são assumidos, que são naturalmente cumpridos pelo Governo e eu não vim para aqui para não cumprir os compromissos assumidos, pelo contrário somos homens de palavra e as coisas são para cumprir.

Também aqui estão previstos os novos investimentos e se o Sr. Deputado ler com atenção há um que é fundamental para a capacitação da agro-pecuária, em particular da produção de carne, que é o Laboratório Regional de Veterinária, cujo início do processo vai ocorrer em 2005 e que é um instrumento importantíssimo para a sanidade animal e para a defesa do consumidor, como o senhor sabe.

Todas essas acções descritas são a garantia de que os volumes financeiros colocados no sector agrícola vão no sentido de incrementar o rendimento dos produtores, o aumento da produção e, naturalmente, a sustentabilidade de todo o sector.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É para pedir um intervalo de 15 minutos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: É regimental, está concedido. Reiniciaremos os nossos trabalhos daqui a 15 minutos.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Pedia aos Srs. Deputados que ocupassem os seus lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 12,00 horas)

Na continuação do debate sobre a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, dou a palavra ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para esclarecimentos.

(*) Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura: Apraz-me muito saber desse estudo do Sr. Professor de que, em função do rendimento dos agricultores açorianos, os Açores são a melhor região de Portugal.

Mas, Sr. Secretário, o senhor que contacta com os agricultores dos Açores com mais frequência do que eu e permanentemente é assediado pelas suas associações e pelos seus representantes e está presente nas suas iniciativas, sabe que a evolução do preço do leite é negativa, o preço da carne atingiu, recentemente, os valores mais baixos dos últimos anos, os factores de produção aumentam. É esse raciocínio elementar que nós ouvimos de todos os agentes ligados ao sector. Daí concluir que os rendimentos estão a aumentar, é muito complicado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Eu não ponho em causa os estudos técnicos e científicos de quem quer que seja, agora alerta é para a evidência dos factos e essa evidência ao nível dos principais segmentos que caracterizam esse sector é que, infelizmente, os nossos agricultores hoje estão com rendimentos inferiores ao que já tiveram no passado e isso é mau, porque é perda de rendimentos e sob esse ponto de vista há razões de preocupação e julgo que não é fácil demonstrar o contrário.

Quando referi que não há correlação directa entre todas as verbas existentes no Plano e os rendimentos dos agricultores - e os Srs.

Deputados Lizuarte Machado e Luís Paulo Alves já falaram sobre isso - julgo que também compreenderam o que eu quis dizer.

É óbvio que quando as aplicações - é uma questão de princípio - se destinam a infra-estruturas, como o Sr. Secretário referiu, é óbvio que têm impacto indirecto na eficiência e na produção, agora o que não se pode fazer é criar a ilusão de que todo o dinheiro inscrito na Secretaria é dinheiro no bolso dos agricultores. Isto tem que ser dito para não se criar falsas expectativas.

Aliás, a este respeito, eu perguntava se a Secretaria tem, por exemplo, algum dinheiro inscrito para os agricultores da ilha Graciosa, porque, como é sabido, o Governo comprometeu-se a aumentar o preço do leite naquela ilha.

Também é sabido que a unidade industrial daquela ilha não está disponível por si própria e com a sua capacidade económica para efectuar esse aumento.

Assim sendo, pergunto se o Governo Regional em 2005 tem verba na Secretaria para compensar os agricultores da Graciosa ou a indústria transformadora, por forma a traduzir o aumento do preço do leite na



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Graciosa, conforme prometeu politicamente nas últimas eleições? Gostaria que o Sr. Secretário explicasse aqui essa questão.

Sr. Deputado Luís Paulo Alves, eu apreciei imenso - foi pena o senhor ter tido tão pouco tempo, mas só temos três minutos - essa evolução que V.

Exa. imagina para o nosso sector agrícola no curto prazo. Isso efectivamente seria digno de um romance muito procurado.

Presidente: O Sr. Deputado já esgotou o seu tempo.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Eu julgo que os agricultores o que gostariam era que os projectos, por exemplo, de motomecanização, alguns deles com dois anos e meio e três, cujas aprovações foram enviadas aos empresários por nota dos serviços da Secretaria em vésperas de eleições, já tivessem sido pagos os respectivos montantes.

Esperar dois anos e meio para receber a nota de que esses mini-projectos estavam aprovados e passados seis meses ainda não terem recebido nada, não é nada compatível com o romance que V. Exa. aqui nos apresentou. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para um esclarecimento ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro em relação à Canada dos Pastos, mais concretamente em S. Sebastião.

Gostava de referir que esta estrada vai ser reabilitada este ano através da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Vai ser feita este ano? O Governo Regional não diz nada. O meu amigo responsabiliza-se por isso?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Estão ali os membros do Governo que certamente se poderão responsabilizar.

Quanto aos caminhos florestais e rurais que o senhor falou, eu também me preocupo, e com mais ou menos covas eu tenho aqui um plano e um estudo feito com todos os caminhos a melhorar, desde 2005 a 2008.

Gostava de lembrar também que a construção de caminhos/ano, a média entre 90 e 96 era de 36 km por ano, entre 97 e 2003 são 116 km/ano. É incomparável. Quanto mais estradas temos feitas, mais estradas temos para concertar mais tarde.

Quanto à carne que o senhor falou há bocadinho, eu tive a fazer umas contas e espero não estar muito enganado, vou dizer-lhe o seguinte:

Se recuarmos um bocadinho no tempo, entre os 15 e 20 anos, quando havia as barreiras alfandegárias, nós tínhamos o gado, a peso vivo, a uma média, falando em escudos, de 300\$00 ao kg e morto a 600\$00 e fazendo uma média de 500 kg por novilho o que daria, a 300\$00, 150 contos e morto no gado frísia, que varia cerca de 50% em termos de carcaça, obteríamos o mesmo, ou seja, 150 contos. Este gado frísia, com os mesmos 500 kg ao preço de hoje mais o subsídio que é dado precisamente pela economia de mercado existe hoje com os países da América e com o alargamento da União Europeia, porque naquela altura não havia subsídios, daria 140 contos, ou seja, menos 10 contos, mas se for morto daria 112.500\$00 mais o subsídio de nascença e o subsídio de abate, no seu conjunto daria 168.500\$00, ou seja, se compararmos preço anterior com o actual, existe um ganho substancial.

Deputado António Ventura (PSD): Defender os agricultores com subsídios, vou registar isso. Grande surpresa.

O Orador: O senhor tenha calma. Quando chegar à sua vez fala.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Mas se avançarmos ainda mais e formos apurar as raças, ou seja, a qualidade, vemos que nos cruzados com 500 kg e ao preço actual que são 240\$00, daria 120 contos, mais o subsídio dá 160 contos, mas se fizermos no gado cruzado morto com um aproveitamento de carcaça na ordem dos 58%, chegamos à conclusão que esse animal dá 290 kg, o que daria 130.500\$00 e com os dois subsídios incluídos daria 186.500\$00.

Deputado António Ventura (PSD): O senhor só mostra que não percebe nada disto.

O Orador: Se pensarmos ainda que essa carne ao ser desmanchada e exportada, ficando os ossos e todo o seu resto, incluindo os cornos que ficam atrás, certamente essa carne poderá ser aumentada, melhorada e com a certificação, certamente teremos um melhor preço.

Acho que esclareci.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado António Ventura (PSD): Subsídio-dependência!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Subsídio-dependência é na Associação Agrícola.

Deputado António Ventura (PSD): Quer sempre trazer assuntos que não dizem respeito para aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Pedi a palavra apenas para deixar aqui três notas relativamente às questões que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro aqui colocou.

Referiu que a evolução do preço do leite é negativa. O Sr. Deputado há-de desculpar, mas eu tenho falado é no aumento dos rendimentos e não no aumento dos preços.

O Sr. Deputado sabe, tão bem como eu, que houve na Europa um apoio aos produtos lácteos que visou fundamentalmente a competitividade da indústria de laticínios europeia relativamente à indústria do resto do mundo. O resto do mundo produz laticínios mais baratos que a Europa e esta definiu o apoio aos produtos lácteos, entrando para rendimento do produtor, a fim de que os rendimentos do produtor pela produção do leite não desçam.

O que se verificou e se tem verificado nos últimos dois anos, e já não vou mais atrás, é que o rendimento do litro de leite subiu. Faça contas à partilha que houve, por exemplo, dos apoios aos produtos lácteos na campanha de 2003/2004 e agora a campanha de 2004/2005.

Relativamente à carne, é verdade que no final do ano passado a carne nos Açores atingiu preços baixos e o Governo teve a preocupação de pôr em campo algumas medidas conjunturais que, felizmente, provocaram bom efeito e o valor da carne está já na curva ascendente, mas não estamos satisfeitos com estas medidas que provocaram este aumento do preço da carne, porque não é com medidas conjunturais que nós vamos lá. Vamos pelas medidas estruturais que o Governo tem tomado, nomeadamente nos investimentos que fez para a Rede Regional de Abate e nos investimentos que vai continuar a fazer para melhor capacitá-la e para se transformar de forma radical o processo tradicional de comercialização em vivo. É aí que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

depositamos grandes esperanças em dar notariiedade à nossa carne e em projectar o aumento dos rendimentos pela produção da carne.

Quanto aos compromissos e ao preço do leite na ilha Graciosa, como o Sr. Deputado sabe, nós quando temos um único comprador podemos agilizar com maior facilidade alguma influência no sentido de haver harmonização de preços.

A Graciosa teve há pouco tempo investimentos vultuosos numa fábrica de lacticínios. A estrutura financeira, durante o período de execução da fábrica e no período imediatamente seguinte não é, naturalmente, a melhor.

Nós fizemos as diligências que devíamos fazer junto da Pronicol, no sentido de haver uma convergência real de preço entre a Graciosa e a Terceira, porque, afinal, estamos a falar do mesmo comprador.

Aliás, isso também se irá verificar, por exemplo, em ilhas como o Faial onde houve há pouco tempo um grande investimento na fábrica de lacticínios da ilha, que tinha uma estrutura financeira debilitada, que neste momento está naquela fase de consolidação do investimento efectuado e que, naturalmente, também pela via da sua integração na Lacto-Açores, único comprador das produções da CALF, da Uniqueijo de S. Jorge e de S. Miguel, por via desta conjugação de potencial comercial, vão ter possibilidades de pagar a curto/médio prazo idênticos valores aos seus fornecedores.

Relativamente aos projectos em atraso, Sr. Deputado, devo-lhe dizer que os projectos que estavam nos serviços, nos últimos quatro meses, têm sido todos despachados. Aqueles que foram aprovados na sub-unidade de gestão todos eles foram homologados. A sub-unidade de gestão nunca reuniu tanto como o tem feito nos últimos meses.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Há, de facto, projectos em atraso de 2003, que não estão pagos, que são projectos que foram objecto de verificação e de controlo por parte do INGA e que até hoje, apesar das nossas insistências para que esse controlo seja concluído, ainda não resolveu despachar esses projectos ou os controlos que foram efectuados.

Estes projectos estão atrasados, sim senhor, mas estão atrasados há muito. Continuaremos a pugnar para que o INGA os despache, como deve ser.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria deixar registado que o Sr. Secretário não respondeu claramente às questões que lhe coloquei anteriormente. De qualquer modo, vou colocar-lhe mais uma:

Tenciona este Plano aplicar os mínimos para que o rendimento dos agricultores aumente?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro falou nos projectos, porque deu oportunidade do Sr. Secretário já esclarecer quanto ao projectos entrados, e de me lembrar, que me havia esquecido, daqueles que também foram resolvidos neste quadro do PRODESA, desde 2000 a 2006, e que representaram cerca de 4.400 projectos na explorações, num



total de 28 milhões de contos, que vieram contribuir decisivamente para a sua modernização.

Lembro ainda que 158 desses projectos foram de jovens agricultores, o que significa que existe alguma atractividade no sector.

As questões do rendimento no sector agrícola são questões que neste momento preocupam toda Comunidade Económica Europeia. Não são exclusivas dos Açores, nem por isso ganham menor importância, mas terão que ser enquadradas dentro duma problemática, que é geral, decorrente da Organização Mundial do Comércio e das obrigações que levaram à reforma da nova PAC.

Esta situação está a provocar constrangimentos em todas as fileiras leiteiras e não só. Chegam todos os dias informações de preocupações na Alemanha e na França, em fileiras mais desenvolvidas, e, portanto, é natural também que aqui nos Açores se sinta essa pressão.

O excedente e as quantidades de cerca de 12 milhões de toneladas que eram colocadas no comércio internacional de produtos europeus, cerca de 6 vezes a produção nacional, e que neste momento se encontram condicionadas devido à reforma da PAC, trouxeram uma pressão enorme sobre os preços da actividade na Europa.

Se acrescermos a isso as formas e a concentração que a moderna distribuição está a ter no mercado, basta lembrar que 80% do leite líquido comercializado na Europa é de baixo preço ou está no *hard discount* ou está nas marcas de grande distribuição. O mesmo está a acontecer com a manteiga e que está até a levar a movimentos de organizações de produtores na Alemanha, na França e na Inglaterra. Houve até o envolvimento de parlamentos, como é o caso da Inglaterra, no estudo da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

cadeia a favor desses produtos, porque tudo isto se vai repercutir no rendimento e no preço das explorações.

Vemos que estamos, de facto, perante uma problemática séria, a problemática dos rendimentos.

Portanto, não vale a pena afastar de todo e dizer que aqui vivemos num oásis quanto a isso. O que se tentou demonstrar foi que as políticas aplicadas têm contrariado, no nosso entendimento, de uma maneira muito positiva, essa tendência, mas a abordagem desta questão tem que ser prosseguida e encarada de frente, a par daquilo que se vai fazer noutras fileiras, duma forma moderna e determinada, como demonstra o actual Plano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de prestar esclarecimentos, mas não percebi a pergunta do Sr. Deputado António Ventura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura para reformular a pergunta.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pergunta era se pretende aplicar o complemento *mínimos* à Região? Este complemento é um apoio comunitário. Eu pergunto se vai aplicá-lo neste Orçamento?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(*) Deputado Henrique Ventura (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já ontem ficou aqui claro que o PSD se envergonha do seu passado. Nós, ao contrário, orgulhamo-nos muito do nosso passado, conforme deixou bem claro o Sr. Deputado Luís Paulo Alves nas suas intervenções. Em relação ao Deputado António Ventura, pessoa que já demonstrou nesta sala que tem alguma genica e, se calhar, fica-lhe bem, diz com a sua idade, mas penso que o senhor tem um problema de definição, opção que o senhor fez, porque continua a portar-se aqui como se ainda fosse o presidente da Federação Agrícola.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: Eu penso que o senhor devia ter resolvido esse problema antes de ter assumido a candidatura pelo PSD. Senão vejamos:

A Federação Agrícola, e referindo-se aos documentos que aqui estão em análise, diz que “... o investimento no sector agrícola aumentou 60% em dois, passando de 30 milhões para 50 milhões”.

Mas, diz mais:

“Regista-se positivamente o facto das rubricas, do abastecimento de água, da electrificação das explorações, o apoio ao rendimento do sector cooperativo, o resgate leiteiro ...”. Portanto, congratula-se com tudo isto e com o investimento nos caminhos agrícolas.

O senhor, pelo contrário, naquilo que era de esperar, devia representar todos os açorianos e não só os lavradores, como é evidente. Isso era quando o senhor estava na Federação Agrícola.



Deputado António Ventura (PSD): Eu não particularizei.

O Orador: Nós, ao contrário, preocupamo-nos com todos os açorianos e por isso temos que tomar em conta pareceres como, por exemplo, o da Câmara do Comércio e Indústria que diz que o Plano de Médio Prazo de 2001 teve uma dotação para a agricultura de 54,8 %, mas as Opções de Médio Prazo para 2005/2008 subiram para 67,2% e confronta estes dados com aquilo que eles consideram ser o desinvestimento na área que eles representam.

Deputado António Ventura (PSD): O senhor leia o resto do parecer da Federação.

O Orador: Portanto, o senhor como defensor dos agricultores...

Deputado António Ventura (PSD): O senhor também é, não é?

O Orador: Claro que sou, mas temos que pensar também na outra grande parte dos açorianos.

Deputado António Ventura (PSD): Ah! É que eu pensei que só era aqui.

O Orador: A questão que está aqui posta e que vem no parecer da Federação Agrícola fica bem clara.

Deputado António Ventura (PSD): E o resto do parecer?

O Orador: Não sei por que é que o senhor toma uma posição mais radical do que a da Federação Agrícola.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas uma nota final, dizendo o seguinte:

O Sr. Secretário Regional referiu na sua intervenção alguns aspectos ligados ao POSEIMA e há uma matéria que dos 15 pontos que ele comentou de alteração ou melhoramento da proposta da Comissão e que só por si denota que esta Assembleia, ao contrário do que parecia no anterior plenário, tinha alguma coisa que se pronunciar acerca da proposta antes de se pronunciar acerca do programa, gostaria de introduzir um ponto que me parece de particular importância:

Pensamos que seria importante introduzir um considerando que tivesse em conta os novos fundos estruturais.

O regulamento do FEDER para os novos fundos estruturais é condicionante nos apoios que vão ser concedidos às pequenas e médias empresas.

Esta situação pode ser problemática na Região uma vez que esse regulamento faz apuramento para as pequenas e médias empresas numa forma cruzada. As participações cruzadas dumas empresas nas outras poderiam atirar para a Região uma parcela significativa da indústria agro-alimentar, nomeadamente na indústria ligada ao leite, e cerca de 80% do leite produzido directa ou indirectamente na Região poderia ficar livre de apoios estruturais.

Parece-me que isto é uma matéria que deve ser considerada em ilhas como, por exemplo, a Terceira e a Graciosa, por via da Pronicol, da Unicol e da Cooperativa da Graciosa e das suas ligações cruzadas, poderiam correr o risco de ficar completamente fora dos apoios estruturais, o mesmo podendo acontecer com a Unileite, a Lacto-Ibérica, a Prolacto, em S.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Miguel, ou mesmo aqui a CALF, no Faial ou a Uniqueijo em S. Jorge, por via da Lacto-Açores.

Portanto, parecia-nos interessante aproveitar a oportunidade para introduzir um considerando que, de alguma maneira, alargasse o conceito desses apoios não só às PME's, mas também, numa forma genérica, às empresas do sector agro-alimentar, para o caso particular da Região Autónoma dos Açores.

Era esta preocupação que eu queria manifestar aqui, na sequência também da intervenção do Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No elenco das dificuldades que a proposta do POSEI Agricultura nos apresenta, nós tivemos oportunidade de elencar várias questões e tivemos a oportunidade de as comunicar a todas as pessoas e entidades que têm alguma influência ou que podem ter alguma interferência para melhorar a proposta que a Comissão Europeia nos apresentou.

Esta questão diz respeito, nomeadamente às derrogações previstas no artigo 16º da proposta e tem a ver com os critérios que a própria Comissão Europeia definiu para a consideração de uma pequena ou média empresa. Ao nível do FEDER aponta-se uma acentuada discriminação entre as empresas, consoante a sua dimensão, podendo-se concluir que somente serão abrangidas neste programa as micro e médias empresas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Com os valores que vêm referidos na recomendação 361/2003, de 6 de Maio, a grelha relativa às dimensões de pequenas e médias empresas, leva em consideração, por exemplo, o facto de uma pequena e média empresa ser participada noutra pequena ou média empresa e agrega essas pequenas empresas por forma a que depois o conjunto agregado seja levado em conta para definir se está ou não no âmbito duma pequena ou média empresa.

Esta leitura que a Comissão faz da recomendação relativamente à definição duma pequena ou média empresa, é prejudicial para a Região, porque, por exemplo, como disse o Sr. Deputado e bem, quer S. Miguel, quer a Graciosa, S. Jorge, Faial e Terceira ficariam totalmente afastadas do apoio do Feder, porque essas empresas, devido à sua agregação e dimensão, sairiam do conceito de pequena e média empresa.

No entanto, quero também aqui deixar uma nota relevante sobre essa matéria.

Os nossos estrangulamentos tradicionais têm sempre muito a ver com a nossa dimensão para assumir compromissos de mercado, para assumir dimensão de mercado. A pequena dimensão das empresas causa-nos naturais dificuldades de mercado.

Essa inter-cooperação que está havendo no sector produtivo e das várias empresas agro-industriais da Região é no sentido de elas ganharem a dimensão para terem alguma capacidade junto do mercado.

Ora, fazendo-se isso numa região periférica como a nossa, que é fundamental, estas opiniões e conceitos que a Comissão apresenta no âmbito do FEDER, penaliza fortemente uma região ultraperiférica como a nossa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Esta questão já foi levantada, foi identificada e foi comunicada a todas as pessoas e entidades que têm alguma responsabilidade na matéria da revisão do programa POSEIMA.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar às intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos que agora apreciamos, traduzem aqueles que são os pilares do modelo de desenvolvimento da Região:

- A responsabilidade financeira
- O crescimento económico sustentado
- Uma sociedade mais justa e mais solidária

A evolução favorável da economia açoriana, em contraste com os indicadores Nacionais, tem proporcionado uma dinâmica de convergência com o País e mesmo com a União Europeia que, muito justamente, tem merecido o apoio reiterado das Populações.

É evidente, mesmo para aqueles que só ocasionalmente nos visitam, a apreciável dinâmica transformadora que nos últimos anos tem ocorrido e que trespassa um pouco, por toda a Região.

Os indicadores da actividade evidenciam-se, tanto ao nível do sector primário, como do Turismo, do Comércio ou da Indústria, dando alento aos Açorianos para prosseguirem enfrentando as dificuldades, na difícil e árdua batalha pelo desenvolvimento da Região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Continuamos a ser uma Região Ultraperiférica, marcada por constrangimentos estruturais e permanentes, portadora de sérios “passivos históricos”. Mas somos também já hoje uma Região mais consistente do ponto de vista económico e financeiro, com melhores acessibilidades, com a economia mais diversificada, com uma melhor situação energética, com melhor qualificação do capital humano, com melhores indicadores de bem estar e com baixas taxas de desemprego.

Sentimo-nos por isso melhor a viver nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também na Agricultura houve que ultrapassar constrangimentos e imprimir outros ritmos que saneassem o enorme passivo que representava o nível do nosso atraso.

O ponto de partida quase Medieval em que se encontrava o sector face à Europa veio, desde os primeiros Governos da Autonomia, a ser recuperado, nalguns períodos mais intensamente que noutros, tendo sido claramente acentuada essa recuperação com os Governo do Partido Socialista.

Com efeito o quadro financeiro negro que a Região atravessou nos Governos de 1988 a 1996, nomeadamente com um corte de 54% no PMP de 88/92, que no Sector Agrícola se traduziu no desaparecimento de 62% das verbas que estavam atribuídas para o investimento, não pode evitar que em 1996 o Sector Agrícola se encontrasse em acentuada ruína e praticamente falido em quase todas as ilhas.

Não é portanto difícil de compreender, que a situação hoje francamente melhorada, como ninguém poderá deixar de reconhecer, se encontra ainda distante daquela que todos gostaríamos de observar face às suas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

congéneres mais desenvolvidas, com quem temos aliás que competir. Se entendermos que as diferentes fileiras agrícolas Europeias enfrentam hoje sérias dificuldades colocadas pela reforma da PAC e pela desregulamentação do Comércio Internacional, percebemos a dimensão dos nossos desafios. Dos desafios que uma fileira agrícola com os nossos handicaps, enfrentando os mesmos problemas que as mais desenvolvidas, tem que ultrapassar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde 1996 alterámos profundamente a nossa realidade. E isso não se faz atirando dinheiro aos problemas. Também não se faz com palavras. Faz-se com obra. E fazer uma Rede Regional de Matadouros custa dinheiro (mais de 36 milhões de euros). Os 86 projectos de investimentos privados que modernizaram a nossa Agro-Indústria também custaram dinheiro (mais de 120 milhões de euros).

Sem a Rede Regional de Abate ou sem Indústria Agro-alimentar adequadas aos padrões exigidos não teríamos hoje qualquer actividade no domínio da Pecuária. Não é por si só condição suficiente? Concereteza. Mas é certamente condição necessária, que há oito anos se encontrava ainda por cumprir.

Também noutros domínios foi necessário imprimir maiores ritmos. Na área das infra-estruturas agrícolas, a reparação média anual de caminhos florestais passou de 353 Km/ano para 750 Km. A construção de novos caminhos passou em média de 36 Km para 116 Km. A pavimentação betuminosa de 26 Km por ano para 145 Km. Foram abastecidas com água mais de 2800 explorações agrícolas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Ainda nas explorações agrícolas foram aprovados mais de 4400 projectos num considerável esforço de modernização.

Na formação dos nossos agricultores foram ministrados mais de 345 cursos envolvendo cerca de 5100 produtores. Um incremento praticamente para o dobro do ritmo de formação até então desenvolvido.

Combatem-se a BSE, com um Plano Integral de vigilância, (desde as rações aos matadouros e à distribuição de carne) criando 2 laboratórios de despiste rápido. A Região assegurou assim o estatuto da Região livre de BSE.

Introduziu-se pela primeira vez apoio ao gasóleo agrícola e à compra de terras pelos rendeiros com taxas de juro dos 0% a 2%. Esta medida com cerca de 110 projectos permitiu a aquisição de 480 hectares de terra.

Com a dinamização da actividade agrícola, a produção de leite aumentou mais 130 milhões de litros desde 1996, passando a não haver atrasos nos pagamentos, atrasos que tinham chegado a atingir mais de um ano.

A produção anual de queijo mais do que duplicou, passando a atingir as 25.000 toneladas por ano. Em sentido contrário a produção de leite em pó tem vindo a diminuir. Os constrangimentos desta actividade industrial, face à Reforma da PAC, assumem particular preocupação, partilhada aliás por outras fileiras como a Francesa, a Alemã ou a Belga e a Irlandesa, estas duas últimas com maior acuidade ainda. A solução para já consiste em passar esta produção industrial para produtos de grande consumo.

Devido às excelentes características do leite dos Açores e à sua riqueza em CLA, pensamos ser solução, com o Marketing adequado, a passagem de leite em pó industrial para leite UHT destinado ao consumo do mercado Continental.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Também é de registar o aumento, quer do efectivo bovino total, quer do efectivo de vacas leiteiras em mais de 25% e mais de 21% respectivamente, tendo igualmente aumentando a área média das explorações agro-industriais em mais de 21%. Como consequência dos investimentos efectuados nas explorações agrícolas, o número de tractores aumentou 38,7% e o índice de mecanização das explorações mais de 52%. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda que necessariamente bastante incompleta esta perspectiva dos últimos anos, monitorizando handicaps, pontos de partida, ritmos de execução, resultados conseguidos, demonstra claramente que o Sector Agrícola, apesar das insuficiências que possui, está hoje claramente melhor preparado para enfrentar as muitas dificuldades que a actividade agrícola hoje enfrenta por toda a Europa.

Problemáticas como o rendimento das explorações, a inovação, a diversificação, a eliminação de insuficiências nas explorações e nas indústrias, a criação de novas formas societárias, a investigação aplicada nas fileiras, as economias de escala ou as relações com a distribuição moderna, presentes nos novos debates são também hoje temas da actualidade em muitas fileiras europeias.

O Plano para 2005 e as grandes opções para o quadriénio 2005-2008, já aqui exposto de forma circunstanciada pelo Sr. Secretário da Agricultura, contêm os instrumentos que consideramos adequados (ainda que necessariamente sempre escassos) para intervir com profundidade nas complexas questões do mundo agrícola regional.

Mais de 550 milhões de euros são esperados como investimento no sector Agrícola, sendo cerca de 41% deste valor dirigido ao Fomento Agrícola e



34% para a Transformação e Comercialização de Produtos Agro-Pecuários. São pois cerca de 110 milhões de contos em moeda antiga, num volume projectado, que gostaríamos que pudesse ser maior, mas que, todavia, não deixa por isso de constituir um montante sem precedentes no sector.

Procuremos com ele dar resposta aos desafios que continuamente se colocam e que continuarão a colocar-se, cada vez com ritmos mais elevados, num mundo cada vez mais globalizado e com mercados mais desregulamentados, mas em que a actividade agrícola se encontra toda ela fortemente condicionada pela Política Agrícola Comum.

O Plano para 2005 prevê investimentos no sector na ordem dos 115 milhões de euros, destacando-se o Fomento Agrícola e a Transformação e Comercialização de Produtos Agro-Pecuários com cerca de 38% em cada das verbas a investir.

Gostaríamos de particularizar, não pela expressividade dos montantes inscritos, mas pelo significado das mesmas, o reforço na acção de Experimentação e Divulgação com o crescimento de 40% da dotação e a introdução da acção Contabilidade e Gestão das Explorações Agrícolas. Uma gestão e um maneio correctos, uma alimentação e uma adequada aplicação de factores de produção, o tratamento eficaz das doenças, a melhoria da qualidade, constituem hoje importantes e decisivos combates às ineficiências que consomem elevadíssimos recursos às explorações, tão necessários à melhoria da sua produtividade e mesmo à sua viabilidade.

De igual modo gostaríamos de sublinhar a acção Medidas de Desenvolvimento Rural com a florestação de terras agrícolas e reposição de matas cortadas numa área de 625 ha em 2005, pelo seu importante alcance ambiental.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Por último, no campo das Infra-Estruturas Agrícolas, sublinhamos a aposta decidida na acção Abastecimento de Água com um crescimento face ao plano anterior de 186% que possibilitará que mais 450 explorações agrícolas sejam abastecidas, retirando daí evidentes reduções de custos e aumentos de receitas pelos ganhos de qualidade obtidos nas suas explorações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A eleição da Agricultura como um sector com lugar determinante nos Açores do futuro, está claramente evidenciada no crescimento de 60% nas verbas do Plano nos últimos 2 anos.

Este crescimento de 60% em 2 anos revela bem a vontade, a determinação e o compromisso deste Grupo Parlamentar e do Governo do Partido socialista em continuar a mudar a Agricultura, a vida dos Agricultores e os Açores para Melhor.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Aceitam-se inscrição para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado António Ventura para uma intervenção.

Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



As Orientações a Médio Prazo para 2005/2008 e o Plano Anual para 2005 e no caso em apreço para a Agricultura devem ser uma espécie de bússola, pois pressupõem políticas de desenvolvimento que possam nortear concretizações. Contudo, por vezes é difícil saber-se o que vai na alma destes supostos guias, já que as aparências iludem, ou seja, os propósitos até são atractivos, mas é preciso percebermos se estes manuais, na passagem da letra ao acto são abertos ou fechados, completos ou incompletos, activos ou reactivos, de indicação ou meramente de suposição.

Assim, encontramos-nos perante documentos de acções qualitativas e quantitativas que continuam, na sua grande maioria e sem margens para incertezas, fabricados para reagir, abundantemente incompletos e mutilados na força das suas medidas.

Eis a primeira conclusão.

São programas que seguem uma linha orientadora para a Agricultura Açoriana que pecam por continuarem, recheados de velhos elementos. Aqui, não à espaço para firmes inovações, nem para instrumentos que facilitem uma constante adaptação dos Agricultores às novas exigências evolutivas do mundo agrícola moderno. A este Plano para 2005 falta-lhe fermento capaz de potencializar o progresso e a competitividade agrícola que impõem os tempos que se avizinham.

Este Plano não é um campo fértil em matéria de inovação.

Mas se dúvidas existem quanto a estas afirmações, nada mais fácil do que destilar estas dúvidas.

Ora vejamos, a verba destinada à promoção da extensão rural é, notoriamente irrisória (100 000 euros).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Este montante, subentende uma experiência, uma acção-piloto e não uma actuação verdadeiramente profunda com parcerias pública e privadas, que criem um músculo para o crescimento agrícola.

Meus Senhores os agricultores não precisam de mais testes nesta área, estes já foram realizados é preciso, sim, agir em substância.

Sendo assim, quer ou não quer o Governo fazer vulgarização rural? É que este plano revela uma pobre ousadia da Vossa parte.

Os Agricultores já perceberam que vai haver, para o corrente ano, uma forma perfeitamente acanhada de auxílio técnico de campo, contrariamente àquilo que os Senhores publicitaram.

A diversificação agrícola é outro item que, consistentemente, promete ser moribundo. O convite há versatilidade económica das fileiras instaladas e em concreto dos seus segmentos mantém-se quase inalterado.

Esta carência é uma das principais forças de bloqueio que castra empreendedorismos e dinâmicas, tão urgentes nos nossos dias. Aliás, vivemos, devido a um conjunto de exterioridades, tempos bem maduros na necessidade de diferenciar conteúdos, que qualquer dia ficam podres de tanto esperar.

Entendam que a modernização na Agricultura também depende do seu grau de diversificação e para que ela possa nascer tem de ser edificado um punhado de acompanhamentos iniciais aos proponentes que confortem as ideias e as iniciativas, tais como: assessorias técnicas e infra-estruturas apropriadas. Aspectos que o Vosso Plano não espelha.

Outra temática, a reestruturação fundiária, uma das vossas grandes bandeiras quer de campanha como do Programa do Governo é, neste Plano, simplesmente corporalizada com uma verba igual a 2004 (200.000 euros). Se no ano anterior atravessamos um deserto nesta matéria, este ano



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

será, seguramente, semelhante. Por outras palavras, os Senhores continuam sem atrevimento para levar adiante esta importante tarefa de organização parcelar.

Ao arrepio disto, notamos que o Governo contradiz-se nesta questão, pois continua a apregoar querer uma Agricultura bem dimensionada e resiste à execução de inadiáveis reformas fundiárias.

A verdade é que não conseguimos apurar nestes documentos a existência de uma política estrutural, que preveja instrumentos jurídicos, financeiros e formativos a médio prazo que convirjam para a unidade parcelar das explorações.

Dada a forma elevada como anunciaram esta medida e atendendo à sua magreza financeira para este ano, resta-me afirmar que este assunto não é mais do que uma nota de rodapé neste Plano.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Mas, há essencialmente uma área onde o testemunho produtivo irá ocorrer mais por sucessão natural do que por intervenção do Governo. Refiro-me ao rejuvenescimento agrícola, cujo Plano não vai brotar, nas desejáveis necessidades de renovação de activos que este sector precisa, para consiga sobreviver às perturbações extrínsecas.

Este Plano aprisiona a capacidade do dinamismo dos jovens, por ausência de acenos governamentais à sua incorporação. Não vai despertar, certamente, interesse aos filhos dos Agricultores.

Meus Senhores, ninguém consegue bater palmas só com uma mão, por isso sem um programa de relevo geracional não é possível haver comprometimento produtivo no futuro da Agricultura Açoriana.

Passemos à burocracia, e burocraticamente falando, observa-se que estes documentos, não prevêm o abatimento do excesso do zelo oficial. A



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

excessiva burocracia é considerada um dos actuais travões que mingua a capacidade de acção agrícola, além de ser responsável pela existência de uma parte do presente desânimo dos Produtores.

Não encontramos nenhuma referência que mencione a disposição do Governo em evaporar pelo menos parte da complexidade burocrática nem nenhuma alusão ao incremento da celeridade processual de candidaturas agrícolas.

Saltando para outro tema, verificamos que na sanidade animal existem lacunas graves nas medidas accionadas para os próximos quatro anos, pois ficam de fora campanhas sanitárias contra outras zoonoses e outras patologias que estão a provocar elevados custos nas explorações pecuárias como o IBR, BVD ou a fotossensibilidade bovina, ou até o despiste de outras como a leptospirose.

Incompreensivelmente, na sanidade vegetal o orçamento decresce para o ano em curso, quando devia engrandecer devido ao combate de novas pragas como as térmitas.

E na investigação, os Senhores pretendem modernizar as explorações agro-pecuárias utilizando estudos com uma verba de 359,721 €, ainda por cima a repartir com custos de informática? Permitam-me que vos diga que isto é uma maneira de estabular a pesquisa científica, como fizeram até aqui. Estão a dar um sedativo à investigação que irá provocar muita sonolência ao desenvolvimento, o Governo está a congelar a nossa capacidade agrícola de prosperar pela via científica.

É então com estas verbas que tencionam encontrar respostas para questões fulcrais para a agricultura tais como:

Questões relacionadas com a alimentação, o maneio, a reprodução e genética animal?



Questões relacionadas com a utilização da biotecnologia na agro-pecuária açoriana?

Questões relacionadas com os contributos que a Agricultura pode conceder ao encontro de energias alternativas?

Questões relacionadas com o emergente sector horto-fruti-floricola e no seu bom aproveitamento?

Questões relacionadas com o mercado, no conhecimento das perspectivas de exportação dos Açores para os próximos anos, tendo em conta a evolução das políticas de liberalização do mercado mundial?

O Plano não considera estudos de previsibilidade do comportamento dos mercados agrícolas.

Se é com estes montantes que pretendem encontrar desfechos para estas e muitas outras interrogações então o progresso científico, e conseqüentemente o crescimento agrícola, estão condenados a permanecerem estacionados no parque do imobilismo agrícola.

Este Plano também sofre de uma doença chamada amnésia.

Quem redigiu o Plano esqueceu-se de lavrar neste documento algumas das várias promessas da Vossa campanha, a saber:

O Centro do Leite que foi anunciado no último Congresso da Agricultura Açoriana pelo Sr. Presidente do Governo e que seria iniciado este ano. Nem uma referência fazem a esta entidade no Plano.

A compra administrativa de produção de leite – resgate – estava prevista acontecer todos os anos, mais um esquecimento. Agora sim, temos a certeza que o resgate do ano transacto foi um resgate eleitoral.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A implementação de uma política de seguros agrícolas, a descentralização e a transferência de serviços.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Relativamente ao subsector lácteo, e tendo em conta as instabilidades mercantis que vivemos, o Plano deveria dispor de ferramentas que impulsionassem a mobilidade das quantidades de referência e o aperfeiçoamento da excelência do produto, abrindo-se alçapões para maiores proveitos na pecuária de leite.

Neste sentido, entre outros aspectos, era extremamente importante que o Plano prevê-se um Programa de Orientação láctea, com dois vectores, um direccionado para a criação de um Fundo lácteo e um outro afecto à melhoria da qualidade da produção de leite.

Continuando a navegar nestes documentos, averiguamos que no subsector da carne não existem medidas tendentes a possibilitar o encurtamento da fileira, de modo a que esta possa tornar-se crescentemente competitiva, com o produtor mais próximo do consumidor.

Falta meus Senhores estratégia e sensibilidade.

Para Vós tudo gravita à volta das salas de desmancha, parece que o Vosso trabalho termina neste ponto, quando é precisamente o contrário, este é o berço desta fileira.

Nesta matéria, convém recordar a grande solidariedade do anterior Governo da República e que resultou de uma das boas negociações do Estado Português na revisão da PAC. Falo dos 10000 direitos de vacas aleitantes e dos benefícios que vão trazer para os Açores: sobretudo vão proporcionar garantias de muita vitalidade neste subsector.

Deputado Nuno Amaral (PS): O senhor já está a treinar-se para o Congresso!

O Orador: Meus Senhores, pelas suas características económicas, já era altura de o Plano automatizar melhor a produção de leite e a produção de carne, individualizando uma política mais própria.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Continuando no Plano, deparamo-nos com a redução dos custos de exploração que foi um dos grandes bordões levantados no Programa do Governo. Contudo, verifica-se e em relação a 2004 uma quebra na comparticipação regional aos fundos comunitários, designadamente ao investimento (-21%), nos Caminhos Agrícolas (-3%) e na componente Regional nas Medidas Agro-ambientais (-11%).

A este propósito das infra-estruturas, não se consegue perceber para que ilhas, para que explorações estão previstas as dotações inscritas.

Esperava-se, ainda que o Plano contemplasse com maior profundidade, algumas possíveis vertentes de crescimento, nomeadamente nas potencialidades da floricultura, da vitivinicultura, da apicultura e da produção de batata de consumo, na procura e afirmação de mercados externos.

Crescem no Plano, embora muito timidamente, as verbas para a realização de infra-estruturas primárias no que concerne ao abastecimento de água e electrificação de explorações, mas, pudera meus senhores, é que existem explorações que esperam há cinco anos que se faça luz.

Esperava-se um “upgrading” nesta objectividade básica, já que o nosso maior desafio ainda continua a ser a ultrapassagem do caracterizado atraso estrutural que marca os Açores. Para fazer face a este constrangimento, deparamo-nos com um orçamento perfeitamente pálido nesta matéria.

Acrescem igualmente as verbas de apoio às organizações de Produtores no âmbito das candidaturas à Medida 2.2 – Acção 2.2.6. Mas pudera meus senhores, basta verificar que o calendário determinado para a execução desta acção é de 2000 a 2006 e nós já estamos em 2005 e ainda não temos nenhum projecto a ser pago.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Este Plano é ainda caracterizado por em temas de casa comum, circunstância que levanta muita neblina à vizualização dos verdadeiros montantes entre, por exemplo, a experimentação e a divulgação ou entre estudos e informática.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para desenvolver a Agricultura é preciso criar uma nova motivação, um novo impulso ou optimismos minimamente convincentes, é preciso estabelecer ideias-força e é fundamentalmente implementar-se uma fileira de acções que avive a economia agrícola, comportando políticas que prevejam a sensibilização, a capacitação e a assessoria.

Este Plano é ultraperiférico quanto a investimentos estratégicos de “nova geração”. É exemplo disso a promoção de novas tecnologias na Agricultura e os sistemas controladores de qualidade.

Sinceramente, preocupa-nos o silêncio que estes documentos fazem em relação a estes e outro assuntos de cariz elementar.

Esperávamos um Plano de funções sistémicas que promovesse a pluri-actividade e o pluri-rendimento das explorações.

No entanto, este Plano situa-se na neutralidade destas indispensabilidades, encontrando-se agarrado a velhas linhas de planeamento sem privilegiar a nova era. Gostaríamos de ter visto um Plano que pudesse contribuir para que os Agricultores deixassem de ser uma das grandes variáveis de ajustamento de um mundo em constante mudança.

Neste sentido, muitas orientações ficaram à porta deste Plano e muitas outras são tangencialmente a floradas.

Finalmente, o Plano ostenta ter mais dinheiro que os seus antecessores, mas se o compararmos com o PMP prenunciado para 2004, rapidamente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

concluimos que existem programas que decrescem nas suas dotações e outros que, na verdade, aumentam. Dentro dos que aumentam, muitos servem para cumprir compromissos anteriores.

A este respeito evidenciamos o programa “apoio à transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários cujas verbas representam 41.3% dos montantes globais para a Agricultura e Florestas e são, praticamente, para pagamentos de compromissos anteriores.

Ora, após essas subtracções o dinheirinho que resta é pouco. Repare-se, por exemplo, que a execução do quadriénio 2001/2004 ficou-se pelos 3/4 do inicialmente previsto, o que quer dizer que mais capital no Plano não é sinónimo de mais investimento na agricultura.

Afinal, para 2005 não há nenhuma overdose financeira para o investimento na Agricultura.

Ademais, temos de esperar para ver se estas verbas do Plano, mesmo sendo poucas, tendo em conta os tempos conturbados onde os Açores estão inseridos, se serão todas aplicadas na Agricultura. A tradição diz que não.

Aliás, há um ditado antigo que se adequa bem à situação e que diz o seguinte “Não se gaba os bois antes de subirem a ladeira”.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Não havendo inscrições e porque o tempo que nos separa das 13,00 horas já não permitirá certamente a intervenção da Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar, vamos fornecer os tempos totais dos partidos.

Os tempos ainda disponíveis são os seguintes:

Governo - 74,3 minutos

PS - 86,7 minutos

PSD - 53,7 minutos

PP - 12,6 minutos

Deputado Independente - 10 minutos

Estão suspensos os nossos trabalhos. Retomá-los-emos às 15,00 horas.

(Eram 12 horas e 55 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

(Neste momento o Sr. Presidente da Assembleia retoma o seu lugar na Mesa)

Esperam-nos ainda algumas horas de trabalho e sem prejuízo, naturalmente, do debate, recomendo alguma parcimónia na utilização dos tempos, porque se assim não for, o nosso horário de trabalho pode complicar-se.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.



Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O compromisso político da Região para o desígnio da Sustentabilidade é hoje uma realidade consubstanciada no Programa do Governo Regional e, conseqüentemente, no Plano e Orçamento para esta legislatura.

O desenvolvimento sustentável ambiciona a protecção e gestão otimizada dos recursos naturais e, a esse desiderato, associa o desempenho económico e o reforço da coesão social. As linhas de orientação estratégica para o desenvolvimento sustentável devem contribuir para a resolução dos problemas do presente com a perspectiva de concretizar a visão de futuro adequada a um exercício pleno de cidadania.

Estamos convictos de que o desígnio da Região Autónoma dos Açores deve estar associado a uma missão para a Qualidade, considerando-se este o paradigma que deve nortear o programa de medidas para a sustentabilidade da Região.

Uma das linhas de orientação que melhor assegurará essa visão integrada no nosso modelo de desenvolvimento é o valor atribuído à participação e envolvimento de todas as partes interessadas – cidadãos, empresas, organizações não governamentais, associações profissionais e instituições de investigação.

Neste sentido, defendemos que o desenvolvimento sustentável é matéria da responsabilidade de toda a sociedade e não apenas das instituições públicas, ainda que a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar tenha assumido a responsabilidade de materializar o esforço e empenhamento de todo o Governo Regional neste projecto.



Por isso, já na anterior legislatura se deram os primeiros passos para a definição do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores, iniciando-se os estudos de base e envolvendo a Região em programas comunitários que visam a constituição de um Observatório para a Sustentabilidade.

Vamos prosseguir com as reformas necessárias e um esforço sem precedentes para materializar um Programa de Desenvolvimento Sustentável cujo lema seja a Qualidade. Destaco apenas duas traves-mestras. O investimento prioritário é nas pessoas, e a componente ambiental é o factor de diferenciação nuclear dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aposta nos Açores como uma Região ambientalmente qualificada é hoje um objectivo do Governo Regional dos Açores, aliás sustentado num amplo consenso social, o que permite potenciar o valioso património natural existente. Todavia, o estado do Ambiente nos Açores apresenta algumas fragilidades que necessitam de um esforço adicional tendente à sua resolução.

Eis alguns dados relativos à Água, aos Resíduos e à Biodiversidade.

A água tem sofrido uma crescente procura nos Açores, estimando-se que actualmente cerca de 56 por cento das necessidades estão alocadas ao uso urbano. As necessidades para uso industrial e agrícola são da ordem dos 22 por cento, respectivamente, sendo mais prementes nas ilhas de S. Miguel e da Terceira.

Não obstante o facto do balanço entre as necessidades e as disponibilidades demonstrar que a procura pode ser satisfeita a partir dos recursos existentes, importa ressaltar que em algumas ilhas interessa gerir



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

adequadamente o esforço já assinalável de captação de água subterrânea, pois a distribuição de recursos é marcada por uma acentuada assimetria. No que concerne a problemas de qualidade, constata-se que a água subterrânea, a partir da qual é assegurado cerca de 98 por cento do abastecimento, não apresenta problemas acentuados, verificando-se apenas, nalguns pontos, problemas decorrentes da intrusão salina e da contaminação com origem na actividade agrícola. Quanto às massas de água de superfície, verifica-se que em alguns lagos ocorrem enriquecimentos acentuados de nutrientes (azoto e fósforo), o que implica que tenham sido classificadas como eutróficas e alvo de Planos Especiais de Ordenamento das Bacias Hidrográficas, cuja implementação é actualmente uma das preocupações fundamentais da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

No que concerne aos níveis de atendimento dos serviços de abastecimento de água às populações e de drenagens, tratamento e destino final de águas residuais, o quadro apresenta algumas lacunas. Cerca de 100 por cento da população é servida por sistemas de abastecimento, mas as insuficiências, relacionadas essencialmente com as perdas na adução e distribuição, implicam que apenas 87 por cento da população seja abastecida regularmente ao longo de todo o ano. O nível de atendimento no tratamento da água atinge 84 por cento da população, embora cerca de 80 por cento da água seja apenas alvo de um tratamento de cloragem.

No que concerne às águas residuais, a situação é mais complicada: o atendimento dos sistemas de drenagem era, em 2001, de apenas 38 por cento, sendo os restantes 62 por cento servidos por fossas sépticas individuais, sendo que o nível respeitante ao tratamento de águas residuais só abrange 24 por cento da população.



No que diz respeito aos resíduos, a produção declarada de resíduos sólidos urbanos em 2003 atingiu o valor de 118.650 toneladas, a que corresponde uma capitação diária de 1,37 quilos por habitante, mais de 50 por cento dos quais produzidos em S. Miguel e cerca de 20 por cento na ilha Terceira.

A composição média dos Resíduos Sólidos Urbanos gerados na Região mostra a preponderância crescente dos resíduos orgânicos, que urge valorizar, enquanto a segunda componente principal correspondem a material de embalagem. Este último factor salienta a necessidade de promover a recolha selectiva, que abrange apenas cerca de 4 por cento. No que concerne ao destino final, constata-se que ocorreu nos últimos anos uma evolução muito positiva, sendo actualmente cerca de 80 por cento dos resíduos depositados em aterros sanitários.

Relativamente aos Resíduos Industriais Banais e Perigosos, constata-se que, por falta de empenho na entrega dos mapas de registo por parte dos produtores que assumem a respectiva gestão, não existe um destino final adequado para estes materiais. Actualmente, encontra-se em discussão pública o Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais dos Açores.

Acresce que uma tonelagem significativa de resíduos é hoje exportada para Portugal Continental, como óleos usados, sucata, equipamentos eléctricos e electrónicos, pneus usados, embalagens e resíduos de embalagens, o que implica um custo adicional compartilhado pelo Governo Regional.

Os resíduos hospitalares foram alvo de um plano específico em 2003, pelo que é possível quantificar com rigor a realidade regional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

No âmbito da biodiversidade e da conservação da natureza, para além da aplicação de convenções ratificadas pelo Estado Português, um grande esforço tem sido levado a cabo na definição da Rede Natura 2000, e do seu plano de gestão sectorial, e de áreas protegidas, incluindo a respectiva requalificação ambiental.

Necessariamente que o esforço feito no intuito da preservação dos valores ambientais da Região tem sido sustentado num esforço financeiro crescente, facilmente dedutível se compararmos os **33 euros *per capita* dispendidos em 2003 com o valor médio de investimento de 2 euros *per capita* no período 1992-1996**. O aumento de investimento de execução directa do Governo Regional decorreu do acesso aos fundos comunitários, e, em especial, nos últimos anos, os programas PRODESA e INTERREG.

A título de exemplo, refira-se que a Medida 3.5 (Desenvolvimento do sistema ambiental e do ordenamento) do PRODESA contemplava um envelope financeiro de 36.978.000,00 € que hoje se encontra totalmente comprometido por investimentos executados ou intenções de investimento já contempladas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta legislatura, o Governo Regional irá prosseguir com as reformas necessárias à implementação de um modelo estratégico para o desenvolvimento sustentável da Região. O Plano e Orçamento para 2005 é constituído por seis projectos e 66 acções que caracterizam com pormenor as actividades a desenvolver.

Com base no enquadramento que foi dado, queria realçar as áreas de intervenção que merecem maior atenção, tendo em conta as prioridades estabelecidas pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.



No domínio da qualidade, formação e promoção ambiental, prosseguiremos com a implementação do Plano Sectorial e dos Planos de Gestão da Rede Natura 2000. **Implementaremos reformas importantes no que diz respeito aos planos estratégicos de gestão de resíduos.**

Destaco como um desígnio, nesta legislatura, a implementação de um Sistema Integrado de Gestão para os Resíduos na Região Autónoma dos Açores. Continuaremos empenhadíssimos na implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região Autónoma dos Açores, onde as acções de informação, sensibilização, promoção e educação ambiental têm um papel fundamental.

No âmbito dos recursos hídricos e ordenamento do território, vamos prosseguir com **importantes reformas, destacando-se o investimento na protecção da orla costeira, das bacias hidrográficas e a valorização dos recursos hídricos e ecossistemas associados.**

Assim, afiguram-se como áreas de intervenção prioritária a implementação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Sete Cidades e das Furnas.

A eutrofização de massas de água de superfície corresponde a um dos problemas de qualidade da água com maior impacto a nível mundial. Também nos Açores, e com particular acuidade nas Lagoas das Sete Cidades e das Furnas, a degradação da qualidade físico-química e biológica da água provocou consequências no que concerne à limitação das eventuais utilizações daquelas reservas hídricas estratégicas.

Não obstante os estudos de caracterização/monitorização terem permitido avaliar a evolução da qualidade da água nos últimos anos, foi o lançamento, em 2002, dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Sete Cidades e das Furnas que permitiu



estruturar uma resposta integrada, dinâmica e transversal, envolvendo vários organismos da Administração Regional.

Neste contexto, importa referir que a elaboração destes Planos Especiais de Ordenamento do Território visa garantir a compatibilização dos usos e actividades humanas com a protecção, valorização e requalificação ambiental das Bacias, nomeadamente promovendo a recuperação da qualidade da água.

Os modelos de intervenção nas Bacias Hidrográficas preconizam uma **reforma sem precedentes nos últimos vinte anos que assenta sobre cenários seleccionados que balizam um Programa de Execução, consubstanciado nas Acções/ Projectos a desenvolver no terreno.**

Na Bacia das Sete Cidades foi adoptado um cenário que se expressa mediante seis programas, 13 projectos e 53 acções. No que concerne à Bacia das Furnas, o modelo de intervenção contempla 30 Acções/ Projectos.

De forma a operacionalizar a execução dos Planos e ampliar os benefícios que decorrem naturalmente da sua execução integrada e dinâmica, criar-se-á uma Sociedade de Gestão de capitais exclusivamente públicos. Esta entidade ficará responsável pela implementação, gestão e monitorização dos projectos, bem como pela captação dos necessários investimentos junto de programas de financiamento nacionais e comunitários.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muita expectativa, Sra. Secretária.

A Oradora: Continuaremos a implementar os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e **lançaremos nesta legislatura os restantes concursos para elaboração dos Planos das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Pico,**



Faial, Flores e Corvo. Em face destes investimentos, estes projectos reflectem um crescimento de 56,8 por cento entre 2004 e 2005.

Será também dado um fim à actual situação de incumprimento da Directiva-Quadro da Água.

Nesta matéria, a política deste Governo para esta legislatura irá caracterizar-se pelo cumprimento das directivas comunitárias custe o que custar. Os primeiros sinais já foram dados com o recente encerramento da lixeira na Povoação. Cumpriremos e faremos cumprir, a bem da preservação do Ambiente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da valorização da qualidade ambiental e conservação da Natureza, **vamos prosseguir com a implementação de uma reforma fundamental de um modelo estratégico-operacional para um sistema integrado de gestão de resíduos dos Açores**, que é manifestamente uma responsabilidade partilhada por municípios, agentes económicos e Governo.

A gestão dos resíduos constituiu uma das questões da actual política ambiental, motivada pelas preocupações na preservação da qualidade do Ambiente e no cumprimento das directrizes da União Europeia. Estas preocupações adquirem um significado muito específico em regiões insulares e ultraperiféricas. No caso concreto da Região Autónoma dos Açores, estas dificuldades são acrescidas pela fragmentação e dispersão territorial e pela necessidade de garantir soluções para cada uma das ilhas. No capítulo da conservação da Natureza e da biodiversidade, os Açores deram passos importantes no que diz respeito à Rede Natura 2000, estando mesmo no pelotão da frente na União Europeia, como já várias vezes foi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

referenciado. A dotação para 2005 nestes projectos significa um crescimento de 21,2 por cento relativamente a 2004.

Na globalidade, o Programa 21 cresce de 2004 para 2005 33,9 por cento. Se alargarmos este período e analisarmos o período de 2001 a 2008, constatamos que o crescimento é de 100 por cento, entre o investimento realizado de 2001 a 2004 (31.563.447) e as dotações previstas para o período 2005-2008 (63.230.796).

Os números falam por si e reflectem a aposta que o Governo Regional irá implementar nesta legislatura em matéria de Ambiente. Move-nos uma vontade férrea de prosseguir com um conjunto de reformas que vão projectar os Açores no Mundo.

Termino convicta de que os contributos que acabo de anunciar irão reforçar o caminho da Qualidade para a construção da Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Permitam-me, Srs. Deputados, que neste momento saúde o 2º ano do curso de comunicação da Escola Profissional da Horta. Bem-vindos em nome da Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Estão inscritos os Srs. Deputados Manuel Herberto Rosa, João Bettencourt, Mariana Matos, António Ventura, Alvarino Pinheiro, Aires Reis, Hernâni Jorge e Rogério Veiros. Cada um dispõe de três minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Neste momento não posso deixar de manifestar-lhe a minha profunda satisfação pela comunicação que nos acabou de trazer.

Não vou utilizar a velha expressão de que “quem fala assim não é gago”, mas devo-lhe dizer, Sra. Secretária, que a primeira ideia que me ocorreu foi que, em matéria de ambiente como, aliás, em todas as outras áreas sectoriais, não só temos rumo, como temos timoneira e isso apraz-me e penso que o Grupo Parlamentar do PS também fica saudavelmente agradado com esta satisfação.

Devo dizer que ao longo de muitos anos, ao longo de décadas, só para falar do período da autonomia, as matérias de ambiente foram o parente pobre das políticas sectoriais na Região. Isto não é uma crítica, é uma constatação. A época do betão, a necessidade de infra-estruturas colocou em segundo plano e relegou para um plano inferior tudo o que tinha a ver com a conservação da natureza, protecção dos recursos hídricos e ordenamento do território. Ainda hoje isto é sentido. Apesar de todos já concordarmos que a transversalidade das matérias de ambiente, ela é importantíssima para o desenvolvimento e para a sustentabilidade do nosso desenvolvimento e, nomeadamente, em face dum outro vector emergente em termos económicos e que também foi descurado



concomitantemente com as questões de ambiente, que foram as políticas de turismo, enquanto elemento da economia e desenvolvimento económico.

Felizmente hoje, e desde que o PS é Governo, tudo isto foi alterado e não basta apenas falar daquilo que são os orçamentos e o reforço dos planos e dos orçamentos.

Conforme a Conferência de Uganda de 2001, uma estratégia de desenvolvimento sustentável não deve ser vista apenas como um mero conjunto de planos, de projectos governamentais, mas como um compromisso para a acção de todas as partes envolvidas que envolve, desde logo, os cidadãos e outras entidades públicas para além dos governos regionais.

Nós sabemos as dificuldades que tem sido implementar instrumentos de gestão territorial ao nível municipal.

Nós sabemos a dificuldade que é, de quem tem responsabilidade para isso, dar o adequado tratamento aos resíduos sólidos urbanos, quer em termos de recolha, quer em transporte e deposição.

Nós sabemos que a matéria do ambiente ainda é vista como parente pobre para muita gente e para alguns sectores da nossa sociedade política, basta ver que, sempre que se quer fazer qualquer coisa, a primeira expressão que é utilizada é o fundamentalismo.

Portanto, Sra. Secretária, quero-lhe deixar aqui uma exultação em nome do Grupo Parlamentar do PS, de que ao longo dos próximos 4 anos, com os instrumentos financeiros que dispõe, com os planos que também tem elaborados e aqueles que estão em fase de conclusão, dos quais o PRESSA é certamente um dos mais importantes, em termos globais, proceda com



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

pedagógica firmeza em defesa do ambiente e da sustentabilidade do desenvolvimento da nossa Região.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

(*) Deputado João Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Investir no ambiente é contribuir para o desenvolvimento económico-social dos Açores e este aspecto está bem patente na acção que os Governos do Partido Socialista têm desenvolvido nos últimos anos no Arquipélago.

Eu gostaria de, se me permitissem, fazer aqui uma referência em particular à Ilha do Faial e a dois importantes investimentos que estão presentes no Plano Regional para 2005, nomeadamente a reabilitação das zonas envolventes do Monte da Guia e dos Capelinhos, que são duas zonas de importância fulcral para a ilha do Faial, importância histórica e cultural que, por mérito deste Governo do Partido Socialista, serão, finalmente, obras concretizadas.

Gostaria também de aproveitar esta oportunidade para congratular-me com este Governo e manifestar a minha satisfação pelo Plano e as Orientações de Médio Prazo aqui em discussão que, no caso da ilha do Faial, serão feitos investimentos fundamentais para a ilha, os quais os faialenses já há muito tempo ambicionam, mas que por variadíssimas razões não foram possíveis concretizar, nomeadamente pelo facto de termos tido em 1998 uma catástrofe que afectou principalmente a ilha do Faial e por o Governo ter que estabelecer determinadas prioridades. Finalmente, a partir deste ano iniciar-se-ão obras que em muito irão desenvolver a ilha do Faial. Muito obrigado.



Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

Deputada Mariana Matos (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Deputado António Ventura.

(* Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta rápida à Sra. Secretária.

Para quando está prevista a criação do Parque Natural da Ilha Terceira e a instalação do Observatório Regional do Ambiente naquela ilha?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(* Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar de comentar aqui o entusiasmo do elogio que o Sr.

Deputado Herberto Rosa fez à Sra. Secretária.

Deputado Nuno Amaral (PS): Foi bem merecido!

O Orador: Esse entusiasmo e esse elogio foi tal que se corre o risco de poder vir a interpretar que até agora o Governo nesta área esteve sem rumo e sem timoneiro, o que não me parece muito cordial nem muito justo relativamente àqueles que até agora, com sacrifício e sempre com a bondade e a solidariedade do Sr. Presidente do Governo, apesar de terem feito pouco nesta área, julgo que não mereceriam um tratamento tão menos considerado nesta Assembleia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Ouvimos, e o CDS regista com agrado, a prioridade que a Secretaria Regional e o Governo colocam na recuperação e na preservação das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

nossas principais lagoas nos Açores, nomeadamente em relação às Furnas e às Sete Cidades.

Mas, Sra. Secretária, exactamente há oito anos o Governo Regional anunciava nesta Assembleia idêntico propósito relativamente a essa matéria e às lagoas em questão.

Quatro anos depois, em 2001, tornou a ser prioridade do Governo e de todos nós açorianos da Região de, efectivamente, resolver esse problema de recuperar e preservar as nossas lagoas e essas em especial.

Gostaria que a Sra. Secretária me referisse o que é que falhou nas políticas do governo no passado, nomeadamente se não foi seguida a tal orientação de Uganda, que é a que esteve mais presente na acção do Governo?

Também gostaríamos de saber o que é que distingue as suas políticas das políticas dos seus antecessores e por que motivo as políticas dos seus antecessores não foram bem sucedidas e que garantia nos dá da sua vir a ser?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

(*) Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É para fazer uma pergunta muito simples.

Queria que a Sra. Secretária me confirmasse se o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de S. Jorge está ou não a sofrer uma profunda remodelação em relação ao projecto inicial? Se sim, quais os aspectos mais consideráveis no que respeita às condicionantes, que eram impostas pelo anterior documento, sobre os imóveis da Fajãs e da Pontinha, no Topo?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvesse quanto à justeza e certeza das palavras do Deputado Herberto Rosa, as questões colocadas pelas bancadas da oposição dão prova disso mesmo.

Da parte do PSD, vemos ser questionado quanto ao calendário de implementação de duas acções em concreto e quanto à eventual remodelação dum Plano de Ordenamento da Orla Costeira. Finalmente passámos a ter Planos de Ordenamento da Orla Costeira coisa que há anos atrás não passava de letra de lei.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Quanto à questão trazida aqui pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, devo dizer-lhe que há mais de oito anos atrás já se falava de lagoas, mas foi preciso nestes oito anos desenvolver todo um percurso e todo um caminho que vou recordar ao Sr. Deputado.

Foi preciso adaptar à Região o Regime Jurídico do Instrumento de Gestão Territorial, criando por essa via os Planos Especiais de Bacias Hidrográficas que não existiam e que não estavam previstos na lei. Foi preciso lançar e elaborar esses planos e hoje a Sra. Secretária pôde aqui anunciar a execução e implementação dos planos em concreto.

Foi todo este percurso que foi preciso fazer e que só foi encetado a partir de 1997, porque até aí nem um passo tinha sido dado nesse sentido, que conduziu a que hoje a Sra. Secretária e o Governo Regional pudessem anunciar daquela tribuna a implementação em concreto dos Planos de Bacias Hidrográficas.

Este trajecto, este caminho na senda do desenvolvimento sustentável e da preservação do ambiente na nossa Região, começou a ser traçado de forma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

firme, objectiva e precisa desde 1996, com os VII e VIII Governos e será prosseguido com o IX Governo Regional do Partido Socialista.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão do POOC de S. Jorge eu não vou responder, vou deixar essa informação para a Sra. Secretária, para que os Srs. Deputados não digam que os deputados falam pelo Governo ou que o Governo fala pelos deputados.

Em relação à questão do rumo e do timoneiro do ambiente nos últimos anos nos Açores, queria dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que há grandes diferenças entre a esquerda e a direita e um dos grandes orgulhos que a esquerda pode ter é da sua consciência, preocupação e disciplina em termos ambientais. É por isso que estamos bem, estamos sempre no rumo certo desde que a esquerda assumiu a condução das questões ambientais nos Açores, mas seja ele qual for o timoneiro, nós temos sempre aqui e desde há muitos anos um grande timoneiro. O nosso timoneiro é no nosso líder que está ali sentado no centro daquela bancada.

Esta bancada como todos os secretários que por ali passaram têm grande consciência ambiental e têm um trabalho que orgulha os açorianos de serem uma das regiões da Europa e do Mundo que são exemplo em muitas questões e princípios ambientais. Tomara que os países e os governos de direita um dia terem metade da consciência ambiental que nós temos.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.



(*) Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não quero eternizar o debate com questões fúteis, porque penso que estamos a discutir coisas sérias e determinantes para o nosso futuro colectivo.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, não sei o que é que o incomoda que tenha citado as conclusões do Fórum Internacional sobre Estratégia e Desenvolvimento Sustentável que aconteceu no Uganda em 2001. Não foi em nenhum outro lado, mas concretamente no Uganda e não sei o que é que o incomoda.

Porque este tempo é de seriedade e de análise objectiva de documentos estratégicos para o desenvolvimento sustentável dos Açores, não vou sequer dar nenhum interesse particular ao seu comentário lateral sobre as referências e os elogios que fiz à Sra. Secretária Regional, nem sequer sobre o *enriçar*, como se diz na sua terra, relativamente aos secretários anteriores.

Como eu disse, o Governo do Partido Socialista, desde que tomou posse no final de 1996, tem tido uma política para o ambiente que passa por etapas, porque é preciso planear para depois executar.

Nós estamos a discutir os planos para os próximos quatro anos e a execução dos documentos que nos são apresentados relativos ao ambiente, em primeira análise, são da responsabilidade da Sra. Secretária e eu reitero, por muito que lhe custe, que são documentos bem elaborados, estruturantes, fundamentais para o nosso futuro colectivo e que por isso mesmo merecem o nosso aplauso.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Se V. Exa. tem o direito de criticar sempre que quer e muitas vezes injustamente, deixe-nos também a possibilidade de podermos elogiar quando achamos justo.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para responder às questões colocadas, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretária Regional do Ambiente e do Mar *(Ana Paula Marques):*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Parque Natural da Ilha Terceira vai ser uma realidade e já tenho na minha mão o estudo do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores.

Já fiz uma visita à Ilha Terceira, nomeadamente às zonas que vamos classificar. Proximamente vamos estabelecer um protocolo com a Associação Tauromáquica da Ilha Terceira para o maneio de gado bravo na zona da reserva natural e propriedade da Região.

Portanto, tenciono ainda este ano apresentar ao Instituto de Conservação da Natureza a classificação daquele espaço que, como disse na altura e reafirmo, é dos espaços que a Região tem em termos de conservação da natureza. No mesmo local já iniciámos as obras da Furna do Enxofre. Tencionamos ainda requalificar outras áreas dentro daquele espaço que vão, de facto, em muito beneficiar toda aquela área.

Os socialistas honram os seus compromissos e, portanto, o que queria dizer é que já fiz uma visita ao local, já encomendei o estudo e faremos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

ainda este ano uma candidatura ao Programa LIFE precisamente para nos envolvermos com estes fundos comunitários se forem aprovados. Se não forem aprovados, havemos de o fazer directamente.

Eu até gostava que ele em vez de ser Parque Natural, fosse Parque Nacional.

Os Açores merecem ter dois Parques Nacionais e eu durante estes quatro anos tentarei tudo, junto das entidades nacionais e comunitárias, para que a Ilha Terceira e a Ilha do Pico tenham dois Parques Nacionais. Por que não?! Temos uma qualidade excepcional da nossa natureza e temos o dever colectivo de defender esta questão.

A questão do Observatório do Ambiente não é da minha responsabilidade. Isso é um projecto da ciência e tecnologia, mas tenho conhecimento de que isso ainda este ano também irá arrancar.

Relativamente à questão do POOC de S. Jorge quero dizer o seguinte:

Quando apresentámos aqui o Programa do Governo fiz questão de dizer que nós honramos os nossos compromissos e é por isso que paulatinamente temos tido as vitórias que temos tido do povo açoriano.

Deputado Mark Marques (PSD): A senhora está a falar de S. Jorge e o Sr. Presidente tem que ir de casa a casa e de rua a rua. Não se esqueça!

A Oradora: A verdade é que estão previstas reuniões públicas aquando da visita estatutária a S. Jorge e nós honraremos os nossos compromissos.

O POOC de S. Jorge é um excelente instrumento.

As consultas públicas que ocorreram em S. Jorge onde houve uma ampla participação da população e praticamente quase todas as observações que foram feitas estão a ser objecto de análise e o documento foi substancialmente melhorado e irá ser apresentado aos jorgenses como,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

aliás, foi promessa do Sr. Presidente do Governo e vamos cumpri-la, porque honramos os nossos compromissos.

Em relação à questão das Lagoas, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, queria dizer-lhe o seguinte:

Agora vou fazer um bocadinho de história, porque, de facto, sou licenciada em história e preocupo-me com estas coisas.

Não é que me interesse muito com o passado, até nem gosto muito de o referir, prefiro muito mais perceber o presente e comprometer-me com o futuro.

O primeiro estudo que foi feito sobre a eutrofização das lagoas nos Açores remonta a 1988/89.

Depois voltaram-se a fazer estudo em 1992/93 e em 1994/95.

Aquando da tomada de posse dos primeiros governos do Partido Socialista, é evidente que este problema já tinha uma série de mecanismos desencadeados, como a avaliação da qualidade e monitorização das águas e temos continuado sistematicamente a fazê-lo. Nós temos um laboratório móvel em que fazemos isso e sabemos que a qualidade da água não tem piorado nos lagos eutróficos.

Aliás, os governos do Partido Socialista têm feito imensas obras nas bacias hidrográficas e vou-lhe referir só duas ou três:

Foram feitas imensas bacias de retenção na Bacia das Sete Cidades, que não são visíveis, mas que são importantes e que melhoram a qualidade da água. Neste momento está adjudicada a vala das Sete Cidades, obra fundamental que vem resolver 25% do problema eutrófico da Bacia das Sete Cidades.

Portanto, nós temos quatro anos para provar a esta Assembleia e aos açorianos que somos capazes de agarrar estes grandes desafios.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Aliás, não fui eu que fiz esses estudos, porque nem sequer sou leiga nessa matéria, mas desde o Professor Santana ao Professor Mário Rios, e outras pessoas que sabem dessa área, dizem que o problema da eutrofização não se vai resolver num, dois, três ou quatro anos. Nós vamos melhorar a qualidade da água e não vamos deixar que os lagos cheguem à situação que eles tinham há 25 anos atrás, implementando medidas que façam com que eles não se tornem pântanos.

É preciso que as pessoas se consciencializem para esta questão.

É isto que temos que fazer e quanto esta matéria temos que ser muito sérios e perceber que isto é uma matéria de investimento gigantesca, mas que nós estamos convictos que vamos conseguir implementar. Vão começar-se a ver obras e estou convencida que daqui a quatro anos todos nós nos vamos orgulhar da obra que este Governo vai fazer nestes lagos eutróficos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Em relação à política ambiental que falhou nos Açores, queria dizer que não falhou nenhuma ambiental, porque se tivesse falhado aquilo que os governos anteriores fizeram pela política do ambiente na Região, nós não estávamos neste momento com esta maioria substancial aqui neste plenário.

Nós iniciámos uma série de medidas importantíssimas e que vamos desenvolvê-las no futuro.

Portanto, estou solidária com todos os membros do Governo que me antecederam e estou a honrar os compromissos que eles lançaram.

Voices das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Hernâni Jorge para uma intervenção.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquando do debate do Programa do IX Governo Regional, em Dezembro passado, abordámos na nossa intervenção a problemática da sustentabilidade, na certeza de que esta convoca uma nova agenda para o século XXI e que essa agenda é a criação duma *sociedade sustentável*, assumindo como desafio civilizacional a necessidade de transformar os valores ambientais nos elementos reorganizadores da sociedade.

O princípio do desenvolvimento sustentável, apoiado na prosperidade económica, na protecção da natureza e na equidade social e ambiental, deve nortear toda a política, particularmente a política de Ambiente, e afirmar-se como imperativo ético.

É fundamental, desde logo, que se vença um processo de mudança de mentalidades, de forma a que o exercício de uma cidadania activa na defesa do Ambiente seja, cada vez mais, assumido pela generalidade dos cidadãos, já que o desafio da sustentabilidade só poderá vir a ser alcançado tendo por base um exercício de cidadania alargado.

São, também, estes os desafios que IX Governo Regional que, em coerência com o seu Programa e com a política que, segura e persistentemente, vem sendo implementada desde 1996, alinha pelas mais avançadas opções políticas nos domínios do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Felizmente, longe vão os tempos em que, nos Açores, as questões relativas ao Ambiente eram marginalmente tratadas e estavam entregues a um simples serviço da direcção regional com competência nas áreas da habitação e urbanismo da Secretaria Regional do Equipamento Social. Como distante também já está o ano de 1989 que marca o surgimento da Direcção Regional do Ambiente, integrada na então criada Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, do IV Governo Regional, mas que nasceu sem abranger áreas de enorme importância como o ordenamento do território e os recursos hídricos.

Foi preciso chegarmos a 1996 para – com a nova orgânica e a acção do VII Governo Regional – serem criadas as condições básicas para a implementação de uma política de desenvolvimento sustentável na nossa Região.

O Partido Socialista manifestou, então, uma forte vontade política e assumiu orientações claras na prossecução de uma efectiva política de Ambiente nos Açores.

Foram muitos anos – demasiados anos – aqueles em que a nossa Região se manteve numa situação de quase inoperância no que respeita ao fomento e ao controlo da qualidade do Ambiente, já que aquilo que em outros sítios é susceptível de se diluir no espaço, por norma adensa-se nas ilhas, e os efeitos das más decisões acabam pesando para além da conjuntura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se o Programa do IX Governo Regional evidencia, claramente, essa opção política, os documentos ora em apreciação – Plano e Orçamento para 2005



e Orientações de Médio Prazo para o período de 2005 a 2008 – confirmam em absoluto a determinação do Governo Regional e do Partido Socialista em tornar operacional o conceito de sustentabilidade, contemplando um claro fortalecimento das políticas públicas de Ambiente.

E se, em geral, o incremento das políticas públicas de Ambiente é factor fundamental para induzir a mudanças estruturais, os instrumentos de planeamento devem ser, em cada momento, simultaneamente, instrumento e expressão desses necessários e indispensáveis ajustamentos.

Como não podia deixar de ser, os documentos em apreciação são, pois, instrumentos de consolidação da estratégia definida pelo Partido Socialista e ratificada pelo Povo Açoriano e por este Parlamento, há pouco meses. São documentos que transcrevem, a nível do investimento e das orientações políticas, as prioridades estratégicas definidas, continuando a apostar fortemente na valorização da qualidade do Ambiente e nos recursos naturais.

E, para que não sobejem quaisquer dúvidas, detenhamo-nos nos seguintes dados:

- No Plano de Médio Prazo de 1993/1996 foram orçamentados 5,1 milhões de euros (1,3 milhões de contos) para as políticas de Ambiente, Ordenamento do Território e Recursos Hídricos;
- No somatório dos Planos Anuais de 1997 a 2000 orçamentaram-se montantes seis vezes superiores aos do quadriénio anterior, concretamente 30,5 milhões de euros (6,1 milhões de contos);
- Para o período de 2001 a 2004 foram inscritas no Plano de Médio Prazo 52 milhões de euros (10,4 milhões de contos).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Da análise dos relatórios de execução dos anos terminais das três últimas legislaturas, podemos ainda constatar que o investimento efectivo nos domínios do Ambiente foi de:

- 1,7 milhões de euros (346 mil contos) em 1996;
- 8 milhões de euros (1,6 milhões de contos) em 2000;
- E 10,4 milhões de euros (2,2 milhões de contos) em 2004.

Ainda, e relativamente aos documentos em debate:

- O Plano para 2005 prevê investimentos globais de 21,9 milhões de euros (4,4 milhões de contos);
- E para o período da legislatura (2005 a 2008), segundo a informação prestada na Comissão pela Senhora Secretária Regional do Ambiente, é intenção do Governo Regional efectuar um investimento global superior a 71 milhões de euros (14,2 milhões de contos), não estando contabilizadas neste montante as eventuais verbas provenientes de fundos comunitários nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É, pois, neste registo plurianual que se pode verdadeiramente avaliar a consistência das opções de estratégia de carácter estrutural assumidas pelos VII, VIII e IX Governos Regionais, e aí a evidência confirma não só a justeza dos caminhos escolhidos, mas também a dimensão dos esforços efectivamente levados a cabo.

Hoje, podemos afirmar com segurança e, sobretudo, com orgulho que o Ambiente participa activamente na configuração do modelo de desenvolvimento dos Açores, sendo encarado pelo poder político como uma infra-estrutura fundamental da nossa estratégia de desenvolvimento.

Disse.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Ferreira para uma intervenção.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quem leu o manifesto eleitoral do Partido Socialista para as eleições de Outubro passado, certamente acalentou esperanças quanto à possibilidade de nesta legislatura a ilha dar o salto qualitativo que tanto necessita.

Obras emblemáticas, de há muito reclamadas, estavam contempladas e até existiam algumas novidades que se registavam pela positiva.

Do dito documento, saliento investimentos como o Campo de Golf, o Porto de Recreio, a reconstrução da zona histórica de Vila do Porto, a construção do Núcleo Museológico de Vila do Porto, a implementação do URBCOM, enfim, um rol de promessas que pela importância que a sua concretização tem para a ilha faziam e fazem todo o sentido.

Considerando de boa fé que as promessas são para se cumprir, é no mínimo estranho que este plano apenas considere o início do Porto de Recreio e rigorosamente mais nenhuma delas.

Mas se tivermos em conta que o Porto de Recreio já constava no Plano a Médio Prazo 2000/2004, nem sequer por aqui podemos constatar alguma novidade.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Compreendemos que estamos a falar de um horizonte de quatro anos e que se tem de fazer uma distribuição equitativa do dinheiro existente pelas nove parcelas do arquipélago, mas convenhamos que para quem tanto anunciou na campanha eleitoral, este início é francamente pobre.

Aliás e no que concerne a Santa Maria a ideia do maior plano de sempre se calhar nem se aplica, por que se retirarmos a rubrica “outros fundos”, facilmente se verifica que este plano, mais euro menos euro, tem os mesmos montantes de investimento dos anteriores e continua a discriminar negativamente as ilhas mais pequenas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Não apoiado!

O Orador: Mais uma vez, infelizmente, se esquece o conceito de desenvolvimento harmónico dos Açores.

Ora, se no Plano não se vislumbra qualquer aposta nas ilhas mais pequenas do arquipélago, resta-nos esperar para ver em que vai dar a concretização do Fundo de Coesão.

Sem estarmos demasiado eufóricos quanto a este novo instrumento de investimento, mas também não querendo ser profetas da desgraça, pensamos que há algumas situações que devem ser tidas em conta aquando da sua implementação.

Seria bom, em primeiro lugar, que aquando da regulamentação deste Decreto Legislativo houvesse uma ampla discussão, por forma, a ele servir exactamente para o fim a que se destina.

E dizemos isto porque quando se ouvem membros do governo a falar do Fundo numa lógica de que este irá substituir os mecanismos de investimento já existentes, há que ficar apreensivos, porque em nossa



opinião este instrumento para ser verdadeiramente eficaz tem que ser é complementar aquilo que existe neste momento.

Ou seja, o impacto económico do Fundo de Coesão será muito maior se este for visto mais numa lógica de complementaridade do que numa lógica de substituição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um Plano que não contempla as promessas eleitorais, que discrimina negativamente as ilhas pequenas e que mantém, no caso de Santa Maria, mais ou menos os mesmos valores de investimento verificados em anos anteriores é um mau plano.

Não se percebe como é que após o anúncio de tantos milhões se consegue apresentar para uma ilha que já padece de tantas dificuldades, intenções de investimento tão modestas.

Custa a entender que após o vosso vastíssimo rol de promessas eleitorais, das profissões de fé que fizeram relativamente ao investimento nas ilhas mais pequenas, tudo o que tenham para apresentar seja isto.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Os Srs. parecem esquecer, ou por ignorância, ou por conveniência, que os esplendorosos números que apresentam relativamente ao turismo, ao emprego e até aos vossos investimentos pouco dizem nas ilhas pequenas.

Porque aqui a realidade é diferente:

A oferta de emprego é diminuta;

A capacidade de investimento é pouca;

A perda de população e de quadros é constante;

O custo de vida é mais elevado;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Enfim, são uma série de factores, explicados pela pouca dimensão e por fenómenos de insularidade, que nunca podem ser comparados àqueles que afectam, por exemplo, ilhas como S. Miguel ou a Terceira.

É esta a realidade dos Açores.

Deputado Nuno Tomé (PS): O Sr. Deputado faz a pergunta e dá a resposta.

O Orador: São estas as diferenças que marcam e condicionam a nossa região.

E os Srs. enquanto não perceberem que a insularidade não é só a distância entre Lisboa e Ponta Delgada, mas é também as outras distâncias que são necessárias percorrer entre esta cidade e as restantes ilhas açorianas, nunca, por muito que tentem dizer, conseguirão promover efectivamente o desenvolvimento desta Região que não é constituída por uma realidade, mas sim, por nove realidades completamente diferentes entre si.

Mas ainda estamos no início da legislatura e resta-nos esperar que os próximos anos sejam melhores, que V. Exas. consigam concretizar tudo aquilo que prometeram e principalmente que vão desenvolvendo políticas que paulatinamente vão esbatendo as assimetrias que existem entre as diversas parcelas que compõe a nossa região.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Está inscrita a Sra. Deputada Lubélia Chaves a quem dou a palavra.

(*) Deputada Lubélia Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero manifestar uma concordância com o Deputado Sérgio Ferreira quando menciona que tem consciência de que não estamos a analisar apenas o Plano Anual Regional para 2005, mas também as Orientações a Médio Prazo.

O Sr. Deputado tem consciência de que nem todos os compromissos estão previstos neste Plano e de que outros estão nas Orientações de Médio Prazo.

Queria acrescentar àqueles compromissos que ele enumerou, que estão neste Plano Anual para 2005, resumindo-se apenas ao Porto de Recreio, outros investimentos que se encontram não só nas Orientações de Médio Prazo, mas no Plano de 2005 e são eles:

Para além da remodelação do Lar de Idosos, que já se encontra concluída, está também prevista a remodelação do edifício para o Centro de Actividades Ocupacionais (CAO), através da Santa Casa da Misericórdia; está previsto o apoio à Cooperativa de Habitação para a conclusão das infra-estruturas da 2ª fase; está prevista a conclusão da recuperação da estrada regional, nomeadamente a de Santa Bárbara; está previsto o apoio à aquisição de um autocarro para o turismo; está previsto o apoio à aquisição de uma viatura para a Protecção Civil, para além do grande investimento que está previsto para a construção do Núcleo de Recreio Náutico de Santa Maria.

Obrigada.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(* Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Lubélia Chaves, eu não sei se tem a consciência que tudo aquilo que disse que estava previsto, não são obras novas, mas obras que vêm de planos anteriores, algumas delas até já concluídas, outras que se iniciaram à pressa aquando da visita do Governo Regional como é o caso da estrada de Santa Bárbara que se parou, para agora se voltar a recomeçar...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):

Isso é falso.

O Orador: ... e algumas dessas que enumerou vêm quase de 1996.

Sra. Deputada Lubélia, deixe que lhe diga: eu não acredito que a senhora defenda um plano que no caso específico de Santa Maria diminui o investimento relativamente a 2004, não contempla as vossas promessas eleitorais e, a seguir à Ilha do Corvo, é Plano que tem menos investimentos no todo dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lubélia Chaves.

(* Deputada Lubélia Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à estrada de Santa Bárbara eu já tinha mencionado que seria a conclusão desta obra.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Apenas queria referir que não disse que essas obras eram perspectivas novas só deste Plano nem que vinham de Planos anteriores.

Mas, queria acrescentar que existem investimentos que estão previstos que não estão só apenas identificados na ilha de Santa Maria, mas que estão previstos nas obras e nas verbas que estão previstas a nível regional.

Obrigada.

Presidente: Não havendo mais esclarecimentos, dou a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas para uma intervenção.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe-se hoje apreciar e debater as propostas das Orientações de Médio Prazo para o Quadriénio 2005/08, o Plano Regional Anual e o Orçamento para 2005 no âmbito do sector das pescas.

Neste contexto, compete-me apresentar, para este período, a política da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, integrada no Programa do IX Governo Regional dos Açores e com o propósito de configurar as melhores soluções para o sector das pescas da nossa Região.

Como se sabe, os recursos piscícolas representam um pilar fundamental da nossa economia, pelo que a política do sector tem de estar sempre orientada para a sua exploração sustentável, de forma a assegurar a sua auto-renovação.

Ao considerarmos a pesca como uma actividade sustentável, temos que afirmar seguramente que o futuro passa pela ligação da pesca ao ambiente marinho. Mas a visão ecológica, por si só, não é suficiente. A abordagem ao sector produtivo pesqueiro precisa de ser sistémica e centrada nos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

níveis biológico, ecológico, económico e social, de forma a que exista sempre um compromisso entre a situação dos recursos e o rendimento dos pescadores.

Temos também que ter sempre presente que não é possível manter a actividade piscatória num nível economicamente rentável a médio e longo prazo, se não aplicarmos um regime de gestão, racional e precaucionário, de forma a se conseguir preservar os recursos esgotáveis de que a pesca depende.

Sem peixe não existem pescadores, pelo que a gestão dos nossos recursos piscícolas, integrada nas preocupações do desenvolvimento sustentável, constitui um objectivo permanente do Governo Regional.

Durante muito tempo, a convicção de que os recursos haliêuticos eram inesgotáveis, levou a que a pesca marítima exercida com fins meramente lúdicos fosse considerada num plano distante em relação à exploração comercial dos recursos vivos marinhos.

É por isso que consideramos fundamental, nesta legislatura, também regulamentar a pesca lúdica, como forma responsável de gerirmos os recursos marinhos nesta área do Atlântico, mas não esquecendo a perspectiva social e cultural desta actividade de lazer.

Consideramos que o livre acesso de frotas comunitárias com grande capacidade pesqueira, à nossa ZEE, não se coaduna com a fragilidade dos nossos recursos haliêuticos. É por isso que a protecção da nossa ZEE constitui um objectivo permanente para o Governo Regional dos Açores, já que se trata da salvaguarda de um património estratégico para as gerações futuras.

Assim, continuaremos a defender em todas as instituições nacionais, comunitárias e internacionais a exclusividade de exploração por parte da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

frota regional das nossas águas, com base no princípio da precaução e no princípio da estabilidade relativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A união das pescas ao ambiente, para além de permitir aprofundar a integração das preocupações ambientais e da rentabilidade da frota de pesca, tendo sempre em vista a exploração sustentável dos recursos na nossa ZEE, traz, certamente, mais valias no debate e no encontrar de soluções conjuntas com os parceiros do sector, tanto a nível interno, como, a nível externo, nas negociações com a União Europeia, constituindo uma reforma na abordagem sobre estas matérias.

A estrutura do programa previsto para o sector das pescas, modernização das infra-estruturas e da actividade da pesca, compreende cinco projectos que têm por pressuposto o equilíbrio entre a gestão e a conservação de recursos, por um lado, e, por outro lado, o desenvolvimento sustentável do sector das pescas e a evolução mais favorável dos rendimentos dos principais agentes económicos.

O investimento público de 25 milhões de euros no corrente ano, bem como os valores previstos nesta legislatura na área das pescas, permitem-nos concluir que o sector continuará a ser considerado prioritário para o desenvolvimento da economia regional.

No âmbito da inspecção e gestão, para além da execução de acções de fiscalização em todas as ilhas, e do devido apetrechamento de meios para o desenvolvimento destas tarefas pela Inspeção Regional das Pescas,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Ah! Afinal é a Inspeção Regional!



O Orador: ... estão também previstas acções de colaboração da fiscalização da nossa ZEE com a Marinha e a Força Aérea no âmbito do Sistema Integrado da Fiscalização e Controle da Actividade da Pesca, mais conhecido pelo SIFICAP.

Iremos também criar o Centro de Monitorização Contínua da Actividade da Pesca, vulgo MONICAP, cujos equipamentos permitirão ter acesso em tempo quase real a todas as embarcações comunitárias que entrem na nossa ZEE e que estejam a operar de acordo com a regulamentação comunitária.

A cooperação com o Departamento de Oceanografia e Pescas e o Centro do IMAR da Universidade dos Açores, tendo em vista aprofundar o conhecimento científico da nossa ZEE, constituem-se como acções a continuar a desenvolver nesta legislatura.

Os protocolos assinados com a Universidade dos Açores para a gestão e exploração das embarcações de investigação científica da Região, para o co-financiamento de projectos de investigação pesqueira na nossa ZEE, para o programa de recolha de dados da pesca e para a divulgação da nossa realidade pesqueira insular, contribuirão decisivamente para reforçar a estratégia da defesa das nossas águas, junto da União Europeia.

A organização da reunião do Conselho Consultivo Regional das Águas Ocidentais do Sul, entidade de consulta oficial da Comissão Europeia, bem como a realização de um encontro científico internacional relativo à biodiversidade, gestão de recursos, pescas e conservação, na nossa Região, constituem-se como acções importantes para continuar a argumentar junto das instâncias comunitárias na necessidade da exclusividade de exploração por parte da frota regional da nossa Zona Económica Exclusiva em virtude da sensibilidade biológica das nossas águas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

No âmbito das infra-estruturas portuárias, iremos continuar a efectuar não só a sua requalificação, de uma forma harmoniosa em todas as ilhas da Região, como também a dos equipamentos inerentes ao apoio do sector das pescas, construindo e recuperando portos de pesca, casas de aprestos, oficinas de reparação naval, lotas e postos de recolha, bem como instalando novas gruas, guinchos, pórticos de varagem e equipamentos de gelo e de frio.

O início das obras de ampliação dos portos de pesca de São Mateus, Vila Franca, Caloura, Ponta Delgada das Flores e Fajã do Ouvidor, no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, que se inicia em 2007, representará uma grande reforma na rede regional dos portos de pesca, permitindo criar condições de trabalho e de segurança aos nossos pescadores, compatíveis com os tempos actuais.

A celebração de protocolos de gestão de portos com associações do sector, bem como os protocolos acordados com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais para limpeza, construção de infra-estruturas e melhoramentos nos portos de pesca, constituem acções que contribuem decisivamente para a descentralização de tarefas e aproximação entre os vários intervenientes com responsabilidades nas áreas portuárias.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

O Orador: Também o protocolo a assinar com a Direcção de Faróis permitirá melhorar e recuperar as condições de segurança da navegação nocturna na aproximação e entrada dos portos de pesca regionais pelas nossas embarcações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Na componente orientada para a frota, continuaremos a apoiar a renovação e a modernização das nossas embarcações, de forma a melhorar a segurança e as condições de trabalho a bordo. A oportunidade que conseguimos a nível comunitário de podermos continuar a apoiar, até 2007, a construção das embarcações cujos processos administrativos estejam aprovados até ao final do corrente ano, constitui uma preciosa ferramenta para continuar o processo de desenvolvimento do nosso sector produtivo.

Mas embora já tendo obtido um tratamento de excepção, no actual quadro comunitário de apoio, continuaremos a insistir junto da União Europeia, para que o futuro Fundo Europeu para a Pesca permita a continuação da construção e motorização de embarcações.

Neste projecto, a reorientação da actividade da pesca para espécies de maior profundidade e a entrada de algumas embarcações no mercado turístico, constituem também acções que serão apoiadas no âmbito desta legislatura e que fazem parte da estratégia de criar rendimentos alternativos e complementares aos nossos pescadores.

No segmento da transformação e comercialização dos produtos da pesca e da cooperação externa, está consagrada, nos termos da legislação comunitária e regional, a atribuição de incentivos financeiros a projectos de investimento das empresas tradicionais do sector, como as conserveiras, sem esquecer também o apoio à modernização e criação de empresas de congelação e de filetagem de pescado, como forma de diversificação de outros tipos de produtos do mar.

Também neste projecto está previsto o apoio e o saneamento financeiro a organizações do sector, bem como o investimento relacionado com a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

actividade protocolada com a LOTAÇOR, no âmbito do serviço público prestado aos nossos pescadores com equipamentos de frio e de gelo.

Apoiaremos, através de incentivos regionais e comunitários, a entrada de associações de pescadores ou organizações de produtores no mercado da segunda venda, de forma a serem dados os primeiros passos no circuito da comercialização do pescado, fresco ou congelado, e assim continuar a reforçar a competitividade e a contribuir para o fortalecimento do tecido económico e social deste sector.

A aposta na certificação de pescado capturado com artes de linhas e anzóis, na nossa ZEE, constituirá um instrumento de promoção do nosso pescado no exterior, valorizará economicamente a actividade pesqueira e proporcionará melhores rendimentos aos nossos pescadores. É por isso que já temos este processo em andamento, no âmbito do PRODESA, e em cooperação com o Instituto do Mar da Universidade dos Açores.

Na perspectiva de criar alternativas aos nossos atuneiros, na contra-safra, apoiaremos as suas deslocações para outras zonas de pesca, nomeadamente a costa de África, alargando assim a sua área de actuação, e permitindo aumentar a sua produtividade.

No âmbito social continuaremos a trabalhar, em conjunto com os pescadores, para que o Fundo de Compensação Salarial dos Pescadores dos Açores, conhecido por FUNDOPESCA continue a constituir um mecanismo de compensação financeira a todos os profissionais do sector da pesca quando, por questões de intempéries, se encontrarem impedidos de exercerem a sua actividade.

Estão também previstas acções de formação profissional para pescadores, armadores e comerciantes, na área da segurança marítima, gestão da actividade e do manuseamento de pescado com o objectivo de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

valorizarmos qualitativamente todos os intervenientes do sector das pescas.

O apoio aos eventos “Semana do Pescador”, “Feira do Mar” e o “Congresso Regional das Pescas”, organizados unicamente pelas associações do sector, constituem uma importante reforma de mentalidades na Região, na qual os profissionais da pesca passaram a ter um papel activo partilhando tarefas e responsabilidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pretendemos, através deste plano e orçamento anual, como também destas orientações a médio prazo para esta legislatura, continuar a investir na modernização e no desenvolvimento do sector das pescas, de uma forma sustentável e harmoniosa em todas as ilhas da nossa Região.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado José Gaspar Lima para uma intervenção.

Deputado José Gaspar Lima (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para o ano de 2005 proposto pelo IX Governo Regional dos Açores do Partido Socialista, são dois excelentes



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

documentos elaborados na continuidade do que tem acontecido nos últimos anos, com os quais se pretende promover e desenvolver o crescimento económico e social da Região, perspectivando uma substancial melhoria das condições de vida da nossa população, continuando a mudar sempre os Açores para melhor.

No que respeita ao Sector das Pescas nos Açores, o trabalho efectuado nos últimos anos pelos Governos do Partido Socialista, tem promovido o crescimento do sector e a melhoria das condições de vida daqueles que ao longo de muitas décadas foram renegados para segundo plano. Para os açorianos esta política pretende a continuação do desenvolvimento sustentável do sector, bem como a melhoria das condições de vida dos principais agentes económicos ligados a esta actividade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi com os Governos do Partido Socialista que se iniciou o processo de revolução deste sector, nomeadamente os grandes investimentos na recuperação dos Portos e Núcleos de pesca em todas as ilhas da Região. A nível da Formação Profissional realizaram-se diversos Cursos: “Aptidão Pescas”, “Pescador C”, “Arrais” e “Motorista de 2ª Classe”, num total de 130 acções, abrangendo cerca de 2.350 pessoas, bem como a partir de 2002 diversas acções de reciclagem a nível de Segurança marítima. Efectuadas estas, em todos os Portos de Pesca dos Açores, com apoio de Técnicos e da embarcação «Formar» adquirida especificamente para esta actividade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Com os cinco projectos que estruturam este programa, procura manter-se o equilíbrio entre a gestão e a conservação de recursos e tornar sustentável o sector das pescas, assim como tornar favorável a evolução dos rendimentos dos diversos agentes que intervêm nesta área.

O desenvolvimento de acções de inspecção em todas as ilhas, tem ajudado a disciplinar o sector e a continuação de investimentos de mais meios vai tornar mais eficaz a acção dos agentes.

O apoio aos trabalhos científicos vai ajudar a um conhecimento mais objectivo das nossas realidades e assim poder implementar-se políticas mais de acordo com o equilíbrio necessário ao nosso desenvolvimento.

Relativamente às infra-estruturas portuárias, importa continuar a investir no seu melhoramento, na sua manutenção e modernização de modo a tornar a sua funcionalidade, produtividade e segurança mais eficazes.

No domínio da conservação e limpeza dos nossos portos, é importante referir os protocolos realizados entre a tutela e as autarquias locais e as Associações de Pescadores.

Sobre a frota de Pescas cumpre relevar a continuação dos investimentos na construção e modernização da mesma, de modo a torná-la mais produtiva e competitiva, com condições de trabalho e comodidade mais de acordo com as exigências dos nossos tempos.

A continuação do trabalho de cooperação entre Associações de Pescadores, armadores, ambientalistas, cientistas e autoridades do sector vai continuar a trazer mais conhecimento e objectividade às políticas a implementar.

Neste sector há acções a destacar de grande interesse estratégico para a actividade tais como; A Semana do Pescador, o Congresso Regional das Pescas, a Feira do Mar, o Workshop científico sobre os montes



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

submarinos, a reunião já este mês do Conselho Consultivo Regional das Águas Ocidentais do Sul, nos Açores para definir os Estatutos desta entidade comunitária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não podemos esquecer que o mar dos Açores é de facto um vector importante e necessário para o nosso desenvolvimento.

As dotações estabelecidas para o investimento no Plano e Orçamento para 2005 no sector das Pescas, são dados importantes a destacar, porque vêm na sequência de políticas anteriormente já implementadas nesta área que apostam no incremento de um desenvolvimento acelerado do sector. As verbas adstritas à modernização das infra-estruturas e da actividade da Pesca num total de 25.060.670€, serão distribuídas pelos seguintes projectos:

- Inspeção e Gestão
- Estruturas Portuárias
- Frota
- Transformação, Comercialização e Cooperação Externa
- Recursos Humanos

Sabemos que muito se tem feito, mas temos consciência que ainda muitos temos para fazer neste Sector.

É com coragem e determinação que o Partido Socialista vai executar este Plano e Orçamento no próximo ano, respondendo às propostas eleitorais do nosso partido e ao Programa do Governo, já aprovado nesta Assembleia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A implementação deste Plano e Orçamento é a concretização das nossas promessas e ao mesmo tempo a confiança que o povo açoriano nos deu nas últimas eleições.

Disse.

Deputado Francisco Coelho (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Está inscrito o Sr. Deputado Lizuarte Machado, a quem dou a palavra.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos a falar das pescas, uma área fundamental para os Açores e extremamente sensível do ponto de vista da sua gestão.

É evidente que, tal como enunciou o Sr. Subsecretário e na sequência do trabalho que já vinha desenvolvendo no desempenho das funções de Director Regional das Pescas e que tive o cuidado, por várias razões, de acompanhar de perto, estamos a desenvolver um conjunto de actividades, que são fundamentais, no âmbito da gestão, naquilo que nos é possível gerir.

É evidente que podemos fazer algumas coisas ao nível da gestão daquilo que são as nossas águas mais próximas.

Podemos e devemos erradicar algumas artes predadoras da nossa zona de pesca, poderemos limitar a utilização de outras, poderemos ainda controlar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

alguns stocks e estamos a criar incentivos para que o esforço de pesca se dirija para novas espécies, o que é fundamental, já que algumas têm no mercado internacional um valor comercial bastante interessante e significativo.

Evidentemente que esta é uma área relativamente à qual não podemos fazer milagres, basta lembrar que, por exemplo, e de acordo com a Associação Americana para o Avanço da Ciência, as capturas do atum no Atlântico Norte diminuíram 150% nos últimos 50 anos. Se formos um pouco mais atrás, basta lembrar que no Atlântico Norte os stocks de atum neste momento representam apenas 1/6 relativamente ao que existia em 1900.

Portanto, é uma situação extremamente preocupante e este é exactamente um dos stocks que nós, por razões óbvias, não podemos controlar.

Há algumas questões importantes também nesta matéria e nas quais já se tem feito avanços muito significativos e que têm a ver com a formação e certificação, feita pela Direcção Regional das Pescas, de algumas categorias de pescadores. Esta questão é fundamental, porque até determinada altura apenas podíamos fazer a formação e não a certificação. Podendo agora fazê-lo é um avanço muito significativo.

Há também que resolver algumas situações complicadas que têm a ver com jovens sem escolaridade e que começaram, desde tenra idade, envolvidos no mar e na actividade da pesca e para os quais teremos que legislar no sentido de criar uma categoria, que não sei como se poderá chamar e como poderá ser feita, mas que é importante certificar estas pessoas, legalizá-las, para poderem exercer a actividade da pesca, até porque algumas são excelentes profissionais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Por outro lado também temos que avançar na regionalização de algumas competências do Instituto Portuário dos Transportes Marítimos, o que para nós, na área das pescas, é de vital importância já que importa não continuarmos à espera dois ou três anos que o IPTM nos valide, nos certifique e nos aprove um projecto duma pequena construção.

Presidente: Sr. Deputado, agradeçia que concluísse, porque já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Temos que ter capacidade para podermos desenvolver essa actividade. Eu sei que este assunto está a ser tratado, mas é fundamental lembrar que isso não pode de maneira nenhuma ser esquecido e tem que avançar.

Presidente: Não havendo mais esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Aires Reis para uma intervenção.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento da Região para 2005 não contêm os investimentos mais reivindicados e desejados pela população da ilha de São Jorge.

As principais sugestões que têm sido feitas pelos órgãos representativos da nossa população e das nossas instituições, como por exemplo pelo Conselho de Ilha, ao longo dos últimos quatro ou cinco anos, não estão contempladas nestes documentos.

O mesmo acontece com as principais preocupações demonstradas nesta Assembleia pelos Grupos Parlamentares.

Nem sequer os próprios compromissos socialistas, que foram feitos durante as campanhas eleitorais, estão inscritos neste documento.



Poder-se-á então perguntar: Afinal que documento é este, apresentado pelo Governo Regional que se comprometeu a corrigir assimetrias de desenvolvimento, criadas nos últimos anos, entre as ilhas maiores e aquelas que possuem menos população?

Para que isso acontecesse era necessário ir mais além do que a criação de um Fundo de Coesão.

Era mesmo imprescindível que a ilha de São Jorge contasse com, pelo menos, alguns dos principais investimentos públicos que têm sido mais reivindicados.

Infelizmente, constatamos que isso não acontece.

Podemos mesmo concluir que este é um plano de estagnação para algumas ilhas pequenas, como São Jorge.

De facto, os grandes investimentos que desejamos não estão contemplados nestes documentos:

Refiro-me concretamente à necessidade da ampliação do Aeródromo de São Jorge.

Nem um estudo sobre a viabilidade deste projecto está previsto neste Plano.

Penso que todos os senhores Deputados reconhecerão os condicionalismos daquela infra-estrutura. A verdade é que, Senhor Presidente, estamos, de facto, muito penalizados.

Considero mesmo que as deficientes condições do aeródromo de São Jorge poderão trazer repercussões que afectem as próximas gerações e condicionem de forma quase irreversível o ritmo de desenvolvimento desejado da nossa ilha.

É importante que esta Assembleia aceite este assunto como uma prioridade.



São Jorge precisa definitivamente de um aeródromo com melhores condições para não ficar parado no tempo.

Pode-se mesmo concluir que a Ilha mais central dos Açores continua com as maiores carências ao nível das acessibilidades.

Senão vejamos:

Outro investimento, absolutamente necessário, e que já deveria constar do Plano do Governo e não consta, é a ampliação do Porto do Topo.

Deputada Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

O Orador: As razões da sua importância são sobejamente conhecidas, desde logo, através das minhas intervenções nesta Assembleia.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não sabe o que está a dizer.

O Orador: O Porto do Topo é estratégico para o tráfego de passageiros. A sua ampliação possibilitará uma ligação com a ilha Terceira bastante mais rápida e económica, como defendeu o Sr. Vice-Presidente do Governo a algum tempo atrás.

Por outro lado terá um efeito decisivo no desenvolvimento da zona do Topo que, como sabemos, já está condicionada pela sua distância em relação às Sedes de Concelho e pela sua estrada com condições atmosféricas permanentemente adversas.

A sua ampliação permitirá também o desenvolvimento de vários sectores que estagnaram nas últimas décadas naquela zona da ilha – como por exemplo as pescas e o comércio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pavimentação e correcção de alguns troços de importantes estradas regionais, um pouco por toda a ilha, deveriam constar, e não constam, do Plano que estamos a analisar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Refiro-me concretamente à correcção e pavimentação do troços de Estradas Regionais Urzelina/Terreiros/Manadas, Rua de Baixo (entre o Ramal da Vila da Calheta e a freguesia da Ribeira Seca), Biscoitos/Calrinhas/Relvinha/Vila da Calheta, e ainda o centro da Vila do Topo.

Deputado António Toste (PS): Mais ainda? É tudo para S. Jorge.

O Orador: Outro assunto da maior importância que consta do Plano, mas de forma pouco explícita, é o investimento em Caminhos Agrícolas.

São Jorge precisa urgentemente de uma aposta clara, da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, na pavimentação dos caminhos existentes, com betume asfáltico, uma vez que se verificam resultados muito negativos ao nível da sua manutenção, e por isso mesmo, os lavradores estão a ser bastante penalizados com dispendiosos desgastes nos seus equipamentos agrícolas e na qualidade do produto.

Reconhecemos a dificuldade desse trabalho de manutenção, e sabemos que exige mesmo um esforço quase incomportável por parte dos Serviços. Por isso, torna-se imperioso apostar na sua pavimentação.

No Plano não estão, e já deveriam estar, enumerados os caminhos que serão sujeitos a uma intervenção.

E sobre esta matéria deixo aqui, nesta Assembleia, uma sugestão: a prioridade deve ser a pavimentação em asfalto dos caminhos agrícolas da Bacia Leiteira da Freguesia de Santo Antão/Topo e da ligação Biscoitos/Estrada dos Nortes.

Outros investimentos ainda, igualmente importantes, reivindicados pelas populações e trazidos a esta tribuna e discutidos nesta sala, continuam a não ter a atenção adequada deste Governo.



Deputado Paulo Messias (PS): Por que é que aquele senhor não é Secretário?

O Orador: Como exemplos: o Abastecimento de Água às Explorações Agrícolas, a Electrificação das Fajãs, a protecção da Orla Marítima de algumas zonas de São Jorge, a construção do novo acesso ao Porto das Velas e a ampliação do respectivo Parque de Contentores, programas de habitação mais eficientes e abrangentes, a Gare de passageiros do Porto da Calheta, os pequenos Portos de Pesca, entre outros.

Na realidade, os maiores problemas referidos nesta minha intervenção sobre o Plano do Governo são, uma vez mais, as acessibilidades.

Deputado Nuno Amaral (PS): E um jardim ecológico para S. Jorge?

Deputado Mark Marques (PSD): Está para ir para S. Jorge?

Deputado Nuno Amaral (PS): Não.

Deputado Mark Marques (PSD): Então não precisa.

O Orador: Trata-se de uma área que condiciona gravemente o desenvolvimento da Ilha de São Jorge e que, por isso, todos nós e o Governo Regional, devemos dar especial atenção.

Ao longo destes dias de discussão do Plano e Orçamento para 2005, e perante tão distintas intervenções a anunciar sistematicamente o maior investimento de sempre nos Açores, interroguei-me permanentemente sobre para onde irão todas estas verbas.

Os jorgenses, por muita boa vontade que tenham, não as conseguem vislumbrar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Acabei de reler uma intervenção que fiz nesta Assembleia, há alguns anos atrás, e que curiosamente se encontra ainda actual.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Espero, e o Grupo Parlamentar do PSD também deseja, que esta intervenção não tenha que ser repetida pela terceira vez, daqui a outros tantos anos.

Disse.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Vai ser. Vão-se esquecer.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Rogério Veiros, Manuel Silveira e Mark Marques.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu quero aqui dar os parabéns ao Sr. Deputado Aires Reis pela leitura atenta de um discurso escrito não sei há quanto tempo nem como, mas espero que o pagamento da avença não esteja em atraso.

De qualquer das formas gostaria de lhe dizer que há aqui uma questão que concordo em pleno consigo, que é a questão das acessibilidades à ilha de S. Jorge e a questão de termos que ter um aeródromo com melhores condições para que, aquilo a que chamamos cancelamentos, a maior insularidade da Ilha de S. Jorge seja amenizada. Nesse aspecto estamos os dois de acordo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Contudo, queria dizer-lhe que o projecto encomendado à ANA para a melhoria de operacionalidade do aeródromo de S. Jorge está a ser executado.

Agora, para tristeza minha, não sei se com o investimento que lá vamos fazer, vamos ter a possibilidade de ter um aeródromo ideal que resolva todos esses problemas. Por isso as acessibilidades a S. Jorge não se resolvem só pelo ar, também se resolvem pelo mar e pelo mar nós temos em fase de conclusão o investimento do Porto da Calheta e estamos a prever já no próximo QCA o aumento do porto comercial de Velas. Na minha opinião, são estes três grandes investimentos os eixos fundamentais de acessibilidade à Ilha de S. Jorge.

Quero-lhe dizer que o Governo do Partido Socialista, naquele leque de obras e reivindicações que V. Exa. fez, não é o Pai Natal de 2005, mas pode eventualmente ser a salvação de S. Jorge no mandato que termina em 2008, porque a ilha de S. Jorge tem problemas graves na sua estrutura e no seu tecido económico e o que se passa é que os três agentes públicos principais de desenvolvimento e de alavanca de obras públicas na economia de S. Jorge são, em primeiro lugar, o Governo Regional e, em segundo, as maiores entidades da ilha de S. Jorge, que são as Câmaras Municipais e nós estamos a atravessar um momento difícil da economia de S. Jorge onde os pequenos agentes económicos têm dificuldades graves pelo mau desempenho económico, fruto de maus anos de má gestão dos municípios de S. Jorge.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Não. É má gestão do Governo!

O Orador: Isso, sim, é o principal problema da economia de S. Jorge e é preciso que diga e se tenha coragem de o dizer.



Deputada Maria José Duarte (PSD): É preciso ter coragem e não ter vergonha!

O Orador: Eu sei que isto incomoda, mas ouçam porque é verdade e não se riam, porque é muito sério.

Relativamente às questões das obras que o senhor quer que sejam feitas, queria-lhe dizer que...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que conclua rapidamente, porque o seu tempo já terminou.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

... as obras que pretendemos fazer não as podemos fazer todas em 2005. Temos que as fazer ao longo do mandato, porque se fossem feitas todas em 2005 como o senhor quer, passávamos 2006, 2007 e 2008 sem fazer obras e quando chegássemos às próximas legislativas os jorgenses já se tinham esquecido das obras que nós tínhamos feito.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

(*) Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aires Reis, ouvi com muita atenção a intervenção que fez e como o meu colega já disse e muito bem, eu estou também de acordo consigo relativamente ao aeródromo de S. Jorge. Acho que nós temos que cada vez mais reivindicar a sua modificação, talvez, alargando-o. O estudo está a ser implementado e depois irá ser feito.

Há aqui duas ou três coisas que estou em total desacordo consigo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Não é só a bacia leiteira do Topo que tem que ser asfaltada, mas de uma forma geral a Ilha de S. Jorge e neste momento já muito foi feito a esse nível, foram mais que triplicados os km de estrada feitos por este Governo em relação aos que foram feitos pelos governos do PSD.

O Sr. Deputado fala insistentemente sobre o Topo mas penso que temos que ver toda a ilha em geral e não apenas a nossa “horta”.

Ao nível de estradas regionais, neste momento faltam dois ou três troços para fechar o anel da Ilha. Neste momento S. Jorge é das ilhas que tem boas estradas e creio que quando se terminar a Variante do Aeroporto/Urzelina mais coisas irão ser feitas em S. Jorge, porque o nosso Governo tem olhado para S. Jorge com olhos diferentes daqueles que no passado olhavam pela nossa ilha.

Apenas queria dizer mais duas coisas que têm a ver com as estradas de penetração. Em S. Jorge vão ser asfaltadas este ano algumas zonas dessas estradas, não na sua “horta”, mas na ilha de S. Jorge e até ao fim do mandato irão ser asfaltadas muitas mais.

Se quiser eu posso dar uma cópia do que vai ser feito, estrada por estrada, e a forma como elas vão ser feitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) Deputado Mark Marques (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Infelizmente só terei que fazer uma intervenção por falta de tempo.

Sr. Deputado Rogério Veiros, queria dizer-lhe que me faz lembrar aquela publicidade que dizem: - e não vou dizer a instituição bancária - “falam, falam, falam, falam e depois eu não hei-de ficar chateado? Claro que tenho que ficar chateado!”



Deputado Paulo Messias (PS): O Sr. Deputado ainda não disse nada!

O Orador: O Sr. Deputado ainda não percebeu que estamos a discutir o Plano para 2005 e Orientações de Médio Prazo. Não estamos a discutir as autárquicas como o senhor quis tentar levar o debate.

Em relação ao Sr. Deputado Manuel Silveira, eu entendi no primeiro dia que não se ia falar em 96 e eu não queria falar, mas o senhor teve que falar nos governos anteriores e eu queria relembrar aos novos deputados que estão cá que o senhor em 96 por acaso estava na lista do PSD. Se calhar deu um mau contributo nessa altura.

Deputado Paulo Messias (PS): Olhe para o seu lado que há outros aí que já foram do PS!

Deputado Nuno Amaral (PS): Queria era vir para o lado de cá!

Deputado José Lima (PS): Vai ter que fazer um requerimento.

O Orador: A Sra. Secretária há pouco, aplaudida pelo Deputado do Partido Socialista, dizia: “os Socialistas honram os seus compromissos”. Vamos fazer um exercício de memória em relação ao Porto da Fajã do Ouvidor.

Em 1996, o Sr. Presidente do Governo - por acaso estava bastante mais novo, como se vê na fotografia, já foi há muitos anos - tinha prometido aqui o porto do Norte Grande.

No ano de 2000 o Sr. Presidente - aqui já não estava tão novo - ...

Deputado Paulo Messias (PS): Gostas muito do nosso Presidente!

Deputado Nuno Tomé (PS): Isso já é uma obsessão doentia.

O Orador: ... voltava a falar no porto da Fajã do Ouvidor.

Os senhores em 2004 voltam a falar na Fajã do Ouvidor e o Sr. Deputado Rogério Veiros, naquela sua ânsia de pequeno palavroso, disse na campanha eleitoral: “O projecto está pronto e vai iniciar-se já”.



Deputado Nuno Tomé (PS): Lá está o profeta da desgraça!

O Orador: Eu não sou o profeta da desgraça, eu leio as desgraças que os senhores escrevem e a desgraça diz aquilo que o Sr. Secretário disse há pouco: “O Porto do Norte Grande será enquadrado no IV QCA a começar em 2007”, ou seja, na melhor das hipóteses, o porto só será feito em 2008. Portanto, estão há 12 anos a adiar essa obra e nós é que somos os profetas da desgraça.

Segunda questão:

Sobre o Porto das Velas o Partido Socialista em 2004 falou no estudo da ampliação do porto. Nada se fez e depois inventou uma coisa chamada “acesso ao cais e aumento do parque de contentores” que o Sr. Secretário da Economia, muito pomposamente,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está aqui.

O Orador: O Sr. Vice-Presidente tem gráficos, mas eu tenho é fotografias. Não são os gráficos que os seus adjuntos fazem. ... foi a S. Jorge há dois anos apresentar este desenho. O senhor reconhece-o?

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Eu admiro-me que no Plano de 2005, tendo em conta que isto devia ser uma prioridade, não tenha nada inscrito para este investimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foi também referido a electrificação das Fajãs, outro assunto que também não aparece e eu gostava de saber, por parte do Sr. Secretário da Economia, se este assunto é efectivamente para resolver ou não?

Sr. Deputado Rogério Veiros, o senhor não leu os documentos e vou dar-lhe uma prova da sua imprecisão a escrever coisas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Desde o dia 15 de Março que eu tenho recebido várias correspondências na minha caixa de correio, com muitas reclamações, dirigida ao Partido Socialista. O senhor sabe porquê? É porque no boletim do Partido Socialista que o senhor fez na ilha de S. Jorge escreveu o seguinte endereço: “Rua Roque Afonso, nº 2”. Sr. Deputado, isto é a minha casa e não a delegação da Assembleia.

Deputado Paulo Messias (PS): Se calhar já está a pensar no futuro.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Vais ser expropriado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros. O senhor deve corrigir a morada.

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após este lapso de trocar a Delegação da Assembleia com casa do Deputado Mark Marques, que por acaso fica uma há frente da outra, eu peço desculpa e assumo integralmente esse erro, mas também queria dizer ao Sr. Deputado Mark Marques que em 2004 nós fizemos um manifesto intitulado “Continuar a mudar S. Jorge para melhor”, que na última página, e por ordem do Presidente do PS/Açores...

Deputado Mark Marques (PSD): Ordem?

Deputado Nuno Amaral (PS): Nós temos um líder que manda.

O Orador: ... que mandou pôr nos manifestos de ilha, diz o seguinte: “Investimentos que iremos realizar e que não pudemos concretizar na legislatura anterior” e está lá o Porto da Fajã do Ouvidor.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas não está no plano!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Isto é que é falar, isto é que é ser sério e é por isso que se ganham eleições.

Mas quero-lhe dizer mais:

É que em matéria de manifestos e de compromissos eleitorais, se o PS em 96 fez um e está a demorar 12 anos para o cumprir...

Deputado Mark Marques (PSD): Está contente com isso?

O Orador: ... e se os Açores tivessem tido o azar de eleger o Dr. Victor Cruz para Presidente do Governo, nem daqui a 24 anos os senhores conseguiam cumprir com aquilo que prometeram que era tudo e mais alguma coisa que até os açorianos desacreditaram os senhores.

Deputado Mark Marques (PSD): Está a fugir à conversa. Está sem argumentos.

O Orador: Ainda lhe digo mais:

Relativamente a alguns compromissos que temos assumido, nós temos tido problemas e problemas de ordem de constrangimentos económico-financeiros no Orçamento da Região e tivemos que reprogramar investimentos. Agora, há determinados investimentos que se nós fôssemos incompetentes e incapazes, cruzávamos os braços e dizíamos assim: “O actual quadro comunitário está esgotado e vamos passar tudo para o próximo”. Não, nós estamos a fazer um esforço enorme para a realização de determinados investimentos e são investimentos que estão para serem realizados que não estão no Plano, que são feitos por sociedades autónomas e por sociedades que não fazem parte deste Plano que aqui está. O senhor não os consegue vislumbrar, mas vão ser feitos e vão ser candidatados em instrumentos que os irão financiar, que demonstram a grande competência e a grande capacidade deste Governo para conseguir honrar os seus compromissos, ser sério, falar verdade e cada vez mais



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

ganhar eleições numa ilha que era difícil e que o senhor em determinadas zonas já as começou a perder.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor é deputado de paróquia, é?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

(* Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para sublinhar o que o Deputado Rogério Veiros acabou de dizer.

Sr. Deputado Mark Marques, essa resposta que o senhor me deu agora já me a deu 4 ou 5 vezes aqui dentro.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não lhe dei resposta nenhuma.

O Orador: Essa história de mostrar o papelinho, que eu fui convosco ou que deixei de ir e não sei mais o quê, devo dizer-lhe que não tenho problemas com o meu passado.

Mais:

Sr. Deputado Mark Marques, eu consegui explicar ao eleitorado do Concelho das Velas por que é que fui nesse papelinho e por que é que vou neste papelinho agora. O eleitorado já me deu razão e a prova é que o senhor nas últimas eleições regionais perdeu nas Velas.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Mais:

Jesus Cristo disse: “dos arrependidos é que se fez o Reino dos Céus”.



Obrigado.

(Risos e aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques, vou dar-lhe a palavra, mas peço-lhe que não cometa a crueldade de chamar velho ao Sr. Presidente do Governo nesta sua intervenção. Tem a palavra.

(* Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só quero dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Manuel Silveira acha-se arrependido, eu não acho que seja arrependido, penso é que mudou de opinião e não lhe quero chamar outro nome. O problema é seu. Eu só dei a informação à Câmara.

Em relação a Calheta/Velas, sinceramente parecia-me que os senhores não eram deputados de paróquia. Eu sou eleito deputado regional pelo círculo eleitoral da Ilha de S. Jorge.

Deputado Paulo Messias (PS): Mas já perdeu nas Velas.

O Orador: Não perdi. Eu não fui candidato às autárquicas.

Deputada Mariana Matos (PS): Já se candidatou?

O Orador: Quem já perdeu as autárquicas na Calheta foi o Sr. Deputado Rogério Veiros, não fui eu.

Nós não somos deputados de paróquia e cada um dá de si a dimensão que tem. Se os dois senhores são deputados de paróquia, eu e o Deputado Aires Reis somos deputados eleitos pela população de S. Jorge, do Topo aos Rosais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Só para fazer aqui alguma justiça, quero dizer o seguinte:

Eu não fiz a minha intervenção a fazer campanha de autárquicas.

Deputado Mark Marques (PSD): Foi o primeiro a falar.

O Orador: Eu estava a falar sobre os agentes económicos da Ilha de S. Jorge e sobre os reais problemas da economia da ilha.

Deputado Mark Marques (PSD): E a má gestão autárquica!

O Orador: É isso que me preocupa e é isso que o senhor não gosta de ouvir. Isto é uma grande verdade.

Digo-lhe mais:

Os senhores não falaram da parte boa do Plano.

Deputado Mark Marques (PSD): Qual é a parte? Orientação de Médio Prazo?

O Orador: Os senhores deviam dar os parabéns e tirar o chapéu ao Governo relativamente à questão do Fundo de Coesão e à verba destinada para investimento nesse fundo, em que os agentes económicos e os empresários de S. Jorge irão estar em vantagem em relação, por exemplo, aos da vizinha ilha do Pico, do Faial, da Terceira e de S. Miguel. Isso é uma bandeira do Partido Socialista que está aqui neste documento e que é muito importante para o futuro da economia de S. Jorge.

Eu e os socialistas temos grande orgulho nisso...

Deputado Mark Marques (PSD): Havemos de estar cá no futuro, embora alguns vão para o reino dos céus!

O Orador: ... e é por isso que nós estamos confiantes relativamente ao futuro e sabemos que eleições não se ganham só com obras que aparecem fisicamente, também se ganham com políticas sérias e coerentes que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

acreditam no futuro e desenvolvem os açorianos e mudam os Açores cada vez para melhor.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que já não devia surpreender-me. A verdade, porém, é que na sequência da apreciação do Plano para 2005, fui acometido de tal depressão que me ocorreu dedicar os próximos 10 minutos desta intervenção ao mais absoluto silêncio, para exprimir, simbolicamente, a importância que os governos socialistas têm atribuído e continuam a atribuir à Ilha do Faial. Com efeito, o Faial não está, há muito tempo, nas prioridades do governo e também não está, conseqüentemente, no Plano do governo para 2005. O governo até pode fazer o número de brandir aumentos percentuais extraordinários, obtidos a partir de uma comparação impossível com o Plano de 2004. Mesmo assim, no caso do Faial, já não tem público nem poder de convencimento, pois a cotação das suas intenções está claramente em baixa na bolsa da opinião pública, tantas foram as inscrições, supressões e reinscrições de acções que afinal nunca se realizaram. Em boa verdade, falar do Faial continua a ser sinónimo de falar da reconstrução, reavivando memórias que todos gostaríamos de guardar em arquivo morto. Porém, embora com final marcado pelo governo para 2004, o processo de reconstrução em curso, está ainda longe



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

do seu termo. Mas, pior que tudo, a reconstrução continua a ser – pasme-se – a melhor desculpa para nada mais se fazer de relevante nesta ilha, que continua carente de obras sociais e culturais inadiáveis e de uma abordagem séria e consequente aos sectores estruturantes da sua economia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Ainda agora, em 2005, o governo continua a deduzir o valor da reconstrução às expectativas de desenvolvimento do Faial, mas nada acrescenta por conta do famoso superavit. Estatisticamente diríamos que, nas contas finais, a reconstrução rouba-nos ainda 40,7% das expectativas, correspondentes aos 15 M€ que lhe são afectos. Os 60% sobrantes, cerca de 22 M€, que constituem assim a totalidade dos recursos financeiros afectos ao desenvolvimento do Faial, representam apenas cerca de 4% do total das verbas para a Região e arruinam a taxa de felicidade dos faialenses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Falando da substância, ou seja dos investimentos projectados para o Faial, impõe-se dizer que o governo peca menos por acção e mais por omissão. Peca pouco por acção, porque afinal se compromete a muito pouco.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Com efeito, apenas duas acções, pela expressividade das verbas alocadas, merecem destaque. Uma delas, a Escola Secundária, com 4M€, embora parte desse valor ainda seja destinado à aquisição de terrenos. A outra, as obras de remodelação e ampliação da Casa Grande para a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, com 2 M€, cujo auto de consignação da 2ª fase da obra foi assinado recentemente, 8 anos após a apresentação do respectivo projecto, em 1996. São obras importantes sem



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

dúvida, mas que não autorizam o governo a glorificar o Plano para o Faial, pela simples razão de que correspondem a expectativas com quase uma década, sucessivamente adiadas e que os faialenses já evitam até pronunciar, tantas foram as declarações e promessas políticas piedosas à sua volta. Estão inscritas no plano, exige-se agora o seu cumprimento. Já deviam há muito estar realizadas e, não obstante o governo tenha baixado tanto as expectativas nesta ilha, o sentimento maioritário continua a ser de ambição e de reivindicação, não se deslumbrando agora os faialenses com a oferta de um simples reбуçado, fora de prazo, em plena dieta de fome. Com muita pena nossa, feita esta menção, as acções merecedoras de destaque positivo afinal começam e acabam aqui.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O mais que há para dizer, refere-se a inscrições inócuas pela insignificância das respectivas verbas ou a puras omissões. Vejamos: Quanto à variante à cidade da Horta, e para não variar, “o governo aos costumes disse nada”: afecta-lhe uma verba de valor simbólico, com o único propósito de enunciar uma obra que obviamente não vai evoluir este ano. Todavia, estamos na ilha com mais buracos por quilómetro quadrado, com estradas a que, por cá já chamamos, “caminhos lunares”. A mesma receita prescreve o governo para o Bloco C do Hospital da Horta que se manterá em fase de projecto; As anunciadas obras no Monte da Guia e o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos também não conhecerão este ano avanços significativos, a julgar pelas modestas verbas atribuídas, 300.000 € e 175.000, respectivamente.

Mas onde o governo peca sem remissão, revelando, aliás, falta de visão estratégica e penalizando severamente o Faial, é nas omissões puras, nos zeros do descontentamento faialense que são ainda promessas antigas e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

novas, algumas já inscritas em planos anteriores e que agora desaparecem sem deixar rasto e sem qualquer justificação.

O Reordenamento do Porto da Horta, incluindo a gare marítima de passageiros, a ampliação das instalações do Clube Naval da Horta, a construção do campo de golfe do Faial - o valor afecto é um enorme zero do tamanho da desilusão do Faial; A pousada de juventude do Faial tarda a integrar a rede de pousadas para o turismo juvenil, como o Faial tarda em integrar, a rede de ilhas objecto da atenção governamental – outro zero impossível de aceitar; O mesmo zero para a continuação das obras de conclusão da recuperação da Igreja do Carmo e instalação do Museu de Arte Sacra, cujo início é anterior a 1998; O novo estádio de futebol relvado, integrado no Complexo Desportivo encontra-se, segundo o governo, adiado *sine die*, o que vindo de um governo incumpridor compulsivo, só pode significar um rotundo, **não se faz**. E, se olharmos ainda o programa eleitoral do PS a lista das promessas prolonga-se por várias outras obras fantasma, designadamente a ampliação do Museu da Horta, a protecção ao Castelo de S. Sebastião, a construção de um Centro de acolhimento para crianças e jovens do sexo masculino, a revitalização das termas do Varadouro, a conclusão do campo de tiro do Capelo, a construção dos Polivalentes da Feteira e Praia do Norte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Numa ilha com especial vocação turística, potenciada pelo estreito relacionamento com as ilhas vizinhas e dotada de uma oferta consolidada na área do turismo náutico e desportivo, é especialmente gravosa a pura omissão de investimentos como a ampliação do Clube Naval, a melhoria das condições de recepção e estadia aos iatistas, o reordenamento do porto da Horta, incluindo a gare marítima de passageiros e o espaço adjacente ao



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Clube Naval para a oferta dos produtos turísticos ligados à pesca desportiva, mergulho e observação submarina e Whale Watching. Isto apesar de se tratar, incontroversamente, de produtos turísticos de elevado valor, que constituem a imagem de marca desta zona do arquipélago e que são ainda um capital de qualidade turística inestimável, não só para o Faial, nem para o Triângulo, mas para toda a Região. Noutra âmbito, o campo de golfe do Faial, inscrito em anteriores planos, como sendo estratégico e estruturante da economia turística e garantido ao Faial, sob palavra de honra do Sr. Presidente do Governo, não consta do Plano, não merece uma única referência, nem é anunciada solução alternativa. O concurso público para a alienação das participações da Região, na Verdegolfe, S.A. com este investimento como contrapartida, ficou deserto. Não foi surpresa para ninguém. Só serviu, afinal, para o governo tentar libertar-se do compromisso, iludindo, pelo caminho, os eleitores faialenses em vésperas de eleições.

Em qualquer caso, na sequência do insucesso dessa operação, deveria o governo ter definido, sem subterfúgios, se assumia a construção do campo de golfe como investimento público. Não o tendo feito, como agora se pode comprovar, fica então obrigado a definir uma solução alternativa, a comprometer-se quanto ao processo, ao calendário, bem como ao modelo de financiamento a adoptar.

Pessoalmente, entendo que na ausência de iniciativas credíveis do sector empresarial, a Região não deveria demitir-se de assumir directamente ou em parceria, infra-estruturas turísticas desta natureza, desde que assumia à partida a transferência para o sector privado da respectiva gestão e exploração para garantir uma real afectação turística que de outro modo resultará prejudicada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Em todo o caso, ao anunciar alterações de rumo ao nível da política de incentivos, o governo deveria, no meu entendimento, em lugar de fazer a apologia insustentável da hotelaria de 5 estrelas, privilegiar cirurgicamente a construção de hotelaria e equipamentos de animação, restauração e comércio de qualidade, quando associados ou partes integrantes de complexos turísticos de golfe. Aí sim, justificam-se fórmulas especialmente incentivadoras e orientadoras do investimento, as quais podem revestir a forma de majorações especiais ou mesmo de contratualização de incentivos de natureza financeira, fiscal e outras. No que respeita especificamente ao Faial, congelar a decisão de investimento *tout court*, é a única coisa que não pode acontecer e não posso deixar de dizer que o prolongado silêncio do governo nesta matéria, começa a ser, nesta ilha, verdadeiramente ensurdecedor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Em jeito de conclusão, diria que se abstrairmos da dotação afecta à reconstrução, os investimentos previstos para o Faial são modestos e até insignificantes. Se atentarmos nas omissões do plano - elemento ainda mais esclarecedor - concluiremos que não é assumida a importância estratégica desta ilha no conjunto da Região e mesmo que o Faial conta pouco ou não é mesmo considerado em várias políticas sectoriais. É verdadeiramente o plano das omissões.

Antevejo, portanto, que este Plano para 2005 mantém os faialenses expectantes e ansiosos, com o mesmo caderno reivindicativo, pela simples e linear razão de que o que eram expectativas de há quase uma década, continuam a sê-lo ainda hoje pela inércia de um poder socialista que se especializou em prometer a sério... para cumprir da próxima vez. Assim o Faial, na penumbra do esquecimento, não regista os patamares de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

desenvolvimento das ilhas maiores e mais populosas, mas também não lhe é reconhecido o estatuto de ilha carenciada, a ser objecto de discriminação positiva em matéria de investimento público. O governo está a criar desta forma, três grupos de ilhas. Umas têm uma economia pujante e tendencialmente competitiva. Outras são discriminadas positivamente por forma a compensá-las da respectiva fragilidade económica. O Faial não está no 1º grupo por força da realidade dos factos. Não está no segundo grupo porque o governo acha que está no 1º. Está, afinal, na fronteira entre a realidade e a indiferença, o que nos leva a concluir que o governo, em vésperas de eleições regionais pediu desculpa porque se sabia culpado, mas não estava verdadeiramente arrependido.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Está inscrito o Sr. Deputado João Bettencourt, o Sr. Secretário Regional da Economia, e o Sr. Deputado Costa Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

(*) Deputado João Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alberto Pereira:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Ouvi com atenção a sua intervenção e a primeira impressão que me causou do cenário negro que acabou de explanar aqui nesta Assembleia foi que não me enquadro em nada do cenário negro que acabou de referir.

Em primeiro lugar, o Faial é uma ilha que está virada para o progresso e é uma ilha que está virada para o seu desenvolvimento a curto prazo.

Julgo que o bom senso leva-nos a fazer uma análise objectiva das questões e dessa análise objectiva que fiz da ilha do Faial e do pouco tempo que tenho desta casa, o que eu concluí foi que nós, em 98, como bem sabe, sofremos uma catástrofe que danificou 70% do nosso parque habitacional e o Governo Regional teve que estabelecer algumas prioridades, como já referi há pouco, ou seja, em primeiro lugar, tentar realojar e dar boas condições às famílias sinistradas.

No entanto, refere duma forma pessimista o cenário para os próximos anos.

Sr. Deputado Alberto Pereira, caso não tenha tido em atenção os importantes investimentos que estão em causa no Plano para 2005 e não podemos esquecer também que estamos aqui a votar as Orientações de Médio Prazo até 2008, passo a referir especificamente a nova Escola Secundária e o Parque Desportivo como uma importante obra que irá iniciar-se em breve na Ilha do Faial; a Casa Bensaúde, como sabe, é uma obra que já está em andamento; a 1º fase da Variante também terá o seu início este ano com um valor de 4 milhões de euros para 2,6 km.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Onde é que isso está no Plano?

O Orador: Eu depois digo-lhe, Sr. Deputado.

Falou do estado das nossas estradas. Eu relembro-lhe que o anel da ilha do Faial está em fase de conclusão e terminará possivelmente no final deste ano ou princípio de 2006; posso-lhe mencionar o lançamento de mais dois



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

troços da estrada regional nº 1, 2ª, com aproximadamente 20 km, para arrancar no próximo ano de 2006.

A nível de ambiente, como já lhe referi há pouco, temos a reabilitação do Farol dos Capelinhos e da área circundante do Monte da Guia.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que sintetizasse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

No que diz respeito à reabilitação do farol dos Capelinhos, é uma obra que já está em andamento e no que diz respeito à zona circundante do Monte da Guia, temos a Casa Dabney e a Fábrica da Baleia antiga, obras que iniciar-se-ão este ano.

Para terminar, gostaria de informar o Sr. Deputado Alberto Pereira que aquilo que eu, como faialense, sinto é optimismo, porque acredito e confio no Governo e julgo que todas as obras que nós, faialenses, ansiamos serão concretizadas nesta legislatura.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi dizer, não tenho bem a certeza, que no tempo do Dr. Mota Amaral o turismo era uma actividade que não era para levar a sério e que ele achava que o turismo vinha contra os nossos bons costumes. Enfim, talvez seja por isso que o Faial na altura tinha apenas o Hotel Faial em funcionamento, tinha o Hotel Horta fechado...

Deputado Alberto Pereira (PSD): Havia o Hotel Horta. O Sr. Secretário inaugurou-o e colocou uma estrela a mais.



O Orador: ... e não estava à espera de uma ampliação, não havia o Hotel do Canal e a Pousada de Santa Cruz era aquilo que era. O seu tempo era exactamente este.

Construiu-se nas Flores a Siturflor onde se gastou dois milhões de euros para nada, sem parcerias público-privadas. É isto que nos distingue.

Sr. Deputado, por exemplo o Campo de Golfe nós queremos que os privados o façam. Fizemos um concurso que ficou deserto. Já contactámos com diversas empresas que estiveram em S. Miguel e que vieram hoje para o Faial. Neste momento há uma empresa que está interessada nas condições dos cadernos de encargos, mas se não conseguirmos vamos refazer o caderno de encargos e vamos lançar o concurso, porque quem ficar com a Vergolfe vai ter que fazer aqui no Faial não só o Campo de Golfe, mas provavelmente uma unidade hoteleira e vai fazer crescer o desenvolvimento turístico desta ilha.

Quem comprar vai ter que fazer uma unidade hoteleira na Verdegolfe.

Aqui no Faial passa-se essa etapa, porque quem ficar com a Verdegolfe será certamente um agrupamento económico capaz, com capacidade financeira para não só fazer o Campo de Golfe, mas também para investir em toda a área adjacente em actividade turística.

Em relação às Termas do Varadouro, elas existem tal como estão há muitos anos. Nós neste momento já encontramos a água mineral que supostamente é também de origem termal. Estamos a fazer um estudo prévio, que pusemos na Câmara Municipal, para reorganizar toda aquela zona. É um compromisso que vamos assumir nesta legislatura.

Quanto ao Clube Naval e reordenamento do Porto da Horta, o Sr.

Deputado estava distraído, eu disse na minha intervenção que nós estamos a pensar em adquirir novos barcos e precisamos de posicionar um dos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

barcos de 90 metros no interior do porto. Isso exige um reestudar toda a posição do Porto. Nós não queremos pôr um ferrybote na zona comercial, porque cada vez mais as medidas de segurança evitam que os passageiros e parte comercial estejam em conjunto.

Hotéis de cinco estrelas, Sr. Deputado?! Hotéis de cinco estrelas foi aquilo que os senhores fizeram no Baía Palace e no Monte Palace. Esses é que são do seu tempo.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Pelo amor de Deus! O Sr. Secretário fale do futuro. Isso é doentio.

O Orador: Nós evoluímos e hoje 50% da nossa capacidade hoteleira é género 4 estrelas. Agora estamos na altura própria para darmos um passo em frente e com esses incentivos que criámos certamente também vamos ter a possibilidade de criar hotéis de 5 estrelas.

Os incentivos, Sr. Deputado, foram discutidos com as Câmaras de Comércio, com as associações empresariais. Alguns vão ser publicados, rapidamente, em Decreto Regulamentar, porque já foram aprovados em Conselho do Governo, outros irão passar por esta Assembleia Legislativa Regional e o senhor terá oportunidade dizer de sua justiça.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bettencourt, devo dizer-lhe que me entristeceu muito ver um faialense fazer o papel que o senhor tentou aqui fazer, de justificar o injustificável...

Deputado Nuno Tomé (PS): É uma nova geração de faialenses.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: ... e sendo um jovem e, portanto, não sendo por natureza uma pessoa que aceita um conformismo da forma que eu ouvi aqui aceitar, devo dizer que fiquei triste, porque não esperava de si esse papel.

O Dr. Renato Leal quando via as coisas más, pelos menos, ficava calado.

Deputado Paulo Messias (PS): Seja sério, Sr. Deputado!

O Orador: As obras que o senhor aqui enunciou são as mesmas, desde há 8 anos, que todos os anos vão falando que vão fazer, todos os anos há estudos, há reapreciação de estudos, há novos estudos para daqui a 4 anos, quando tiverem perto das eleições, apresentarem um projecto para dizerem que na legislatura seguinte vão completar esse projecto e que vão fazer a obra.

Deputado Nuno Amaral (PS): Olhe que não!

O Orador: As excepções são duas: a nova Escola e a Casa Grande que já há 4 anos começaram as obras que depois pararam.

Essa confiança que o Sr. Deputado diz ter e, infelizmente, esse seu conformismo sabe ao que é que levou? Levou ao resultado eleitoral que os senhores tiveram no Faial no passado dia 17.

Vozes da bancada do PS: De 20 de Fevereiro!

O Orador: Estamos aqui é com o resultado do dia 17 de Outubro e não de 20 de Fevereiro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

(*) Deputado João Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Costa Pereira, as características que me apontou não se enquadram em nada na minha forma de ser.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Não é conformismo, Sr. Deputado, é a realidade e uma análise objectiva da situação permitem-me esboçar aquilo que apresentei aqui nesta Câmara.

Relativamente aos resultados das últimas eleições regionais, permita-me que relembre, Sr. Deputado, que a diferença de votos no resultado obtido o Sr. Deputado sabe qual foi e que o Partido Socialista, a nível individual, é o partido mais votado na Ilha do Faial.

Era só.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancas do PS e do Governo)

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Será que o PP não vale votos?

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Vale 200.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A ditadura do tempo não me permite explicações exaustivas, mas elas também não são necessárias, porque sabem tão bem como eu que o que foi dito se demonstra da leitura dos próprios planos socialistas e ficou, aliás, demonstrado com o pedido de desculpas público do Sr. Presidente do Governo em vésperas de eleições regionais.

Agora, percebam de uma vez por todas que, se as promessas de hoje são olhadas com desconfiança no Faial é por culpa própria do Partido Socialista. Não se pode esperar incumprir sistematicamente durante 8 anos e esperar depois obter o benefício da dúvida para novas promessas. Por



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

outro lado, aquela lógica do cumprimento de promessas para a legislatura aqui também não colhe, porque isto já atravessa três legislaturas. Só falta ao Partido Socialista comprometer-se a fazer obras para quando sair do Governo.

Relativamente a esta questão, sinceramente, julgo que não vale a pena dizer mais nada.

Penso que o mínimo exigível ao Partido Socialista era que tivesse humildade e moderação discursiva relativamente ao Faial e que demonstrasse nos actos de governação que, de facto, é digno da credibilidade e da respeitabilidade perdidas em relação a esta ilha, porque o sentimento dominante no Faial foi aquele que eu procurei transmitir e o Sr. Deputado João Bettencourt sabe bem que é assim.

Não gostaria de fazer grandes comentários sobre afirmações de V. Exa. de que o Partido Socialista continua a ser individualmente o partido mais votado, mas permito-me apenas fazer uma graça relativamente a um aspecto: é que V. Exas. passaram a vida a dizer que a Coligação/Açores subtraía. No único círculo eleitoral onde perderam, afinal de contas, ela soma. Decidam-se lá para percebermos qual é a lógica dessas afirmações. A mim soa-me a contradição insaciável.

(Aplausos da bancada do PSD)

Ainda em relação ao Sr. Deputado João Bettencourt gostaria de fazer mais um comentário.

Eu compreendo perfeitamente que, por dever de ofício, se sinta na obrigação de intervir neste debate, que por reverência ou mesmo disciplina partidária se sinta desconfortável em assumir uma atitude crítica em



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

relação ao Governo Socialista. Agora, julgo que é o momento, Sr. Deputado, para decidir se vai ou não pôr os interesses da sua ilha e da sua Região à frente dos interesses do seu partido.

Deputado Nuno Tomé (PS): Não coloque as coisas dessa forma. Isso é demagogia!

O Orador: Eu creio que está genuinamente interessado em defender a sua ilha e a sua Região. Tem apenas o azar de estar num partido...

Deputado Paulo Messias (PS): Que é o maior partido dos Açores.

O Orador: ... que acha o Faial dispensável na aritmética eleitoral.

Desejo-lhe muitas felicidades no duro combate interior que vai travar.

Relativamente ao Sr. Secretário Regional da Economia, V. Exa. não quer, de facto, debater coisa nenhuma, porque passa a vida a lateralizar e a fazer reflexões históricas de um passado que não conhece e a falar do meu tempo que é uma coisa que não percebo bem o que seja. Mas, se quer falar do tempo, permita que lhe diga uma coisa. Chegará o tempo em que falar do seu tempo será sinónimo de falar de arrogância, de prepotência e de falta de humildade democrática. Habitue-se à ideia!

Só se sabe o que os políticos valem de verdade quando deixam de ter o poder que têm e nós sabemos bem qual é a cotação de V. Exa. no sector turístico empresarial e na bolsa da democracia política açoriana.

Permita-me que lhe peça para alterar a sua postura no debate que eu gostaria de travar em matéria de turismo e noutras matérias para que o mesmo se torne mais produtivo.

V. Exa. só conhece dois tons discursivos: o agressivo e o muito agressivo. O problema é que, se pensarmos bem, os tons que utiliza só servem para intimidar.

Deputado Nuno Tomé (PS): Seja corajoso, não se deixe intimidar!



O Orador: Acho que já teve tempo para perceber que o Grupo Parlamentar do PSD não é intimidável e por essa razão aconselho-o a mudar o discurso, porque o agressivo não lhe dá a razão que não tem, Sr. Secretário, e o muito agressivo é um perfeito desastre em termos de eloquência.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É lamentável que o senhor não venha falar de turismo, mas da minha personalidade. Há quem goste, há quem não goste, há empresários que gostam de mim, há outros que não gostam e certamente o senhor não gosta da minha maneira de ser.

Eu pensei que o senhor vinha falar do turismo em que o Faial no ano passado cresceu 29,4% e foi a ilha que mais cresceu.

Deputado Alberto Pereira (*PSD*): Desceu 13%.

O Orador: No seu tempo o Faial estava na cepa torta, ou seja, não andava para trás, nem andava para a frente.

O senhor tinha o Hotel Fayal, tinha o Hotel Horta, que estava fechado, e não havia o Hotel Canal.

Como Director Regional do Turismo, sedado no Faial, o senhor pouco ou nada fez sobre turismo,...

Deputado Alberto Pereira (*PSD*): Sou Deputado Regional!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: ... mas isso reflecte uma forma de ser e de estar dos governos anteriores em que o turismo não era para ser levado a sério e por isso colocava-se nesses lugares pessoas que apenas falavam no turismo.

Aquilo que o senhor conseguiu foi apenas algum turismo do Continente, através dum gasto exagerado na promoção que era feita lá e muitas vezes sem qualquer efeito.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Antes dizia que não fazíamos promoção, agora diz que foi exagerada. Afinal em que é que ficamos?

O Orador: Eu vou explicar-lhe.

De 1989 a 1996 vocês conseguiram trazer 96 mil dormidas para a Região, tornando-se mais dependentes do mercado nacional. Passaram de 63% para 72,7%. Nós crescemos 185 mil dormidas num período semelhante e tornámo-nos menos dependentes do mercado nacional. Isto é que é discutir turismo. O que está aqui em causa é discutir turismo, é o Faial e não a minha personalidade.

Se o senhor não gosta de mim, paciência!

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais ninguém inscrito para esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Gusmão para uma intervenção.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sejamos francos. De todos os planos e orçamentos apresentados pelos Governos socialistas na Região, o que mais dificilmente poderá merecer críticas ferozes será o que inverte uma tendência de décadas de deficit para uma estreia de superavit. Obviamente que o Governo não serve para dar lucro, mas é um sinal de prestígio para a Região quando não dá prejuízo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Pode até ser também por circunstâncias exteriores, mas o costume é que até pelas circunstâncias exteriores o exercício das entidades públicas tenha de ser sempre sinónimo de déficit.

Se associarmos essa boa inovação ao desígnio deste Governo em procurar a Autonomia Financeira, com a qual ao menos as despesas de funcionamento sejam pagas pelas receitas geradas na Região, todos aqueles que, como eu, sempre votaram contra os Planos socialistas, têm boas razões para ao menos dar o benefício da dúvida, ou melhor dizendo, têm razões suficientes para dispensar um voto contra. Certamente que no dia em que este ou outro Governo conseguirem essa mesma Autonomia financeira, aqueles que aqui estiverem têm, então, não só uma boa razão como a obrigação de dar o seu voto favorável.

A Autonomia financeira é a verdadeira razão da Autonomia Política dos Açores. Foi pensando nela, foi com contas e foi com números que, ainda antes do chamado 1º Movimento Autonómico já muitos açorianos reivindicavam a possibilidade de decidir nos Açores aquilo que só a nós diz respeito. Nunca foi impressa nenhuma bandeira com o Açor, com as asas mais ou menos fechadas, com ou sem o escudo e a coroa nacionais, sem que antes se tivessem comparado as nossas próprias receitas aos custos da nossa livre administração.

Portugal contribui porque essa é a sua obrigação, porque aqui, através dos órgãos da Região, também concretizamos as obrigações do Estado. Agora, isso não deve significar que a nossa Autonomia tenha de estar dependente, ou, se me permitem, dependurada nesse mesmo apoio.

Deve sim aproveitá-lo para o investimento. Aliás, não só esse apoio, como até aqueles que resultam das verbas europeias e cujo novo quadro comunitário está aí a surgir.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Outro desígnio que deve estar associado ao da Autonomia financeira é a optimização dos recursos, em termos de dimensão da máquina pública que, com a legislação aprovada, aliás no último Plenário, espero possa, ao fim de três décadas de Autonomia, conhecer uma nova realidade.

Finalmente, e em termos estruturais, que não passam certamente por um só Plano, nem sequer por uma legislatura, é fundamental inverter a tendência da nossa dinâmica populacional. Os Açores não serão uma terra com melhor qualidade de vida quando morarmos todos no mesmo sítio. Cada ilha, cada concelho, cada freguesia, tem de continuar a ser o melhor sítio do mundo para cada açoriano que nela nasce.

Como factores positivos, reconheçamos os indicadores da evolução da actividade económica, que apresentam valores positivos, tanto no sector primário, como a nível do turismo, comércio e indústria. O sector da construção é aquele onde se verifica algum abrandamento. Eu sei que não é politicamente correcto o que vou dizer, mas digo-o à mesma: ainda bem! Não que as infraestruturas não sejam importantes. Mas o investimento não pode ser apenas cimento armado, nem as nossas ilhas têm de caminhar para ocupações excessivas do solo, não restando no fim um único espaço em que não haja mais um prédio, mais um qualquer empreendimento ou tão só mais um vistoso chalé, de mármore e leões aperaltado.

Mas, evidentemente que as infra-estruturas são importantes. E este Plano contém um ambicioso pacote de obras, com uma dimensão apreciável, sobretudo se a ele juntarmos aquelas que serão executadas em regime SCUT. Já agora permitam-me que expresse aqui a minha preocupação de que essas estradas sejam de dimensão compatível com o futuro, para que dentro de poucos anos não se esteja outra vez a discutir alternativas às actuais alternativas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como aspecto bastante positivo deste Plano, há a registar o reforço das verbas para a agricultura. O turismo está aí. Penso que o principal esforço de infraestruturas que havia a fazer já está feito. Estou de acordo que agora nessa área o objectivo deve ser a qualidade. Agora é bastante positivo que se volte a acarinhar a principal economia das famílias rurais dos Açores: a agricultura. Não há economia sem agricultura, não há ambiente sem agricultura, não há turismo sem agricultura, não há paz social sem agricultura, quase que me atrevo a dizer que não há Açores sem agricultura.

Mas este Plano reforça também as áreas do saber: a educação e a cultura representam agora 16%, podendo chegar a valores bem mais ambiciosos em 2008.

O saber, o conhecimento, a formação, coisa bem diferente da mera informação, são a chave do sucesso de um povo.

É também por isso. Pela importância da cultura, do conhecimento e da formação, que escolhi estas áreas para nelas apresentar aqui três propostas de alteração.

Uma proposta de alteração que abrirá uma rubrica para a melhoria das condições do velho e emblemático Liceu de uma das mais importantes cidades do País: o Liceu Antero de Quental, adquirido e destinado ao saber, em tempos muito difíceis, pelo esforço das entidades locais micaelenses e marienses.

Outra proposta de alteração reforçará a verba destinada à construção da Escola Básica



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Integrada de Ponta Garça, permitindo assim que, já este ano, o Governo possa adquirir a área de terreno necessária e ter o Projecto para arrancar com a sua construção.

Finalmente, e não por último, uma proposta de alteração que reforçará os apoios atribuídos às Bandas de Música dos Açores, expoente máximo da nossa cultura, pela dimensão humana que envolve, pela carga de tradição que contém e, ao contrário do que parece, pelo simbolismo de modernidade que representa. As bandas de música foram fomentadas pelos progressistas do século XIX como forma de levar o povo a participar e ser ele próprio criador de arte, de saber e de conhecimento. Nesse propósito, nem os discos, nem as parabólicas, nem as internetes, as conseguiram substituir.

Como deputado, como cidadão representante de outros cidadãos, apresento aqui três propostas de alteração, ou, se preferirem, três modestas sugestões. Pequenas e modestas, comparando-as com o todo regional. Grandes e importantes porque, tal como todas as outras, têm homens e mulheres, açorianos como nós, que nelas se empenham, como justas e necessárias.

Mas permitam-me que termine referindo que nenhuma destas propostas terá qualquer importância se o Governo Regional, e a maioria que o suporta neste Parlamento, não tiverem a abertura para as poder aceitar.

Honra seja feita a esse espírito de abertura democrático, sobretudo vindo de um Governo que tem uma maioria tão absoluta que pode dispensar qualquer contributo.

Não precisam certamente do meu voto para coisa nenhuma e mesmo que precisem, eu, de qualquer forma, vou-me abster, pelas razões que expus ao início.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

E como a política não serve apenas para nos criticarmos, permitam-me que manifeste o meu agradecimento pessoal por poder ter sido útil, ainda que modestamente, aos meus concidadãos com quem lido mais proximamente. Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim do debate. Vamos fazer um intervalo de 15 minutos e depois passaremos às intervenções finais. Depois voltaremos a fazer outro intervalo para poderem apreciar as propostas de alteração que, entretanto, vão chegar à mesa e depois fazermos a votação dos documentos.

Vamos informar a Câmara dos tempos ainda disponíveis:

Partido Socialista - 48,6 minutos

Governo - 42,9 minutos

Partido Social Democrata - 18,8 minutos

Partido Popular - 10,3 minutos

Deputado Indep. - 1 minuto

Até daqui a 15 minutos.

(Eram 17 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Terminado o debate, vamos entrar no período de intervenções finais.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Neste debate que agora termina, o Partido Popular teve oportunidade de manifestar as suas posições sobre o Plano e Orçamento para o corrente ano de 2005, bem como sobre as perspectivas que o Governo apresenta aos Açorianos para os próximos quatro anos.

A nossa participação assentou numa base construtiva, reconhecendo o que está bem, mas não deixando de alertar o Governo e a Assembleia para os aspectos menos positivos da Administração e para as insuficiências de muitas das políticas dirigidas aos principais sectores económicos e sociais da nossa Região.

Desde logo, divergimos do Governo no que respeita ao diagnóstico que é feito da situação económica e social.

O Governo parte do princípio de que a Região passa por uma situação ímpar de crescimento e progresso e que os Açorianos vivem num mar de rosas.

Não é exactamente isso que constatamos no contacto diário com as nossas populações, nem é essa a visão que o CDS/PP tem da situação económica e financeira dos sectores produtivos da nossa Região.

A Agricultura e as Pescas passam por uma evidente crise, que à medida que se prolonga, se afigura cada vez mais estrutural.

Para além das incertezas que afectam estes sectores tradicionais, é visível a quebra de rendimentos que penalizam os seus profissionais.

As Pescas, cujas capturas melhoraram nos últimos dois anos, estão muito longe dos valores atingidos num passado não distante, nomeadamente na pesca industrial, com graves repercussões económicas na indústria conserveira e na insegurança de quem lá trabalha.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A Agricultura passa por uma das suas maiores encruzilhadas. Com a produção limitada, com a desvalorização dos preços do leite e com a recessão da fileira da carne, dias difíceis perseguem a lavoura Açoriana. Infelizmente a situação é complexa e não é de fácil solução. Se o fosse, certamente que já estava ultrapassada. Mas o primeiro passo para enfrentar o problema, é o seu reconhecimento.

Apelamos ao Governo Regional para que não faça política com a Agricultura, mas que lhe dirija as políticas sérias e adequadas ao seu desenvolvimento, para estancar as sucessivas quebras de rendimento no sector.

Sobre a nova aposta no Turismo, reconhecemos a evidência do surto de investimento privado que possibilitou um significativo crescimento da oferta hoteleira, e registamos, com agrado, o aumento da procura turística e o esforço da abertura aos novos mercados do norte da Europa.

Mas há que reforçar o esforço na promoção da Região, em conjunto com os investidores, para consolidar o crescimento obtido, impedir a quebra nas taxas de ocupação e diminuir a dependência do turismo social e subsidiado.

Paralelamente às dificuldades do sector produtivo, é notório que o comércio nos Açores se debate com uma evidente quebra do poder de compra dos consumidores.

Tivemos também oportunidade de alertar o Governo para a dificuldade crescente na área do emprego, nomeadamente em relação às mulheres com menos qualificações e aos jovens com qualificações superiores.

Embora a taxa de desemprego nos Açores não seja efectivamente preocupante, o facto é que, em 2004, atingimos o maior índice de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

desemprego desde 1998, o que deve constituir mais uma alerta sobre a capacidade de resposta da frágil economia Açoriana.

Senhor Presidente,

Perante uma quebra generalizada de rendimentos da maioria das famílias Açorianas, o Governo apresentou-se neste Parlamento com um orçamento que classifica como o maior de sempre. Os números apresentados confirmam-no. É neste particular que reside uma aparente contradição. As famílias Açorianas, em geral, estão com mais dificuldades e cada vez mais endividadas, as actividades económicas estão a passar por situações de crise, os excluídos sociais aumentam, mas o Governo Regional tem cada vez mais dinheiro.

O CDS/PP preferia o contrário. É neste particular que se nota a diferença filosófica entre Democratas Cristãos e Socialistas.

O CDS/PP preferia que as famílias e as empresas tivessem mais rendimentos e dependessem menos do Governo, que por sua vez podia ser menos rico, mais eficiente e menos interventivo na sociedade e no associativismo.

Infelizmente, a sociedade que está cada vez mais pobre, cai na tentação fácil de depender cada vez mais do poder governamental.

Este orçamento para 2005 e as propostas de investimento governamental para os próximos quatro anos, apontam para gastos ambiciosos.

Infelizmente, como o passado já o demonstrou, alguns dos problemas graves da nossa economia e da nossa sociedade não se resolvem atirando-lhes dinheiro, mas antes políticas adequadas, que não surgem claramente definidas nestes documentos.

É verdade que muitos dos projectos de investimento que o Governo Regional inscreveu para 2005 e para os próximos quatro anos, faziam



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

parte dos compromissos do mandato anterior e acabaram por não se concretizar.

O nosso desejo, em nome dos eleitores, é que haja um maior realismo entre a programação prevista para os próximos quatro anos e a efectiva capacidade do Governo Regional a executar.

É preciso dar crédito aos documentos aprovados neste Parlamento e aos compromissos assumidos perante o eleitorado.

O que é para ser feito em 2008, nas vésperas das eleições, não deve ser prometido para 2005.

Foi isso que aconteceu no passado e temos o direito de exigir que não se repita.

De resto, existe a garantia do Governo Regional que não será por falta de meios financeiros que não haverá resposta aos reais problemas da Região. Como Partido da Oposição, o CDS/PP, que concorda, como é obvio, com grande parte dos investimentos previstos pelo Governo para as nove Ilhas dos Açores, estará firmemente atento ao cumprimento da programação constante dos planos regionais.

No âmbito das reformas necessárias, quer na área económica, quer na área social, infelizmente a ambição governamental ficou muito aquém das expectativas.

Aliás, espera-se que a urgente necessidade de o Governo da República prosseguir, independentemente da sua cor política, com importantes reformas do Estado, em áreas como a Administração Pública e a Saúde, possam influenciar decisiva e positivamente a Região a mudar de políticas.

De resto, no que respeita às relações com Lisboa, aguarda-se que o Governo Regional mantenha perante o Estado uma postura de exigência



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

na defesa dos interesses dos Açores, que são muitos e alguns são determinantes.

A filosofia que está subjacente às principais orientações destes documentos, não corresponde, naturalmente, às perspectivas políticas do CDS/PP.

Compreendemos e respeitamos que o Governo Regional queira consagrar nos documentos aquilo que interpreta como sendo a confiança maioritária que recebeu dos eleitores.

Mas para o fazer, não necessitava de tentar disfarçar algumas crises e problemas sectoriais, nem precisava de aparentar tanta auto-suficiência, seja da sua capacidade, seja dos meios disponíveis.

Se outra tivesse sido a postura e se o Governo e os deputados socialistas prezassem mais os contributos alheios e não revelassem tanta sensibilidade a qualquer crítica ou simples observação, embora como Partido da oposição, possivelmente outra poderia ser a posição final do CDS/PP.

Seja como for, porque colocamos em primeiro plano os Açores e orientamos a nossa participação política numa base construtiva, estaremos sempre disponíveis para cooperar com o Governo dos Açores, naquilo que acharmos correcto e útil ao interesse da nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Para fazer a intervenção final, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De quatro em quatro anos por esta altura, e nos restantes anos lá para Novembro, o Governo apresenta as suas propostas dos instrumentos planificadores da acção governativa da Região.



Tais instrumentos, por natureza, deveriam ser as matrizes do desenvolvimento que se quer para os Açores.

Da parte do executivo, espera-se a apresentação de propostas que, de facto e por direito, perspectivem os investimentos que tendo sido prometidos devem ser cumpridos.

Ao Parlamento exige-se a análise e avaliação dos documentos e, sobretudo, cabe a votação das propostas de acordo com o juízo político que cada Deputado faça das mesmas.

Porém, predomina neste tipo de debates a distorção daquilo que é o seu verdadeiro sentido – o Futuro.

O Governo para além de apresentar tais documentos de forma geralmente descritiva daquilo que já está escrito, perde-se na referência negativa ao Passado quando este não é da sua responsabilidade ou elogiosa quando tem o seu cunho.

O Governo menciona fria e discretamente o que pretende fazer no Futuro, envolvendo-se, ao invés, acalorada e expressivamente no ataque ao que já passou ou no auto-elogio ao que já fez.

Quando deveria ser exactamente ao contrário.

Deveria enquadrar a sua acção no Passado que determina o que se pode e quer fazer, mas, acima de tudo e essencialmente, delinear consciente e estrategicamente o Futuro e envolver-se entusiasticamente na ambição da construção dos dias vindouros.

Os deputados do PS, dos quais emana e depende o Governo, invertendo a verdadeira, democrática e necessária relação política entre ambas as partes, limitam-se a seguir as pisadas daquele, repetindo em jeito de relatório o que está descrito nos Planos, por vezes lendo aquilo que o Governo acabara de dizer, desviando os assuntos em debate para a graçola



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

fácil e despropositada, mas, sobretudo, investindo o seu tempo de debate e os argumentos das suas intervenções no invariável ataque, em certos e tristes casos meramente pessoal, à oposição e ao Passado que julgam irresponsavelmente não ser seu.

As oposições em geral, na vontade da fiscalização e acompanhamento do que está proposto e da denúncia do que não é previsto, por vezes criticam por criticar, esquecendo-se de lembrar o que está feito ou de apresentar propostas para melhorar os documentos em apreciação.

Neste Debate, como, de resto, tem acontecido, o PSD foi mais além. O PS e o Governo fizeram o mesmo de sempre.

O PSD, para espanto e surpresa da maioria parlamentar, reconheceu o que era feito e que merece o nosso apoio, manifestando, por vezes, mesmo satisfação pelo que está previsto.

No entanto, não prescindiu das suas responsabilidades democráticas, criticou os incumprimentos, desmascarou as ilusões e manifestou as suas discordâncias.

Mas fez mais. Manifestou um profundo sentido de responsabilidade e seriedade política na abordagem dos documentos em causa e, mesmo não aprovando a essencialidade do modelo que lhes está subjacente, apresentou propostas para melhorar o Plano Anual para 2005.

Com o sentido de que, mesmo na Oposição, mas representando legitimamente os açorianos, devemos dar um contributo positivo para a governação da Região.

O PSD olhou para a frente, deu um passo em frente até na forma como normalmente se abordam estes debates, o PS e Governo ficaram no mesmo lugar, fizeram o mesmo de sempre.

O PS governa os Açores há oito anos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Nos primeiros quatro anos, motivados com a novidade do poder, com ideias diferentes sobre os Açores e mobilizados por uma vontade de governar que antes nunca lhe havia sido concedida pelos açorianos, o PS apresentava as reincidentes desculpas do Passado e da falta de maioria absoluta.

Nos segundos quatro anos, continuou motivado a falar do Passado apresentando a nova desculpa do Governo da República.

O PS, hoje, tem Passado de oito anos e tem Governo na República.

A respeito das desculpas que já não podem existir, não resisto a citar um membro do actual Governo que em Maio de 1997, fresco dos poucos meses de funções e pensando simplisticamente que nunca iria ter Passado, atacava um anterior Secretário Regional na altura Deputado afirmando: “Eu só tenho pena de não ter sido Secretário tanto tempo como V. Exa. foi, porque talvez tivesse conseguido cumprir todas essas promessas. Porém, em 7 meses é um bocadinho difícil”. Fim de citação

Ora, Senhor Secretário Regional da Educação, já tem mais tempo...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo de Meneses*): E mais coisas feitas.

O Orador: ... de responsabilidades governativas que o tal Secretário que o Senhor dizia que tinha “tanto tempo de funções”, já não são só sete meses, e a verdade é que nestes oito anos, não conseguiu cumprir com muitas promessas que fez.

Apesar das distrações pouco ou mal intencionadas de várias intervenções, o PS tem Passado e a expiação das culpas próprias com recurso ao governo da Nação já não é argumento.

Isto é, o PS não tem desculpas.

E quem não tem desculpas, tem culpas.



E o PS tendo a responsabilidade dos últimos anos da governação dos Açores tem de ser responsabilizado por aquilo que apresentou a esta câmara e até agora foi analisado.

Assim, depois do modo, que pelo excesso por vezes se torna em substância, analise-se a matéria.

As Orientações de Médio Prazo são marcadas por uma excessiva generalidade e por uma esquematização técnica e metodológica que tendo valia nos princípios não se encontra aplicada correctamente, estando desligada dos objectivos e programas propostos.

Tal documento aparece com objectivos genéricos, mas sem identificar uma estratégia definida, clara e totalmente assumida.

E era esse o pressuposto da aprovação da legislação que consagrou o Regime Jurídico do Sistema Regional de Planeamento dos Açores.

Pelo menos o sentido da aprovação do PSD de tal diploma implicava que o documento de planeamento de médio prazo seria a chave do desenvolvimento perspectivado para uma legislatura, contendo os princípios estratégicos para o crescimento dos Açores, com base na nossa identidade cultural, histórica e geográfica e no modelo sócio-económico que se entenderia o mais ajustado à nossa Região.

Com efeito, a generalidade é admissível apenas na lei, designadamente quando o artigo 3º do referido diploma se refere que “constituem objectivos do SIRPA o crescimento económico sustentado e o desenvolvimento harmonioso de todas as ilhas dos Açores, promovendo, designadamente, o aproveitamento das suas potencialidades e a compatibilização da política económica com a política social, educacional, cultural e ambiental”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Não se queria o pormenor excessivo, ou da mera multiplicação do plano anual por quatro exercícios económicos, pretendia-se que o documento identificador das metas a alcançar para quatro anos, fosse para além da generalidade que caracteriza a lei e estabelecesse os caminhos claros de tal percurso.

Efectivamente, muito do que está previsto merece a concordância do PSD, como mereceria o acordo de qualquer força política, como poderia servir uma ou qualquer estratégia de desenvolvimento ou, ainda, o acaso das decisões políticas conjunturais com base em interesses confessáveis ou inconfessáveis de pressões ou satisfações geográficas ou pessoais.

Não merecendo, porém, a aprovação porque não apresenta um modelo de desenvolvimento, e muito menos, o modelo que o PSD apresentou ao eleitorado e defende.

Passados quase trinta anos após a implementação do regime autonómico já era tempo do Governo Regional apresentar ao Parlamento e aos Açorianos um verdadeiro Orçamento e um verdadeiro Plano de Desenvolvimento da Região.

O Governo Regional tem o cuidado de copiar os documentos oficiais da União Europeia, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística, mas ainda não é capaz de ser criativo, sem deixar de ser rigoroso, apresentando as metas a atingir na economia regional para 2005. Conhecemos os números relativos às previsões do crescimento do Produto Interno Bruto da economia internacional, da União Europeia, de Portugal, mas continuamos sem saber qual é a previsão do Governo Regional sobre o crescimento do PIB regional para 2005; continuamos sem saber qual é a previsão do Governo Regional para o comportamento das exportações e das importações; continuamos sem conhecer qual é a previsão do Governo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Regional, por exemplo, para a produção de leite nos Açores em 2005; qual a previsão sobre as receitas provenientes do Turismo; não há projecções para o consumo privado nem para o consumo público em 2005, na Região. Não há projecções para as taxas de crescimento do emprego e continua a apresentar-se valores sem credibilidade sobre a taxa de desemprego, com margens de erro da ordem dos 18%.

Segundo a Proposta de orçamento, a economia nacional irá crescer em 2005, com base no aumento das exportações, no aumento do consumo privado e no aumento do investimento empresarial, quanto à economia regional, não se sabe em quanto irá crescer e com base em quê.

No que respeita, em especial, ao Plano para 2005, valorizamos alguns programas e acções, que merecem a nossa aprovação, como são os casos da Habitação que vê significativamente aumentado o seu peso financeiro; ou o desenvolvimento de actividades científica e tecnológica, que sempre exigiria maior financiamento, ou a reestruturação do sector público empresarial regional cujo impacto extraordinário é de realçar, ou ainda a área da cooperação externa, cujas verbas apesar de diminutas podem potenciar e assinalar outro tipo de crescimento, assim como investimentos previstos em todas as ilhas dos Açores e que registamos com agrado. Porém, o PSD não aprova a generalidade do documento, pelas razões suficientemente explicitadas durante estes três dias de debate, quer pela perspectiva sectorial quer pela abordagem de ilha feita pelos 19 Deputados do PSD.

Este documento vem marcado por um complexo de grandezas, recentemente acentuado, e que tenta transformar cada Plano Anual no maior de sempre, quando se constata que nas respectivas execuções, e a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

preços constantes, são vários os anos que já tiveram execução superior por exemplo ao último ano de 2004 – o tal do superávit.

Efectivamente, os maiores planos de sempre transformam-se depois de uma taxa de execução na ordem média dos 75%, em planos inferiores a outros de outros tempos tão atacados.

Para além da previsível taxa de execução demonstrada pelos executivos socialistas dos Açores, constata-se que o actual Plano se encontra claramente empolado pela receita extraordinária da privatização parcial da EDA, que a ser retirada transforma este Plano, logo e à partida, inferior ao do ano anterior.

Mais grave é quando se constata que, partindo da taxa média de execução, este Plano, que, lembre-se, ainda não foi revisto ou reprogramado, veria grandes objectivos de desenvolvimento estratégico sofrerem reduções relativamente a anos anteriores, como são os casos do eixo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia, que baixaria 8,3% em relação a 2004, ou o objectivo “Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades”, que desceria 21,2%.

Por outro lado, uma parcela dos investimentos não faz parte do Plano que os Deputados, os 31 Deputados, conhecem, mas faz parte de investimentos de sociedades anónimas que apenas os Deputados do PS conhecem e exibem ostensivamente, como no caso de alguns troços de estrada na Ilha Terceira a serem pagos pela SPRHI, SA, criada, lembre-se, a respeito da reconstrução das ilhas do Faial e Pico, mas que não foram apresentados à Assembleia.

Rejeitamos ainda que as verbas para investimento correspondam a 37% enquanto as despesas de funcionamento representam 63%, com o excessivo aumento de 7,82% com a aquisição de bens e serviços correntes,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

que vão contra a necessária racionalização e optimização de recursos que, de resto, o PSD faz reflectir nas suas propostas de alteração. Na medida em que a poupança nos gastos dos serviços públicos poderia fazer obras em várias ilhas e promover o investimento regional.

Refira-se, ainda, que mesmo naquilo que é apresentado pelo Governo como Plano de Investimentos surgem significativas verbas que não visam mais do que pagar despesas de funcionamento.

Por outro lado, constata-se que este Plano que deveria ser para prever os investimentos a realizar em 2005 serve, em parte significativa, para pagar obras realizadas em anos anteriores e já inauguradas.

São os casos, entre outros, e já apresentados, da Escola EB 2,3 do Nordeste, o Matadouro da Ilha Terceira, o Centro Cultural e Congressos de Ponta Delgada, a Variante Ponta Delgada/Lagoa, concluída em 2003 e inaugurada há mais de um ano, o Quartel de Bombeiros da Madalena ou a Escola Secundária da Maia.

O que é, de resto, parcialmente assumido com a existência da acção 1.1.16 do Plano para fecho financeiro de obras concluídas.

Por outro lado, constata-se que de toda a dotação do Plano apenas 28,8% corresponde a acções com previsão superior a 500.000 €, o que demonstra bem da dimensão dos investimentos estruturantes previstos para o próximo ano nos Açores.

Outra marca registada deste Governo é o incumprimento das promessas nas várias Ilhas, que vêm sucessivamente adiada a concretização de compromissos de vários anos.

Sem querer ser exaustivo, sob pena de repetir muito daquilo que foi dito em 3 dias, falo da Pavimentação da Estrada Leste no Corvo, na Recuperação da Zona Histórica de Vila do Porto em Santa Maria, na sala



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

de desmancha das Flores, na reconversão da Estrada Rochela/Lagoa na Graciosa, no novo acesso e ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas ou no Porto do Topo em São Jorge, na Nova Escola Secundária das Lajes do Pico, na Gare Marítima de Passageiros do Porto da Horta, na comparticipação para a Avenida Marginal da Praia da Vitória ou no Parque de Exposições da Terceira, na Escola da Ponta Garça, em Vila Franca do Campo, ou na rede viária de São Miguel.

Quando a mensagem determinada era de que com este Plano e cito se concretizava os compromissos eleitorais do PS, conclui-se claramente que fica muito cumprir e que o marketing político deste Governo ávido, ou melhor superávido, de protagonismo não consegue iludir.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Este Governo socialista de 8 anos tinha mais quatro oportunidades para cumprir as promessas da ilusão.

Com este Plano o PS e o Governo perderam a primeira oportunidade de cumprir o que prometeram.

Por isso mesmo, e para darmos consequência séria às nossas palavras apresentamos propostas de alteração ao Plano Anual para 2005 que concretizam todos os citados incumprimentos do Governo.

Mas com o sentido de responsabilidade que a nossa acção exige, não inventamos verbas ou aumentamos as despesas.

Genericamente, reduzimos as despesas dos Gabinetes do Senhores Secretários Regionais em 4,92%, não pondo assim em causa a sua funcionalidade, tendo, de resto, em conta que no ano transacto não foi executado mais de 95% daquilo que estava previsto neste âmbito, e baixamos várias despesas de funcionamento que estão presentes no Plano.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

No fundo e na verdade, dando mais verdade ao Plano, na medida em que passamos para despesas de investimento aquilo que estava previsto como despesas de funcionamento.

Por outro lado, na nossa óptica alguns programas que concretizariam uma diferente ideia de Região e um distinto conceito de Desenvolvimento não estão devidamente dotados.

Entendemos que deveria haver uma redução de 20% no preço das passagens aéreas inter-ilhas, através do aumento das indemnizações compensatórias à SATA.

Com o alcance social de tal medida, que abrange residentes e não residentes cerca de 381.000 por ano) e com efeito económico de promover o turismo, dar-se-ia um passo importante no sentido da aproximação sócio-económica das várias parcelas dos Açores, que deveria constituir desiderato fundamental de qualquer estratégia de intervenção política na Região.

Na perspectiva social que temos do desenvolvimento, na importância para o crescimento da nossa sociedade que os equipamentos para os mais jovens e para os mais idosos têm, na qualidade de vida que do princípio ao fim da existência todos têm direito, acrescido na medida das fragilidades, propomos o reforço em 30% das verbas para o apoio a equipamentos para a infância, juventude e idosos.

Considerando o drama que é a toxicodependência e os efeitos nefastos que tem nas pessoas, nas famílias, nas comunidades, e na economia, julgamos prioritária uma intervenção significativa ao nível da prevenção, por isso propomos o aumento de 30% das verbas para essa área.

Entendendo que a Agricultura é um sector importante para a nossa sociedade e economia, e que a sua modernização é decisiva para o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

desenvolvimento, entendemos que a promoção do emparcelamento deveria ser entendida com maior significado financeiro, propondo um reforço de 100% da respectiva dotação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): *Só isso!*

O Orador: Diz o Sr. Vice-Presidente do Governo: “só isso”. Obviamente que entendemos que mais verbas seriam necessárias para atacar o flagelo tão importante como a toxicodependência.

Deputados José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*
Muito bem!

O Orador: No entanto, este Governo e o Partido Socialista tiveram a oportunidade de propor mais e no Programa de Governo que os senhores apresentaram, e que o Sr. é Vice-Presidente, tem menos do que aquilo que nós propomos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Muitas outras áreas suscitam a nossa preocupação e exigem outra abordagem pública, como a Saúde, a Educação, o Ambiente ou a Cultura.

No entanto, porque não nos compete fazer um integral Plano de Investimentos, porque nem temos responsabilidades de o executar, apresentamos contributos que se nos afiguram essenciais para auxiliar a acção governativa.

Com isso, mais uma vez, sem que isso fosse necessário, provamos que o PSD, de uma forma frontal, responsável e séria, critica quando está mal, aprecia o que está bem, mas apresenta propostas que melhorem a vida dos açorianos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Não está em causa o julgamento eleitoral que já foi feito em Outubro passado, está em causa, sim, o exercício legítimo, necessário e democrático de fiscalização, avaliação e acção da oposição.

E é necessário realçar a legitimidade da nossa acção.

Deputado Alberto Pereira (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Porque a vossa permanente postura parece pretender fazer crer que os 31 Deputados do PS estão aqui porque os açorianos quiseram mas os 19 do PSD estão aqui, se calhar e apenas, porque quisemos.

Deputados Mark Marques e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nada mais falso, pois e infelizmente é preciso lembrar, cada um de nós, os 31 do PS, os 19 do PSD, o Deputado do CDS-PP e o deputado independente, todos nós estamos aqui porque os açorianos escolheram porque os açorianos assim quiseram sem diferença de legitimidade ou direito democrático.

Com algumas boas intenções, com certas concretizações que merecem a nossa aprovação, mas pela sua generalidade, por não ambicionar um Futuro melhor, por reduzir o investimento nalguns objectivos, por gastar significativamente mais nas despesas correntes do que no investimento, por pagar o Passado e não investir no Futuro, por não cumprir o que foi prometido estes documentos não merecem a nossa aprovação.

E é esta postura acomodada e de gestão de médias e probabilidades que marca este documento, sem o arrojo de encontrar e indicar novos caminhos de desenvolvimento com o próximo quadro Comunitário de Apoio, ou com uma nova Lei de Finanças Regionais que era a primeira prioridade do Programa Eleitoral do PS, passando a mera possibilidade aquando da discussão do Programa de Governo e agora é completa e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

propositadamente esquecida neste debate, ou com a aposta em sectores estratégicos para o nosso crescimento e auto-suficiência, como as relações externas, na potenciação a todos os níveis da nossa relação com o mundo, ou o decisivo sector energético ao nível do nosso imenso potencial no que concerne a energias renováveis, que escandalosamente nem mereceu uma única palavra do Senhor Secretário Regional da Economia.

É, no fundo, esta falta de olhar em frente, de querer mais e melhor e acreditar de que somos capazes de alcançar, de ansiar, procurar, buscar o Futuro, que falta aos documentos em análise, e que entendemos ser decisivo para as conquistas de amanhã.

Sabendo-se que nunca está tudo previsto, que nunca está tudo feito, e que não pode exigir-se tudo de uma vez, da nossa parte esperem sempre uma vontade imensa de ver os Açores a crescer, de sentir o desenvolvimento em cada uma das nossas nove ilhas, de cada vez que falarmos com um açoriano acreditarmos que se realiza na sua terra, de pensarmos e concretizarmos a cada dia e em cada lugar os Açores que não tendo uma única cor ou vontade todos nós legitimamente representamos.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não, Senhor Presidente da Assembleia; Não, Senhor Presidente do Governo; Não, Senhoras e Senhores Deputados; Não, Senhora e Senhores Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Este espaço, onde nos encontramos em tão trabalho e gostoso dever, não é um aquário nem uma estufa, nem é só lugar, diga-se, para apresentar relatórios, vulgo actas.

Não é, não pode, nem deve ser, – do domínio da ficção científica, da irrealdade, nem de qualquer artificialismo, que porventura o espaço possa sugerir.

Aqueles que aqui se encontram – apesar da voltagem eléctrica e do condicionado -, são os legítimos representantes do povo açoriano.

Democrática e legitimamente eleitos. Sem contestação material ou de processualismo eleitoral e que devem, por isso mesmo, com vigor e paixão, tirar toda a virtualidade do palco parlamentar.

Por isso mesmo – apesar das dificuldades de transmissão fidedigna daquilo que, por vezes, aqui ocorre, com transparência e lealdade, ao povo que servimos – o momento actual é indissociável das cruas realidades, políticas, partidárias e de conjunturas sociais.

No momento em que discutimos – e vamos aprovar – o Plano e Orçamento para 2005, bem como as Orientações de Médio Prazo 2005-2008, propostas pelo Governo Regional, fazêmo-lo num quadro em que a realidade política nacional afastou, por indecência e má-figura, a Coligação de Direita (em “reprise” de farsa) do Governo da República; em que o Pacto de Estabilidade foi revisto e flexibilizado; em que se discute o próximo Quadro Comunitário de Apoio e o papel das Regiões Ultraperiféricas Europeias.

Fazêmo-lo, também, num quadro político-partidário muito concreto e definido a nível regional: o da estrondosa derrota da Coligação e suas sequelas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

À direita, a dissidência de um deputado, que, conjugada com a derrota nacional, levou a um realinhamento estratégico e autónomo do PP-Açores, onde a experiência política e carisma do seu líder histórico, aliada à sua destreza táctico-negocial, será fundamental à sobrevivência do seu partido nos Açores.

A situação do PSD-Açores é mais dramática. A derrota histórica, mas ainda traumática de 1996, e a sua massiva e sucessiva repetição, tem levado também a sucessivos e dramáticos ajustes internos, e já ninguém duvida que o seu D. Sebastião soçobrou no Alcácer-Quibir regional – as eleições de Outubro de 2004.

Ninguém melhor do que o próprio sabe disso. E passou a agir em conformidade.

Já ninguém, de bom-senso e razoável formação, duvida que a recandidatura de Victor Cruz foi o estratagema, imposto pelas duras circunstâncias, de continuar a permitir uma fuga, ao nível da sua carreira política, para o espaço nacional.

As escandalosas ausências de Cruz, logo após a sua reeleição partidária, da cena política regional, de que esta importante reunião plenária é a prova cabal...

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado.

O Orador: ... (e onde só fez que veio, perante o peso do assobio das últimas jornadas parlamentares do GPPS), traduzem uma indesmentível realidade: o PSD-Açores já não tem líder, está em instável co-gestão de jovens turcos – e Cruz só aceitou pagar o preço da responsabilidade política pelos resultados das próximas autárquicas por troca com quatro anos de contrato na República, que a maioria absoluta do PS garante.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Esta é a verdade. O PSD-Açores está sem líder. Após a derrota nas próximas autárquicas, e afora o episódio das eleições presidenciais (em termos de danos político-partidários regionais, entenda-se) afinam-se as ambições e as facas “laranja”, para a disputa da liderança que corresponderá ao oásis eleitoral 2006-2008.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Até lá teremos uma oposição a prestações, dando de si e das suas obrigações democráticas – esta confrangedora imagem. O PSD ainda amarga vinte anos de semi-despotismo de fachada democrática. Esta turma dirigente ainda é a Baby-Bosco. Com crescimento interrompido por precoce falta de colo. Eternamente amarga e confusa pela falta do afago do poder, a que julgavam ter direito a progredir, como na função pública;...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mau gosto.

O Orador: ...poder que julgavam seu por inércia, e que o povo sábia e claramente retirou, por dobradas razões: a saturação do pai, primeiro; e o desprezo pelos reclamados e tantos herdeiros, cuja vacuidade e prosápia sempre foram mais certas do que as dubitativas virtudes e competências.

Sr. Presidente da Assembleia; Sr. Presidente do Governo; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta realidade enformadora da actual situação política açoriana ficou – repito - claramente radiografada neste debate.

Esta a verdade que, com realismo e honestidade intelectual, qualquer representante do povo tem o dever de apregoar.

Por tudo isto – e não por episódica habilidade parlamentar -, quando, durante a presente sessão, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, assumindo de facto o comando das desmobilizadas tropas do PSD, tentou



uma impossível fuga para a frente, em desesperada e impossível moralização das suas esfrangalhadas hostes partidárias, lembrei-lhe um necessário retrato político, o estado do PSD-Açores, glosando um famoso poema de Drumond de Andrade. Com repentismo e improviso.

Deputado Mark Marques (PSD): Outro!

Deputado Alberto Pereira (PSD): Outra vez?!

O Orador: Por tal razão, não recordei então – falha de que me penitencio – que tal poema tem duas partes e sete versos. Em adaptação livre, fiquei-me pela primeira. Em tributo democrático, há que reconhecer, que o principal partido da oposição merece a adaptação integral. Cá vai, com a devida vénia. O título é : “Quadrilha.

José Manuel amava Clélio, que amava Pedro, que amava Victor, que amava Berta...que não amava ninguém.

José Manuel não foi para a Europa, Clélio não vai para a Câmara da Praia,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Que grande nível! Muito bem fica para quem representa os Açores.

O Orador: ... Pedro morreu na Comissão Eventual, Victor ficou em Lisboa, ninguém se suicidou (graças a Deus!)... e Berta não entra na História. (Com H grande, note-se!)”.

Deputado Costa Pereira (PSD): Que vergonha!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia; Sr. Presidente do Governo; Sras. e Srs. Deputados; Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar do atrás exposto, e talvez por causa disso mesmo, a presente reunião plenária foi verdadeiramente importante – pelo menos para aqueles, que são e serão cada vez em maior número, que entendem as



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

coisas da Cidade como estando acima das trocas de favores e da percepção e precisão de subsídios...

Discutiu-se e aprovou-se a revisão da nossa Lei Eleitoral. Por ampla maioria, espelhando um alargado consenso social, parlamentar e extra-parlamentar. Apesar de alguma comunicação social, ter confundido consenso com unanimidade.

Também alguns afirmaram que esta Assembleia aprovou a proposta do Partido Socialista. E a proposta aprovada é, de direito e regra parlamentar, do Partido Socialista e do Partido Popular. De resto, os trabalhos da Comissão respectiva foram pública e amplamente divulgados. Por isso mesmo, todos sabem que a proposta aprovada não é só do partido da maioria, e não foi aprovada sem alteração de uma vírgula, antes sendo uma amálgama das três propostas presentes à respectiva Comissão.

Também nós gostaríamos, apesar de tudo, que este amplo consenso fosse ainda mais *imenso*.

Passemos adiante, e ao relevante: foi pois aprovada uma alteração cirúrgica mas de grande alcance ao nosso sistema eleitoral, que no próximo dia 11, e em tempo, uma deputação desta Assembleia fará entrega, formal e solene, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, o açoriano Jaime Gama.

Esta reunião plenária também serviu e servirá ainda para a discussão e aprovação dos documentos consubstanciadores das propostas de orientação de médio prazo 2005-2008, Plano e Orçamento de 2005.

São documentos estratégicos cuja importância, por reconhecida, dispensa justificações. Detenho-me então nas suas grandes linhas de orientação.

Desde logo, tendo presente que os documentos em análise são absolutamente coerentes com o Programa que o Governo tempestivamente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

apresentou a esta Assembleia, e por ela foi sufragado. Na sequência, aliás, como é bom de ver, lógica e genética, dos compromissos eleitorais que o Partido Socialista contratualizou com os açorianos.

É certo que, na sequência das novas regras atinentes ao Sistema Regional de Planeamento, tempestivamente aprovado nesta Assembleia por unanimidade, o Plano de Médio Prazo, *quo tale*, desapareceu, dando lugar às Orientações de Médio Prazo (OMP).

Alguns, porém, carentes e saudosos de verem todos os seus caminhos em letra de forma, logo se tentaram, no argumento fácil e choro demagógico, de incumprimentos putativos e propagandas fáceis. Como se os compromissos do governo não fossem de legislatura. O desmame do argumento primário dará lugar, estamos certos, a um novo tipo de agentes políticos fiscalizadores, que fará esquecer, sem saudade, os guarda-livros de pequenas, médias e grandes empreitadas.

As OMP perspectivam confiança e estabilidade: os indicadores do investimento, produtividade, emprego e rendimento disponível crescerão a taxas superiores à média nacional e comunitária, garantindo a convergência, real e nominal, com a República e a União Europeia.

O objectivo assumido é o de prosseguir uma estratégia global de desenvolvimento, com crescimento económico, pleno emprego, coesão social e rigor e equilíbrio nas finanças públicas – sem qualquer endividamento directo da Região.

O objectivo sonhado é o do investimento público ser na íntegra suportado pelas receitas próprias da Região, transferências da União Europeia e do Orçamento de Estado, enquanto as despesas de funcionamento da Administração Regional serão financiadas pelas receitas próprias da Região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Tudo isto é possível face à evolução favorável das nossas receitas próprias, quer pelo crescimento dinâmico da actividade económica regional, quer pela mais rigorosa precisão e reivindicação na determinação das receitas que nos cabem e a transferir. Essa postura reivindicativa e ganhadora, é responsável pelo superavit do ano transacto, que tanta impressão faz aos herdeiros-sucessores da guerra das bandeiras.

Vamos continuar – pois – a impulsionar o crescimento económico, o aumento do emprego, a consolidação das nossas finanças, a contenção da dívida pública e um crescimento sustentado do investimento, público e privado.

Continuando a apostar nos sectores tradicionais da nossa economia. No turismo e na captação de investimento externo reprodutivo e com incorporação de capital tecnológico. Garantindo e reforçando a coesão social, a igualdade de oportunidades, combatendo as velhas e novas formas de pobreza e de exclusão social; o investimento continuado em infra-estruturas da saúde, no prosseguimento das políticas de informatização do SRS e da telemedicina – um investimento departamental que crescerá cerca de 70% - são bem elucidativos acerca da aposta nos sectores sociais.

A aposta no capital humano, na vertente da formação, inovação e tecnologia, com repercussão multiplicadora na economia; o reforço da nossa identidade, através da inserção social, cultura e mobilidade – perpassam igualmente de forma qualitativa e quantitativa pelos documentos que analisámos.

Sr. Presidente da Assembleia; Sr. Presidente do Governo; Sras. e Srs. Deputados; Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

É pena que a auspiciosa realidade, consubstanciada nos documentos ora em análise, tenha merecido da oposição, uma análise destrutiva, preconceituosa e simples. Por vezes mesmo simplícia. O que só prova que há tradições que é preciso rever.

E se é verdade que tal comportamento confirma o diagnóstico acerca do seu estado, real e moral, de grupo cujo pastor está fora, a fazer pela vida – ainda assim se há-de dizer e repetir que a sua completa baralhação táctica, de votar contra e apresentar propostas de alteração – sempre as mesmas propostas de alteração: demagógicas e irrealistas; sempre os mesmos números de circo; sempre a tentação pelos mesmos planos soviéticos: reduzir o preço de bens e serviços à custa do erário público; propor bodos à custa dos malfadados Gabinetes – saberão ao menos, a propósito, os senhores deputados do PSD que este trauma é puramente mimético, e remonta ao longínquo orçamento de 1992?

Assim vai o PSD. Lá e cá.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não vai, não.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E os Açores?

O Orador: Pela nossa parte, vamos continuar a esperança e vamos continuar a cumprir. Com renovada força e determinação. Aprovando. Evoluindo. Mudando. Com coerência, juntando velhos e novos protagonistas.

Porque temos um rumo. Temos muitos obreiros que abraçam a tarefa. E, sobretudo, temos um referencial de estabilidade, competência, experiência e carisma: Carlos César.

E afora a bondade dos perenes princípios e o génio político da liderança, continuamos prontos para evoluir e rediscutir quase tudo, porque os açorianos estão primeiro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos: Cabe-me, como Presidente do Governo, proceder ao encerramento, nesta ocasião, dos debates parlamentares, que nos ocuparam estes últimos três dias, sobre as propostas, por nós apresentadas, do plano de investimentos e do orçamento para 2005 e das orientações de médio prazo que enformarão a actividade governativa e influenciarão a evolução da nossa vida económica e social nos próximos quatro anos.

Bem sei que na tradição parlamentar de apreciação e votação destes documentos, particularmente na sequência imediata de um acto eleitoral que deixa sempre sequelas entre o partido vencedor e os vencidos, não é fácil para a oposição disponibilizar-se para o diálogo com o governo e, sendo assim, ainda mais difícil é, para o governo, satisfazer as pretensões da oposição. Neste caso, a tarefa do governo era mesmo impossível já que o principal partido da oposição, ainda antes de iniciada a discussão no parlamento, anunciou que, apesar de ter a intenção de apresentar propostas de alteração aos documentos em análise, iria votar contra todos eles – mesmo que as suas propostas de alteração fossem aprovadas e quaisquer que fossem os esclarecimentos e correcções que o governo promovesse. Nem o apelo feito há dias pelo Doutor Reis Leite, Presidente da Mesa do Congresso do PSD e antigo Presidente deste Parlamento, que aconselhava



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

todos os quadrantes políticos a apoiar as nossas propostas de planeamento com mais entusiasmo, demoveu a oposição.

Sem um rumo certo, o principal partido da oposição acusa-nos de não fazer reflectir na estrutura dos planos de investimentos compromissos que assumimos perante o eleitorado, mas, simultaneamente, fundamenta o aviso prévio do seu voto contra na incompatibilidade política dos projectos eleitorais de ambos os partidos. Ou seja, de forma curiosa, o maior partido da oposição mostrou ainda não ter decidido se quer ser o melhor zelador dos compromissos eleitorais do partido do governo ou se quer ser o maior opositor do programa governamental.

Deputados Francisco Coelho e José San-Bento (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A verdade é que, enquanto a oposição não se decide, quem não deve nem pode esperar é o governo e o partido que o apoia, os quais assumem, perante os Açorianos, os compromissos concretos, plasmados nos documentos que serão aprovados dentro em pouco, que asseguram a continuidade inovadora e o espírito reformista com que temos vindo a trabalhar nestes últimos oito anos.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Tais foram as transformações positivas ocorridas nesse período que já não vale a pena compararmos os nossos Açores com aquilo que se passava em 1996, quando recebemos uma Região falida, estagnada e sem perspectivas. Hoje, mau grado muitas insuficiências e algumas fragilidades, multiplicam-se sinais vitais, na nossa sociedade, de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

confiança, de entusiasmo ou de esperança, reconhecendo-se um percurso de recuperação e desenvolvimento, ou, perante as dificuldades, de certeza em as amenizar ou superar.

Os Açorianos, os agentes económicos e sociais, identificam, com facilidade, o modelo de desenvolvimento que foi traçado; sabem, os empresários, que podem e têm que investir e gerir com qualidade os seus negócios; sabem que cabe ao governo, sem hesitar, a função de os apoiar, de promover o embaratecimento dos custos e a facilitação dos circuitos da economia; sabem que as nossas finanças públicas são cuidadas dia a dia, para não nos faltarem quando delas continuarem a precisar e não acontecer a desgraça que vai actualmente pelo País; sabem que, perante as mais recentes dificuldades dos sectores tradicionais da nossa economia, particularmente na agricultura, no sector conserveiro ou no comércio tradicional, respondemos, prontamente, com o reforço orçamental dos apoios governamentais à sua modernização, capitalização, competitividade e diversificação. Sabem, os Açorianos, que nos comprometemos a abrir um novo eixo de desenvolvimento e emprego com o turismo, e que ele aí está a crescer ano após ano; sabem que, todo esse movimento de definição reestruturadora é assente num enorme esforço requalificador dos recursos humanos e das práticas ambientais, num quadro fortemente assegurador dos meios de protecção e de inclusão sociais; sabem que o governo sabe que a melhor forma de transmitirmos sustentação à nossa Autonomia Açoriana, que está a ser ampliada nas suas competências e atribuições próprias, é através dos êxitos acumulados pelo nosso sistema de auto governo, pela melhoria da nossa capacidade de fazer bem e de forma sustentada e duradoura.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Contamos, nos próximos quatro anos – se se mantiverem os indicadores actuais de referência de financiamento do investimento público e de apoio ao investimento privado – assegurar a manutenção do crescimento dinâmico da nossa economia e da produtividade, prosseguindo a convergência nacional e europeia que iniciámos em 1998 e 1999, aumentando a população empregada, que já cresceu cerca de 20% nos últimos oito anos, melhorando o rendimento das famílias, como tem acontecido também neste período, ao contrário do que aqui foi afirmado pelo Sr. Deputado do PP, e cumprindo o que anunciámos aos Açorianos nas últimas eleições regionais. Os compromissos assumidos, comigo são para cumprir. Sei – todos o sabemos – que surgem, com frequência, contratempos que prejudicam a concretização de projectos, ou circunstâncias que alteram prioridades, desaconselham, por vezes, os caminhos inicialmente traçados ou suscitam a necessidade de avançar com medidas ou investimentos não previstos. A função de um Governo, atento e inovador, é, exactamente, a de nunca recusar essa capacidade de reelaboração. Nesses casos, devidamente fundamentados, assumiremos, tal como o fizemos no passado, a responsabilidade de os explicar perante os Açorianos.

Contamos, de igual modo, com efeitos positivos nos Açores através da recuperação da grave situação em que se encontra a economia continental portuguesa, mas, entretanto, não aceitaremos que da boa gestão das finanças públicas regionais e dos sucessos que temos conseguido na evolução dos principais indicadores económicos e sociais, venhamos a ser penalizados, como já estava a acontecer, por medidas onerosas que se mostram necessárias, exclusivamente, pelos maus resultados da má gestão que caracterizou, nos últimos anos, a administração central.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Apesar do peso decrescente das contribuições directas do Estado para a despesa pública regional ser também resultante do crescendo de receitas próprias da Região, a verdade é que os últimos governos de Portugal têm-se afastado cada vez mais das suas responsabilidades face às regiões insulares. Acumulam-se, todos os meses, problemas dos Açores que estão pendentes do apoio do Governo da República, ou mesmo que a este compete por inteiro resolver; acumulam-se os incumprimentos e as dívidas à Região, sejam de receitas fiscais e de transferências ao abrigo da Lei das Finanças Regionais, sejam de verbas da convergência do tarifário eléctrico, da ADSE, do Totoloto, do Euromilhões, da segurança social, da rede de leitura pública, do apoio judiciário ou de protocolos, entre outros, da luta contra a droga e contra a toxicodependência. Protocolos com o Instituto Nacional de Habitação para construção de habitações sociais foram inviabilizados, a participação apoiada de atletas e de formações desportivas em competições nacionais vai sendo abandonada, o acesso a fundos comunitários alocados ao Continente e não aproveitados é-nos negado com prejuízo para próprio País, investimentos aeroportuários e na navegação aérea são sistematicamente adiados, continuamos sem acesso à base de dados dos nossos contribuintes fiscais e em questões como o Acordo das Lajes e a complementaridade gratuita do Serviço Nacional de Saúde pouco ou nada progredimos. É momento, pois, de reequacionarmos esses e outros aspectos, procurando um novo encontro de soluções, agora que o País também escolheu um novo rumo.

Quero ser muito claro com todas as senhoras e senhores deputados e com os Açorianos em geral neste assunto: em Novembro passado, afirmei que o Governo Regional não faria nunca oposição partidária ao então Governo da República, tal como não admitiria que este lha fizesse com a presunção



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

de transformar os Açores num terminal das suas ambições políticas hegemónicas. Pois bem, mudado o interlocutor importa dizer que aqui não mudamos de política: importa dizer que não subordinamos a concretização dos interesses dos Açores à natural solidariedade resultante da actual similitude partidária entre os governos regional e da República, nem admitiremos que os Açores se transformem num ancoradouro tranquilo para o esquecimento ou as desconsiderações da administração central.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Lembro, mais uma vez, que, ao contrário da oposição ao governo neste parlamento, não me candidatei a estas últimas eleições regionais em coligação com o Governo da República – candidatei-me, sim, em “Coligação com todos os Açorianos”.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs.

Deputados:

O Governo Regional apresentou, mais uma vez, a esta Assembleia um Orçamento equilibrado, cumprindo o estipulado quanto ao endividamento zero e desenvolvendo o maior esforço de informação e transparência, quer no que se refere à estrutura das receitas, quer no que toca à origem e descrição dos investimentos. Tal como no passado, voltamos a evidenciar duas tendências positivas: a da contenção dos gastos correntes de



funcionamento da Administração Pública Regional e a da afectação de um volume crescente de recursos financeiros para as despesas económicas e sociais de investimento.

Com o propósito de agilizar procedimentos e descentralizar funções específicas de gestão e de investimento – e, à semelhança do que acontece no País, na Europa e a outros níveis da administração como as autarquias locais açorianas – temos canalizado, e vamos continuar a fazê-lo, muitas iniciativas, investimentos e funções através de sociedades anónimas de capitais públicos, ou maioritariamente públicos. O Plano e o Orçamento da Região para 2005, bem como as participações europeias associadas, ilustram que, também nestes casos, onde a boa gestão será sempre essencial, a saúde financeira e a satisfação de compromissos estarão sempre garantidas. Propicia-se, assim, um crescimento de dinamismo em clima de estabilidade, reforçando a confiança entre os agentes económicos, auditados e comprovados que estão os índices de segurança e de credibilidade das nossas finanças públicas pelas mais prestigiadas organizações internacionais da especialidade.

Com o propósito de animar as economias mais frágeis das nossas ilhas, com mercados mais reduzidos, o Governo está a tomar medidas e iniciativas legislativas que proporcionarão uma majoração selectiva dos incentivos financeiros e fiscais às empresas e, também, programando parcerias com privados para a revitalização de investimentos de alto valor estruturante e reprodutivo para essas economias locais. Ao nível de determinados tarifários públicos, com conexão directa com as actividades económicas nessas ilhas, poderão, igualmente, ser introduzidas diferenciações positivas. Monitorizaremos, de forma cuidada, o impacto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

microeconómico desses esforços, introduzindo, ao longo do tempo, as modificações que se mostrarem adequadas.

Sras. e Srs. Deputados:

Repetidos que foram, ao longo destes três dias de debate, os vectores estratégicos e os objectivos estruturantes que tipificam o planeamento para este quadriénio, não vos escondo, neste momento, quanto gostaria e quanto me esforçarei para que, em alguns aspectos sub-sectoriais, ganhemos outra dimensão concretizadora e outros avanços.

É preciso fazer sempre mais.

- Vejo aumentar o emprego na nossa Região, mas quero que se criem progressivamente mais condições para reforçar a empregabilidade dos nossos jovens licenciados e das mulheres;
- Vejo cada vez mais jovens e mais activos com formação profissional específica, mas tem que haver maior produtividade e melhores remunerações no trabalho especializado;
- Vejo surgirem mais e melhores iniciativas empresariais e mais apoios do governo, mas é preciso acelerar ainda mais a fluidez da análise e processamento dos incentivos e avaliar permanentemente a sua aplicação e os seus efeitos;
- Vejo o impacto ascensional das nossas políticas de promoção do turismo, mas quero que elas tenham todos os efeitos possíveis, compatibilizáveis com os interesses dos operadores privados, nas ilhas mais pequenas;
- Vejo o enorme avanço que conseguimos no transporte aéreo e marítimo entre as ilhas, mas particularmente neste último, quero mais eficiência e mais qualidade nos serviços prestados;



- Vejo, com muito agrado, as melhorias na produção, distribuição e tarifário eléctrico, mas quero que a aposta nas energias renováveis seja determinante no investimento do sector;

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: - Vejo que conseguimos operar uma importante requalificação e rejuvenescimento no efectivo dos funcionários e agentes da administração pública, mas são necessários objectivos de gestão, simplificações procedimentais e controlo de eficiências em muitas áreas;

- Vejo que emerge nos Açores uma cultura de protecção ambiental, mas é imprescindível uma maior participação e responsabilização, não apenas do governo, mas dos cidadãos, das empresas, das organizações não governamentais, das associações profissionais e das instituições de investigação; vejo como desafios irrecusáveis desta legislatura a implementação dos Planos Especiais de Ordenamento das Bacias Hidrográficas e os da Gestão de Resíduos;

- Vejo como melhorámos a vida, a actividade e as infra-estruturas que servem os nossos pescadores, mas quero que aproveitemos as oportunidades de financiamento que conseguimos para a modernização da frota e que aproveitemos também todo o potencial de assessoria e orientação do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, bem como avançar, o mais depressa possível, na certificação do pescado;

- Vejo que é preciso dar passos mais seguros na certificação da carne dos Açores, na reestruturação da vinha, no incentivo a culturas tradicionais que podem reganhar peso e rendimento, na diversificação produtiva, no redimensionamento das explorações agro-pecuárias, na sanidade animal e



vegetal e na valorização de sinergias entre a produção, a transformação e a comercialização nas fileiras do leite e da carne;

- Vejo que a nossa Região tem sido exemplar no aproveitamento dos fundos e programas comunitários que lhe têm sido disponibilizados, mas quero que se faça um grande esforço de controlo de execução no período entre o III Quadro Comunitário de Apoio e o seguinte, em 2006 e até 2008, para que não se percam fundos, e que o Governo da República nos apoie activamente, no plano negocial, para uma definição vantajosa do novo período de programação entre 2007 e 2013;
- Vejo o progresso extraordinário que se operou nas nossas estradas, mas quero que esta legislatura seja marcada pela conclusão da regularização de toda a rede viária principal e com o avanço do projecto das SCUTS conforme está programado;
- Vejo que nenhum outro governo proporcionou mais habitação aos açorianos do que aquelas que foram proporcionadas pelos governos a que tenho presidido, mas é imprescindível continuarmos neste 4 anos com essa marca positiva da nossa governação;
- Vejo como saltámos da incipiência e desarticulação do sistema regional de protecção civil para altos níveis de investimentos e eficiências, mas quero que avancemos para os Planos Especiais de Emergência e para uma verdadeira Emergência Médica;
- Vejo a necessidade de prosseguirmos as políticas inclusivas da sociedade de informação;
- Vejo que fizemos reformas profundas no sistema educativo e uma excepcional reestruturação do parque escolar, mas tem que haver um maior acompanhamento e avaliação da qualidade da prestação do ensino e



um maior esforço para o sucesso escolar com a execução de projectos individuais nas escolas e nas famílias;

- Sei que até a oposição reconhece o valor do nosso trabalho nas áreas da protecção social, mas quero mais centros de actividades ocupacionais para pessoas com deficiência e um plano de eliminação de barreiras arquitectónicas nos acessos a serviços de atendimento da administração pública; quero mais fiscalização em todas as instituições de acolhimento; mais apoio aos imigrantes;

- Vejo que a acessibilidade aos cuidados de saúde tem aumentado, mas quero mais médicos espalhados pelas nossas ilhas nestes próximos quatro anos e mais serviços de telemedicina; quero mais acesso médico na recuperação dos toxicodependentes e que sejam melhor apoiados na sua reinserção social e profissional;

- Vejo que, correspondendo ao acréscimo de verbas para a Cultura nesta legislatura, temos que avançar mais na acessibilidade à fruição de bens e manifestações culturais e dar mais apoio à criação artística.

Em geral, precisamos de preconizar a qualidade, a auto-avaliação, os mecanismos inspectivos e fiscalizadores, a ética, a moralização, o respeito pela lei e a cidadania.

Os nossos desafios mais decisivos estão claramente identificados. Importa continuar a trabalhar, com a máxima competência, com todo o entusiasmo.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados,
Açorianas e Açorianos:

Há oito anos que o PSD é, nesta Assembleia, fiel a si próprio: deixou, em 1996, a Região no caos, e, todos os anos, como ouvimos agora há pouco, anuncia, felizmente sem sucesso, o caos da Região.



Deputado Clélio Meneses (PSD): Ninguém disse isso. O senhor queria que o tivessem dito.

O Orador: Ano após ano, desde 1996, com o apoio renovado do Povo Açoriano, conseguimos empreender a recuperação e a confiança nos Açores.

Construímos, dos alicerces, um clima justificado de optimismo e, a todo o momento, prosseguimos nesse caminho, ouvindo respeitosa e nunca desanimando perante as profecias apocalípticas da oposição.

Cá estamos, cá estaremos nestes próximos quatro anos, a lutar, com todas as nossas forças e com indestrutível paixão pelos Açores, pelo progresso da nossa terra e pelo bem-estar dos nossos concidadãos.

Viva os Açores!

Muito obrigado.

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, terminadas as intervenções finais, vamos suspender os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 19 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, agradeço que ocupem os vossos lugares para prosseguirmos com os nossos trabalhos com as votações destes documentos.

(Eram 20 horas e 30 minutos)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Vamos fazer uma primeira votação para as Orientações de Médio Prazo 2005/2008.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orientações de Médio Prazo para 2005/2008, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos agora à votação, na generalidade, do Plano para o ano de 2005.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional - Plano Regional Anual para 2005, na generalidade, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos passar à especialidade, Programa 1.

Para este Programa existem propostas de alteração do PSD e do Sr. Deputado Independente.

Está aberto o debate sobre este Programa 1 e as propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Presidente, eu ia suscitar a possibilidade de fazer a apresentação das propostas de alteração do PSD de uma só vez e em bloco, para evitar apresentar uma a uma.

Elas já foram apresentadas em termos de intervenção final, mas só sinalizava a nossa postura a nível deste debate e desta votação, apresentando as propostas, com a sua permissão.

Presidente: Eu não tenho nada a opor. Faça o favor.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

De resto, como já foi apresentado na intervenção que encerrou o debate da parte do Grupo Parlamentar do PSD, entendemos que o nosso contributo neste debate e neste momento da vida açoriana, que é a aprovação do Plano e Orçamento Anual para 2005, é consequência prática à nossa apreciação crítica dos documentos.

Era fácil criticar por criticar. Se calhar era isso que esperavam. No entanto criticamos, elogiamos o que está bem e apresentamos propostas que, no nosso entender, melhorariam os documentos.

Com isso não queremos obrigar ninguém a votar a favor, queremos apenas dar o nosso contributo e o Grupo Parlamentar do PS irá agir conforme for a sua consciência.

Nessa medida apresentamos 5 propostas sectoriais e transversais.

Uma delas implica a redução das passagens aéreas inter-ilhas no valor de 4,1 milhões de euros, através do aumento das indemnizações compensatórias à SATA;

Propomos o reforço de 30% das verbas destinadas à prevenção e tratamento da toxicod dependência;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O reforço de 30% das verbas destinadas aos apoios financeiros para a iniciativa privada na área da terceira idade;

Reforço de 30% das verbas destinadas aos apoios aprovados nas áreas da infância e juventude, nomeadamente creches e jardins-de-infância;

O reforço de 100% para a reestruturação fundiária e destinada ao reordenamento agrário; e

Um conjunto de outras medidas que visam promover políticas de coesão e desenvolvimento das ilhas que passo a citá-las, uma vez que já foram enunciadas:

- Pavimentação da Estrada Leste, no Corvo;
- Recuperação da zona histórica de Vila do Porto em Santa Maria;
- Sala de desmancha das Flores;
- Reconversão da Estrada Rochela/Lagoa, na Graciosa;
- Novo acesso e ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e o Porto de Topo em S. Jorge;
- Nova Escola Secundária das Lajes do Pico;
- Gare marítima de passageiros do Porto da Horta;
- Comparticipação para Avenida Marginal da Praia da Vitória e o Parque de Exposições, na Terceira;
- Escola de Ponta Garça, em Vila Franca do Campo; e
- Intervenção na rede viária de S. Miguel.

Estas propostas que fazemos têm fontes de financiamento ao nível das despesas de gabinete dos Membros do Governo.

Faço lembrar que estas nossas propostas não visam, de modo nenhum, antes pelo contrário, inviabilizar a acção dos gabinetes dos Srs.

Secretários.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A percentagem de redução que nós propomos é de 4,92%. Ora, e recorrendo ao histórico mais recente, o ano anterior, não houve uma execução de mais de 95%, o que quer dizer que é sustentável a nossa proposta de envolvimento destas verbas.

Para além disso, também recorreremos àquilo que consideramos que são despesas de funcionamento e que estão previstas no Plano, visando assim também dar verdade ao próprio Plano, considerando que o Plano é verdadeiramente para investir.

Sendo assim, entendemos que o melhor investimento será aquele que distribui harmonicamente por todas as ilhas dos Açores, sinalizando que o PSD entende o desenvolvimento dos Açores baseado em cada uma das nove ilhas. Esta é a nossa proposta.

Sem prejuízo do debate que se seguirá, entendemos que poderia ser mais vantajoso, em termos de tempo, apresentar em conjunto as propostas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de iniciar a abordagem a esta questão, porque estou realmente estupefacto com o que aqui se está a passar em termos de propostas de redução das despesas ditas correntes e digo-o, muito sinceramente, com muita pena minha.

O Governo está sempre disponível para encontrar propostas de redução das despesas de funcionamento e das despesas correntes, como provou no Orçamento para este ano em que as despesas correntes aumentam apenas 10,57%. Agora, o Governo não pode estar disponível é para analisar propostas que têm duas características: são irresponsáveis e impossíveis de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

realizar, porque os senhores fizeram uma coisa que ninguém com responsabilidade pode fazer, que foi chegaram a uma classificação orgânica e propuseram uma redução percentual e não trataram de saber ou conhecer o que é que corresponde essa classificação orgânica, em termos de classificação económica.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Quantos assessores o senhor tem?

O Orador: No gabinete do Vice-Presidente os senhores propõem uma redução de 2,5 milhões de euros, o que representa mais do que as despesas de pessoal do gabinete do Vice-Presidente. Se fosse aplicada a despesas com pessoal, durante um ano ninguém receberia.

Deputado Pelo Gomes (PSD): O senhor disse neste debate que não havia dotação provisional.

O Orador: Poderia reduzir nas despesas com a ADSE, mas penso que não o querem fazer, nos encargos da dívida pública ou no montante associado ao complemento de pensões e ao financiamento da remuneração complementar, que os senhores tanto falam, e que esta proposta tem como consequência directa a sua redução substancial.

Meus senhores, é muito fácil dizer que se reduz nos gabinetes dos Membros do Governo, mas esquecem-se que os nos gabinetes dos membros do governo estão verbas que, ao contrário do que os senhores querem fazer parecer, não têm nada, mas nada a ver com o funcionamento do próprio gabinete.

Os senhores propõem também, por exemplo, uma redução de 719 mil euros no gabinete do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. Eu olho para a proposta deste ano e vejo que o aumento das despesas com pessoal é de 2,57% e o aumento proposto para os funcionários públicos foi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

de 2.2%. Não sei como é que podem cortar nesta rubrica. Só despedindo as pessoas.

Portanto, reduzir 719 mil euros duma dotação para aquisição de bens e serviços, que os senhores falam, que tem 1,171 mil euros, ficam cerca de 300 mil euros.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Vice-Presidente não se esqueça que é economista.

O Orador: Assim sendo, eu quero saber como é que funcionam 9 delegações das Obras Públicas, a manutenção dos equipamentos, o combustível, os materiais, com 300 mil euros.

Em alternativa os senhores propõem a redução de uma terceira rubrica que tem 3,581 mil euros para despesas correntes, que são as tais transferências para o Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O senhor é demagogo.

O Orador: Os senhores estão aqui a dizer que querem reduzir o montante de transferência para o Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores? Definam-se.

Os senhores o que fizeram foi pura demagogia.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É o que o senhor está a fazer.

Deputado Alberto Pereira (PSD): O senhor é mestrado nisso.

O Orador: Os senhores viram verbas no Gabinete do Secretário e pensaram: isto é para os Secretários, vamos cortar 20 ou 30% em todas elas, mas esqueceram de ver que sob essa classificação orgânica está associada uma classificação económica que tem rubricas que não têm nada a ver com esse funcionamento e os montantes que os senhores propõem só podem ter dois destinos: ou acabam com os gabinetes de funcionamento dos Membros do Governo e ninguém recebe durante um ano, ninguém



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

viaja, despede-se toda a gente, ou então vão cortar em despesas como a ADSE, como os encargos da dívida pública, como as remunerações complementares, a Protecção Civil, transferências para os fundos escolares ou para os diversos fundos em termos de funcionamento dos mesmos. É esse o conteúdo da vossa proposta e é isto que eu queria deixar aqui como alerta a esta câmara dos documentos que estão a propor.

Eu pediria no sentido de que esta discussão no futuro pudesse estar fora, que até pode ser positiva, mas que não pode inviezar em erros tão primários e tão básicos.

Das duas uma: ou se faz, porque são demagógicos e têm consciência da demagogia que estão a fazer, e isso é indisciplinável, ou então fazem-no e não sabem bem o que estão a propor, e isso é desculpável, e estamos aqui para vos ajudar e para vos esclarecer.

É esta a verdade e é este alerta que eu gostaria de deixar ficar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As justificações técnicas foram apresentadas e penso que são por demais evidentes até para leigos como eu.

Passemos às justificações políticas:

Srs. Deputados, as propostas de alteração do PSD enfermam dum pecado original, no qual, aliás, curiosamente o PSD é recorrente.

Nós estamos a ver um filme, uma reprise de pior qualidade, porque parece que há quem não aprenda daquilo que já vimos há um ano atrás e este



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

pecado original impede este Grupo Parlamentar, por muita boa vontade que tivesse, de apreciar os eventuais méritos ou deméritos das propostas do PSD. Há aqui uma questão liminar que nos impede de fazer isso e curiosamente nós até gostaríamos muito de fazer essa apreciação.

Nós gostaríamos, por exemplo, que o PSD nos explicasse por que é que pretendia introduzir no Plano uma via que é municipal, numa determinada ilha que não interessa agora para o caso. Gostaríamos de perceber isso.

Portanto, há aqui coisas que realmente não batem certo. Nós teríamos muito para falar sobre estas aparentes prioridades que aqui são introduzidas, mas porque não alinhamos em demagogia, temos que dizer-vos liminarmente que não há condições para as apreciar, porque elas não são sérias.

Como eu disse, este pecado original consubstancia-se num aspecto muito claro e objectivo que é o seguinte: os senhores enveredam pura e simplesmente por um corte horizontal, raso, cego e acrítico relativamente àquilo que são as dotações dos gabinetes e as duas votações que foram feitas há poucos minutos demonstram a seriedade com que o PSD entrou para este debate na especialidade.

Posto isto, o PSD ficará com a sua posição.

O Grupo Parlamentar do PS diz que por aqui não vai e recusa liminarmente entrar neste jogo.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É conhecida a coerência que o CDS/PP, ao longo dos anos, tem revelado relativamente a esta matéria.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

É nosso entendimento que, sob o ponto de vista técnico, e temos referido isso ao longo dos anos, não é fácil para quem está no papel de partido da oposição detectar efectivamente as zonas do Orçamento onde há a possibilidade técnica de fazer determinado tipo de alterações e a prova disso é que o próprio Governo aceita, eventualmente do Partido Socialista, determinado tipo de cortes, determinado tipo de reforços que correspondem a situações que presumo que são falhas detectadas.

Sob o ponto de vista político a posição histórica e conhecida do CDS/PP, para nos fazermos entender, é de que estaríamos em condições de apresentar um programa e um orçamento alternativo, mas entendemos que esta maioria é que tem a obrigação de assumir as suas responsabilidades perante o eleitorado açoriano.

No passado já tivemos oportunidade de participar em alterações, com algum significado, em programas e orçamentos do Governo, como é sabido, em processos negociais e em processos em que o próprio Grupo Parlamentar formou maioria nesta casa e, sob esse ponto de vista, introduziu coerentemente um conjunto de alterações aos Planos e Orçamentos.

Gostaria de referir que o CDS/PP identifica-se e está totalmente solidário com várias das propostas apresentadas aqui pelo Partido Social Democrata, desde logo uma delas constituiu bandeira e grande opção do programa eleitoral com que nos apresentamos às eleições em Outubro passado, nomeadamente a redução das passagens inter-ilhas.

Portanto, o CDS/PP acha que seria importante que o Governo Regional pudesse aceitar e reconhecer que algumas das propostas que aqui são feitas, merecessem também o reconhecimento da maioria, da mesma forma que reconhece propostas, pelos vistos, do seu Grupo Parlamentar,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

como é o caso da protecção da muralha da orla costeira da Vila da Praia da Graciosa. Se o Governo arranhou lugar para encaixar essa alteração, certamente que arranjará, se quisesse politicamente assumir, lugar para encaixar algumas das propostas que aqui são feitas, que são feitas ao nível de acções e de projectos, quando a nossa votação é feita é ao nível de programas e, portanto, há aqui uma margem de manobra por parte do Governo.

Um grupo parlamentar aprovar uma alteração ao nível de projecto, é um significado meramente indicativo e, por maioria de razão, ao nível da acção e o Governo depois faz o que bem entender como, de resto, tem comprovadamente feito.

Seja como for é um bom princípio e era nesse capítulo que nós gostaríamos que o Governo Regional pudesse adoptar aquilo que entendesse politicamente que era útil e importante, tais como a repavimentação de estrada no Corvo, participação na Avenida Marginal da Praia da Vitória ou empreendimentos em Vila Franca, todos investimentos positivos e meritórios. Isto é uma questão da maioria entender se assume ou não.

Da parte do CDS/PP, politicamente, o seu voto é de abstenção com o significado de que gostaríamos de ver esses projectos assumidos.

Não tenho instrumento para verificar se o Governo Regional tecnicamente tem abertura para os mesmos, nem para dizer em que área é que vão fazer corte, que não seja corte político, e a responsabilidade política de recepção ou não é da parte do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, Sr. Vice-Presidente, demagogia pura e primária foi aquilo que o senhor fez aqui, nem mais nem menos.

Mas, nessa ânsia do ataque permanente, e parece que não sabe fazer outra coisa, acaba por se auto-atropelar. O senhor sabe a quem é que chamou de primário e irresponsável? Certamente não sabe. Foi ao actual Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César que, em 1991, fez uma proposta exactamente idêntica a esta.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A pessoas quando dizem o que não sabem e tentam fazer crer o que não sabem, dá nisto.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Vice-Presidente, antes de dizer o que diz, antes de atacar como ataca devia informar-se da realidade.

O Orador: Repito aquilo que já disse aqui:

Estas propostas de alteração, ao contrário das suas palavras puramente demagógicas, nunca visaram fechar gabinetes. Não cabe na cabeça de ninguém que 4,92% fecha gabinetes. Isto é só demagogia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não percebe nada disto.

O Orador: O que foi aqui dito foi que no ano anterior a margem de execução não chegou aos 95%. Por isso mesmo o que está aqui em causa é



uma proposta séria, responsável e que quer contribuir para o desenvolvimento dos Açores em cada uma das nossas ilhas.

Eu percebo bem o esforço que o Sr. Vice-Presidente fez para convencer os Srs. Deputados de cada uma das ilhas a votar contra estas propostas, mas é um esforço que, pelas caras deles, vai ser difícil de engolir.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado Francisco Coelho, depois do brilhante exercício de ataque pessoal e demagógico que fez aqui, o senhor devia estar muito bem calado. Felizmente que foi transmitido em directo e os açorianos viram o nível que o senhor colocou neste debate e, sobretudo, perceberam que na maior parte do debate não falou sobre o Plano e Orçamento, não falou sobre o futuro dos Açores, limitou-se a atacar pura e simplesmente, também reconhecendo por aí a importância que o PSD tem e o grande medo que o senhor tem do Dr. Victor Cruz.

(Aplausos da bancada do PSD)

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*):

Quem tem medo do Victor Cruz é o povo!

O Orador: Percebemos a opinião do Governo, percebemos o esforço que faz para tentar convencer os Deputados do Partido Socialista, mas a nossa opinião é que os açorianos sabem bem que mais vale fazer obras em todas as ilhas, mais vale baixar o valor das tarifas da SATA, mais vale aumentar os valores para a toxicod dependência, mais vale investir nos equipamentos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

de apoio à infância, juventude e idosos, do que gastar em gabinetes de Secretários.

Recordo que a questões dos gabinetes dos Secretários é apenas para cobrir a verba da SATA, tudo o mais são verbas de despesas de funcionamento que, na nossa opinião, deviam servir para o investimento nos Açores.

Os senhores acusam-nos de nunca ter propostas, mas o PSD apresenta propostas concretas e firmes, sobretudo, no sentido de melhorar os documentos que estão em debate.

Os senhores nem o nosso contributo querem. Grande arrogância! É triste que os senhores ocupem o tempo e façam investir os seus argumentos sempre no ataque à oposição, quando devíamos estar aqui a discutir a importância de cada uma dessas obras para cada uma das nossas ilhas.

Deputado Hernâni Jorge (PSD): Quem é que quis discutir as propostas?

O Orador: Pela nossa parte continuaremos com a nossa postura de sempre e os senhores não nos intimidam. O PSD irá apresentar sempre propostas para melhorar o vosso trabalho, mas sobretudo para melhorar a vida dos açorianos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão. Informo-o que dispõe apenas de um minuto.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Já tive oportunidade na minha intervenção de mencionar as três propostas de alteração que apresento e que são a Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental, da Escola Básica de Ponta Garça e o aumento dos apoios às entidades culturais, entenda-se às bandas filarmónicas.

No caso das actividades culturais estas verbas são retiradas dentro do mesmo quadro, daquilo que seriam eventos de iniciativa governamental, deixando mais verbas à iniciativa da sociedade civil.

As verbas para as escolas serão desanexadas quer da manutenção e reparação de instalações escolares, quer através de um reforço de verba que será feito através dum fundo regional de emprego.

Nos 10 segundos que me restam, permitam-me que diga tão só que, em relação às propostas do Partido Social Democrata, vou abster-me como farei para o resto das propostas que estão em análise, dizendo que irei votar contra uma que é a que se refere à Escola Básica de Ponta Garça, por a verba que é aqui posta é insuficiente, ao contrário da proposta que apresento que é mais realista para o terreno, para o projecto e para tudo o que é apresentado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, com a habilidade matreira e política que lhe é reconhecida, quis trazer para este debate uma ligeirinha inversão daquilo que é a responsabilidade e o papel de cada um, conforme disse, e muito bem, o Sr. Deputado Clélio Meneses.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Se bem percebi a posição do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro é: eu até concordo com algumas das propostas apresentadas com reforço de verbas; eu, pobre deputado, Representação Parlamentar, não tenho os meios técnicos de dizer de onde é que sai o dinheiro e, portanto, o Governo e a maioria façam o favor de dizer de onde é que tiram o dinheiro já que, eventualmente, pode aceitar algumas das propostas.

É isso que não pode passar, Sr. Deputado, porque, conforme muito bem disse o Sr. Deputado Clélio Meneses, a cada um as suas responsabilidades e a responsabilidade do Governo e da maioria é dizer quais são as suas opções políticas o que implica escolher e a sua responsabilidade, se o senhor quer ter o trabalho de participar activamente com propostas de alteração a este documentos, é dizer onde é que põe, mas dizer também de onde é que tira e não foi isso que a sua intervenção deixou indiciar.

É esta precisão que é necessário fazer aqui neste momento.

O Sr. Deputado, Representação Parlamentar do CDS/PP tem, julgo eu, um adjunto e, portanto, tem meios técnicos para, querendo, analisar os documentos, e além disso o senhor é um reputado economista, pode muito bem analisar e ver de onde quer tirar e onde quer pôr.

Agora, o facto é que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, com a sua habilidade política, ...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Não é habilidade nenhuma!

O Orador: ... quer ter o benefício de pôr, mas não quer ter o ónus de tirar.

A cada um as suas responsabilidades e no caso das propostas do PSD, conforme já foi demonstrado pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, não é uma questão de responsabilidade, mas uma questão de irresponsabilidade. Muito obrigado.



Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É uma questão muito simples para reforçar a proposta que estamos aqui a debater e para dar apenas mais dois exemplos de quanto não é exequível esta proposta.

Os senhores propõem reduzir 338 mil euros no gabinete do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e a pergunta que vos tenho que fazer é a seguinte: dentro do orçamento do gabinete do Sr. Secretário Regional de Agricultura e Florestas, de onde é que tiram esse dinheiro?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Se tivesse feito esse cálculo no grupo parlamentar não precisava de estar a fazê-lo agora!

O Orador: Quando se apresenta uma proposta em que há classificação orgânica, ela terá que estar associada à classificação económica. Isso é um princípio básico.

Não há qualquer processamento de despesa, não há nenhum orçamento que se faça só com classificação orgânica, porque esta tem de estar associada à classificação económica e ninguém nesta sala pode dizer que se pode fazer uma proposta apenas com base na classificação orgânica. O que está em causa não é objectivamente o princípio. O princípio da redução das despesas de funcionamento e o princípio da redução das despesas dos gabinetes do Membros do Governo é um bom princípio, é um excelente princípio e foi isso que fizemos. É por isso que o aumento da despesa de funcionamento da Administração Regional no seu todo, que ainda é mais difícil, apenas sobe 10,57%. O difícil não é fazer isso, é fazer como nós fizemos rubrica a rubrica, classificação económica a classificação económica e dizer onde é que vamos tirar, porque pegar no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

bolo global e fazer uma mera conta de multiplicar, desculpem, mas qualquer criança da 4ª classe sabe-a fazer.

Agora vamos à parte prática:

Os senhores ao proporem uma redução de 338 mil euros no gabinete do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, o que aconteceria era que durante um ano a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas não poderia comprar bens e serviços, porque a dotação para bens e serviços é de 304 mil euros, ou seja, propõem tirar mais do que o total da dotação e, portanto, toda a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, pura e simplesmente, teria de pagar para trabalhar, ou então reduzia - e aqui está o cúmulo de incongruência - no apoio ao IAMA e ao IROA que é outra rubrica que representa mais de 80% do total das verbas que estão classificadas, do ponto de vista orgânico, no Gabinete do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Vou só dar mais um exemplo que é o exemplo mais claro desta matéria, como referi no início.

A vossa proposta agregada de redução das despesas nos gabinetes dos Membros do Governo, que está na classificação orgânica sem dizer, sob o ponto de vista da classificação económica, de onde é que tiram só pode implicar três coisas: despedimentos de pessoal, redução dos pagamentos na ADSE e redução das remunerações complementares.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não ouve bem? Eu já lhe expliquei isso!

O Orador: A vossa proposta é tão mais incongruente, porque apresentam propostas para reforçar no Plano despesas para apoio aos idosos, à criança e juventude e depois na mesma proposta propõem reduzir verbas que estão inscritas para o Instituto da Acção Social, e não devem ter reparado, que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

tem como consequência directa a redução da verba do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, porque é aqui que estão as verbas a transferir para o Instituto da Acção Social e para a Acção Social.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é necessariamente isso. O senhor não sabe o que está a dizer ou se sabe ainda é mais grave.

O Orador: Os senhores não sabem o que é que fazem, porque propõem, por um lado, aumentar o apoio a essas áreas e, por outro, na mesma proposta propõem reduzir o apoio para essa mesma área.

É esta a vossa incongruência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que vamos votar favoravelmente as propostas de alteração apresentadas pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão e ficamos satisfeitos, porque isto também significa, desde logo, que, em termos substanciais, parece que vamos também, embora de forma um pouco mais generosa, votar uma proposta apresentada pelo PSD.

Efectivamente é importante, como toda a gente sabe, não só a generosidade e a vontade de alocar uma determinada receita para um investimento, mas a grande questão aqui, em termos de quantidade e de qualidade, neste caso de afectação, é de saber de onde é que essa verba sai e deixa de existir, em caso de alteração.

Gostava também de deixar aqui uma opinião muito clara.

Eu consigo perceber sem dificuldade a lógica e a coerência de quem, analisando alguns documentos, chega à conclusão, em seu entender, que a sua avaliação global é de desacordo em relação aos mesmos e de tal forma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

profunda, que acha que não vale a pena apresentar propostas de alteração.

Consigo perceber, com toda a sinceridade, é o contrário.

Quem anuncia com muita antecedência que os documentos são calamitosos e depois quer introduzir-lhe alterações como se afinal acreditasse que eles ainda podem ser salvos, aí não vejo pinga de coerência.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Prescindo.

Presidente: Não havendo mais ninguém inscrito, vamos votar a proposta de alteração ao Programa 1, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do Deputado Independente, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração ao Programa 1, apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Para interpelar a mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O lapso verificado deriva da forma como os serviços distribuíram as propostas em que a proposta nº 1 está no fim e a proposta nº4 está à frente. Foi esta a nossa confusão e por isso está justificado o lapso.

Quero lamentar que, num momento tão importante como este, exista alguém a querer diminuir a importância desta Assembleia.

Presidente: Eu vou repetir a votação.

Vamos votar a proposta de alteração ao Programa 1, apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado Independente e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 1.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP

Presidente: Alguns destes programas não têm nenhuma proposta de alteração e eu pergunto se posso pôr à votação em conjunto os programas 2, 5, 6, 10, 11, 14, 22, 26, 27 e 30? Parece que não. Assim sendo vamos votar programa a programa.

Vamos votar o Programa 2.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 3. Para este programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão. Vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP

Presidente: Programa 4. Para este programa existem duas propostas de alteração, uma do PSD e outra do Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Vou pôr à votação em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo PSD.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 19 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado Independente e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 5.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 5 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 6.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 7, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 7.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 8. Para este programa existem duas propostas de alteração, apresentadas pelo PSD, as quais vou pôr à votação em bloco.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 8.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Programa 9. Para este programa existe uma proposta de alteração do PSD, a qual vou pôr de imediato à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 9.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e um voto contra do CDS/PP.

Presidente: Se não houvesse oposição votaríamos em conjunto os Programas 10 e 11. Parece que não há, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com estes programas, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 10 e 11 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 12, para o qual existe uma proposta de alteração do PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 12.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 13, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 13.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 14. Não há propostas de alteração, vamos votá-lo. Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 15, para o qual existe uma proposta de alteração do PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o Programa 15.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.



Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 16. Para este programa existem três propostas de alteração, duas apresentadas pelo PSD e uma pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

(* Deputado Nuno Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu uso da palavra para apresentar o reforço em cerca de 200 mil euros da acção 16.4.2 - Prevenção da toxicodependência.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que a prevenção das toxicodependências é um assunto importante que merece este reforço e que merece continuar com o trabalho que tem sido desenvolvido neste sentido e é por isso que o defendemos.

Gostava também de realçar que o Partido Socialista nunca instrumentalizou o problema da droga como arma de arremesso político, que foi o que aqui assistimos a propósito das intervenções de encerramento da discussão do programa. Este é um problema que afecta dezenas de jovens e suas famílias, que deve ser encarado com seriedade, com coerência e não o usando, repito, como arma de arremesso político. Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(* Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para, em primeiro lugar, esclarecer o Sr. Deputado Nuno Tomé que, de facto, o PSD dá um tom de seriedade a todas as matérias. Na política, para



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

nós, não há os assuntos sérios e os não sérios. Todos os assuntos da política são sérios e este é muito sério, afecta muitas e muitas famílias e deve ser encarado nessa perspectiva e a medida de seriedade que o assunto tem, é a mesma medida do nosso envolvimento para tentar resolvê-lo. Em segundo lugar, para dizer que o PSD vai votar a favor. O PSD é diferente do PS, porque o PSD vota a favor ou vota contra não pela origem das propostas, mas pelo valor que elas têm. Esta tem valor e por isso tem o nosso voto a favor.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos votar, em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado Independente e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: A aprovação desta proposta prejudica uma das propostas do PSD e dispense de a pôr à votação.

Passamos à votação da outra proposta do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 17 votos a favor do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: Vamos votar agora o Programa 16.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 17. Para este programa existem duas propostas de alteração do PSD.

Vamos votar as duas propostas em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 17 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.



Presidente: Programa 18. Para este programa existe uma proposta de alteração apresentada pelo PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Socialista propõe alteração a este programa com o reforço de 500 mil euros no Projecto 18.2 - Acção 18.2.2, por conta da redução no mesmo programa, projecto 18.1.

A criação de uma nova acção no valor de 500 mil euros destinados ao apoio à recuperação de habitações afectadas por térmitas, por redução no Programa 20, Projecto 20.4.

E ainda a criação dum Projecto 18.4 que visa a intervenção específica em Rabo de Peixe, dividida em duas acções que são a construção e aquisição de habitação em Rabo de Peixe e recuperação de habitação e alojamentos. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que o PSD irá votar a favor sobre a questão das térmitas.

De facto, é uma questão muito importante e é com satisfação que vemos que aquilo que o PSD tem dito sobre esta matéria e a Proposta de Resolução que aqui apresentou também teve este resultado.

Devo manifestar que esta é uma questão muito importante e que exige medidas imediatas e urgentes.

Também devo dizer que não se entende como é que o Governo Regional, ainda a 18 do mês passado aconselhava o PS a votar contra, porque o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

problema estava resolvido. Ora, se não existiam verbas no Plano, como é que estava resolvido? Esta é a primeira incoerência.

A segunda incoerência é dos Deputados do Partido Socialista que, quando se discutiu aqui esta questão e, perante as perguntas colocadas, nada disseram e resumiram-se ao silêncio.

Ainda agora neste debate um Deputado do Partido Socialista da Terceira, onde o problema é mais intenso, falou sobre habitação e sobre este problema nada disse. Qual a conclusão que se pode tirar daqui? Conclui-se que o PS votou contra esta proposta sem saber porquê e o PSD vai votar a favor, porque sabe porquê.

Deputados Mark Marques e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*
Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

(*) Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É só para esclarecer o Sr. Deputado Clélio Meneses que os Deputados do Partido Socialista votaram contra a Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, porque ela não trazia nada de novo. Não trazia nenhuma resolução para o problema das térmitas.

O diploma tinha sido aprovado em Conselho do Governo e já está nesta Assembleia.

As verbas não estavam inscritas no Programa do Governo, porque o programa já estava feito antes do diploma chegar cá.

É por isso que os Deputados do Partido Socialista fizeram esta alteração que aqui está.

Obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*



Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há verbas no Programa do Governo, há verbas é no Plano.

Se este assunto estava tão cuidado pelo Governo, não se percebe por que é que as verbas não estavam.

Felizmente que sobre esta questão das térmitas, finalmente, um Deputado da Terceira toma a palavra e diz alguma coisa sobre esta matéria tão importante que afecta muitas casas da Terceira.

Deputado Paulo Messias (PS): Eu não tenho nada para dizer, porque o senhor não disse nada.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado Independente e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 18.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Programa 19. Não há propostas de alteração, vamos votá-lo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



Secretário: O Programa 19 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 20, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Trata-se apenas de um reajustamento de verbas para satisfazer exactamente alguns dos programas da proposta que acabou de ser aprovada no Programa anterior.

Na realidade, não se trata, como veremos mais adiante numa outra proposta que aqui está, apresentada pelo Partido Socialista, de uma redução das verbas globais deste Programa, por via da alteração daquele que é o capital da SPRHI, SA e que mais adiante será explicado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Srs. Presidente, Srs. Deputados: Certamente por lapso é referido aqui que é o Projecto 20.1, mas parece que é o 20.4. Convinha esclarecer, no sentido de também, nesta medida, contribuímos para uma melhor acção do Governo Regional.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 20.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 20 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 21. Para este programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(* **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração ao Programa 21, criando uma nova acção 21.1.18 - protecção da muralha da orla costeira da Vila da Praia, com redução, de igual valor, no Programa 20, projecto 20.4, acção 20.4.1.

Como toda a gente sabe há 28 dias houve uma derrocada na muralha de protecção da orla marítima naquela freguesia e isto não é mais do que cumprir mais uma promessa e uma forma de se mostrar que não se pode nem se deve fazer política quando estão em causa pessoas e bens.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(* **Deputado Luís Henrique (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Partido Social Democrata vai votar a favor desta proposta. Entendemos que é uma obra justa e que ela acontece no decorrer das obras da construção do Porto de Pescas.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Isso é um disparate.

O Orador: Nessa altura foi dito que nada aconteceria e, portanto, é uma obra mais do que justa e prometida.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Isso é politiquice.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Ainda por cima é da Câmara Municipal.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 21.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 22. Não há alterações, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 23, para o qual existe duas propostas de alteração, apresentadas pelo PSD.

Vamos votar, em primeiro lugar, as propostas de alteração do PSD

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 23.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 24. Para este programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o Programa 24.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 24 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 25. Para este programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 26. Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 27. Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 28. Para este programa existem duas propostas de alteração, uma do PSD e outra do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração no sentido de criar uma nova acção que se destina a bonificação de juros para o programa de apoio ao combate às térmitas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração do PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos favor do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 28.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Programa 29. Para este programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração advém do facto de ter resultado, por via da privatização da EDA, um aumento de receita de 8 milhões de euros que,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

aliás, prova mais uma vez a boa gestão que o Governo Socialista e as pessoas que o integram fizeram. Isto quer dizer que também aqui nós valorizamos...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Preço de mercado.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é do cansaço.

O Orador: Pois é, Sr. Deputado, mas o mercado só paga bem por aquilo que está valorizado.

... e sabemos valorizar os nossos activos e por isso tivemos mais 8 milhões de euros.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Está quase a meter o Dr. Monteiro da Silva no lugar do Dr. Sérgio Ávila.

O Orador: Nós estamos muito satisfeitos com o Dr. Sérgio Ávila no sítio onde está. Esperamos que esteja lá por muito tempo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe ao Governo que estes 8 milhões de euros reforcem o capital da SPRHI, SA, uma vez que esta empresa vem a assumir compromissos que se situam muito para além das calamidades e num acto de absoluta transparência nós propomos este reforço do capital social para que fique claro, de uma vez por todas, que nós não fazemos exercícios financeiros com as sociedades anónimas. Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso não tem nada a ver.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Muito rapidamente para, em primeiro lugar, estranhar a referência do facto de uma empresa que há 8 anos não tinha condições para qualquer processo de privatização, empresa que dava claramente prejuízo e que neste momento dá lucro. Empresa em que as acções eram 100% da Administração Regional não é também mérito do Governo Regional? Se fosse ao contrário e ela desse prejuízo a quem é que os senhores assacavam a responsabilidade, ao Governo Regional ou à Administração? Aí vê-se bem a vossa boa vontade na avaliação dos méritos da Administração Regional.

Em segundo lugar, queria dizer que o Governo Regional vê com bons olhos e aceita a proposta feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no sentido de que os 8 milhões de euros, que foram uma mais valia, referente ao montante que tinha sido inicialmente previsto e avaliado por instituições financeiras para a privatização da EDA, sejam destinados claramente ao reforço do capital social da SPRHI, SA.

Penso que o montante global das propostas aqui apresentadas é uma injeção de recursos financeiros de mais 6,7 milhões de euros na SPRHI, SA é uma prova que nós não usamos as empresas para engenharia financeira ou para esconder endividamento, muito pelo contrário, usamos as empresas como factores estratégicos de desenvolvimento e aplicamos os nossos recursos nessas mesmas empresas. Este reforço é a prova da vontade de investimento, particularmente nas ilhas do Faial e do Pico, onde esta empresa tem a sua principal actividade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 29.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 29 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 30. Não há propostas de alteração, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global desta Proposta de Decreto Legislativo, Plano Regional para 2005.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional, Plano Regional Anual para 2005, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.



Presidente: Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2005.**

Vamos votar, na generalidade, o Orçamento da Região para 2005.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, Orçamento Regional Anual para 2005, foi aprovada, na generalidade, com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: As propostas de alteração, apresentadas pelo PSD, estão prejudicadas.

O PS apresenta uma proposta de aditamento de um artigo 14º-A e uma proposta de alteração ao artigo 51º

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional nº 29/2004, regime jurídico de protecção e valorização do património cultural, móvel e imóvel, no seu artigo 51º, e que está relacionado com os incentivos à conservação e valorização de imóveis, previa que o financiamento e as medidas incluídas no programa específico de incentivos à manutenção e valorização de bens móveis e imóveis classificados como de interesse público, é assegurado pelo orçamento privativo do Fundo Regional de Acção Cultural.

Sabendo da experiência do ano transacto deste Fundo Regional de Acção Cultural, das verbas que lá tem e da necessidade de verbas para a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

preservação e conservação do património da nossa Região, dado que temos um grande grupo de móveis e imóveis classificados de interesse público, altera-se aqui no decreto legislativo do Orçamento para que não seja só do Fundo Regional de Acção Cultural, mas também as verbas do próprio Plano Regional possam participar beneficiações nesses prédios.

Presidente: Srs. Deputados, no fundo, este é um aditamento que altera um artigo de outro diploma.

Se os Srs. Deputados não vissem objecção, votávamos todos estes artigos na especialidade e no final votávamos este aditamento. Como estes artigos também se referem aos mapas, ficam implicitamente aprovados todos os mapas que decorrem das alterações verificadas ao Plano. Creio que está entendido

Assim sendo, vamos votar na especialidade todos os artigos desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Deputado Mark Marques (PSD): Não, Sr. Presidente, pedíamos que fosse artigo a artigo.

Presidente: Posto isto, vamos votar o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 2º.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigos 3º e 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 3º e 4º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigos 5º e 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 5º e 6º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 7º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.



Presidente: Artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigos 9º, 10º e 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 9º, 10º e 11º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigos 12º, 13º e 14º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 12º, 13º e 14º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigos 15º e 16º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 15º e 16º foram aprovados por unanimidade.

Presidente. Vamos votar agora a proposta de aditamento de um artigo 14º-A.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar ainda uma proposta de alteração aos Mapas I, II, III, IV e IX, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração aos mapas anunciados foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos passar agora à votação final global do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2005.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orçamento Regional Anual para 2005, em votação final global, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.